Revista do Curso de História
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

"Marginalização e resistência: Narrativas marginalizadas no processo histórico".

v.01
2024

REVISTA
MARGINAL

APRESENTAÇÃO

Inicialmente criada sob sistema de votação dentre os discentes do curso de Licenciatura em História na Universidade do Sudoeste da Bahia, a estética da Revista Marginal passou por uma reformulação com a troca de gestão de sua equipe editorial, com o objetivo final de obter-se uma melhor adequação ao propósito do periódico. Tons terrosos e a imagética do grafite agora dão corpo a um projeto inicialmente voltado somente à apresentação acadêmica com cores verdosas, buscando representar culturas e existências advindas de um meio que a atual conjuntura sistêmico-social elege marginalizar com seus aparatos materiais e ideológicos. A tempo, salientamos o reconhecimento à importância de se evitar estereotipar a imagem da marginalidade, mesmo que façamos a escolha de usar de alguns artifícios parciais dessa caracterização a fim de provocar um novo olhar sobre o que é posto como marginal e seu valor, bem como reforçamos enquanto gestão dessa revista o compromisso para com os critérios científicos e o rigor histórico, ainda que transgredindo com sua romantização metódica que aliena o conhecimento ao negar um de seus mais básicos preceitos, o da acessibilidade. Manifestada a adoção de tais mudanças, recordamos ainda as palavras da discente do curso como legitimação de sua escolha na proposta de nome para a revista, a qual seguimos fazendo coro: "Bom, escolhi esse nome como referência a obra clássica de Hélio Oiticica 'Seja marginal, seja herói', de 1968, um homem neto de anarquista, que frequentava a Escola de Samba Mangueira e conhecia o mundo da 'marginalidade'. Na busca por transgredir os valores burgueses e conservadores acirrados na sociedade ditatorial ao qual estava posto, Oiticica era fascinado por marginais e malandros, aqueles que representavam uma expressa contradição do sistema capitalista.

Mas quem eram esses marginais que ele referenciava? Meninos negros da periferia do Rio de Janeiro, iniciados na criminalidade, que foram assassinados por organizações paramilitares no final dos anos 1960 e que tinham dentre as pretensões limpar a cidade', extirpar as ditas 'classes perigosas' da sociedade. Oiticica foi um artista politizado e pensava na

necessidade de uma transformação social, ele dizia: 'O problema do marginal seria o estágio mais constantemente encontrado e primário, o da denúncia pelo comportamento cotidiano, o exemplo de que é necessária uma reforma social completa, até que surja algo, o dia em que não precise essa sociedade sacrificar tão cruelmente um Mineirinho, um Micuçu, um Cara de Cavalo. Aí, então seremos homens e antes de mais nada gente.'

Oiticica prioriza, acima de tudo, a emancipação humana. Não mais seres produtores de alienação, tampouco de exploração do homem pelo homem.

Sei que nossa história não precisa de herois, não advogo dessa ideia, mas precisamos lembrar que o marginal' de que temos consciência hoje foi forjado desde a formação social Portanto, o nome da revista age como um contraponto ao que aparência ousa significar, a arte não está à margem do sistema que a faz, a arte é produzida dentro do nosso sistema, por pessoas reais, da classe trabalhadora, não está desvinculada da totalidade social, ou seja, da história. Reivindicamos uma arte verdadeiramente popular e de vanguarda, capaz de expressar a sua a potencialidade da vida concreta, a sua dureza, mas sua beleza - em grande medida. E tenho certeza que a revista do curso de história da UESB comporta essas dimensões, a produção intelectual, artística, e também a formação política das gerações que virão. É chegada a hora de ousar lutar e ousar vencer! A cultura é nossa!

Esperamos que gostem.

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E GÊNERO: INTERPRETAÇÕES SOBRE A IGUALDADE NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Francisca Cibele da Silva Gomes[1]

RESUMO:

O presente artigo tem como objeto de estudo a abordagem de gênero na educação brasileira discorrida em interpretações teóricas no mundo acadêmico, tendo como objetivo geral analisar os perfis abordados pelos autores acerca da relevância do trabalho educativo sobre os gêneros nas escolas. Como objetivos específicos têm-se intento em especificar a análise dos gêneros na educação e nos espaços escolares concebido historicamente, e discorrer sobre as abordagens teóricas acerca da importância sociopolítica da abordagem dos gêneros e as políticas educacionais nesse campo para a formação de uma sociedade menos preconceituosa e machista. Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa de bases teóricas fundadas em autores como: hooks (2017), Junqueira (2019), Castro et al. (2020). Pois, percebe-se que essa questão pouco ressaltada e debatida nos âmbitos educacionais potencializa a disseminação de uma cultura racial segregacionista e preconceituosa em relação aos papeis historicamente delimitados pelo patriarcado.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Feminismo; Igualdade.

INTRODUÇÃO

A análise dos gêneros na educação destaca desafios significativos e realça o papel dos atores sociais em suas experiências particulares de vivências e exclusão, evidenciando sua profundidade e relevância. Cabendo às professoras e professores repensar suas práticas educacionais que levem em conta as minorias sociais e as comunidades oprimidas pela sua orientação sexual e pela sua expressão simbólica e identitária. Apegando-se a difusão de uma perspectiva democrática e igualitária no que tange a liberdade de expressão e participação na sociedade.

[1] Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Embora, os gêneros masculino e feminino sejam produzidos pelas relações de poder. A definição do que seria aceito para cada grupo social, definindo dominantes e dominados, definido limites e expansões de pertencimento, assegurando que interpretações discriminatórias sejam vinculadas no senso comum e aceitam com naturalidade, reforçando privilégios e incorporando violências como parte de um contexto interventivo para manutenção da ordem.

Nessa conjuntura, o presente artigo possui como objeto de estudo as percepções teóricas elaboradas e difundidas no meio acadêmico acerca da abordagem dos gêneros na educação, enfatizando os seus pressupostos e problematizando os seus preconceitos. Logo, tem-se como problemática inicial como os diversos atores sociais e intelectuais vêm pensando e externando pressupostos teóricos acerca das definições de masculino e feminino na sociedade brasileira.

Este artigo tem como objetivo geral analisar os perfis abordados pelos autores acerca da relevância do trabalho educativo sobre os gêneros nas escolas. Como objetivos específicos têm-se em especificar as abordagens dos gêneros na educação e discorrer sobre os pressupostos teóricos acerca da relevância sociopolítica dos gêneros.

Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa de bases teóricas fundadas na abordagem o campo da educação dos gêneros nas escolas, dos problemas desencadeados pela sua ausência, das limitações e receios impostos como tentativa de romper ou minguar com a abordagem das definições de masculino, feminino e homossexualidade como Junqueira (2019), Hooks (2017), entre outros.

Percebe-se que essa questão pouco ressaltada e debatida nos âmbitos educacionais o que potencializa a disseminação de uma cultura racial segregacionista e preconceituosa em relação aos papeis historicamente delimitados pelo patriarcado. Assim como, a difusão de estereótipos que deturpa as interpretações feministas e igualitárias difundidas pelos movimentos femininos em sua busca pela democracia educacional e a liberdade nos espaços sociais, políticos, culturais e econômicos. Ressaltando violências, padrões e limitações que cerceiam a liberdade dos grupos minoritários na sua expressão pessoal e coletiva. Carecendo de um debate

mais assíduo e crítico acerca do potencial que a educação possui em romper com esse histórico de segregação e marginalização.

Educação e gêneros: perspectivas teóricas acerca da igualdade social

Em agosto de 2022, publicou-se uma reportagem no Portal G1 acerca da demissão da professora Elaine Cosme, que lecionava no 5° ano de uma escola particular do Município de Cerejeiras (Rondônia) após ter explicado de onde vinham os bebês. Os pais denunciaram a docente alegando que sua atitude havia sido uma tentativa em corromper a inocência das crianças que possuíam entre 10 e 11 anos. Sentindo-se lesada, Elaine entrou com um processo na justiça alegando que foi demitida sem uma justificativa clara e ainda impedida de ver os alunos e até mesmo entrar dentro da escola (Cruz, 2022, n.p.).

Outra notícia que gerou polêmica ocorreu no Rio Grande do Sul, onde a Escola Municipal de Ensino Fundamental Iglesias Minosso Ribeiro, na cidade de Capão da Canoa, proibiu que as meninas usem roupas curtas durante o verão. No entanto, a mãe de uma das alunas publicou na internet o bilhete e questionou por quê o direcionamento exclusivo às jovens, excluindo o público masculino (Dunder, 2022, n.p.).

A medida foi vista pela mãe como uma punição às meninas pelo assédio proferido pelos meninos, ao invés de punir os mesmos e seus responsáveis nos casos que possam vir a ocorrer. No comunicado também destaca-se que a partir do dia 12 de outubro de 2022 seria vetado a entrada na instituição de jovens com roupas consideradas impróprias como: shorts, mini blusas, tops, croppeds, entre outras roupas vistas como inadequadas à escola. Exata proibição têm fundamento da formação social que impõem às mulheres padrões comportamentais e estéticos próprios de um grupo tradicionalmente aceito como certo, verdadeiro, honroso e feminino (Dunder, 2022, n.p.).

Mais recentemente durante uma atividade pedagógica em uma escola pública da Serra, Grande Vitória (ES), uma aluna com 12 anos revelou sofrer abuso sexual desde os 10 anos. A conselheira tutelar Zaine Araújo contou que as amigas da jovem aconselharam que falasse com a professora. Ela contou que desejava ser igual as outras meninas e a escola tomou as providências

cabíveis e chamou o Conselho Tutelar. A menina foi violentada pelo irmão de 39 anos, ela não tinha pai e mãe e o comportamento na escola era tímida e reclusa, mesmo assim encorajada pelos profissionais da educação procurou ajuda. Onde foi encaminhada para o Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavives) e continuo sendo acompanhado pelo Conselho Tutelar. Essa ação evidencia a relevância da escola como intermediária e acompanhadora dos alunos e alunas (Carla; Oliveira, 2022, n.p.).

Nos últimos anos surgiu a emergência de um discurso reacionário que afirma a existência de uma conspiração mundial contra a família. A escola seria o principal espaço para a imposição de uma ideologia contrária à natureza humana: a ideologia do gênero. Os professores estariam doutrinando os alunos com ideias contrárias às convicções e aos valores da família. Através do cancelamento das diferenças naturais entre homens e mulheres ao influenciarem os alunos a vestirem saias e brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a saírem da sua natural propensão a cuidar dos outros (Junqueira, 2019, p.136).

Ainda fazendo uso de uma suposta erotização das crianças desde a educação infantil, os discentes seriam estimulados a terem interesse pela homossexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia e pedofilia. Os pais são convocados a unirem forças em prol da defesa da família embalados nos lemas "[...] 'Abaixo a ideologia de gênero!', 'Salvemos a família!', 'Respeitem a inocência das crianças', 'Meu filho, minhas regras!', 'Meninos vestem azul, meninas vestem rosa!', entre outros" (Junqueira, 2019, p.136).

A emergência do estudo acerca dos gêneros na educação e suas distintas relações com referência ao sexo e a sexualidade compõem as intrincadas redes de poder em que essa categoria implica constitui as produções e expressões sobre quem é "diferente" e a participação da escola na produção das distinções trazem à tona a necessidade da discursão nesse mesmo âmbito. Em virtude em que todos os homens e mulheres, desde a infância são socializados para aceitar pensamento e ações que diferenciam ambos, expondo limites e padrões (Louro, 1997, p.12).

Nesse contexto, são os homens que mais se beneficiam da estrutura patriarcal, ou seja, do pressuposto de que podem ser superiores às mulheres e que deveriam controlá-las seja explorando, oprimindo ou fazendo uso da violência para manter sua ordem intacta. Mediante a tentativa de alteração

ou mobilização feminina ao alvejadas por reações violentas e orientadas a odiar e resistir a um movimento voltado para libertação. Embora, viver em um mundo onde não há dominação, em que homens e mulheres não são parecidos e nem sempre iguais, mas que a mutualidade é o *ethos* que determina a interação. Onde todos podem ser quem são, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará uma nova sociedade sem o racismo, elitismo, imperialismo. Mas tornará possível que homens e mulheres sejam capazes de criar uma sociedade em harmonia, liberdade e justiça. Nessa conjuntura:

> Em dezenas de países, a arena pública tem sido tomada por mobilizações voltadas a eliminar ou reduzir as conquistas feministas, a obstruir a adoção de medidas de equidade de gênero, a reduzir garantias de não discriminação, a entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos, e a fortalecer visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários. Escolhida como um dos principais alvos dessa ofensiva reacionária transnacional, a escola foi colocada no centro de um debate público em que os desafios relativos às garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático (Junqueira, 2019, p.136).

As mobilizações em favor da família dita como tradicional pautaram-se para a eliminação ou redução das conquistas feministas no campo da equidade de gênero, dos direitos sexuais como direitos humanos, em virtude do fortalecimento de visões e perspectivas pautadas em valores e crenças religiosos, moralistas e autoritários. A escola tornou-se o principal alvo sobretudo sobre a suposta ameaça dos professores a autoridade dos familiares na educação dos filhos rompendo com a criticidade, pluralidade, cidadania e democracia.

Nesse contexto, amparando-se em percepções em que milhões de pessoas acreditam que Deus ordenou que mulheres sejam subordinadas aos homens no âmbito privado dos lares. Mesmo quando multidões femininas tenham adentrado no mercado de trabalho ou que sejam chefes de família, ainda domina a nação e a lógica de dominação masculina. Sustentado e justificam-se pela visão tradicional em que cabe às mulheres os papeis domésticos, ou de maneira mais ampla aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou embasados em teorias que pressupõem

deficiências do organismo e da personalidade feminina. Podendo ser interpretado:

> [...] O gênero é um modo de compreender mais claramente as relações existentes entre homens e mulheres e assim diluir preconceitos, já que como categoria de análise nos fornece elementos para questionarmos, algumas normas e condutas naturalmente atribuídas ao feminino e ao masculino. A utilização do gênero altera o enfoque das discussões feministas, pois se inaugura uma nova problemática nos estudos do feminismo, ao incluir tendências universais relacionadas ao masculino e ao feminino com suas especificidades históricas e culturais, o gênero começa a ser pensado como um dos elementos constitutivos das relações sociais, que se articula com outras categorias importantes: classe, raça, etnia, idade, dentre outras, configurando situações de gênero específicas (Pereira ; Carmo , 2015, p.23421).

Os estudos sobre gêneros representam um novo paradigma teórico transdisciplinar, superando dicotomias, expondo atores sociais, movimentos e inferências na sociedade pelas camadas marginalizadas e excluídas. Dotado de identidades construídas subjetivamente na relação com o outro e nos discursos aglutinadores de acordo com o contexto, mudanças nos meios de organização e na pluralidade. A desconstrução do que seria masculino e feminino seria abandonar a ideia de singularidade entre masculino e feminino fazendo uso das revisões e novas interpretações teóricas que contribuam com a multiplicidade dos pensamentos e abordagens. Pois, mostram a presença dos excluídos da História Oficial, mas que mesmo assim sempre difundiram seus saberes de forma não oficial (Pereira; Carmo, 2015, p.23423).

Os defensores da família segundo Junqueira (2019, p.139) pretendem promover a restauração da ordem social e sexual tradicional reafirmando sua hegemonia através de suas hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios. Evidenciado na primazia da família na educação dos filhos, expandindo-se em ataques a currículos, à autonomia docente, às políticas inclusivas, às instâncias de administração da educação, a escolas e docentes em nome de um 'direito a uma escola não ideológica', 'sem gênero', 'sem doutrinação' ou 'sem partido'. Embora, seria ideologia de gênero:

> Diferentemente do sintagma retórico inventado pelos 'defensores da família', o conceito sociológico de *ideologia de gênero* (sem aspas) pode ser útil para identificar, compreender e criticar a naturalização compulsória, inculcação das normas de gênero, entre outras coisas. São exemplos de manifestações da transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária tanto, que são eles, os cruzados anti

> gênero, que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero. Paradoxalmente, a partir de uma manobra de inversão, esses 'defensores da família' atribuem a outrem exatamente aquilo que praticam. O discurso anti gênero nomeia como 'ideologia de gênero' aquilo que é precisamente a sua crítica (Junqueira , 2019, p.140, grifos do autor).

Nessa conjuntura, percebe-se como fator ideológico de gênero justamente aquilo propagado pelos grupos anti gênero, isto é, as manifestações de cunho discriminatórios e a violência propagada em relação às mulheres, feministas e homossexuais. Forjada para operar como uma arma retórica e discursiva que impugna mobilizações em favor de um projeto de sociedade antidemocrática e segregacionista. "[...] Sem expor ou debater suas ideias e propósitos, eles mantêm o ataque alarmista contra o adversário e a defesa de algo supostamente universal e incontestável, com a 'família', a 'inocência das crianças etc." (Junqueira, 2019, p.138). Esse movimento interpõe-se:

> Numa outra posição, estarão aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, rementendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem 'científica'. A distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social (Louro , 1997, p.20-21).

Nessa conjuntura, percebe um forte potencial imperativo as delimitações entre homens e mulheres sobretudo sobre suas características e funcionalidade dentro da sociedade. Definido preconceitos enraizados construídos acerca das definições de feminino e masculino. São atributos que denotam uma corrente de ódio e exclusão as pessoas que não correspondem a essa formulação ou que se contrapõem à tirania dos gêneros por intermédio da acessão a liberdade e a justiça social. Pode ser percebido que:

> É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade imposta observar não

> exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (Louro, 1997, p.21).

O enraizamento das caracterizações padronizadas de casa gênero sinalizam para as noções de masculino e feminino serem representadas e valorizadas sob um ponto de vista ou vários que comunguem entre si. Observando como a sociedade constrói as definições dos sexos. No entanto, não há pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre os corpos, enfatizando sua construção social e história (Louro, 1997, p.22).

Feminismo e formação educacional: perspectivas para a construção de uma sociedade para todos

O feminismo distancia-se da perspectiva do senso comum em que supostamente as feministas odeiam os homens, ou ainda seriam contra Deus, ou tentaria retirar os empregos dos sujeitos masculinos, tudo muito imaginativo a partir de concepções vistas pelo ponto de vista de terceiros que chegaram aos seus ouvidos e que ainda não leram ou conhecer algo a respeito das teóricas feministas. Nunca se sabe o que aconteceu e sobre o que elas querem de verdade. Na maioria das vezes, pensam que se trata de um grupo de mulheres que querem ser iguais aos homens.

Logo, os movimentos feministas foram o primeiro passo para construir a História das Mulheres, rompendo com a barreira do silêncio imposto à figura feminina arraigada na visão da dominação e supremacia masculina do mundo onde todos estão submersos e até mesmo inconscientemente naturalizam-na. Para tanto, Para tanto, faz-se necessário mudanças para incorporar no âmbito escolar as ideias e pressupostos que sejam voltados para uma educação mais igualitária e democrática, cartilhas, folhetos fáceis de ler e livros que contam sobre o feminismo, anúncios em revistas, propagandas em ambientes públicos, comerciais na televisão, tudo isso ainda constitui-se uma utopia.

Essa problemática fez repensar e criar a noção de justiça através da sororidade feminina, onde poderiam juntá-las baseadas não somente na consciência da realidade de que eram na verdade vítimas da dominação

masculina, mas nos discursos de classe e raça. “[...] É relevante que o feminismo tenha se instalado na América Latina como uma contracultura que permeia as estruturas sociais, sobretudo as de resistência” (Femenías, 2021, p.226). Visto que as desigualdades entre homens e mulheres apresenta-se no âmbito das interações, mas também nas múltipla formas que podem assumir a masculinidade e feminilidade, as complexas redes de poder através das instituições, discursos, códigos, práticas e símbolos que constituem a hierarquia entre os gêneros.

Esse discurso fundamentou a marginalização feminina enraizada em uma sociedade baseada nas diferenças entre os sexos, a dominação e supremacia masculina, contribui para fixar a concepção das mulheres como sendo figuras submissas. Essa dicotomia entre homens e mulheres possibilitou que o ser masculino fosse representado como herói, excluído por completo da História figuras femininas das personagens. Marcando a historiográfica com estereótipos, preconceitos e hierarquias de valores foi sucumbido pela emergência do paradigma transdisciplinar que propõem trazer novas abordagens e dilemas que desconstroem o mundo androcêntrico. Inserido a mulher fora do silenciamento e invisibilidade que foi imposto ao longo da história (Pereira; Carmo, 2015, p.23418).

Em meados do século XX, o advento dos estudos culturais chegou a ressignificar a barreira da hierarquia das culturas nos meios acadêmicos que inviabilizavam a abordagem dos grupos minoritários na História. Abrindo espaço para as classes operarias femininas, os negros, e outros minorias, que eram chamadas de subcultura. Esse movimento ficou conhecido como Nova História Cultural pluralizou os objetivos de investigação históricos, distintos atores sociais, experiências cotidianas, as relações de poder, relações familiares, feminismo iniciado no século XIX, subjetividades dos sujeitos e linguagem, ressaltando a impossibilidade da neutralidade científica e viabilizando os estudos qualitativos próprias das abordagens Pós-Estruturalistas (Pereira; Carmo, 2015, p.23418).

Abriu-se caminho no campo historiográfico para abordar as mulheres, a população negra, os Movimentos LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, entre outros). Evidenciando uma nova dinâmica e as demandas dos grupos que não são visibilizados. A partir dos anos 80 a produção feminina foi sendo desvinculada do âmbito político para consolidar

uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres na sociedade, as relações de poder e a própria invisibilidade da mulher na História (Pereira; Carmo, 2015, p.23420).

Nessa conjuntura, percebe-se a predominância de um discurso galgado em ofensiva sejam percebidos como uma resposta patriarcal ou religiosa tradicionalista, procuram-se ocultar em feições universais, sem jamais submeter ao escrutínio acadêmico, os defensores da família costumam usar a ciência aquilo que cuidadosamente selecionar como defensiva de suas formulações e legitimações morais e políticas. E os defensores dos gêneros seriam vistos como infundados baseados apenas em um apelo ideológico, ameaçando a inocência das crianças e a defesa da família. Nesse caso a homofobia pode ser entendida como o medo contra os/as homossexuais ou terror dos seus praticantes em perder a relação com o gênero, isto é, o pânico em não ser mais um homem ou mulher autênticos.

Apesar de que se entende o caráter social do feminino e do masculino leva em consideração as distintas sociedades e os variados momentos históricos de que estão tratando. O conceito de gênero exige que seja pensado de modo plural, acentuando os projetos e representações diversas, pois percebe-se que essa variação não ocorre apenas entre distintas sociedades, mas no interior de um âmbito social comum ao considerar os diversos grupos étnicos, religiosos, raciais, classe que a compõem. Nessa conjuntura, no Brasil apenas no final dos anos 1980 que as feministas passaram a utilizar o termo gênero. Nesse contexto:

> Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja 'assentada' ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passível de transformação (Louro , 1997, p.27).

A pretensão seria entender os gêneros como constituinte da identidade dos sujeitos. Podendo ser plurais, múltiplas, transformadas, fixas ou permanentes, inclusive podem ser contraditórias pertencentes a diferentes

grupos transcendendo as diferenças entre homens e mulheres ao terem suas construções identitárias impostas pelas instituições e práticas sociais ao fabricarem sujeitos. A igreja, a justiça, as práticas educativas, o governo e a própria política são atravessadas pelos gêneros. As identidades estão em transformação a partir das relações sociais, discursos, símbolos, representações e práticas os indivíduos vão sendo constituídos masculinos ou femininos ao construírem suas formas de ser e estar no mundo, mas também com suas identificações sexuais, étnicas, raça e classe.

Discutindo os gêneros na sala de aula: caminhos para a igualdade e o respeito

A diversidade, desigualdade e discriminação vêm ocupando espaço significativo nos diferentes setores da sociedade, incluindo a educação. Tratando-se de um discurso que preserve e valorize a igualdade de direitos, inclusão, respeito e vida democrática. No entanto, as diferenças são utilizadas para justificar disparidades entre pessoas e agrupamentos sociais, que resultam no ressecamento dos direitos, segregação e manutenção dos privilégios (Castro et al., 2020, p.17). Nesse contexto o:

> [...] ambiente escolar, essa situação pode ganhar contornos sérios e trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento dos estudantes, assim como prejudicar a manutenção de um ambiente permeado de respeito e justiça. Assim, faz-se necessária, além da garantia do acesso e da permanência de todos em situação de igualdade, a presença de uma cultura inclusiva, o que implica mudanças substanciais no cotidiano escolar, para que se possa cumprir o papel imprescindível que a escola tem na sociedade (Castro et al., 2020, p.17).

Compreende-se uma sociedade justa como aquela que reconhece as diferenças como características de todos os grupos e promove a igualdade de direitos e justiça. Em detrimento da discriminação que gera violência, ódio, desprezo, e as pessoas discriminadas são vistas como inferiores e atormentam-se pelo medo, ainda sendo rotulado como esquisito, estranho e ameaçador. O distanciamento, a falta de conhecimento e a naturalização de certas situações são fatores que geram medo e exclusão. Logo, a informação e o contato com leituras, pesquisas, notícias e redes de comunicação

oferecem aos diferentes modos de viver e expressões novas estratégias para o enfrentamento pedagógico das reações de discriminação. Ainda que seja um trabalho árduo, o que não justifica a sua ausência, faz-se necessário para combater as naturalizações discriminatórias. Nesse contexto:

> O desafio de formar professores para a diversidade afeta a escola que por não aprofundar a temática, acaba por excluir aqueles grupos que não são considerados a maioria dominante. Afeta a família que ainda não se encontra preparada para lidar com essa questão em casa, afeta diretamente os alunos que não estão preparados para lidar com essas questões na escola e afeta também os professores não estarem preparados para tratar dessa questão com os alunos. Por mais que a imprensa tente ser clara e a busca pela tolerância e o respeito ao próximo seja amplamente divulgado, poucos estão atentos aos problemas enfrentados no dia a dia principalmente na sala de aula (Souza; Silva, 2015, p.13-14).

Na escola, segundo seria o espaço onde o preconceito e a discriminação deveria ser tratados desde os primeiros anos de escolarização. Sendo um ambiente marcado pelas relações, conflitos, vínculos e encontros, também se constitui como espaço para prática educativa na formação ética e da construção de um olhar para o outro, voltado para a justiça, diversidade e igualdade, em contramão, se existe situações de discriminação no âmbito escolar, elas ensinam os discentes a discriminar (Castro et al., 2020, p.21).

As tensões e problemáticas que perpassam a questão da diversidade sexual e as definições de gênero no âmbito escolar repercutem na escola ao mesmo tempo que o movimento vindo de pressões externas tenta tornar a sua abordagem algo polêmico ou tabu. Logo, não é difícil encontrar pelos corredores da escola ou dentro da sala de aula, meninas e meninos vivendo em isolamento por parte de seus colegas ou sendo alvo de ofensas, agressões físicas ou constrangimento em razão da sua orientação sexual e afetiva. Mesmo na educação infantil quando as crianças possuem interesses por brinquedos e papeis que não necessariamente coincidem com as identidades convencionais de menino e menina podendo causar mal-estar ou mesmo ser reprimida. Nessa conjuntura:

> Viver e lidar com a própria sexualidade ou com a sua identidade de gênero de forma diferente da maior parte do grupo não pode ser considerado ‘falha na educação recebida da família’, ‘fraqueza de caráter’, ‘doença’ ou ‘bizarrice’, ainda costuma acontecer. Não cabe a nós investigar as ‘causas’, uma vez que

> não se trata de um problema, mas, sim, da característica de algumas pessoas. Também não nos cabe emitir juízos quanto à sexualidade das crianças e jovens partindo de padrões de masculinidade e feminilidade considerados hegemônicos. O modo de se vestir, de andar, de falar, as brincadeiras escolhidas, os gestos não são insígnias de sexualidade ou identidade de gênero efetivamente (Castro et al., 2020, p.32-33).

Nesse contexto, a diversidade sexual deveria ser apontada como um problema ou vista como algo pejorativo, mas trabalhada pelos educadores como uma característica da sociedade de modo a contribuir com a afirmação do direito à liberdade, autonomia sem violência. Cabe considerar os sujeitos como sendo singulares, dignos, sem estabelecer distinções ou favorecimentos, mantendo o respeito a todos. A escola não deve permitir e nem se manter aquém da discriminação ao alimentar ideários violentos de supressão da livre expressão humana. "Uma criança que encontra na escola um ambiente hostil em relação à sua sexualidade ou à sua identidade de gênero terá seu desenvolvimento pessoal, social e psicológico comprometido e marcado pelo sofrimento" (Castro et al., 2020, p.33).

Abordar essa temática permite entender como os estereótipos estão sendo propagados e difundidos, assim como a discriminação, explorando o conflito, deve ser uma prática recorrente desde que não seja justificada ou limitada apenas aos casos em que houver estudantes no grupo que enfrente essas questões (Nogueira, 2010, p.14). Não se trata de um problema a ser solucionado, mas uma questão social que independentemente da composição dos grupos no qual estejam presentes na sala de aula. A representatividade feminina também constitui uma realidade em construção em virtude da predominância masculina dentro da sala de aula, nos materiais escolares e nos discursos proferidos no âmbito educacional. Nesse contexto:

> Justifica-se assim a importância do tratamento de questões relacionadas as relações de gênero e diversidade sexual durante o processo de ensino aprendizagem, pois a escola não pode mais simplesmente encaminhar ou marcar o horário para tratar destas questões, cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação. No entanto, percebe-se que o/a educador / a tem uma posição de fuga de sua responsabilidade, de aprofundamento de estudos acerca de temas que não condizem especificamente com seus conteúdos disciplinares, como se a educação só se restringisse ao conteúdo específico de cada área do conhecimento (Nogueira, 2010, p.16).

A escola como espaço educacional quando usada para expressar padrões de gêneros, expõem as alunas e os alunos a permitirem que a violência, a submissão e a marginalização sejam veículos que indução a propagação dos pensamentos que historicamente conotam uma sociedade profundamente arraigada na formação e perpetuação dos grupos minoritários em termos de acesso à cidadania e o reconhecimento dos seus direitos civis tarda em equiparação aos demais membros privilegiados. Ainda nessa conjuntura:

> Outro aspecto dessa questão é a valorização dos atributos físicos das meninas em detrimento de outras características, como uma espécie de 'passaporte' para que sejam positivamente reconhecidas. E há ainda a desvalorização por esses atributos físicos quando elas não se vestem ou não se comportam do modo considerado 'adequado para uma menina'. Situações como dirigir às meninas palavras desrespeitosas, olhar de forma constrangedora ou ofendê-las de diversas maneiras são muito frequentes nos corredores das escolas, mas pouco observadas e tratadas pelos adultos. Num país ainda marcado pela superioridade masculina, essas situações continuam sendo vistas como normais. Mais que isso: não é raro atribuir às meninas a responsabilidade pelas agressões que sofreram, sob a justificativa de agir de forma provocativa em relação aos meninos. Para todas essas questões, a forma como as alunas são consideradas merece muito atenção por parte dos educadores (Castro et al., 2020, p.31).

Nas escolas, as meninas estão sendo impelidas a se adaptarem a padrões estéticos e estilísticos que enfoquem uma mulher mais recatada em virtude dos comportamentos, roupas e expressões serem vistos como inadequados para o meio escolar, mas sobretudo para a sociedade.

Nesse contexto, quando a instituição educacional não repensar suas perspectivas sobre gênero acaba constituindo-se um poderoso auxílio na manutenção e fortalecimento dos estereótipos que vinculam as jovens ao mundo submisso e inclusive reforçam a violência nos espaços públicos e no privado dos lares quando não a combatem devidamente ao incentivar a proteção juvenil, o diálogo, a integração entre família e espaço escolar, a discussão em torno do sexismo e da aversão para o público feminino próprias da misoginia, a homofobia, isto é, contribuído para a reformulação de problemas historicamente presente na sociedade brasileira ainda fortemente marcada pelo domínio masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade eminente em debater as questões que envolvem gêneros nos múltiplos e diversos âmbitos da sociedade especialmente nas escolas, pois corrobora com a formação humana democrática que persevere por um espaço igualitário e educativo para todos os seus integrantes. Especialmente diante de uma sociedade que ainda alimenta estereótipos, violências e negligências em virtude do medo e receio em abordá-los democraticamente a fim de que todos possam familiarizar-se com o que seria a definição dos padrões e buscar caminhos para romper com as imposições sociais rumo a uma livre expressão. Consideram ainda que o corpo como uma constituição sociocultural e linguística, produzido pelas relações de poder.

Portanto, faz-se necessário pensar e repensar a atuação docente no chão da sala de aula voltando-se a romper com a reprodução estereotipada de perspectivas históricas e sociais que violentam as mulheres, os homossexuais, entre outros, em razão das suas orientações sexuais ou condições padronizadas socialmente ao longo do tempo. Mesmo sendo questões vistas como polêmicas ou causadoras de medo e repulsa perante o preconceito e violência vigentes, tornou-se imprescindível sua tramitação e discussão no âmbito escolar. “Deve ser continua, sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdades sexual, de gênero, de etnia/raça [...]” (Nogueira, 2010, p.18).

REFERÊNCIAS

CASTRO, Maria da Paz et al. **Diversidade e discriminação - educação em direitos humanos**. 4.ed. - São Paulo, SP: Vlado Educação, 2020.

CARLA, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana. Menina de 12 anos revela durante atividade escolar ser vítima de abuso sexual e irmão de 29 anos é preso no ES. **G1 ES e TV GAZETA**. 17 nov. 2022. Disponível em:< https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2022/11/17/menina-de-12-anos-revela-durante-atividade-escolar-ser-vitima-de-abuso-sexual-e-irmao-de-29-anos-e-preso-no-es.ghtml>. Acessado em: 18 nov. 2022.

CRUZ, Jaíne Quelez. Professora é demitida após explicar para alunos “de onde vêm os bebês?” em RO: “Eu ia falar que vinha da cegonha?”. **G1 Rondônia**, 08 nov. 2022. Disponível em:< https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/11/08/professora-e-demitida-apos-explicar-para-alunos-de-onde-vem-os-

bebes-em-ro-eu-ia-falar-que-vinha-da-cegonha.ghtml>. Acessado em: 18 nov. 2022.

DUNDER, Karla. Escola do Rio Grande do Sul orienta alunas a não usarem roupas curtas: bilhete enviado pela direção do Colégio Municipal gerou polêmica nas redes sociais; diretora afirma que foi apenas uma orientação. **R7**, 13 out. 2022. Disponível em:< https://noticias.r7.com/educacao/escola-do-rio-grande-do-sul-orienta-alunas-a-nao-usarem-roupas-curtas-13092022>. Acessado em: 18 nov. 2022.

FEMENÍAS, María Luísa. O Feminismo latino-americano, cartografia preliminar. Tradução: Letícia Pilger da Silva; Sueliton de Oliveira Filho. **Revista X**, v.16, n.1, p.224-238, 2021. Disponível em:< https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78547>. Acessado em: 18 nov. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério D. "A "ideologia de gênero" existe, mas não é aquilo que você pensa que é" In CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie - Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em:< https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>. Acessado em: 18 nov. 2022.

NESTI, Fido. **Defend The Freedom to Read**: Fight Book Bans. 2022. Disponível em:<
https://www.instagram.com/p/ClJXRQLLCal/>. Acessado em: 19 nov. 2022.

PEREIRA, Maria Cecilia Souza; CARMO, Lyvia Tavares Felix do. A construção de uma História das Mulheres: uma abordagem transdisciplinar. **XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE),** IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar (ENAEH), III Seminário Internacional de Representações Sociais -Educação (SIRSSE), V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente -SIPD- Catedra UESCO, Pontífice Universidade Católica do Paraná, out. 2015. Disponível em:< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21938_10874.pdf>. Acessado em: 18 nov. 2022.

NOGUEIRA, Daniela Macias. Gênero e sexualidade na educação. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, p.13-21, jun. 2010. Disponível em:< http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>. Acessado em: 21 dez. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 p. disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/affioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf>. Acessado em: 18 nov. 2022.

AS REPRESENTAÇÕES DE FÉ E RESISTÊNCIA NA OBRA: AUTO DA COMPADECIDA, DE ARIANO SUASSUNA.

João Maique Bezerra Roseno[2]

RESUMO

O presente trabalho busca por meio da obra teatral: *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, evidenciar as representações de fé e resistência através das falas dos seus personagens, assim como também tratar da vida de Ariano Suassuna afim de compreender como se tornou um dos maiores nomes da literatura brasileira, partindo da sua infância até o momento em que cria a obra do Auto da Compadecida, o auto foi escolhido como material de estudo por conter os objetos principais para essa pesquisa como: o espaço geográfico, o sertão nordestino e seus personagens como: Chicó e João Grilo que são marcados pela constante luta contra a fome e a miséria, mas capazes de sobreviver a partir de sua astúcia e das suas enganações, usando a fé popular a seu favor. Nessa obra Ariano Suassuna pretende representar o que seria o sertão nordestino partindo de temas populares presentes nos poemas de folhetos de cordel, valorizando além do próprio teatro, a literatura e a poesia dos ditos populares e nordestinos.

PALAVRAS-CHAVES Ariano Suassuna, *Auto da Compadecida*, Fé, Resistência

INTRODUÇÃO

Na literatura brasileira o sertão tem um destaque imenso em clássicos que determinam em suas representações o espaço geográfico, social, cultural e climático dessa parte do país. As obras: Os Sertões, de Euclides da Cunha (1902), Vidas Secas de Graciliano Ramos (1938), Morte e vida Severina de João Cabral de Melo (1955). Todas essas obras possuem em comum além do espaço físico do sertão, personagens fortes, marcados pela seca, fome e a busca de melhorias como o trabalho e a comida. Os sertanejos um povo de uma fé inabalável, que sabem a quem recorrer nos momentos em que olham

[2] Autor graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

para cima e não veem cair uma gota de água ou ao ver seus animais morrendo de fome e sede, não tendo comida nem para seu próprio sustento, quando um pai tem que deixar sua família para buscar um meio de vida nas grandes cidades, essas provações são vencidas com a ajuda das súplicas aos seus santos intercessores, por meio de ladainhas, novenas, rosários, romarias e procissões. Assim sobreviveria esse povo com muita fé e resistência.

Ariano Vilar Suassuna conhecido como Ariano Suassuna também faz parte desse grupo de escritores que privilegiam em suas criações a figura do sertanejo. Suas obras apresentam características barrocas como a ênfase na oposição entre espírito e matéria, perdão e pecado, bem e mal, céu e inferno.
O objetivo geral deste trabalho é mostrar os discursos de fé e resistência presentes na obra *Auto da Compadecida* de Ariano Suassuna buscando evidenciar as representações de espaço/tempo e sobre o território geográfico em que vivem os personagens dessa obra, afim de entender as situações vividas por eles; buscando mapear as manifestações da fé popular representada pelos personagens na obra e procurando tratar da vida de Ariano Suassuna para compreender como se tornou um dos grandes nomes da literatura brasileira e responsável por difundir imagens do sertão do Nordeste no país e no mundo.

Por meio deste trabalho busco na obra teatral *Auto da Compadecida* as formas de religiosidade atribuída pelo discurso literário aos sertanejos nordestinos e como estes utilizariam as crenças e práticas religiosas como formas de escape da realidade do espaço do sertão nordestino, marcado pela ocorrência periódica das secas, causando pobreza e fome. Auto da Compadecida foi a obra escolhida como material de análise por conter os objetos principais para essa pesquisa, como o espaço geográfico situado no sertão nordestino, com personagens marcados pela tormenta da fome, e a constante luta contra a miséria.

Ariano Suassuna – o início de tudo

Ariano Vilar Suassuna nasceu em 16 de junho de 1927 na capital da Paraíba, a cidade de Parahyba do Norte, hoje chamada de João Pessoa. Ele nasceu nas dependências do Palácio da Redenção, sede do Executivo

paraibano, já que seu pai era, na época, presidente do estado, cargo atualmente nomeado de governador. Filho de Rita de Cassia Dantas e João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna que, além dele, tinham outros oito filhos: Selma, Beta, João, Saulo, Magda, Lucas, Germana e Marcos. Seu nome deveria ser Pedro, mas seu pai mudou de ideia quando conheceu a história de um santo que tinha vivido no Egito, séculos atrás, chamado Santo Ariano.

Ariano Suassuna, após a morte de seu pai, passou a viver na cidade de Taperoá onde morou de 1933 a 1937. Por ser ainda muito criança, tinha pouco mais de três anos quando do assassinato de seu progenitor, dizia guardar poucas lembranças desse pai, entre elas a lembrança de seu embarque no porto de Recife rumo ao Rio de Janeiro, o que acabou sendo o seu último adeus.

Dona Rita e seus filhos ao se mudarem para o Recife em busca de maiores oportunidades nos estudos. A cidade grande possibilitou que tivesse maior contato com a literatura e as artes. As bibliotecas possuíam inúmeros títulos que chamavam sua atenção, e com isso ele deixava a companhia dos livros deixados pelo seu pai, sua biblioteca pessoal, para se debruçar sobre outros títulos de seu interesse, lendo desde literatura de aventuras até livros mais complexos.

Nasce O “Auto Da Compadecida”

A consagração nacional do autor e da peça se deu quando o Auto da Compadecida foi encenada pelo Teatro Adolescente de Pernambuco (TAP) no Primeiro Festival de Amadores Nacionais, realizado em 1957, no Rio de Janeiro por iniciativa da Fundação Brasileira de Teatro, ainda sob a direção de Clênio Wanderley. A apresentação foi considerada boa, levando em consideração que o grupo era amador, composto por jovens inexperientes, o que se coadunava com o estilo da apresentação requerido pela peça que enfatizava a espontaneidade e a simplicidade.

Em 1987, surge sob a direção de Roberto Farias, Os Trapalhões no Auto da Compadecida, estrelado por Dedé, Didi, Mussum e Zacarias. Mesmo não gostando do tipo de humor produzido pelos Os Trapalhões, Ariano terminou por gostar da adaptação de sua peça feita pelo grupo, notadamente da trilha sonora composta por Antônio José Madureira, músico que tivera enorme

destaque no Movimento Armorial, movimento cultural encabeçado por Ariano, no início da década de 1970. O sucesso do Auto foi ficando cada vez maior até que nos anos 2000 chega a terceira versão cinematográfica da peça, dirigida pelo pernambucano Guel Arraes. O filme foi gravado na cidade de Cabaceiras, interior do estado da Paraíba, com parceria de produção entre a Globo Filmes e a Lereby Produções. Um ano antes, O Auto da Compadecida tinha sido transformada em uma minissérie exibida pela Rede Globo de Televisão.

Seguindo essa trilha sobre o tema, Durval Muniz aponta que:

> O teatro de Ariano encena um Nordeste teocêntrico, feito de vidas simples, primárias, risíveis e, ao mesmo tempo, em busca de transcendência e de encontrar respostas para a questão da ontologia do mundo, da vida. Um teatro em que a sociedade humana aparece como farsa, um espetáculo circense em que todos são palhaços. Um teatro de bonecos em que somos mamulengos de Deus, em que a sociedade é um desfile de máscaras ridículas ou exemplares, em que o espaço público moderno é um equívoco em que representam anti-heróis, seres frágeis diante do poder do “Terrível” ou do “Aluminoso”.(ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 189).

Dessa maneira Auto da Compadecida pretende representar o que seria o sertão nordestino, partindo de temas populares presentes nos poemas de folhetos de cordel, adaptados para o gênero teatral da Alta Idade Média portuguesa, denominado “auto”, gênero teatral do ciclo natalino, que teve em Gil Vicente a sua maior expressão. A peça, dividida em três atos, gira em torno das aventuras vividas por dois personagens sertanejos, pobres e cheios de malandragem, João Grilo e Chicó, que sobrevivem por meio de enganações. Eles vivem no vilarejo de Taperoá onde buscam, através da astúcia, ludibriar os poderosos da cidade, até que, em meio a invasão de um grupo de cangaceiros, João Grilo junto de outros personagens vem a óbito e são levados a um tipo de júri, onde irá acontecer o julgamento das suas almas.

O primeiro ato da peça foi escrito a partir do folheto de cordel intitulado “O dinheiro ou o testamento do Cachorro”, de Leandro Gomes de Barros. Na obra de Ariano, João Grilo, como bom malandro que é, inventa um suposto testamento do cachorro da mulher do padeiro, visando subornar o padre que se recusa a dar a extrema-unção em um animal. O segundo ato é inspirado no folheto de cordel, também escrito por Leandro Gomes de Barros, “O cavalo que defecava dinheiro”, só que Ariano substitui a rabeca e o cavalo, da obra original, por uma gaita e um gato. O terceiro ato, em que João Grilo súplica para que a Compadecida o ajude a convencer Manuel (Jesus) a não deixar que

o diabo o leve para o inferno, foi inspirado em dois autos populares advindos da Alta Idade Média, que tratam sobre o tema do julgamento da alma: "O Castigo da Soberba" do cearense Anselmo Vieira de Souza, e a "Peleja da Alma", do Paraibano Silvino Pirauá de Lima.

Alguns personagens como João Grilo são originários de outros contos populares da Península Ibérica, documentados desde o século XVII. Esse personagem é marcado por suas presepadas e astúcia, esperteza e criação de histórias mirabolantes. Ele se iguala, nesse quesito, ao personagem de Pedro Malasarte, que partilha com João Grilo a capacidade de resolver charadas e adivinhações. João Grilo encarna bem o teatro de Ariano Suassuna, uma dramaturgia de matriz cristã, que visa moralizar, transmitir valores, dar boas lições naqueles que se julgam maiores e poderosos. João Grilo apareceu pela primeira vez, no Brasil, em um folheto de cordel, escrito por João Ferreira de Lima, no ano de 1932, intitulado: "As Proezas de João Grilo". O julgamento dos que foram mortos pelo cangaceiro Severino de Aracaju, assim como dos próprios cangaceiros, que morrem ao ser ludibriados por João Grilo faz alusão ao "Auto da Barca do Inferno" de Gil Vicente, representado, pela primeira vez, em 1517. Os dois autos se estruturam a partir do maniqueismo cristão, em torno da luta entre o bem e o mal. O clímax da narrativa, representado pelo momento do julgamento final, no terceiro ato, representa a reafirmação do papel de Maria, como intercessora, junto a seu filho, em nome do perdão aos pecadores, que seriam todos seus filhos. Ela é aquela que se compadece e perdoa as almas mais desviadas do caminho do bem.

Fé e Resistência: As Marcas da Vida Sertaneja no Auto da Compadecida

Foi partindo da visão de que o sertanejo é um ser que carrega consigo a religiosidade e a disposição para a resistência como meios de combate aos males que o cercam, nos seus dias, no sertão semiárido, que Ariano Suassuna produziu as suas obras, em especial Auto da Compadecida. Nesse contexto a fé se apresentaria, não apenas no sentido estritamente religioso, mas como esperança de dias melhores. Segundo FERRAZ, Maria Clara Souto (2004, p 20):

> O ambiente sertanejo inspira reverência e faz sentir a grandeza de uma religiosidade resistente e vivida quando a comunidade sertaneja se integra aos conteúdos da fé (nas reflexões sobre o céu, inferno e o pecado mortal); às condutas da fé (procissões,

> festas devocionais, que se referem a estes conteúdos da fé; às normas tradicionais (passadas de geração em geração) e aos meios concretos (votos, novenas, crucifixos, estátuas, manipulação de medalhas, culto às almas); às práticas socio culturais do catolicismo popular, nas formas sintéticas, nas quais os ritos e as manifestações se expressam por sentimentos).

A comunidade experimenta a fé através dos rituais de devoção aos santos, encarnados em suas próprias imagens, das novenas e das procissões. O ato de fé, a cerimônia institui locais que se tornam sagrados, em que se relacionam objetos de culto, como as imagens e as relíquias e os agentes das práticas devocionais. A fé instaura uma ligação entre o fiel e o santo, entre o crente e aquilo em que acredita, instaurando uma relação de intimidade com o sagrado, algo que vai além da Igreja a que frequenta.

A resistência seria inspirada pela fé. O ato de resistir consistiria em conservar-se firme, não sucumbir e não ceder às adversidades. É essa maneira de figurar o homem sertanejo e nordestino que se encarna em alguns personagens e situações presentes em Auto da Compadecida de Ariano Suassuna.

No primeiro ato o personagem João Grilo, junto com seu amigo Chicó, precisam convencer o Padre João a benzer o cachorro, pertencente a mulher do padeiro, que está prestes a morrer. Chicó, que é um personagem metido a esperto, um mentiroso, contador de causos, capaz de criar história mirabolantes, já sabia que o Padre ia se negar a benzer o cachorro. João Grilo, por sua vez, como um bom trapaceiro que era, já matutava em sua cabeça alguma forma de enganar o Padre e fazer com que ele benzesse o cão. Esse tipo de benzimento solicitado ao Padre se equipara ao sacramento da Unção dos Enfermos que vem a acompanhar os seres humanos nos momentos mais frágeis da vida: a velhice e a doença. Esse sacramento almeja auxiliar na recuperação da pessoa e não somente garantir a eternidade. Sabendo que, certa vez, o Padre benzeu o motor novo comprado pelo Major Antônio Morais, usou desse argumento para tentar convencer o padre a benzer o animal. O Padre se defende afirmando que o motor é diferente do cachorro, mas João Grilo o convence mentindo que o cachorro é também do coronel Antônio Morais, explorando a sabida subserviência do religioso em relação ao político local. Suassuna apresenta, de forma crítica, o que seriam as relações coronelistas, a associação entre o poder econômico e poder simbólico e ideológico da Igreja. LEAL, Victor (2012, p. 23) configura o coronelismo como

sendo “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” O personagem popular, que representa os pobres, encarnado por João Grilo, têm como única arma a astúcia, o poder da artimanha e da esperteza. Aproveitando-se do servilismo do Padre em relação ao Major, João Grilo resiste às normas instituídas, pela Igreja, para o batismo, aproveitando-se astuciosamente, da situação.

Ainda no enredo da obra, o Major Antônio Morais, por sua vez, chega na cidade à procura do padre a fim de que benzesse o seu filho, que estava doente e que estava sendo levado para o Recife. Preocupado que o Padre ficasse sabendo que o cachorro não era do Major, João Grilo aborda Antônio Moraes e faz menção que o Padre está louco, dando uma explicação antecipada se ele falasse sobre o benzimento do cachorro. O Major, como bom representante do coronelismo, trata João Grilo com soberba e arrogância, e deixa claro a diferença social que existia entre ele e o padeiro, o patrão de João Grilo, dizendo que o Padre não se atreveria a confundi-lo com um cachorro, quando afirma: “Isso foi porque era com seu patrão. Comigo é diferente.” (1997, p. 41). A diferença neste caso é tanto de autoridade quanto de poder aquisitivo.

É notável que a posição social que o Major Antônio Morais tem, infunde nos moradores de Taperoá, respeito e medo, além de que ele próprio se impõe acima de qualquer um, até mesmo do poder religioso, sempre lembrando de sua influência financeira e sua contribuição à Igreja Católica. Ariano Suassuna nos coloca frente a uma narrativa sobre um território brasileiro, o sertão, onde os mais pobres, detentores apenas da fé popular se tornam submissos a burguesia, a classe proprietária. No entanto, João Grilo usa de sua arma maior, a voz, é com ela que o personagem sempre desafia os que detém poder, é através dessa mesma voz que ele mostra sua indignação e sua inteligência, não se deixando oprimir por nenhum poder, como na cena em que ele fala “Vão-se danar todos, sacristão, padeiro, padre, bispo, porque eu já estou cheio, sabem?”(1997, p. 105). Esse personagem é o símbolo maior da resistência, ele atropela as ações que lhe colocam à margem da sociedade, sobressai das adversidades que sua região proporciona e usa de sua imaginação e suas mentiras para sair sempre por cima em sua trajetória.

Admoestado pelo Major, ao falar da benzedura do cachorro, o Padre decide que não benze mais bicho nenhum. Nesse espaço de tempo, o padeiro e sua mulher vão até a igreja para pedir o benzimento do cachorro, que estava quase morto, pois como sertanejos que eram, eram crédulos, apostaram na benção divina como forma de cura. Como dissemos, para Ariano, a fé é uma das forças que movem a vida dos sertanejos. Eles acreditam que o batismo salvaria o seu cão da morte, pois é comum a várias religiões a cura espiritual através da fé. Segundo alguns benzedores a fé daqueles que precisam ser curados é algo primordial, acreditar no poder da oração leva à cura.

Ariano nos apresenta mais um personagem avarento, representante da burguesia, que é chamado apenas de Padeiro. Esse personagem é dono de uma padaria e contribui com a igreja da cidade, mas pensa apenas em sua riqueza. Sua esposa, que também a conhecemos como Mulher do Padeiro, também ama exclusivamente o dinheiro e seu cachorro, além de trair seu marido. Esse comportamento feminino é rebelde, para a sociedade que é representada na época do Auto. Esse enredo se passa no início dos anos 30, ela assume condutas que fogem da ordem patriarcal a qual era submetida. Ela assume que foi enganada no seu casamento, maltratada e escravizada. A traição é um comportamento considerado mais normal e aceito para o gênero masculino, podemos então considerar que a Mulher do Padeiro encarna o estereótipo da mulher, muito presente na ideologia da Igreja Católica medieval: ou seja, a de pecadora e impura.

Quando o cachorro morre, a mulher do padeiro, quer que seu bicho de estimação tenha um enterro cristão. De acordo com os rituais fúnebres do catolicismo, o padre é chamado pela família para ir até o velório, fazer orações, usar o incenso e a água benta para lembrar o sinal do batismo. Após o velório o falecido é levado para o enterro acompanhado de cantos e louvores a Deus. Com a negação do Padre em dar ao cachorro esse enterro cristão João Grilo cria uma história sobre um suposto testamento deixado pelo cachorro para fazer com que o Padre entregasse o bicho. Sabendo que o Padre tudo fazia por dinheiro e poder, João diz que o cachorro deixou dez contos de réis para o padre e três para o sacristão. Com a chegada do bispo à cidade esses valores são alterados pois ele também exige seu quinhão no testamento. Ludibriado pela suposta existência do testamento do cachorro, o sacristão enterra o cachorro com acompanhamento de orações em latim,

como mandava a tradição. No início da obra, o palhaço-narrador nos alerta sobre o procedimento da peça. “Auto da Compadecida! O julgamento de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo, para exercício da moralidade.” (1997, p. 22-23). Esses três personagens ligados à igreja representam os falsos moralistas e religiosos que são retratados como gananciosos, em busca de poder e dinheiro, usando de seu papel religioso como forma de obtenção de ganhos pessoais.

Embora se declare católico, Ariano lança duras críticas aos religiosos em sua peça, são eles: o Padre, o Bispo e o Sacristão, pois eles fugiriam dos reais preceitos sobre como deve ser uma autoridade eclesial, se opondo a moral religiosa por ganância e soberba. No momento de suas acusações, no julgamento, a Compadecida explica que eles são assim devido a pobre e triste condição do homem, sendo eles seres sujeitos às fraquezas da carne. O Padre se nega a fazer o benzimento do cachorro ou até mesmo a fazer o enterro em latim, mesmo com o Padeiro e sua esposa o lembrando de sua contribuição com a igreja, ameaçando tomar a vaca que abastecia a igreja com leite. Mas o Padre e o Sacristão são tão corruptos e subalternos ao dinheiro que só aceitam as condições do enterro cristão para o animal quando João Grilo fala sobre o falso testamento e lhe promete dinheiro vivo. O Bispo é um personagem medíocre e submisso ao dinheiro, que não pune o Padre e o Sacristão por suas profanações contra a fé cristã. Nessa cena, podemos destacar a corrupção através do dinheiro como sendo uma marca da sociedade moderna: o que antes era proibido, passa a ser permitido desde que remunerado. Ariano se refere nessa obra a tendência dos nossos dias de escolher na religião somente aquilo que nos agrada, não atentando para suas formas, hierarquias e estruturas, e sim dela apenas se servindo para alcançar objetivos nem sempre meritórios.

O segundo ato apresenta João Grilo e Chicó buscando uma forma de ganhar dinheiro de seus patrões. Eles enfiam alguns tostões no traseiro de um gato e vendem aos patrões alegando que o gato comia ração e defecava dinheiro. A mulher fica deslumbrada com a demonstração de João Grilo, quando tira duas moedas do gato, e pede que o venda imediatamente. Aproveitando-se da situação, já que a mulher do padeiro estava abalada com a perda do seu animal de estimação, convence-a a ter outro bicho dizendo que ele gerava dinheiro. Após essa cena João Grilo e Chicó se reúnem em

frente à igreja com o Bispo, o Padre, o Frade e o Sacristão para fazer os pagamentos em relação ao falso testamento do cachorro. No mesmo instante chega o Padeiro reclamando do gato que não defecava dinheiro, e por último sua mulher anunciando a chegada de cangaceiros a cidade e dizendo que o policiamento da cidade fugiu. O Bispo, a Mulher e o Padeiro clamam pela intercessão de Nossa Senhora, com as seguintes falas: Bispo: "Ave Maria! Valha-me Nossa Senhora!"(1997, p. 107), a Mulher: "Ai! Meu Deus!"(1997, p. 4107) e o Padeiro "Ai! Meu Deus!"(1997, p. 107) recorrendo ao divino como forma de livramento do mal que estava por vir.

A invasão à cidade foi feita por Severino de Aracaju e outro cangaceiro. O cangaço foi uma forma de vida criminal ostensiva e violenta. Ainda sobre o cangaço, Carlos Alberto Dória nos relata que o cangaço foi uma forma de banditismo social caracterizado pela coragem e valentia assim como pelo uso de armamentos e da violência por parte de grupos ou mesmo de indivíduos isolados.

Não demorou muito para que os cangaceiros os encontrassem reunidos: o Padre, o Sacristão, o Bispo, o Frade, o Padeiro, a Mulher do Padeiro, Chicó, e João Grilo. Severino de Aracaju e o cangaceiro, roubará o dinheiro do suposto testamento do cachorro que estava com o Padre, o Sacristão e o Bispo e promete matar a todos.

O cangaceiro inicia a matança, O Bispo é o primeiro a ser morto, em seguida o Padre que pede para que o sacristão vá antes dele, por uma questão de obediência à hierarquia. Na peleja de um jogar de vez para o outro, os dois Cangaceiros atiram no Padre e no Sacristão ao mesmo tempo. O Frade se questiona sobre sua vez, mas Severino manda-o embora por acreditar que dá azar matar Frade. Os próximos seriam o Padeiro e sua esposa. O Padeiro inconformado com a infidelidade de sua mulher pede para que ela seja executada primeiro, para vê-la morrer como forma de prazer. A Mulher do Padeiro se mostra valente e assume o compromisso de morrer primeiro. No momento em que o Cangaceiro ia disparar o tiro na Mulher, seu esposo corre e lhe abraça, morrendo juntos por apenas o disparo de uma bala. Restavam o esperto João Grilo e Chicó, que é um pouco mais covarde.

Durante o enterro do cachorro, João Grilo pediu para Chicó que retirasse a bexiga do animal e a enchesse de sangue e a colocasse por dentro da sua roupa, pois precisaria dela para executar seu novo plano, quando o

padeiro e sua esposa viessem descobrir a farsa do gato. O Grilo lembrou-se da bexiga e tramou uma forma de continuar vivo: tirando de seu bolso uma gaita, mente para Severino dizendo que o objeto era mágico, capaz de curar ferimentos. Ainda diz que a gaita teria sido benzida pelo Padre Cícero.

João Grilo pediu a Severino para fazer uma demonstração apunhalando a barriga de Chicó, que estava com a bexiga. Chicó fingiria sua morte, o Grilo tocaria a gaita e ele "voltaria a vida", assim é feito. Severino fica abismado com tal mágica e fala: "Nossa Senhora! Só tendo sido abençoada por Meu Padrinho Padre Cícero."(1997, p. 124). Isso demonstra que mesmo sendo um cangaceiro, marcado pela personalidade forte e bruta, não abandonou a sua fé, com devoção em Deus e nos santos como Padre Cícero. E reforça essa ideia no trecho: "Ah, meu Deus só podia ser Meu Padrinho Padre Cícero mesmo."(1997, p. 125).

Chicó segue com a ideia de João Grilo, levanta-se e diz: "[...] Vi Nossa Senhora e Padre Cícero no céu"(1997, p. 125) que disse: "Essa é a gaitinha que eu abençoei antes de morrer. Vocês devem dá-la a Severino, que precisa dela mais do que vocês."(1997, p. 125), Severino deseja se encontrar com o Padre Cícero, para isso ele pede para que o Cangaceiro lhe dê um tiro e que João Grilo toque a gaita, em seguida. O Cangaceiro ergue o rifle e atira, só depois percebendo que era enganação do Grilo e Chicó. Os dois para escaparem da morte atacam o Cangaceiro e João Grilo consegue meter-lhe a faca na barriga.

O cangaceiro Severino de Aracaju e seu capanga são personagens que não merecem compaixão por parte daqueles que os conhecem, pois mataram muitas pessoas, saquearam cidades, e são responsáveis por levar os moradores de Taperoá para o julgamento final. Sua vida no cangaço não é mostrada como algo certo na obra, podemos apontar que sua inserção nesse meio foi após a morte de seus pais pela polícia, ficaram loucos e assim não se responsabilizarão por seus atos. Esses personagens, nesta obra, são colocados como estando à margem da sociedade. Eles são tidos como ignorantes, malfeitores, e incrédulos, mas isso é contrariado quando ele se põe diante do suposto chamado do padre Cícero, além de suas súplicas ao Divino no momento de seu julgamento.

João Grilo apanha o dinheiro do bolso do corpo morto de Severino e sai caminhando, explicando para Chicó que o truque da bexiga estava preparado

para a Mulher do Padeiro quando reclamasse do gato. Pouco antes de morrer, o jagunço esfaqueado ergue a mão e atira em João Grilo, que vai se encontrar com os outros personagens mortos no céu, sendo julgado no juízo final, que iria decidir o destino de cada alma. O julgamento ocorre no Purgatório e dele participam como acusador, o Encourado (O Diabo), como advogado de defesa, Manuel (Jesus Cristo) e, como juíza, a Compadecida (Nossa Senhora).

Inicia-se o terceiro e último ato do auto com a chegada dos personagens ao Purgatório: João Grilo, o Padeiro e sua Mulher, o Bispo, o Padre o Sacristão e Severino. Assim que chegam lá dão de cara com demônios e o Encourado que se permite levar todos para o inferno, já sabendo de seus pecados na terra, mas João como aquele velho amarelinho que sempre tenta escapar das situações mais vexatórias através da esperteza apela por um julgamento de respeito, pois em um tribunal se tem o direito de julgamento. Quando tudo parece perdido eles revelam uma fé inalterável em si mesmo capaz de clamar a Nosso Senhor para interceder por eles, isso é notado na fala de Severino "[...] vou apelar para Nosso Senhor Jesus Cristo, que é quem pode saber."(1997, p. 144). Acompanhando o Cangaceiro o Padre clama: "[...] apelo Senhor Jesus, certo ou errado, eu sou um padre e tenho meus direitos. Quero ser julgado, antes de ser entregue ao diabo."(1997, p. 145).

Os personagens começam a sentir um tipo de sentimento estranho que não sabem por que nem como explicar, alguns sentem como se sua alma quisesse cantar ou chorar, aparecem pancadas de sino e o som de aleluia. João ajoelha-se como que uma força irresistível o levasse a isso. Se ajoelhar é visto nos Evangelhos como uma forma de expressar súplica e adoração. O rito romano instrui os fiéis a se ajoelharem principalmente na missa, especialmente no momento da consagração, porque Jesus ajoelhou-se durante sua oração. Os personagens ficam com os olhos fixos, todos o acompanham e vão se ajoelhando vagarosamente, O encourado dá as costas para a figura que aparece, e pergunta "Quem é? É Manuel?" (1997, p. 146). São Mateus indica dois dos nomes que receberá o Menino nascido da Virgem: Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados, e Emanuel, que é um nome profético de Cristo que tem significado para os homens, trazendo no sentido desse nome "Deus Conosco". Com isso o Diabo chama a figura que apareceu no tribunal, Jesus, de Manuel ou Emanuel porque pensa que assim pode persuadir Jesus de que ele é somente um homem. Assim Manuel pede

para que todos se levantem, que vai começar o julgamento. Ele aparece como sendo negro, causando comentários racistas, como os de João Grilo que demostra ter preconceito de raça.

O Encourado inicia seu trabalho de julgamento pelo Bispo. Acusa-o de aprovar o enterro de um cachorro em latim em troca de pagamento, de falso testemunho, arrogância e falta de humildade. Ao Padre se aplica tudo que foi dito sobre o Bispo e mais um pouco. O Sacristão por fazer o enterro do cachorro de olho nos três contos, assim como por hipocrisia, autossuficiência e pelo roubo da igreja. O padeiro e sua mulher foram os piores patrões que Taperoá já viu, sua Mulher assim como o seu marido partilhavam da avareza e ela do adultério. Os Cangaceiros são acusados pelas mortes que somam mais de trinta. O Grilo é acusado de preconceito de raça, pela confusão criada com a história do enterro do cachorro, além de vender um gato que defecava dinheiro, e matar os cangaceiros com a história da gaita.

A peça Auto da Compadecida partilha a defesa da moral e dos bons costumes algo próprio do gênero "auto" que remonta a uma tradição medieval católica que utiliza-se do teatro como uma ferramenta capaz de mostrar didaticamente a diferença entre o bem eo mal, orientando, de forma maniqueista, sobre como se comportar. No entanto a peça de Ariano defende certo relativismo ético, que fica mais evidente na cena do julgamento, onde podemos perceber que cada personagem é praticante de vários pecados do Decálogo, são eles: o Bispo, a cobiça e o orgulho; o Padre, a cobiça e a preguiça; o Sacristão, a cobiça; em seguida temos o Padeiro, a avareza; sua Mulher, o adultério; o Cangaceiro e Severino, o furto e o homicídio; João Grilo é marcado pela falsidade e Chicó que não está no julgamento, mas é caracterizado pela mentira. No entanto, a peça relativiza esses pecados apontando para as condições sociais em que os personagens viviam. Esses personagens do sertão brasileiro, tinham um estilo de vida que não era bem visto pelos padrões da Igreja Católica, mas vale lembrar que por viver dessa forma não perdem a sua fé, eles usam de suas artimanhas para sobreviver em meio a pobreza, a miséria, o mandonismo e o machismo.

Feitas as acusações, o Encourado reivindica a imediata condenação de todos a segui-lo ao inferno, mas os personagens clamam àqueles que acreditam pode tirar eles daquele destino. O Bispo "Aí meu Deus! Valha-me Deus nessa hora de angústia."(1997, p. 160), O Padre "São João, meu padroeiro,

não me deixe ir para o inferno, pelo amor de Deus."(1997, p. 160). Enquanto isso João coloca a cabeça para funcionar e tem uma ideia: clamar, a partir de sua fé, para aquela que planta a justiça e a misericordiosa, que seria gente como a gente: Nossa Senhora. A Compadecida, como Maria é chamada, é a intercessora que defende todos os acusados, possui um caráter maternal por ser a mãe de Jesus, aquela que possui compreensão e misericórdia e que não desampara, é a mediadora entre o homem e o Divino. Essa proximidade é evidenciada na fala do personagem João Grilo, ao invocá-la recitando o versinho do poeta popular nordestino, Canário Pardo e nas falas dos personagens durante a obra: "Vixi, Maria" e "valei-me, minha Nossa Senhora". A Compadecida chega para mostrar que mesmo com os efeitos maléficos dos personagens eles também fizeram algo de bom em algum momento: o Bispo era trabalhador, cumpria suas obrigações e estava do lado religioso, trabalhando a favor de Deus. O Padre e o Sacristão são inocentados por serem instrumentos do medo e fazerem o errado por fraqueza do homem. O Padeiro na hora de sua morte perdoou a sua esposa e rezou por ela e ainda a amava mesmo com os atos por ela cometidos. A Mulher do Padeiro estava submetida a uma condição de mulher escravizada pelo marido e sem meios de libertação, usava as possibilidades de escapatória como forma de saída da condição em que vivia. João Grilo pede a Compadecida que dê a salvação aos cinco, ela concede os absolvendo e lhe garantindo lugar no purgatório. Resta então João Grilo que não pediu para ir como os outros para a salvação direta. A Compadecida intercede por João como sendo um pobre capaz de suportar as maiores dificuldades numa terra seca e pobre, e que Manuel dê a ele uma nova oportunidade. Manuel lhe concede, com uma condição, que ele lhe faça uma pergunta a qual não possa responder. Sua esperteza é testada e João passa no teste com direito de voltar a sua vida na terra.

De volta à terra se encontra com Chicó que estava prestes a enterrar seu corpo. João fica feliz em pensar no dinheiro resgatado do cangaceiro Severino, mas que Chicó tinha prometido a Nossa Senhora se o Grilo conseguisse escapar. Os dois vão pagar a dívida com Nossa Senhora.

E com isso encerra-se esse auto que segundo HISSA, Carolina e AGUIAR, Simone (p.2) "busca fazer o retrato de uma sociedade brasileira específica, que tem arraigadas a crença no conhecimento vulgar e religioso, e que precisam romper com as barreiras impostas por este mundo na busca do

desenvolvimento." Essa obra de Ariano Suassuna se utiliza sobretudo de situações de humor para tratar de assuntos como a própria miséria humana, a mesquinharia da sociedade, o racismo vigente e a luta pelo poder, além disso é possível encontrar os costumes regionais de caráter religioso e católico dos cristãos que estabelecem no próprio auto essas cenas vigentes. No início da peça o palhaço fala:

> Ao escrever esta peça, onde combate o mundanismo, praga de sua igreja, o autor quis ser representado por um palhaço, para indicar que sabe, mais do que ninguém, que sua alma é um velho catre, cheio de insensatez e de solércia. Ele não tinha o direito de tocar nesse tema, mas ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que esse povo sofre, é um povo salvo e tem direito a certas intimidades. (1997, p. 23-24).

A obra, portanto, teve o objetivo de denunciar o mundanismo, a praga de sua Igreja e o pecado como praga de toda humanidade, apresentando aos seus leitores/públicos o estado da alma humana. No ato final, João Grilo apela para a misericórdia, pois cabe somente a ela a libertação dos condenados, sendo eles perdoados por seus atos. A justiça possui o objetivo de reparar os danos, se ela fosse o único meio de salvação, toda a humanidade seria condenada. A misericórdia fez com que os personagens julgados fossem salvos pela graça não por seu mérito. Suassuna nos oferece, nessa obra, inúmeras ideias, imagens, falas, histórias, temas, percepções e motivos em que a fé e a resistência se colocam como centrais. Possui termos próprios da região Nordeste, mostra a vida dura, sofrida e insuficiente dessas pessoas, traz uma crítica moral, no formato de teatro do gênero "auto". É evidente em seu enredo a relação homem/sobrevivência e fé/resistência. Essa obra possui elementos de alto impacto como o riso, a mentira, a bravura e a passividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa na obra o Auto da Compadecida de Ariano Suassuna, foi possível entender sobre as representações de fé e resistência dos moradores de Taperoá, quando colocados em situações em que seria preciso ter esperança para superá-las. A crença os leva a ter confiança e conseguirem encarar as dificuldades da vida. A religiosidade é muito presente tanto nas falas, quando partilham a fé em Deus, nos santos e na virgem, quanto nas ações. No final da peça quando estão para serem enviados ao inferno, por causa de seus pecados cometidos na vida terrena, pedem a

intercessão de Jesus e da Compadecida para serem salvos pela misericórdia. A fé é, no entanto, manipulável, como em algumas cenas da obra, quando, por exemplo, a mulher pede um cortejo para o cachorro morto, como aconchego para sua alma naquele momento de dor. Diante da morte de seu animal de estimação e a impossibilidade do enterro cristão, João Grilo cria a história do testamento é algo que antes não era possível se torna possível, aproximando a fé com o interesse venal por dinheiro, já que agora o Sacristão e o Padre aprovam algo que antes era proibido perante os dogmas sagrados. Com a chegada do cangaceiro Severino e as mortes que causou, João Grilo cria a história da gaita benta, aquela que cura feridas benzida por Padre Cícero, ou seja, a fé nos objetos e símbolos religiosos, a fé se torna concreta e objetivada com o desejo do Cangaceiro de se encontrar com Padre Cícero e transcendental quando o Cangaceiro acredita em João Grilo por meio do uso do santo como aproximação do homem ao celestial. Também é importante destacar a importância de traçar uma pesquisa sobre a vida de Ariano Suassuna a fim de descobrir as motivações, inspirações e objetivos daquilo que defendeu e difundiu durante toda sua vida e na sua obra, destacando aquelas que lançam mão das formas e expressões populares tradicionais ditas nordestinas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**.5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMADA, Daniella Carneiro Libânio de. **O circo na poética de Ariano Suassuna.** *Plural Pluriel*, 2018.

ALMEIDA, Maria Simone Cunha. **Auto da Compadecida: Do Cordel ao Teatro**. Orientadora. Profa. Dra. Marilene Carlos do Vale Melo. 2013. 53 f. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba UEPB, Guarabira, 2013.

BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

DIMITROV, Eduardo. **Uma análise da construção social de Ariano Suassuna como "criador e criatura"**. Orientadora: Profa. Dra. Lília Katri Moritz Schwarcz. 2006. 206 f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**, 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRAZ, Maria Clara Souto**. O sertanejo nordestino - representações culturais brasileiras de resistência e de fé**. Orientadora. Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2004.

FRANÇA, Mírian Souza Medeiros de. **A representação da Identidade do Nordestino na obra Vidas Secas de Graciliano Ramos**. Orientadora. Profa. Dra. Cleoneide Moura do Nascimento. 2014. 47 f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba UEPB, João Pessoa, 2014.

HOROVITS, Michelle Barbosa. **A mentira e o riso na obra Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna**. Orientador: prof.: Dr. Henryk Siewierski. 2013. 64 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2013.

LEAL, Victor Nunes**. Coronelismo, Enxada e Voto**. 7. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, João Ferreira**. Proezas de João Grilo**, 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

LINS, Juliana; VICTOR, Adriana. **Ariano Suassuna – Um perfil biográfico**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MIRANDA, Eduardo. **Antologia Cordel da Compadecida: Os poemas que deram origem ao Auto da Compadecida**. São Paulo: Kairu, 2015.

POTIER. Robson, William. **Sertão praticado, sertão representado: a catinga como espaço de fartura ou privação, de ficar de passar**. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco – História*,v.10 n. 15. 2015.

RABETTI. Beti.(Org.). **Teatro e comicidades: estudos sobre Ariano Suassuna e outros ensaios**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**, 31. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

Websites:

TEATRO de Amadores de Pernambuco (TAP). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022.** Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo402699/teatro-de-amadores-de-pernambuco-tap. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

TEATRO do Estudante de Pernambuco (TEP). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022.** Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo404785/teatro-do-estudante-de-pernambuco-tep. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

TEATRO Popular do Nordeste (TPN). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022**. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo404786/teatro-popular-do-nordeste-tpn. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

"SE EU MORRER E TIVER QUE VOLTAR NO MUNDO OUTRA VEZ, EU QUERO SER A MESMA COISA, NEGRO!": A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DA LAGOA DO JOÃO EM POÇÕES-BA

Isaac Dias Martins do Carmo[3]

RESUMO

Nesta pesquisa, foi investigado e analisado como o conceito de quilombo foi tratado na historiografia e como o termo *quilombos e quilombolas* não só desapareceu dos mecanismos de repressão e da literatura, mas também do imaginário destas comunidades. Para contribuir com a discussão, a comunidade remanescente de quilombo da Lagoa do João, localizada em Poções-BA foi o objeto empírico para compreender como o grupo resgata e aciona a partir da memória e ancestralidade na elaboração da identidade negra e quilombola. Para dar conta do proposto, foi adotada uma metodologia de cunho qualitativo, amparado pela a História Oral utilizando-se de questionários de entrevistas a lideranças e anciãos da comunidade.

Palavras-chave: Quilombos; Comunidades remanescentes; Ancestralidade.

INTRODUÇÃO[4]

A História do Brasil é cercada de "invisibilidades" e as comunidades remanescentes de quilombo não fogem dessa lógica. Se no passado esta invisibilidade era uma forma de proteção contra as ameaças externas, hoje milhares de comunidades negras não só desejam sair do antigo isolamento, como anseiam o reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus valores culturais. Neste intuito, a comunidade remanescente do quilombo da Lagoa do João tornou-se objeto de estudo teórico e empírico uma vez que,

---

[3] Graduado em História pela a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Pós-graduando Lato Sensu em História: Política, Cultura, Sociedade, Ensino e Aprendizagem.

[4] O presente artigo faz parte do trabalho de conclusão curso intitulada "Ancestralidade do Trabalho e as Relações Cotidianas na Comunidade Remanescente de Quilombo da Lagoa do João em Poções - Ba", que foi requisito para para a obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no segundo semestre de 2022.

enquanto historiador e sujeito do mundo rural, despertou-se um crescente interesse em contribuir para a visibilidade das realidades desta comunidade.

O presente estudo propõe analisar a comunidade de remanescentes quilombola da Lagoa do João - no município de Poções, Bahia a fim de investigar como a identidade étnica vai se ressignificando a partir das necessidades, demandas e dificuldades impostas à comunidade e como a memória da escravidão, da migração e da busca pela terra são acionadas pelos atuais anciões da comunidade na construção da identidade étnica.

Para dar conta do proposto, o conceito de quilombo a ser abordado foge da concepção colonial formalmente definido como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Conselho Ultramarino, 1740) (ALMEIDA, 2012, p. 59). Visto que, a natureza e formas de organização dos quilombos (Gomes, 2017) caracteriza os quilombos pela diversidade, intensidade, e frequência espacial e temporal. Segundo ele, a tipologia pode sugerir generalizações, determinar entre grandes, médias ou pequenas formas de organizações e estruturas sociais, sendo complicado tipificá-las.

Diante disto, a definição das comunidades remanescentes de quilombos teve como base a etnicidade, a partir das visões de Fredrik Barth (1969). Essa corrente teórica ofereceu alternativas aos dilemas conceituais e políticos normativos aos remanescentes. A partir das suas contribuições forjou-se um plano investigativo no qual as percepções dos próprios sujeitos acerca do que significa a categoria, o foco recai nos processos dos grupos étnicos e sobre a natureza das fronteiras que o mantêm e os fatores “socialmentes relevantes” para os próprios atores, em contraposição às posturas que partiam da contabilização de conteúdos culturais como base para explicar etnicidade. Antropólogos e historiadores vêm refletindo sobre os problemas e limitações da categoria de remanescentes de quilombos, ressaltando a insuficiência conceitual, prática e política do termo. O’Dwyer (2002), Arruti (2006), Almeida (2012) indagam se a categoria remanescente de quilombos seria capaz de comportar a experiencia histórica de seguimentos negros no Brasil ou se era um conceito genérico.

A partir do trabalho de campo e amparados metodologicamente pela a História Oral como principal elemento metodológico, que possibilitou

apreender como esses sujeitos vivem e interpretam a realidade, observamos que a comunidade remanescente de quilombo da Lagoa do João tem dentre suas principais características no processo de construção identitário, que se estende a gerações, a ancestralidade.

A ancestralidade é o cimento das relações cotidianas do grupo, está presente nos hábitos, costumes, tradições e técnicas na agricultura. Mas, também, nas relações de solidariedade e reciprocidade manifestadas a partir do ato de emprestar ferramentas utilizadas na agricultura, calçados, roupas para cerimônias de casamento e batizado, e no costume de doar pequenas parcelas dos excedentes das suas roças de subsistência a fim do fortalecimento dos laços simbólicos.

Fazer parte de um quilombo é ser quilombola: direitos civis e reconhecimento histórico

A trajetória do negro no Brasil é marcada por muita luta, sofrimento, dor e resistência. Assim, é de suma importância uma abordagem acerca deste povo que, ainda hoje, trava lutas cotidianas pela sobrevivência.
A historiografia oficial por muito tempo omitiu a participação dos negros em vários momentos de luta pelos direitos humanos e contribuiu para o não reconhecimento do seu papel na construção do país. Nesta pesquisa, na comunidade quilombola da Lagoa do João, algumas vozes representam essa luta cotidiana pela sobrevivência, direito à cidadania, igualdade e reconhecimento dos seus modos de vida específicos. Dentre essas vozes, destaca-se a do Sr. Valdivio, atualmente com 64 anos:

> Estamos sendo reconhecidos a nível nacional, mas a nível municipal ainda não somos reconhecidos, estamos buscando mostrar nossa comunidade a todas as pessoas de Poções, para reconhecer a nossa comunidade, que por enquanto é a única aqui no município. Pode ter mais! [...] A nossa preocupação aqui é aprender, saber dos nossos direitos, temos mais de 10 anos de associação, mas que estamos fazendo parte (quilombolas) é recente, é vocês que estão trazendo pra gente. Agora que estamos aprendendo sobre a cor da gente, precisamos de vocês, professores que nos ensine os nossos direitos para que ninguém venha de fora aqui e nos leve na conversa[5].

Nesta fala, proferida em 2012, na cerimônia de reconhecimento como

[5] Evento de comemoração da conquista da certificação como comunidade remanescente de quilombo, expedida pela Fundação Cultural Palmares em 25 de novembro de 2012. Arquivo encontrado no Canal do Youtube do PSOL Poções Acesso em junho de 2022. (https://www.youtube.com/watch?v=AoRQX0IVHj0)

comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, destacam-se as ideias de *quilombo* e *quilombolas,* que, inicialmente, configurou-se como termos exógenos a essas comunidades. visto que, antes da autoatribuição, a comunidade teve diversas reuniões com lideranças negras para ressignificação dos termos e reapropriação dos significados.

O fenômeno dos quilombos, para ser entendido na sua complexidade, parte da necessidade de contextualizá-lo no período escravocrata no Brasil, fazendo parte dos elementos de resistência à escravidão, desde as primeiras décadas da colonização. Segundo o historiador Flávio dos Santos Gomes (2015), o primeiro mocambo foi registrado na Bahia, em 1575.

De acordo com historiador Clóvis Moura (1972), onde havia escravidão, o quilombo estava presente e não era uma simples manifestação característica de apenas um lugar, tinha uma capacidade de organização que surpreende pela resistência que oferecia, poderiam ser destruídas dezenas de vezes que, novamente, iriam aparecendo em outros locais, construindo suas roças, casas e reorganizando a sua vida social. Dessa forma, o mais importante a ressaltar é que, em qualquer período ou local, o quilombo foi fundamental para evitar o isolamento do resto da sociedade e ser uma via de proteção e reprodução.

A dinâmica entre os quilombos e sociedade, segundo Moura (1872), foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. Gomes (2015) afirma que os vários quilombos continuam se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil. No pós-abolição, o negro escravizado ganha a liberdade, mas no lugar da igualdade recebe a invisibilidade da falta de políticas públicas. A grande massa negra livre foi transformada em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes, pois suas atividades econômicas não eram contempladas nos dados censitários, já que se articulavam a agricultura familiar, os trabalhadores sazonais e o extrativismo. Ora consideradas invisíveis, ora estigmatizadas, assim as comunidades rurais negras se formam, "isoladas pela falta de comunicação, transporte, educação, saúde, políticas públicas e outras formas de cidadania" (GOMES, 2015, p.123).

Na Lagoa do João, os moradores contam que uma das formas pelas

quais são reconhecidos é *os negros da Lagoa do João*. Este estigma vai além da cor da pele, reflete diretamente na invisibilidade, a qual outras comunidades negras também vêm sofrendo ao longo do tempo. Na Lagoa do João, por exemplo, a primeira estrada foi construída por meio do trabalho braçal de seus moradores e, mesmo atualmente, a manutenção é feita por meio de adjuntos entre estes.

A invisibilidade das comunidades quilombolas não é só pelas lentes do Estado. No período pós-abolição, o termo *quilombos* só apareceu na literatura especializada em reflexões mais sistemáticas, mais precisamente, nos estudos afro-brasileiros dos anos de 1930, os quais são marcados por atribuírem aos quilombos um tempo histórico, "em geral seguindo os estudos fundamentais de Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edson Carneiro com interpretações de viés culturalista. Posteriormente, a tarefa foi retomada por Roger Bastide (REIS e GOMES, 2012, p.11).

Segundo Schwarcz (2012), vários autores adotaram esse tipo de modelo e teoria, a qual procurava "naturalizar" diferenças e fazer de questões políticas e históricas dados "inquestionáveis" da própria biologia. Nesta vertente mais negativa, originária dos fins do século XIX, a mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação, reforçando ainda mais a necessidade do Estado brasileiro optar por políticas eugênicas e do embranquecimento da população. Posteriormente, o viés culturalista iria positivar a ideia de miscigenação, a fim de reforçar o mito da democracia racial, a qual é "caracterizada por Artur Ramos como um fenômeno 'contra-aculturativo' que surgiu como reação à desagregação cultural que o africano sofreu sob o regime de escravidão" (ARRUTI, 2008, p.319).

Com a ascensão dos movimentos de esquerda, como lembra Reis e Gomes (2012), em meio a difusão do arcabouço marxista na historiografia e ciências sociais brasileiras surgem trabalhos de Clóvis Moura e Décio Freitas, entre outros, a partir dos anos de 1950, "nos quais os quilombos e revoltas escravas passam a figurar como assunto de destaque" (ARRUTI, 2008, p.319-20).

Em uma nova perspectiva, o termo *quilombo* passa por uma nova ressemantização. Segundo Arruti (2008):

> Assim, ao mesmo tempo em que se consolidava um tipo de interpretação sociológica da história do negro no Brasil, que

> tinha por motor a crítica à ideologia da democracia racial, tais trabalhos enfatizavam a agência escrava, perspectiva pela qual os quilombos são expressão histórica da resistência política (ARRUTI, 2008, p.320).

O termo quilombo passa a ser utilizado como metáfora corrente nos discursos políticos, como signo de resistência, passando a inspirar reivindicações do movimento negro.

Ao efervescer do aniversário da abolição, tendo em vista as emergências dos grupos militantes do movimento negro, Abdias do Nascimento (1980) lançou o manifesto político-intelectual intitulado *Quilombismo*, tendo por referência a figura histórica colonial do grande quilombo de Palmares e do seu líder, Zumbi. Esta obra, fundada nos valores africanos de comunitarismo, solidariedade e liberdade, surgia de forma firme, denunciando a marginalização social imposta aos negros, salientando que a liberdade não havia sido dada, mas sim conquistada, aflorando discussões acerca do racismo e a vigência ou não de uma democracia racial no Brasil, ampliando assim a luta afro-brasileira contra o genocídio negro.

Com o fim do governo militar, houve discussões sobre o acesso de populações negras à terra. Segundo Arruti (2008), movimentos camponeses dos estados do Maranhão e do Pará surgiram na década de 1980 por meio do encontro da militância católica, em especial da Pastoral Negra, e de uma camada de jovens recém-migrados das comunidades rurais para as capitais de São Luiz e de Belém. Estes grupos se reuniram, articularam e fizeram uma releitura camponesa do conceito de quilombo, que passava a traduzir a história viva das lutas específicas de cada comunidade.

A pressão resultou na promulgação do Art. 68 da Constituição Federal de 1988 e os artigos 215 e 216, que garantem o pleno exercício dos seus direitos culturais e sociais e posteriormente, no decreto n° 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, possibilitando que várias comunidades tradicionais pudessem ter suas realidades alteradas, caso preenchessem o perfil de "comunidades remanescentes de quilombos".

Voltando à fala do Sr. Valdivio, os termos *quilombo* e *quilombola* são recentes na comunidade, fato atestado por outros moradores em nossas visitas. Dessa forma, o termo *quilombos* não só desapareceu dos mecanismos

de repressão e da literatura, mas também do imaginário destas comunidades.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011) ressalta que os camponeses de ascendência escrava, seja africana ou indígena, foram "treinados" para lidar com antagonistas hostis, ou seja, para negar a existência do quilombo que ilegitimaria a posse, que ilegalizaria suas pretensões de direito. Ainda segundo Almeida (2011), admitir a condição de quilombola equivalia ao risco de ser posto à margem da lei e ao alcance dos instrumentos repressivos.

Há diferentes tipos de territorialização, denominadas de terras de preto, terras de herança, terras de santo, terras de santa, terras de índio. Segundo o historiador Nivaldo Osvaldo Dutra (2015), em um estudo aprofundado na comunidade remanescente de Mangal/Barro Vermelho, localizada na zona rural do município de Sítio do Mato-BA, na região do Médio São Francisco, grande parte das terras de negros são constituídas por terras de qualidade inferior, localizadas em locais de difícil acesso, como matas e áreas de topografia acidentada. Dutra (2015) observa que existe uma multiplicidade de espaços negros com suas singularidades histórico-socio-espaciais. Para alguns grupos rurais negros, a apropriação comunal da terra, conjugado à ideia de que como "a terra é de ninguém" está, assim, disponível "a quem nela queira trabalhar", portanto a clara conotação de que "a terra é de todos". Para o historiador:

> [...] os territórios comunalmente utilizados por grupos negros são assim entendidos "como se fossem seus, dispensados, na sua lógica, de qualquer formalização de testamentos ou inventários, que invariavelmente são remetidos à memória oral do grupo, funcionando como compromisso por todos aceito e acatado" (DUTRA, 2015, p. 41).

Na comunidade remanescente do quilombo da Lagoa do João não encontramos os documentos antigos. Questionamos a um dos anciões sobre a forma de aquisição das terras e se havia algum documento, uma forma de investigar mais a fundo as origens da comunidade, e este relatou que as terras são "na base da declaração, não existe escritura. O velho (Pedro Casimiro) tinha uma escritura, mas eu acho que não foi pagando, não foi pagando e só ficou aquilo registrado que era dele.".

O morador relata ainda que a escritura não existe mais, os moradores quando precisavam de alguma documentação referente às terras tinham que fazer declarações. Talvez a documentação nunca tenha existido e tenha sido uma forma de Pedro Casimiro garantir a legitimidade das terras,

principalmente, se forem terras devolutas da união, as quais foram, historicamente, objetos de tensões e disputas.

Para cada grupo, a terra tem sua própria história, legitimando sua condição e construindo sua identidade coletiva a partir dela. Como afirma Dutra (2015), há estreita vinculação do território à memória, no sentido de que o território é a passagem da memória social, pois nele estão impressas as imagens fortes dos lugares. Diante disso, a partir das relações entre as experiências sociais e o território onde resguardam formas de trabalhos, hábitos, costumes, festas, religiosidade e demais formas na manutenção da organização social, demonstram como a memória e identidade demarcam fronteiras étnicas no quilombo da Lagoa do João. Esta comunidade, a partir do reconhecimento da reminiscência quilombola passou a reivindicar direitos e ao reapropriar do termo quilombola acionando a ancestralidade e (re)construindo a identidade do grupo.

A formação identitária do "eu sou quilombola" e "nós somos quilombolas" da comunidade quilombola da Lagoa do João perpassa pelas as tensões étnicas e territoriais do que se compreende como Lagoa do João, por sua vez, os anciãos buscam legitimidade nos laços sanguíneo e de parentesco herdados desde a formação do quilombo.

Breve histórico de formação do quilombo da Lagoa do João

A Lagoa do João é uma das comunidades negras existentes no município de Poções, no estado da Bahia, localizada na zona rural, a 27 km de distância da zona urbana da cidade. Essa localidade faz parte de um complexo de três comunidades negras (juntamente com Pimenteiras e Vassouras), que abrigam um total de noventa famílias, as quais já representam, aproximadamente, a sétima geração desde a fundação da comunidade. Essa afirmação é feita com base em relatos de moradores da comunidade, os quais argumentam que a família de Dona Julinda, 99 anos[6], matriarca da comunidade, está na quarta geração e, segundo Dona Maura[7], filha da matriarca, a família já tem tataraneto.

Segundo a tradição oral dos moradores mais antigos da localidade, o nome Lagoa do João originou-se há muito tempo atrás, quando a região ainda

[6] Dona Julinda faleceu no dia 17 de junho de 2021, vítima de um infarto.
[7] Entrevista concedida em 2019.

era pouco habitada, depois da chegada de um homem chamado João, o qual buscava refúgio após ter fugido de um quilombo. Não há outras referências sobre a origem da comunidade, perguntas como "*onde ficava este Quilombo?*" ainda permanecem sem respostas. O que se sabe é que o território era trânsito de pessoas que ligava o sertão às regiões da zona mata baiana. A localidade era considerada como ponto de referência para negros que fugiam da seca do sertão e se deslocavam para a zona da mata em busca de meios de sobrevivência.

Segundo os habitantes mais antigos da comunidade, as histórias que são contadas relatam que a Lagoa do João era o ponto de encontro de retirantes. Assim, quando se dividiam, para não se perderem dos parentes, utilizavam o local não só como referência de encontro, mas de novas formas de vida, de sobrevivência e trabalho.

De acordo com o historiador José Pereira dos Santos (2004), há documentações[8] que apontam que os escravos estavam presentes na estrutura econômica da cidade de Poções desde o início do povoamento, no fim do século XVIII. Essa afirmação é reforçada por Traquino Torres (1998) ao relatar que, em 1872, a Vila era composta por 7.428 habitantes, sendo que quase 10% desse total eram escravos (TORRES, 1998, p. 89 apud. SANTOS, 2004,p. 164). Ainda de acordo com Santos (2004), com a área territorial vasta e pouco povoada, existe a possibilidade de Poções ter sido utilizado como refúgio para escravos fugitivos das vilas situadas próximas às suas fronteiras, sendo a comunidade da Lagoa do João um dos refúgios para estes.

No que se refere à formação do quilombo, esta é marcada, segundo a tradição oral, pela chegada de Pedro Casimiro e Vicência à localidade. Contudo, além das narrativas orais, não encontramos outras documentações que atestam se isso ocorreu antes ou depois da abolição da escravidão, devido à ausência de outros documentos históricos da comunidade, o que só reforça e ressalta a importância da a tradição oral em recuperar um passado por meio de narrativas, preservar suas memórias e sua identidade étnica. Assim, fazendo uso desse recurso, conversamos com a senhora Maura (68 anos de idade), moradora da Lagoa do João, sobre o surgimento da

[8] Consta na revista Memória Conquistense, n° 3, página 89, data da resolução n° 1986 que separa Poções do município da Vitória de 26 de junho de 1879. A data correta da separação (emancipação política de Poções) é 26 de junho de 1880.

comunidade, a qual relatou que:

> Esse povo veio refugiado, desse mundo aí, nós não sabemos explicar pra você, porque esse povo que veio parar aqui, tudo passou pelas bandas do Gavião, sofrendo, sofrendo [...] viemos fugido nós não sabemos de que descendência é nós.

Quando a entrevistada menciona as "bandas do Gavião", ela se refere a uma região chamada Laje do Gavião, também já citada em uma entrevista feita por Graziele de Lourdes Novato Ferreira, no ano de 1995, com a senhora Ana Isidora Pinheiro de Araújo (100 anos de idade à época), moradora do Quilombo do Cinzento, situado a aproximadamente 12 km da Lagoa do João. Na ocasião, a entrevistada contou que:

> [...] Meu avô veio da Laje do Gavião. O nome dele era Dezidério. O velho Dezidério era cativo. Meu pai contava histórias de cativos, mas não ficou na minha cabeça [...]. [...] e eles vieram de lá para cá, meia noite, terça-noite, vieram escondidos (FERREIRA, 2003, p. 55).

A historiadora Graziele Ferreira (2003), em suas investigações acerca da descendência do Quilombo do Cinzento, faz referência à região de Laje do Gavião. Segundo ela, os mais velhos contam que: "seus antepassados são da região da Chapada Diamantina, mais precisamente, do antigo Arraial dos Creolos, atual Rio de Contas" (FERREIRA, 2003, 58).

Com a crise do ouro, muitos senhores migraram para outras regiões em busca do metal precioso e o Rio Gavião foi um dos locais escolhidos para a exploração. Assim, esse local também está presente na memória coletiva dos quilombolas da Lagoa do João, como mostra a fala da senhora Maura citada anteriormente, como uma lembrança de suas origens.

Diante dessa memória coletiva, Ferreira (2003) realizou uma investigação documental na tentativa de localizar o inventário do possível proprietário dos escravos que formavam o Quilombo do Cinzento. Para isso, a historiadora tomou como ponto de partida os sobrenomes predominantes nessa localidade, sendo estes Pinheiro Araújo e Pereira e Nunes:

> Perseguindo algumas pistas, cheguei até o arquivo Municipal de Rio de Contas, onde pude constatar a existência do único proprietário de escravos na região de Rio de Contas com o sobrenome Pereira Nunes (grafia da época), que coincide com as informações recuperadas na memória do grupo. O inventário no qual contém essa informação data do final do século XVIII, mais precisamente entre os anos 1766 a 1781 (FERREIRA, 2003, p. 58).

Dessa forma, como a memória da comunidade da Lagoa do João aponta

sua descendência para a região das margens do Rio do Gavião, assim como a memória do Quilombo do Cinzento e a partir dos principais troncos familiares, a família Araújo de Dona Maura e Nunes de famílias da comunidade quilombola de Pimenteiras, nossa hipótese é que os quilombos da Lagoa do João, Vassouras e Pimenteiras compartilham das suas ascendências com o quilombo do Cinzento.

Segundo Ferreira (2003, p. 61) “a vinda dos primeiros negros do Quilombo do Cinzento está associada às comunidades estabelecidas à margem do Rio Gavião e é datada de 1810 a 1860”. Por outro lado, a respeito da comunidade da Lagoa do João, não é possível determinar com precisão quando isso aconteceu, devido à falta de documentos e memórias da comunidade.

De acordo com os relatos do senhor Laurentino Ferreira, 72 anos, nem mesmo Dona Julinda conseguiu alcançar os tempos de Pedro Casimiro. Em nossas visitas à comunidade, devido a idade avançada, Dona Julinda já não tinha em suas memórias lembranças do tempo dos seus avós e nem dos seus antepassados, talvez, de fato, nem mesmo ela tenha conhecido Pedro Cassimiro e Vicência antes do falecimento deste. Porém, considerando a chegada de Pedro Casimiro e Vicência e a expectativa de vida de aproximadamente 70 anos, podemos levantar a hipótese de que isso ocorreu por volta de 1840 a 1880.

A respeito das características da população da Lagoa do João, esta é composta por traços bastante homogêneos: eles são negros de pele bem escura, têm estatura média de 1,70, aparentam ter um forte porte físico, rostos arredondados, dentes largos e brancos. Essas características são resultantes de casamentos entre primos, os quais preservaram famílias por várias gerações.

Essa questão é reforçada pelo senhor José Ferreira, 85 anos, diante da pergunta sobre a origem de sua esposa, Dona Lindaura, a qual ele diz que “é minha prima carnal, o pai dela e meu pai é irmão, tudo filho do velho Cassimiro. O Compadre Laurentino é primo nosso, primo carnal”. Ao questionar se enfrentou algum problema com a família por serem primos carnais ele nos relata que “Não! O problema foi chegar no pé do padre, esse tempo era fácil para casar, nos casamos na Lagoa da Serra com o Padre Norato[9]”.

O vínculo com o passado para os negros pode ser entendido pela forma

[9] Entrevista cedida em Janeiro 2020.

com que:

> [...] se construíram e criaram sua identidade através da apropriação histórica e cultural de um território determinado, cujo espaço é marcado por memórias do tempo vivido pela população e que ao mesmo tempo, define a identidade dessa população (ARRUDA, 2003, p. 3 apud. FERREIRA, 2003, p. 56).

Os testemunhos vivos e a lembrança da ancestralidade resultam num rico legado para a recuperação histórica dos quilombolas da Lagoa do João. Suas características culturais são resultado de um trabalho dos próprios atores em organizar as interações entre as pessoas. Na tentativa de compreender os meandros da assunção quilombola na comunidade, além da constituição interna, procuramos refletir a partir das suas fronteiras étnicas. Como afirma Mello (2012), "a diferença não é fruto do isolamento, mas sim do contato".

O contato deixa marcas, mas também reafirma a identidade. Os quilombolas da Lagoa do João têm na elaboração da sua identidade as marcas de uma vida sofrida e cheia de negações por serem uma comunidade negra.

"Se eu morrer e tiver que voltar no mundo outra vez, eu quero ser a mesma coisa: Negro!"

Como mencionado na seção anterior, a origem dos primeiros moradores do Quilombo da Lagoa do João somente pode ser conhecida por meio de algumas memórias dos anciãos da comunidade, as quais foram transmitidas por meio de histórias preservadas pela tradição oral, que atravessam gerações. Em conversa com o senhor Anelito Ferreira, este se emociona ao rememorar o passado de sofrimento da comunidade:

> O meu pai contava mais história daqui, o meu pai me criou com um saco nas costas vendendo dia. Comendo um feijãozinho, quando acontecia tinha um pedaço de toucinho dentro. E o mais era isso. Dormindo na cama de esteira de palha. Casinha coberta de palha levantada com taipas e enchimento. Eu encontrei aqui tempo muito doloroso, a vida é triste né? Eu nasci em 1932. Eu quando tinha dez anos, conheci a vida penosa, meu pai saindo pra mata caçar recurso pra nos comer, descalço, com saco nas costas que quando eu lembro daquilo eu choro [...] o primeiro carro que entrou aqui nós fez a estrada manual, para dar socorro um doente, daí foi melhorando, melhorando e hoje tá nessa situação aí. Mas aqui foi triste, aqui era uma vida triste, criamos assim, naquela tristeza. Trabalhando muito e passando mal pra viver, mas a vantagem é que nós nunca ganhamos a fama de ladrão, trabalhou pra sustentar como homem e está até hoje. Hoje a coisa melhorou, mas aqui foi triste[10].

[10] O Senhor Nelito, nascido em 1932, veio a falecer em 2019. A entrevista utilizada foi realizada por Rogério Sagui para o documentário *Memórias de um Quilombo Vivo*, em 2016.

A memória relatada pelo morador da comunidade nos dá uma dimensão das dificuldades enfrentadas diariamente pela sobrevivência. Segundo Kanbengele Munanga (2020), em uma sociedade colonizada em que discursos recorrem a preconceitos e estereótipos e vive permanentemente em uma situação de violência, a desvalorização e a alienação do negro estendem-se a tudo aquilo que o toca: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. O colonizado é assim, remodelado a uma série de negações que somadas constituem um retrato-acusação, uma imagem mística.

Já o colonizador, por sua vez, legitima seu privilegio pelo trabalho, enquanto que justifica a nulidade do colonizado pelo ócio, gerando o mito do negro preguiçoso que não é real. Kanbengele Munanga (2020) afirma que, nesta estrutura racista, vários elementos legitimam a descriminação e reforçam os estereótipos presentes no medo do senhor Anelito e também da comunidade, em sofrer julgamentos tais como o de não poder confiar ao negro funções de responsabilidade, salários iguais ou postos de direção. De acordo com Munanga (2012, p. 12), a história do negro no Brasil é caracterizada pelas piores tentativas de desumanização e repressão cultural não apenas como objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas por ter sido simplesmente negada sua existência.

O Sr. Anelito relembra sobre a frustração por não ter tido oportunidade de frequentar a escola, consequência da falta de políticas públicas somadas com o racismo estrutural que diretamente trazem marcas na construção da sua identidade negra e quilombola. Ele relata que existia escola, mas não poderia frequentar para “não aprender putaria e escrever para as filhas dos outros” são faces do racismo, dos estereótipos, discriminação e as desigualdades raciais.

A educação formal sempre foi um dos caminhos para a ascensão social, principalmente do povo negro. Mas, por parte do Estado, foram desprovidos de direitos civis e políticos e mesmo após a abolição da escravatura, não há conquistas relevantes da inclusão do negro na sala de aula, pelo contrário, era vetado a presença de negros nas escolas, seja por dificuldades de arcar com os custos financeiros, ou pela discriminação racial, muitos pais não queriam que seus filhos brancos se misturassem com negros.

O lamento do Sr. Nelito não é só dele, é de todo um povo negro que por não ter o direito a educação formal foi abortado de doutores, advogados, engenheiros e educadores. A realidade enfrentada foi bem diferente:

> Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça. Eram os chamados negros da lavoura. Não sabiam ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Mal vestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes (FERNANDES, 2008, p. 94).

O estereótipo do negro, pelo fato de ocupar funções mais desqualificadas no estrato social ou pela falta de empregos passou a ser de “desordeiro”, “vagabundo” e uma ameaça a vida em sociedade. Os reflexos do racismo estrutural sofridos pelo o Sr. Anelito e justificadas pelo mito da democracia racial impacta ainda hoje na autoestima e na forma de viver do povo negro.

O racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade, cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo o binarismo identitário, ou seja, uma identidade do que é ser negro contraposta ao que é ser branco, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos (FERNANDES E SOUZA, 2016).

A oposição a essa estrutura hegemônica de poder só é possível por meio da luta contra o racismo e as desigualdades raciais, assim como a afirmação da identidade negra. Um dos pontos de partida é a tomada de consciência, “a auto afirmação e a construção de uma solidariedade entre as vítimas do próprio racismo, possibilitando uma reabilitação dos valores das civilizações destruídas e culturas negadas” (MUNANGA, 2012, p. 9).

Assim, entendemos que o Quilombo da Lagoa do João está inserido nesse movimento. Os sujeitos se reconhecem como negros, têm consciência da sua força e entendem que somente por meio da solidariedade e reciprocidade o grupo terá forças para lutar.

Segundo Munanga, (2012), o fator histórico parece o mais importante, à medida que constitui o conhecimento cultural que une os elementos diversos de um povo por meio do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade.

O senhor Laurentino, ao lembrar das dificuldades que já passou para conseguir sustentar sua família, afirma sua identidade negra dizendo:

> [...] uma vez eu tirei uma quinzena comendo farinha com pimenta,

> aquelas farinhas grossas. A gente pegava a farinha e comia aquilo lá, porque não tinha o dinheiro. Rapaz essa carne negra é muito forte, é por isso que eu me agradeço a Deus essa qualidade que eu tenho, porque somos fortes de natureza. Tem muita gente que não quer ser negro não, mas eu sou um negro, negro mesmo, legítimo e honro a minha qualidade. Se eu morrer e tiver que voltar no mundo outra vez eu quero ser a mesma coisa que eu sou, não pobre porque pobre não tem valor, mas negro, eu quero voltar a mesma coisa que eu sou. Nunca passei desaforo no mundo, porque se eu passasse, eu retribui a ele[11].

Tanto a identidade pessoal quanto a identidade do grupo são formadas em diálogo aberto. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra. A identidade negra, segundo Gomes (2002), é como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Para o senhor Laurentino, a identidade negra é construída a partir da sua dificuldade e da memória de outros corpos negros que também experimentaram as mesmas condições de vida ou até piores. Quando ele se refere a sua qualidade de negro e ao dizer "somos fortes por natureza", está elaborando sua identidade associando passado e presente numa dinâmica particular e universal do que significa ser negro, bem como também trazendo à tona um referencial de resistência e de luta, memórias que são apresentadas no presente como marcas da sua história.

Quando o negro assume sua identidade negra está abandonando todo um ideário do branqueamento cultivado há mais de um século, contrariando a ideologia de democracia racial. Esta identidade é forjada pela a resistência, seja de memórias herdadas dos ancestrais, acontecimentos, personagens, lugares e o sentimento de pertencer à determinada coletividade.

Já o senhor Manuel Ferreira, 74 anos, associa a identidade negra à identidade quilombola da seguinte forma:

> Não sei, eu estou pela conversa dos outros. Mas, não sei explicar o que vem ser. Mas, eu acho que os quilombola, eu acho que era os negão de antigamente, os escravos que tinha antigamente. Eu acho que é por aí . Hoje eu 'tô feliz por um detalhe, antigamente, a pessoa da minha qualidade era quase, tipo como escravo. Hoje, hoje 'pião'Pião tem de considerar, tem que respeitar pelo jeito de hoje. *Antonse* eu 'tô feliz pelo os quilombola por isso aí, hoje. Antigamente o povo falava olha os negro isso, aquilo outro, desfazendo. Hoje. Porque se eles desfazer de mim ou de outro e chamar pro certo, eles estão lenhados. Que nem assim, as vezes a gente pergunta, fala assim "oh Manel tu sabe o que... é explicar o negócio do Quilombola?"

[11] Entrevista cedida em Janeiro 2020

> Eu falo, eu não sei, porque o que eu não sei, mas num ponto, pra mim, eu sinto que é bom.

Apesar da palavra quilombola ser recente na comunidade da Lagoa do João e ser de origem exterior à essa, o senhor Manuel Ferreira associa as suas características aos negros do passado e afirma sua identidade negra e quilombola, mesmo não tendo conhecimento do significado do termo. Nota-se que ele reconhece e afirma que ser quilombola é ter em mãos mais uma ferramenta de luta.

A construção da identidade negra passa por várias estratégias historicamente engendradas pela sociedade brasileira, a partir do século XIX. Apesar da abolição da escravatura em 1888, não houve um projeto de inserção do negro na sociedade como cidadão livre. Segundo Chagas (2009), para a população negra, restou-lhe a exclusão, a árdua e difícil tarefa de livrar-se da imagem negativa construída pela sociedade brasileira ao longo do período da escravidão. Para superar esse imaginário, a população negra passou a reinventar o conceito de negro(a) e assumir-se como esse, o que não foi fácil, sobretudo, porque no imaginário coletivo, a imagem recorrente era a de que ser negro (a) ainda estava associada à inferioridade e à incapacidade intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os quilombolas da Lagoa do João a identidade negra e a identidade quilombola não é apenas uma ferramenta de identificar seu pertencimento ao grupo, mas, o principal instrumento na luta contra o racismo. Visto que nas conversas foi visivel a consciência de que as desigualdades não são naturais e sim fruto de uma sociedade fundada em princípios racistas, ao afirmar-se negro diante das dificuldades, preconceitos e discriminações é a forma mais genuína de resistência.

Para nós, historiadores, os testemunhos vivos e a lembrança da ancestralidade resultam num rico legado para a recuperação histórica. Nosso papel como "os de fora" do grupo é levar mais ferramentas para as comunidades negras, cada vez mais ao afirmar suas identidades serem carregadas de orgulho, auto estima e vontade de ir mais além da luta cotidiana, ir em busca de todos os direitos que lhes são negados e postos em

posições de invisibilidades perante o Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, José Maurício. **Entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização**. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 241-256.

ARRUTI, José Mauricio. **Quilombos.** In: PINHO, Osmundo A.; SANSONE, Lívio (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

CHAGAS, Waldeci Ferreira**. A identidade negra e quilombola entre os moradores (as) de Mituaçu:** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Retalhos da Memória: Os negros de Mangal/Barro Vermelho**– comunidade quilombola do Médio São Francisco-Bahia, **2015. Tese.**

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. **Identidade Negra entre exclusão e liberdade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 63 • abr. 2016 (p. 103-120)

FERREIRA, Graziela de Lourdes Novato. **O quilombo Cinzento: afro-diversidade no Brasil plural.** *In*: MEMÓRIA CONQUISTENSE: Museu regional. 7/8. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003. p. 39-68.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do Campesinato Negro no Brasil.**1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MELLO, Marcelo Moura**. Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 267

MEMÓRIAS de um Quilombo Vivo. Direção: Rogério Sagui. Vimeo: [s. n.], 2017. <Disponível em: https://vimeo.com/349687252>. Acesso em: 14 maio de 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1972.

MUNANGA, Kabengele**. Negritude: usos e sentidos**. 3a edição 1 a reimpressão 1a e 2ª edições pela Editora Ática, 2020.

REIS, João José. **Uma história da liberdade**. In: REIS, J,J.& GOMES, F.(org).Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTOS, José Pereira. **Escravidão e Liberdade: Alforrias na Vila dos Poções (Bahia, Século XIX)**. *In*: MEMÓRIA CONQUISTENSE: Museu regional. 7/8. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003. p. 153-172

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem braço, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

AS NOÇÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Maria Luíza Amaral de Jesus Andrade[12]

RESUMO

A filosofia eudemonista, caracterizada pela busca da felicidade e realização pessoal, é inerente ao ser humano e pode se manifestar de diversas maneiras. Na seara sócio-política, a diferença de tratamento e de direitos entre homens e mulheres têm sido um empecilho para a realização de tal filosofia. Assim, o movimento feminista atua como um meio para reparar a crença na inferioridade do feminino e levar a equidade entre homens e mulheres em diversos âmbitos. O objetivo desse ensaio é analisar os movimentos sociais em que as mulheres participam ativamente e em especifico, o movimento feminista negro, na qual as mulheres adquirem grande expressividade, almejando transformações sociais, políticas e ideológicas no espaço onde todos(as) estão inseridos(as).

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; Feminismo negro; Feminismo; Conceitos; Gênero.

INTRODUÇÃO

A priori, os conceitos (como por exemplo, de gênero, sexismo e feminismo) surgem através de problemas e, no caso, "o conceito e a noção de gênero foram dados" diante das disparidades entre o sexo masculino e o sexo feminino, da opressão das mulheres, e da dominação de gênero. Tudo isso era explicado ideologicamente pela superioridade (física, intelectual e moral) dos homens.

O conceito de gênero propõe que a causa da desigualdade é social e cultural, não somente biológica e natural. Assim, compreendido como construção histórica, sociocultural e educacional de noções de feminilidade e masculinidade, fundado na diferença sexual, o conceito de gênero vem sendo elaborado pela teoria feminista desde os anos de 1970, visando romper com as

[12] Concluinte do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/ UESB - Campus de Vitória da Conquista.

diferenças e apresentar essas desigualdades de sexo.

Segundo estudos relacionados ao gênero, apontou-se que sexo, corpo e gênero são culturalmente construídos, sendo o gênero uma norma reguladora, um aparato de produção do sexo (BUTLER, 2007).

O Iluminismo junto à Revolução Francesa foram dois dos principais pontos que serviram como base para o surgimento de diversas lutas e reformas políticas, teóricas e sociais, dentre elas o feminismo. Em 1791, Olivia de Gouges, um dos principais nomes do feminismo, lançou um documento chamado "Declaração dos direitos da cidadã e da mulher" em resposta à "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", este último que foi publicado durante a revolução francesa e que beneficiava, como o próprio nome já diz, apenas o direito e cidadania dos homens.

No século XIX, a luta feminista emancipacionista se propagava buscando o direito de trabalho da mulher, o direito à educação institucional e a eliminação das desigualdades dentro da composição familiar. O século XX, por sua vez, foi um grande marco no movimento feminista, destacando a luta pela "libertação" da mulher, com o reconhecimento da existência de um sistema opressor, e trabalhando para a superação das relações desiguais entre o sexo masculino e feminino. Neste momento, houve o destaque das contribuições de Betty Friedan, Kate Millet e Simone de Beauvoir.

O movimento feminista surge nos anos 70 através das mobilizações das mulheres em defesa dos direitos e da igualdade entre ambos os sexos. Já o movimento feminista negro surge dentro do próprio movimento negro, tentando traçar alternativas que possibilitem efetivamente a participação da mulher negra nos círculos sociais, políticos e públicos, e se difere do feminismo tradicional justamente pelo sentimento de falta de contemplamento por parte das mulheres negras dentro do movimento feminista tradicional, onde grande parte das mulheres que compõem o mesmo são brancas. Segundo bell hooks:

> O movimento do século XIX pelo direito das mulheres poderia ter proporcionado um fórum para as mulheres negras abordarem suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas barrou a participação delas por completo no movimento. Além disso, serviu como lembrete sombrio de que o racismo precisava ser eliminado para que as mulheres negras pudessem ser reconhecidas como uma voz igual à das mulheres brancas na questão dos direitos das mulheres. (HOOKS, 2020)

A luta pela equidade de gênero e raça tem o intuito de reivindicar e legitimar a desconstrução de papeis femininos de mulheres negras universalizadas e estereotipadas a partir de formas de resistência como a “escrevivência” e o ativismo político. O feminismo hegemônico, apesar de suas contribuições para revelar as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, sofre críticas de feministas negras, interseccionais e decoloniais, que apontam a invisibilidade da questão racial e suas especificidades.

Assim, consolidou-se o movimento feminista negro, que não se tratava apenas da luta acerca de gênero, opressão e sexismo, mas também da luta contra o racismo. Entre os principais nomes deste movimento estão: Angela Davis, bell hooks e Williams Crenshaw, os quais contribuem com suas obras e enriquecem esse movimento. Atualmente o feminismo negro tem se organizado em ONG’s, movimento socias, em grupos e Conselhos[13], inclusive no Brasil, buscando lutar contra todas as formas de opressão, principalmente contra o patriarcado, sexismo e o racismo, reivindicando a igualdade de direitos. Além disso, os movimentos feministas negros ganharam grande notoriedade graças às mídias e às tecnologias de informação, que ajudaram na promoção dos eventos, congressos e movimentos. Dessa forma, as causas das mulheres negras têm obtido ainda mais repercussão.

O Movimento feminista negro no Brasil

A primeira onda do feminismo é determinada pelas sufragistas e anarquistas, tendo início na Europa na virada do século XIX para o XX e se espalhando pelo mundo. A segunda onda do feminismo seria no pós-68, com a contracultura e a liberação sexual e, no Brasil, pós-redemocratização e na luta contra a ditadura, de marcas sindicalistas e acadêmicas. A terceira onda do feminismo teve início a partir dos anos 1990 e perdura até hoje, com a acentuação das diferenças intra-gênero.

No caso especificamente do Brasil, essa vertente teve início propriamente na década de 1970 com o Movimento de Mulheres Negras (MMN). Em 1975, Lélia Gonzalez, junto com suas companheiras, formularam e

[13] Surgiram os primeiros grupos e conselhos de mulheres negras no Brasil: Conselho Nacional da Mulher Negra (RJ), 1950, o Aqualtune (RJ), de 1978, um grupo de estudos vinculado ao Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN); o Luiza Mahin, de 1980; o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ), e o Coletivo de Mulheres Negras (SP), ambos em 1983. (DOMINGUES,2009)

apresentaram no Congresso de Mulheres Brasileiras o “Manifesto das Mulheres Negras”, sendo o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de “feminismo branco hegemônico”. Desde modo, Gonzalez se tornou uma figura muito importante para o movimento feminista negro no Brasil.

Segundo a autora brasileira Sueli Carneiro, dois dos elementos principais para essa mudança de postura, no que se refere às discussões sobre as causas feministas para mulheres negras, é a opressão e o silenciamento que essas mulheres sofrem. Assim, houve a necessidade desse grupo lutar por seus direitos. A partir da década de 1980 o movimento feminista negro ganhou força, com diversos eventos que aconteceram no brasil todo e que auxiliaram na promoção do movimento. O III Encontro Feminista Latino-americano, que aconteceu em Bertioga (SP) em 1985, foi um desses eventos. Para a pesquisadora Núbia Moreira, foi lá onde começaram a surgir e a se estabelecer os Coletivos de Mulheres Negras.

Já na década de 90, foi feito um esforço para intensificar as campanhas de promoção dos coletivos de mulheres negras. Houve o surgimento de diversas ONG 's espalhadas pelo Brasil, a exemplo estão: “Geledés”, fundada por Sueli Carneiro no final da década de 80 e que ganhou força em 1990, e o “Fala Preta!”. É em 1992 que é fundada a Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas e do Caribe, uma construção coletiva que tinha o intuito de fortalecer a luta contra o racismo.

Com o objetivo de melhor apresentar o feminismo negro farei uma breve resumo sobre as principais autoras e pesquisadoras mulheres que contribuiram para o firmamento do movimento feminista negro. Angela Davis é um dos principais nomes quando se aborda o tema, hoje é professora emérita de estudos feministas da Universidade da Califórnia e filósofa socialista, sendo muito conhecida por sua participação no Partido Comunista dos Estados Unidos e no Partido Panteras Negras, durante a década de 1970. Contribui com as suas principais obras. “Mulheres, raça e classe” (1981), o primeiro livro de Angela Davis lançado no Brasil, é o pilar do que defende a autora: a interseccionalidade de todas essas bandeiras. “Uma Autobiografia” (1974) ano em que foi lançada originalmente, e em português pela primeira vez, no ano de 2019, pela Editora Boitempo, e nele a Angela Davis de 28 anos relata sua trajetória até aquele momento da vida, culminando nos dias de cárcere

quando é presa injustamente.

Outro destaque é Aparecida Sueli Carneiro, uma filósofa, escritora e ativista do movimento negro brasileiro. Em 1988 ela fundou o “Geledé” - Instituto da Mulher Negra, onde atualmente é a diretora. É doutora em Filosofia e educação pela USP e, juntamente com Lélia Gonzalez, é considerada uma das autoras seminais do feminismo negro brasileiro. “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (2011) reúne textos publicados na imprensa brasileira entre os anos 1999 e 2010. Ele é dividido em nove partes, são elas: direitos humanos, indicadores sociais, racismos contemporâneos, cotas, mercado de trabalho, gênero, consciência negra global, igualdade racial e tempo presente.

A bell hooks nasceu Gloria Jean Watkins, escolheu esse nome em homenagem a avó e adotou a prática de empregá-lo em letra minúscula como um posicionamento político. Concebida numa área rural do estado do Kentuck, em 25 de setembro de 1952, bell é uma autora, teórica feminista, artista e ativista social americana. Suas obras são: “E eu não sou uma mulher?” (1981) cujo título é baseado no discurso homônimo de Sojourner Truth, mulher negra ex-escrava que foi liberta em 1827 e se tornou abolicionista e sufragista, mostrando que o ativismo das sufragistas e abolicionistas brancas de classe média e alta não incluíam a realidade das mulheres negras e pobres; e “O feminismo é para todo mundo” (2018) no qual bell fala como o feminismo pode mudar a vida de todos para melhor e como o combate ao machismo pode beneficiar não só as mulheres, mas também os homens, as crianças e as pessoas de todos os gêneros.

Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, no dia 1° de fevereiro de 1935, e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde graduou-se em História e Geografia, Fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política, e atuou como professora em escolas de nível médio, faculdades e universidades. Mulher, negra, intelectual e ativista, foi pioneira nas discussões sobre relação entre gênero e raça ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo. A suas principais obras são: “Lugar de Negro”, “Por um feminismo Afro latino americano” e *“Interseccionalide pioneira do feminismo negro brasileiro”*.

Núbia Regina Moreira nasceu em São Luís, no Maranhão, mas se mudou com a família aos três anos para o Rio de Janeiro. Foi na capital fluminense também que surgiu o seu interesse pela pesquisa voltada para a política e

para as mulheres negras. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília. É atualmente Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e docente permanente do Mestrado em Educação (PPGED-UESB). É autora do livro "A Organização das Feministas Negras no Brasil", resultado do seu trabalho de doutorado. Busca em sua obra entender a representação política das mulheres negras na busca pelo entendimento da sua condição social, como também expor a "racialização" e a "sexualização" das diferenças sociais. Participa ativamente de grupos de estudos, ministrando palestras, minicursos, coordenando pesquisas, publicando artigos e materiais referente a essa pauta.

Na atualidade, o feminismo negro tem se organizado em ONG's e movimento socias, buscando lutar contra todas as formas de opressão, principalmente contra o patriarcado, sexismo e o racismo, reivindicando a igualdades de direitos. Além disso, o movimento feminista negro firma cada vez mais seus alicerces atraves das contribuições dessas grandes mulheres, pesquisadoras e escritoras que ganham grande notoriedade graças às mídias e às tecnologias de informação, que ajudam na promoção dos eventos, congressos, movimentos e, dessa forma, na repercussão das causas das mulheres negras.

Conselho Nacional das Mulheres Negras no Brasil

É de grande relevância ressaltar um marco do feminismo negro brasileiro que foi a criação do Conselho Nacional das Mulheres negras em 1970 na cidade do Rio de Janeiro, possibilitando que as mulheres negras então adquirissem espaço nos procedimentos democráticos nacionais, algo ainda muito difícil. A principal pauta do movimento era a defesa das condições dignas de trabalho para domésticos e domésticas, atividade exercida, sobretudo, por mulheres negras. Maria de Lurdes Vale Nascimento foi uma grande escritora, intelectual e ativista em prol da luta feminista negra no Brasil e também foi a primeira líder do conselho.

No ano de 2000, foi criada a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), assegurando a presença ativa das mulheres negras

na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001)*. Tal articulação tem atuado no cenário nacional e internacional e, através de planejamentos de ação, a AMNB intercede nas diversas instâncias governamentais, a fim de lutar pela plena efetivação dos direitos e de políticas públicas para as mulheres negras.

A partir desse momento as mulheres negras passaram a se unir, trabalhando com discursos mais politizados e pautas das questões raciais e de gênero, entendendo que as demandas específicas das mulheres negras necessitavam ser discutidas tanto no âmbito político quanto no social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura política e social no Brasil e no mundo, em que mulheres ainda são muitas vezes subjugadas, menosprezadas e desvalorizadas, inclusive no mercado de trabalho, não é saudável que ocorra um processo de ruptura nos movimentos. Pelo contrário, nesse momento contemporâneo é necessário fortalecer ainda mais o movimento feminista, de maneira que todas possam reivindicar seus direitos e ideais conjuntamente, sem que para isso seja preciso excluir a pauta da discriminação racial, que afeta a sociedade e esses grupos.

É essencial o reconhecimento da importância e da necessidade de aprender com essas pautas que atravessam a todas e todos, e com os grupos que carregam o legado histórico das opressões que perpassam as questões de gênero, além de entender os objetivos teóricos de um feminismo interseccional que enfrente a universalização da categoria mulher e que abarque a luta ao sexismo, compreendendo que estes objetivos não poderão ser alcançados sem o combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. **Mulheres Negras – Formulando Políticas de Desenvolvimento.** 2005, CD-ROM.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. (2016) **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento negro**. Dados, vol.3, no 1.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 406-422, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483

DAVIS, Angela. (2013) **Mulher, Raça e Classe, Gueto. (2017). Mulheres, Cultura e Política.** São Paulo, Boitempo.

DOMINGUES, Petrônio. **Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil.** In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 17-48.

EM PAUTA, Rio de Janeiro 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 101 - 117. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

FEMINISMOS, psicologia e resistências contemporâneas [recurso eletrônico] / Érika Cecília Soares Oliveira, Marcos Ribeiro Mesquita, Tatiana Machiavelli Carmo Souza [organizadores]. – Parte I p. 43 Maceió, AL: EDUFAL; 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Org: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. (1983). **Racismo e sexismo na cultura brasileira. Dados, v.2. HOOKS , bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo** / Bell hooks; trad. Bhuvi Libanio. – 6a ed Rio de Janeiro: Rosa Dos Tempos, 2020.

MOREIRA, Núbia. **O Feminismo Negro Brasileiro: Um Estudo Do Movimento De Mulheres Negras No Rio De Janeiro E São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 120. 2007.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional.** Revista Brasileira de Ciência Política, 2021.

UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: NOVAS INTERPRETAÇÕES E TEMPORALIZAÇÕES DO PERÍODO

Lucas Barroso Rego[14]

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo temporalizar e analisar os fenômenos políticos brasileiros decorrentes da "transição política" (1974-1989) e da "consolidação democrática" (1989-2002). O trabalho está centrado nas contribuições de Codato (2005). Mobilizando conceitos históricos e temporalizações inovadoras, o ensaio procura valorizar a concomitância do estudo de fatores políticos, econômicos e sociais do período da transição brasileira, isto é, da ditadura militar à democracia. Como resultados, é possível pensar também em temas ligados às áreas militar e burocrática, com a intenção de oferecer um panorama da recente História do Brasil. Dessa forma, analisar e rememorar esse período é importante, para que uma transição para a democracia ampla, geral e irrestrita seja uma pauta que norteie as ações diárias dos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Regime ditatorial; Brasil; Século XX,

A POLITICAL HISTORY OF THE BRAZILIAN TRANSITION: NEW INTERPRETATIONS AND TEMPORALIZATIONS OF THE PERIOD

ABSTRACT:

This essay aims to temporalize and analyze the Brazilian political phenomena resulting from the "political transition" (1974-1989) and the "democratic consolidation" (1989-2002). The work is centered on the contributions of Codato (2005). Mobilizing historical concepts and innovative temporalizations, the essay seeks to value the concomitance of the study of political, economic and social factors of the Brazilian transition period, that is, from the military dictatorship to democracy. As a result, it is also possible to think about themes related to the military and bureaucratic areas, with the intention of offering an overview of the recent history of Brazil. In this way, analyzing and remembering this period is important, so that a transition to broad, general and unrestricted democracy is an agenda that guides the daily actions of brazilians.

KEYWORDS: Dictatorship; Brazil; 20th century.

[14] Aluno regularmente matriculado no curso de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNA HISTORIA POLÍTICA DE LA TRANSICIÓN BRASILEÑA: NUEVAS INTERPRETACIONES Y TEMPORALIZACIONES DEL PERIODO

RESUMEN:

Este ensayo tiene como objetivo temporalizar y analizar los fenómenos políticos brasileños resultantes de la "transición política" (1974-1989) y la "consolidación democrática" (1989-2002). El trabajo se centra en las aportaciones de Codato (2005). Movilizando conceptos históricos y temporalizaciones innovadoras, el ensayo busca valorar la concomitancia del estudio de los factores políticos, económicos y sociales del período de transición brasileño, es decir, de la dictadura militar a la democracia. Como resultado, también es posible pensar en temas relacionados con las áreas militar y burocrática, con la intención de ofrecer un panorama de la historia reciente de Brasil. De esta manera, es importante analizar y recordar ese período, para que la transición a una democracia amplia, general y sin restricciones sea una agenda que guíe las acciones cotidianas de los brasileños.

PALABRAS CLAVE: Regime dictatorial; Brasil; Siglo XX.

UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: NOVAS INTERPRETAÇÕES E TEMPORALIZAÇÕES DO PERÍODO

Publicado em 2005 pela Revista de Sociologia e Política (n°. 25) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o artigo "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia" do Prof. Dr. Adriano Nervo Codato, coordenador adjunto da Área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), visa temporalizar e analisar os fenômenos políticos brasileiros decorrentes da "transição política" (1974-1989) e da "consolidação democrática" (1989-2002). Possuindo um estilo fortemente ensaístico, o objetivo do texto é propor uma nova interpretação para esses períodos tão importantes para a História do Brasil (CODATO, 2005, p. 85).

Surgida em 1989, a literatura especializada em "transições políticas" é marcada por algumas características primordiais como, por exemplo, a ênfase nos estudos dos mais variados atores políticos locais; uma valorização particular dos fatores internos de cada país; e a adoção de reinterpretações de conceitos já consolidados na historiografia. Resgatando essa literatura das ciências políticas, o autor, com o intuito de refazer a história política nacional

a partir de 1974, se vale de uma recuperação essencial da dimensão histórica do processo recente, valendo-se de uma ampliação de um ponto de vista generalista meramente classificatório (CODATO, 2005, p. 85).

Divididos em seis partes, o artigo, na introdução, inicia abordando algumas questões de terminologia e periodização. Para o autor, o regime ditatorial-militar durou de 1964 a 1989, sendo o seu fim marcado pelo estabelecimento de uma inédita hegemonia política do PMDB, partido de oposição ao regime, em 1986; pela promulgação de uma Constituição em 1988; e, por fim, pela realização de uma eleição popular para a Presidência da República em 1989. O seu desfecho, marcado pela consolidação do regime liberal-democrático, se deu na década de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (CODATO, 2005, p. 84).

Esse período, todavia, trouxe mudanças institucionais, políticas e militares significativas que são percebidas até hoje no Brasil. Para o autor,

> O controle que as Forças Armadas exerceram sobre o aparelho do Estado e sua presença ostensiva na cena política acabaram por importar uma série de conflitos políticos e ideológicos para o aparelho militar, subvertendo a hierarquia tradicional e as cadeias de comando daí derivadas (CODATO, 2005, 164).

Revezando momentos de maior e menor repressão política perpetrados pelos próprios militares, segundo o autor, a ditadura brasileira pode ser dividida em cinco grandes fases. São elas: a constituição do regime, representada pelos governos de Castello Branco e Costa e Silva (março de 1964 a dezembro de 1968); a consolidação do regime, exemplificada pelo governo Médici (1969-1974); a transformação do regime, constituída pelo governo Geisel (1974-1979); a desagregação do regime, marcada pelo governo Figueiredo (1979-1985); e, por fim, a transição da Ditadura Militar para um regime liberal-democrático, representada pelo governo civil de José Sarney (1985-1989) (CODATO, 2005, p. 83), que fora marcado pela promulgação da Constituição Cidadã (1988) que trouxe mudanças para a realidade brasileira, como a instauração concomitante de uma democracia eleitoral e de um regime congressual, por exemplo (CODATO, 2005, pp. 84-85).

Além da temporalização histórica, a primeira parte do texto também aborda os objetivos práticos e subjetivos das correntes político-ideológicas

dos militares, tendo como norte o golpe e o fim da Ditadura. Com o objetivo dúbio de restabelecer a ordem e garantir uma estabilidade nas instituições, a presença ostensiva das Forças Armadas na cena política do Estado foi marcada pela importação de conflitos ideológicos para o aparelho militar. O grave problema da intervenção dos militares na vida política nacional seria resultante da confusão dos valores e princípios da instituição militar. Nesse cenário, lideranças intervencionistas acabam tomando as rédeas e empreendendo aventuras golpistas, mesmo com desaprovação majoritária das camadas hierarquicamente mais baixas (BROTTO, 1987, p. 235).

Nesse cenário, o autor encerra a seção apontando que a chamada "abertura política", iniciada com a revogação parcial de algumas medidas de exceção na quarta fase (1979-1985), teve o objetivo inicial de transformar o regime no menos conservador possível e não em uma democracia liberal (CODATO, 2005, p. 84), o que refuta algumas interpretações historiográficas dominantes no campo das ciências políticas.

Na segunda parte do artigo, o autor apresenta as suas preferências e opções em relação ao uso de teorias da área de Humanidades. Sobre isso, no texto, mesmo sendo graduado em Ciências Sociais, Adriano Codato (2005) valoriza o uso do método histórico na compreensão da passagem do autoritarismo à democracia no Brasil, enfatizando tanto a importância do estudo de fatores políticos quanto de econômicos e sociais (p. 85). Exemplificando tal afirmação, o autor afirma que "a história recente é o pano de fundo no longo e errático processo de construção de uma ordem liberal-democrática *a partir do espólio do regime ditatorial-militar*" (CODATO, 2005, p. 85). Dessa forma, mobilizando temas ligados às áreas militar, política e burocrática, a principal intenção do texto é oferecer ao leitor um panorama da recente história política brasileira (CODATO, 2005, p. 86).

Além disso, no final dessa parte, o texto também visa apresentar soluções metodológicas para o estudo do período de transição da ditadura para a democracia no Brasil. Para tal, visando inicialmente a realização de esboços, o autor indica algumas dicas para os atuais e futuros pesquisadores desse fato histórico. Em primeiro lugar, é importante realizar uma organização sistemática da cronologia dos acontecimentos, bem como, de forma concomitante, desenvolver resumos e indicações sumárias dos fatos políticos, a fim de facilitar o desenvolvimento da pesquisa. Em segundo lugar, é

necessário analisar o regime ditatorial a partir da história política brasileira, compreendendo-o a partir do seu contexto histórico e de conexões com outros aspectos e atores sociais. Por fim, em terceiro lugar, torna-se fundamental compreender a concretude do período a partir das transformações e evoluções na sociedade, tendo como norte as disputas no campo político (CODATO, 2005, p. 86).

Na terceira parte, o autor apresenta a sua síntese simplificada sobre a história política do período de transição brasileira, mobilizando elementos que interagem entre si como as próprias Forças Armadas, como agente político que se autoincumbe das questões políticas e ideológicas; o Estado, como organização institucional; e a sociedade, como o conjunto de atores sociais, dentre os quais englobam as instituições, os organismos, os aparelhos e as classes sociais (CODATO, 2005, pp. 88-89). Para analisar o período em questão, o norte inicial mobilizado pelo autor foi a eclosão da Ditadura Militar na década de 1960. Visando combater a uma desordem decorrente da insurgência das massas na política, aliada ao mítico fantasma do avanço comunista, o golpe institucional de 1964, que encerrou a "democracia populista" (1946-1964), teve, segundo o autor, o caráter de intervenção permanente, transformando as antigas garantias de governabilidade em um governo propriamente militar, em que não apenas um líder teve ação preponderante, mas todo o aparelho das cúpulas das Forças Armadas em si (CODATO, 2005, p. 86).

No entanto, como salientado nessa parte do artigo, se engana quem pensa que tal intervenção militar na política foi totalmente inédita no cenário brasileiro. A presença dos militares na esfera da política nacional não é novidade desde a Revolução de 1930, momento de insurreição que marca o início da sua participação efetiva na construção da nova ordem política (CODATO, 2005, p. 86). Entretanto, mesmo não sendo novidade, o golpe militar de 1964, de caráter puramente elitista, foi específico e único, se comparado às antigas intervenções militares no golpe e no fim do Estado Novo (1937-1945). De acordo com o autor, em consonância com as análises do Prof. Dr. João Quartim de Moraes, em *Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro à Figueiredo* (1985), isso se deu basicamente devido à centralização do poder militar; às divergências ideológicas presentes nas cúpulas das Forças Armadas quanto ao getulismo ou ao antigetulismo; à aversão à política

populista de massas; e, por fim, às suas posições quanto à institucionalidade dos órgãos democráticos (CODATO, 2005, p. 87).

Já na quarta parte, que é subdivida em quatro tópicos, o cientista político apresenta algumas variáveis em relação à análise política do período. Segundo o autor, esse processo exige que se responda certas perguntas, visando esclarecer as permanências e/ou rupturas de instituições, além de analisar a natureza, a amplitude, as razões, os efeitos e as contradições dialéticas das transformações decorrentes do episódio estudado (CODATO, 2005, p. 89). Por conta disso, mais uma vez, o autor reforça a urgência de se analisar o período a partir da ótica de periodização típica da história política, isto é, a partir de "uma subdivisão temporal do espaço político que diz respeito à ação aberta ou velada das classes sociais e grupos políticos e militares" (CODATO, 2005, p. 89). Para tal empreendimento, abranger as transformações no sistema do Estado e na cena política tornam-se fundamentais, uma vez que o deslocamento do poder central e social é a tônica desse período (CODATO, 2005, p. 90).

Além disso, para compreender as mentalidades e o simbolismo presentes nesses acontecimentos históricos, o autor exorta a necessidade de investigar as perguntas mais subjetivas que pairavam tanto na mente das cúpulas das Forças Armadas brasileiras quanto nas confabulações dos grupos de oposição (CODATO, 2005, p. 90). Assim, analisando as perguntas é possível encontrar respostas que servem de base para o estudo historiográfico do período. As indagações usadas como norte para o exercício reflexivo do autor são essas:

> 1) *O que muda?* Isto é: que instituições políticas são suprimidas, restauradas ou transformadas nesse processo de mudança política? 2) *Como muda?* Isto é: qual a natureza do processo que governa a mudança? 3) *Por que muda?* Ou seja: quais as razões da substituição de um modelo político por outro? 4) *Em que direção muda?* Ou seja: qual o significado mais amplo que se pode atribuir à mudança política? (CODATO, 2005, p. 171).

Procurando as respostas desses questionamentos, o autor também se propõe a compreender o conteúdo das mudanças políticas, analisando as suas instituições conservadoras e suas práticas centralizadoras. Comparando esse período da História do Brasil com outras realidades históricas, como na Espanha e na Argentina, por exemplo, Codato (2005) reafirma a particularidade sequencial do fim da Ditadura, marcada pela reintrodução de direitos liberais clássicos a partir de uma estratégia negociadora dos militares (pp. 92-93).

Mesmo com grandes divergências internas, o grande exemplo desse período foi a lenta política distensionada liderada e supervisionada pelo governo do General Geisel (1974-1979), que era marcada paradoxalmente tanto pela continuidade crescente do autoritarismo nas instituições brasileiras quanto pelo "desengajamento gradual das Forças Armadas da condução cotidiana dos negócios de Estado e seu retorno à condição usual de guardiã da ordem interna" (CODATO, 2005, p. 93) - estratégia política que adquiriu lógica própria no meio civil e culminou em sua conclusão até então inesperada ao fim do governo Sarney (1985-1990), último governo de transformação que ainda conservaria algumas prerrogativas políticas dos militares (CODATO, 2005, p. 100). Nesse processo de ressurgimento da sociedade civil, em oposição aos militares, o empresariado nacional, as camadas médias e os trabalhadores sindicalizados começaram a reivindicar a sua participação efetiva no sistema político nacional, o que gerou uma impossibilidade de o governo ditatorial conseguir assegurar uma sólida base de apoio nos meios parlamentares e sociais (KINZO, 1988, p. 224 apud CODATO, 2005, p. 95). Assim, alinhando as negociações presentes no universo das elites às pressões populares, por meio de greves, por exemplo, o processo de "abertura política" foi sendo gradualmente possibilitado no Brasil (DINIZ, 1986 apud CODATO, 2005, p. 96).

Por fim, na quinta parte, o autor analisa o contexto de reimplementação da democracia no Brasil na década de 1990. Partindo de análises de terceiros sobre a democratização do regime, Adriano Codato (2005) procura retirar o então foco hegemônico da cena estritamente política do processo. Com o intuito de expandi-lo, o autor destaca as transformações ocorridas no sistema estatal e nos aparelhos de poder. Para tal, para bem compreender esse processo, analisar as continuidades do autoritarismo militar nas instituições brasileiras torna-se fundamental. Para isso, o autor utiliza como norte referencial os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), que, mesmo em ares democráticos, ainda conservava instituições econômicas e empresariais que eram oriundas da Ditadura Militar. Isso se deu uma vez que a orientação neoliberal de seu governo favorecia tal cenário, posto que houve "uma complementaridade entre o discurso ideológico liberal e as práticas políticas autoritárias, expressa na insistência em construir apenas a hegemonia social do capitalismo neoliberal, e não novas formas de legitimação política democrática" (CODATO, 2005, p. 101). Assim, em virtude das

consequências desses dois períodos, um déficit de democratização da cidadania ainda marca as relações sociais no Brasil Contemporâneo.

Cumprindo o seu objetivo de ampliar pontos de vista e traçar novas interpretações, a leitura do artigo "Uma história política da transição brasileira" do Prof. Dr. Adriano Nervo Codato é imprescindível para os pesquisadores de História do Brasil Contemporâneo. Mobilizando conceitos históricos e temporalizações inovadoras, o autor valoriza a concomitância do estudo de fatores políticos, econômicos e sociais do período. Para tal, utilizando principalmente a literatura renomada de Diniz (1986), Kinzo (1988) e Quartim de Moraes (1982), Codato (2005) utiliza temas ligados às áreas militar e burocrática, com a intenção de oferecer um panorama da recente História do Brasil. Dessa forma, analisar e rememorar esse período é importante, para que uma transição para a democracia ampla, geral e irrestrita seja uma pauta que norteie as ações diárias dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BROTTO, Douglas Eden. Forças Armadas e democracia: o mito do profissionalismo militar. **Política e Estratégia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 235-254, 1987.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, pp. 83-106, nov. 2005.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 2, pp. 65-88, jul.-dez. 1986.

KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo**. Gênese e trajetória do MDB: 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

QUARTIM DE MORAES, João. **Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro à Figueiredo (1889-1979)**. Paris: Institut D'Etudes Politiques de Paris, 1982.

DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE DOS EMBATES SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA (1964-1985)

Audi Roberto Rodrigues[15]

RESUMO

O presente trabalho buscou enfatizar os embates sobre o controle da memória durante e sobretudo após o período da ditadura civil-militar no Brasil. Juntando-se a isso, abordamos o problema de uma história revisionista e que nos últimos tempos tem ganhado espaço na produção historiográfica. Bem como referências que nos ajudaram a entender melhor o trabalho de alguns pesquisadores sobre a temática. Alguns com a clara tentativa de fazer o trabalho de esquecimento e assim colaborar em certa medida com os algozes, outros porém fazem o contrário, na busca por uma espécie de história que faça justiça por aquelas vítimas dos vultos militares.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Revisionismo; Memória-História

ABSTRACT

This work sought to emphasize the conflicts over the control of memory during and especially after the period of military dictatorship in Brazil. Joining this, we address the problem of a revisionist history, which in recent times has gained space in historiographical production. As well as references that helped us better understand the work of some researchers on the topic. Some clearly attempt to do the work of forgetting and thus collaborate to a certain extent with the executioners, others however do the opposite, in the search for a kind of history that does justice for those victims of military figures.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Revisionism; Memory-History

INTRODUÇÃO

O presente artigo terá como objetivo abordar questões sobre a Ditadura Civil- Militar brasileira (1964-1985) e o recente processo que muitos chamam de revisionismo histórico, que vem causando embates no campo da memória

[15] Graduando em História pela universidade estadual da Paraíba. Pesquisador do Núcleo de História e Linguagem Contemporânea. Desenvolve um projeto de pesquisa sobre Bolsonarismo e a extrema direita nacional.

e da historicidade do período. Bem como, uma certa tentativa por parte de autoridades -sobretudo militares- que tentam de alguma forma ou legitimar seus atos durante esses 20 anos ou “ suavizar” os crimes que foram cometidos contra a humanidade. O texto se propõe a fazer alguns apontamentos que desmistifique tais concepções, utilizando-se da vasta produção historiográfica sobre o recorte histórico escolhido para nossa discussão.

Será essencial para nossa discussão analisar como autores e pesquisadores pensam e escreveram sobre essa temática, afim de trazer embasamento teórico para dentro do texto, dialogando com historiadores, cientistas políticos e escritores renomados para que nossos apontamentos sejam de certa maneira justos e corretos, dada a devida importância que esse período da nossa história merece, por tratar de um recorte no qual existiu violação de direitos humanos, tortura e sofrimento.

Já que na história tratamos de rupturas e continuidades, nosso enfoque no texto será trabalhar também as continuidades que a Ditadura ainda impusera em nossa sociedade do século XXI, seja de maneira simbólica, institucional e nas relações pessoais dos indivíduos. A ditadura ainda se mostra bastante presente em nossa realidade. Buscaremos demonstrar que resquícios são esses, que ainda se fazem ressoantes em nosso país. Muito também por conta de nossa tradição autoritária, ou nas palavras de Odilon Caldeira Neto (2022), essa tradição autoritária faz parte do caldo político e cultural da sociedade brasileira. Em conformidade com ele, acreditamos que esse aspecto deve ser levado em conta para que possamos entender nossas próprias contradições e peculiaridades enquanto nação.

Em suma, o artigo fará um levantamento historiográfico sobre como o recorte escolhido foi e segue sendo trabalhando, bem como o problema de se fazer uma história em que outrora negue os crimes feitos pelos militares, outrora justifique tais atos de desumanidade. O problema do esquecimento e ainda os males que a Ditadura proporcionou que ainda ressoam em nossas relações públicas e privadas, mesmo com o processo de democratização do país e a homologação da constituição de 1988.

Embates entre lembrar e esquecer

Quando se lê material sobre esse período de 1964-85, podemos encontrar uma verdadeira guerra de " narrativa" - mesmo não gostando muito desse termo, acredito que seja apropriado ao menos nessa discussão- se de um lado militantes e guerrilheiros do porte de Fernando Gabeira[16] buscam enfatizar em suas obras e escritos as lembranças desse período horrendo, militares e outros intelectuais do campo da direita tentam ao contrário, esquecer. Nesse sentido, Martins (2003) indaga que:

> Uma revisão dos depoimentos de militantes e militares sobre os tempos mais sombrios da ditadura brasileira do pós-64 revela, já de início, uma diferença básica: os ex militantes se esforçam por manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais ouvidos sobre o assunto gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento. De certa forma - pelo menos, na primeira onda de memórias revolucionárias - a esquerda procurou continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura. "Narrar é resistir", diz a epígrafe de Guimarães Rosa citada no livro de Fernando Gabeira ([1979], 2001). "A única solução é não esquecer" concluiria, já em outro contexto, Flávio Tavares (1999:13) (MARTINS, 2003. P.1)

É interessante quando percebemos os discursos que a grande maioria dos militares adotaram após o fim da Ditadura, que era, em grande maioria, o de esquecer, que nas palavras de militares do alto escalão: virar a página. Como se fosse possível, depois de mais de 20 anos de supressão de direitos e tortura para com os opositores, esses que foram torturados ou perderem familiares nos DOPS[17] ou em outros órgãos de repressão, conseguissem assim tão facilmente "virar a página". A tática do esquecimento é utilizada para que os criminosos desse período não fossem penalizados pelos atos e que em certa medida aconteceu. Em nossa ditadura os algozes conseguiram se livrar da cadeia, mas não da história.

Perante o lado que em certa medida foi derrotado em 1964, a esquerda, o objetivo tornou-se em manter viva a memória do período. Demonstrando os crimes, as atrocidades e o quão maléficos os militares foram no poder. Já a esse tipo de estratégia fica muito claro o quando da criação da comissão

[16] Fernando Gabeira é um escritor, jornalista e político brasileiro. Tendo participado da luta armada contra a ditadura militar nos anos 1970. É autor de vários livros como: " o que isso companheiro" entre outros clássicos. Atualmente é colunista do jornal O Globo.
[17] Departamento de Ordem política e social. Criado em 30 de dezembro de 1924, órgão brasileiro utilizado tanto pelo estado novo, como sobretudo durante a ditadura militar.

nacional da verdade [18]em 2011, que buscava justamente trazer esses fatos à tona. Posteriormente falaremos melhor sobre essa comissão tão importante para entendermos os embates sobre a memória. Essa disputa pela memória não é algo tipicamente do nosso país, esse processo é também conhecido em outros vários recortes e períodos da história mundial. Como bem enfatiza isso em seu famoso texto sobre "memória e esquecimento", Michael Pollak (1989). Segundo ele:

> Tomemos, a título de ilustração, o papel desempenhado pela reescrita da história em dois momentos fortes da destalinização, o primeiro deles após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Kruschev denunciou pela primeira vez os crimes stalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha (POLLAK, 1989.p2)

Ele nos ajuda a entender que o controle de uma certa narrativa é de fundamental importância para justificar algumas coisas e renegar outras. Podemos supor como exemplo o seguinte fato: o famoso caso do Riocentro[19], onde uma bomba que seria usada para um ataque dentro do teatro explodiu antes da hora dentro do carro e vitimando um dos envolvidos. Caso tivesse sucesso no ataque, os militares que controlavam em grande medida o discurso, poderiam atribuir a culpa à esquerda e frear o processo de abertura democrática que já havia começado. Por sorte o plano deu errado e hoje sabemos que a ala mais radical do governo foi que planejou toda farsa. Observamos como a guerra pela narrativa e pelo discurso foi importante até para o fim da ditadura. Controlá-la após o fim dela seria de suma importância também. E os militares souberam muito bem disso.

Portanto, o debate sobre " esquecer" ou " lembrar" esse nosso " trauma" me parece muito mais adequado a nós historiadores trabalhar com as lembranças. Pois o esquecimento já ficou provado que favorece aqueles que cometeram as injustiças já mencionadas. Temos que lembrar para não esquecer. Parece redundante, mas acaba sendo o fazer primordial dos historiadores, ainda mais em um tema tão repleto de polêmicas e controle de memória.

---

[18] Comissão criada pela então Presidenta da República Dilma Rousseff para demonstrar os crimes bárbaros que os militares cometeram durante a ditadura. Apesar que não era pra julgar nem condenar nenhum dos envolvidos.

[19] Ação terrorista formada em 1981. Mostrou a resistência de grupo militares à redemocratização no País.

A busca pela memória

Enfatizar a importância da memória pra determinado fato histórico tornou-se de suma importância sobretudo após o Holocausto, que segundo Pollark é o recorte onde mais a relação de memória é discutida. Mesmo não sendo nosso enfoque central, traumas como a segunda guerra e a memória daqueles que viveram esses períodos traumáticos pode nos dar algum direcionamento para que possamos entender nosso próprio trauma: a Ditadura militar.

E aqui fica evidente como essa busca pela memória pode ser percebida em nosso cotidiano. Como por exemplo: quem nunca passou por uma avenida ou rua que se chamava Castelo branco[20]? Ou uma escola que homenageia algum Presidente militar? Isso é o que Pierre Nora chama de lugares de memória. Esses foram muito bem utilizados pelos algozes e podem ser observados até os dias atuais, infelizmente. Ou seja, a memória acaba sendo sempre um fenômeno atual, um elo vivido do presente. (NORA, 1993.p.9) portanto, ainda segundo Pollak (1989) esses lugares de embates entre memoria seriam:

> Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora,2 o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (POLLAK, 1989.p.1)

Percebe-se o quão amplo podem ser esses lugares de memória. Já que do lado da esquerda também podemos observar algumas tentativas de sinalizar com esses lugares. Como por exemplo: a criação da comissão nacional da verdade em 2011, que mesmo não sendo um lugar físico, é em certa medida uma maneira de se cobrar justiça e rememoração daqueles que por muito tempo ou foram silenciados ou jogados na obscuridade e na ilegalidade.

É nesse sentido, que a comissão tornou-se um poderoso instrumento de não esquecimento dos crimes que foram cometidos. Mesmo com limitações óbvias como o de não julgar os militares responsáveis, não prender os algozes, mas mesmo assim o trabalho de preservação da memória foi e segue sendo importante para as vítimas indiretas e direta da ditadura militar brasileira. É portanto, nesses lugares de memória que os embates no campo

---

[20] Primeiro ditador brasileiro, comandou uma série de medidas anti democráticas. Se elegeu pelo colégio eleitoral em 1964.

da história são travados. Por um lado: os que acreditam nos benefícios da ditadura, por outro, aqueles que de fato sofreram os traumas e os crimes bárbaros que o estado brasileiro patrocinou durante mais de 20 anos.

Em suma, podemos afirmar também que as obras que em certa medida denunciaram essas atrocidades, podem ser consideradas também como uma maneira de "trazer" a memória para o lado dos que foram mortos, perseguidos, torturados... livros como o de Fernando Gabeira - Que isso companheiro- além da arte em geral como as músicas de Chico Buarque [21]e Caetano são oportunidades de manter vivo aqueles que morreram em busca de justiça e igualdade. Esses fatores também fazem parte dos embates pela memória.

Assim, segundo NETTO (2009) " A memória é construída a fim de forjar ou legitimar características de unidade a determinados grupos, para justificar suas atitudes ou reivindicações diversas" (NETTO, 2009.p.1) em sintaxe, uma tentativa de pegar para si o controle do passado e do futuro, estratégia utilizada pelos militares.

Revisionismo e falsificação da História

Não é de hoje que escritores, historiadores e pensadores tentam de alguma forma obter uma outra leitura/interpretação da ditadura militar (1964-!985) alguns acreditando em um certo exagero considerar o período que os militares ficaram no poder em sua totalidade em um sistema ditatorial. Como o caso do historiador Marco Antônio Villa (2014), que em seu livro: "Ditadura brasileira, a democracia golpeada à esquerda e à direita", sugere que só existiu de fato ditadura a partir da promulgação do ato institucional número 5, em que todos os direitos foram suprimidos. Fica evidente aqui uma tentativa de reescrever a história, pautando em verdadeiras falsificações do período.

Todavia, essa interpretação de VILLA (2014) já foi e segue sendo rebatida duramente por historiadores como Rodrigo Patto Sá Motta (2021), em que seus livros como: "Passados Presentes" nos enfatiza brilhantemente que a ditadura de fato começa com a retirada de poder de Jango e sua reiterada para o Uruguai. Ou seja, o diálogo com tais pesquisadores nos é de extrema importância para pensarmos em uma certa guerra em relação ao controle das produções historiográficas sobre o período. Uns procuram revisar de maneira

[21] Um dos mais renomados cantores da nossa música popular, lutou contra ditadura.

irresponsável o que foi a ditadura e outros de confirmar os crimes e as violações cometidas, esse lado me parece mais adequado e assertivo.

Esse tipo de literatura revisionista é bastante problemática e infelizmente está em alta em nosso País. Seja nas produções de textos acadêmicos, de livros, filmes e de leis governamentais. Observamos em todas essas esferas algum tipo de revisionismo da história. Bem como, um processo que não atinge apenas fatos como a ditadura militar, mas outros como a segunda guerra ou o holocausto. Nesse sentido, NETTO (2009) nos indaga o seguinte:

> Há, inclusive, a tentativa de negação de fatos amplamente documentados ocorridos na Segunda Guerra Mundial, inclusive na contestação da existência de qualquer plano sistemático de extermínio do governo nazista, chegando à negação da existência das câmaras de gás, entre outros. É necessário ressaltar, sobretudo, que certas indagações são aceitáveis e saudáveis, até determinado ponto tanto na historiografia quanto na própria memória, justamente por conta da sustentação destas, como dito anteriormente. (NETTO, 2009.p 11)

Ou seja, existe atualmente no mundo uma tentativa de falsificar alguns períodos da História, afim de trazer concepções que justifiquem crimes, atrocidades, tortura e etc. cometidas por exemplo pelos nazistas durante a segunda guerra mundial. Esse tipo de releitura do passado adentra em nossa historiografia e deve ser fortemente combatida por todos que prezam por uma história que não se cale diante das injustiças.

O negacionismo surge nesse sentido, como uma tentativa intolerante da memória da Segunda Guerra, consistindo atualmente como uma das maiores expressões do anti-semitismo da extrema-direita. (NETTO, 2009) fazendo parte também, de um conjunto de fatores que segundo esses grupos são argumentos para negar ou pior justificar alguns atos, como por exemplo o extermínio dos judeus. Percebemos que o "fenômeno" do negacionismo é amplo e mundial, e que a partir dessa conjectura se adentra em nossa realidade nacional os grupos de extrema direita, que utilizam dessas estratégias para seu bel prazer.

Me parece importante mencionar onde começa a ser produzida uma certa literatura a esses moldes, segundo Pierre Vidal Naquet (1994) estabelece com marco fundador do negacionismo as atividades da livraria " a velha toupeira", segundo o autor as publicações desta revista que logo em seguida vira editora, explicam algumas primeiras teses de revisão da história. Ainda

segundo VIDAL essa negação não surge de um completo desmerecimento ou comprovação do holocausto, mas sim das diminuições da vítima e subsequente a negação total do extermínio judaico durante a segunda guerra. Ao meu ver, essa explicação dá conta de uma certa historicidade do fenômeno que conhecemos como negacionismo, sendo importante mencionar em suas raízes.

Portanto, a disputa pela memória e seguindo a isso o revisionismo como foi devidamente apresentado, foram maneiras que grande parte dos militares, pensadores e escritores de direita se utilizaram para fazer uma história quase que cumplice dos crimes cometidos pelos vultos militares durante a ditadura. Por conseguinte, no próximo tópico trataremos de desmistificar alguns "mitos" criados por esse tipo de literatura, para justificar o período aqui colocado como objeto de estudo.

O mito da "Ditabranda"

Fazendo-se uso literal do termo cunhado pelo historiador Marcos Napolitano em seu livro "1964 História do regime militar brasileiro" de 2014 em que nos apresenta uma boa análise sobre essa ideia erroneamente difundida por muito tempo: que no Brasil o regime em muitos momentos suavizou em suas perseguições e uma doravante legitimidade que supostamente eles tinham perante os civis. Napolitano (2014) trata questões interessantes para pensar esse mito, vejamos alguns deles.

Por muito tempo, alguns escritores mais conservadores tentaram imputar à ditadura militar uma certa legitimidade, ou melhor, uma justificação. Alguns como o caso já citado (Marco Antônio Villa) se não negavam totalmente o período sem democracia, tentavam diminuir ao máximo. Outros, porém, se baseavam em livros como o do sanguinário e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra que escreveu um livro chamado: "A verdade sufocada" de 2006 que nega muitos dos crimes que ele próprio cometeu. Ao meu ver, esse tipo de literatura faz um desserviço a historiografia e os que se utilizam de tais fontes para justificarem suas preferências ideológicas são da mesma maneira inimigos não apenas da história, como também da cidadania, da democracia e em última instância da humanidade.

O termo “ Ditabranda” é apresentado pela primeira vez em um artigo de 2009 do jornal Folha de São Paulo. Ou seja, um regime que não era muito convicto em sua dureza. A opinião de um jornal que alcança todo território nacional e que possui uma influência gigantesca no debate político, foi usado por muitos revisionistas para em certa medida justificarem que no Brasil não existiu Ditadura. Vejamos que o artigo ainda hoje ressoa de maneira prejudicial para as discussões sobre o período e que deu munição para esses “filhotes de ditadura”. Nosso dever é desmistificar tais pontos, contribuindo sempre para a luta contra qualquer tipo de negação em relação a esse recorte histórico escolhido para a análise.

Nesse contexto, um questionamento me parece bastante legítimo acerca dessa questão. É possível dizer que existia antes do AI-5 uma ditadura no Brasil? Como já foi dito existe na historiografia brasileira algumas tendências que negam esse fato. Ou seja, para essa linha não podemos dizer que existia um governo ditatorial no Brasil já em 1964, muito por conta, por exemplo: pela liberdade de imprensa e o habeas corpus que ainda se fazia presente no campo jurídico. Essa é a vertente preferida de liberais e conservadores que até certo ponto são defensores do regime.

Todavia, sabemos que em relação ao embate que se questiona se já era ou não ditadura, como muitos historiadores já escreveram sobre, ficaremos com o que pensa Marcos Napolitano(2014) na medida em que ele delimita alguns objetivos que o regime teve desde do momento do golpe em abril de 64. Ou seja, para Napolitano, em praticamente todo o período houve sim supressão do sistema democrático e das liberdades individuais. Por isso, segundo o próprio:

> O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura. (NAPOLITANO, 2014.p.70)

Em suma, o regime que nesse começo gozava de um certo prestígio perante boa parte dos civis, não poderia fazer uma perseguição generalizada,

partindo primeiro para os que eles consideravam os inimigos mortais dos militares. Para conseguinte a isso, irem apertando ainda mais em todos os aspectos e em todos campos do cenário brasileiro, as medidas contra a liberdade e contra o que ainda restava de um estado democrático. Nesse contexto, por exemplo, é criado o ato institucional número 5. (AI-5)

Portanto, para não nos alongarmos na discussão podemos perceber que sim, houve já no primeiro momento após o golpe algumas fissuras anti-democráticas- como a própria destituição do Presidente João-Goulart- e que o regime começa a perseguir seus opositores. Seja com sucessivas cassações, seja prendendo, torturando e em última instância matando aqueles que não concordavam com o regime que se instaurava no Brasil naquele momento. Infelizmente para os apoiadores do golpe, como a imprensa, a igreja e a elite, quando se deram conta já era tarde demais, e até eles sofreram as amarras que um sistema ditatorial oferece.

Por fim, vale algumas reflexões para além de questões da historiografia. Como por exemplo: quais os resquícios da ditadura que ainda ressoam em nossa sociedade? Poderia começar citando o que NETTO (2022) indaga a respeito de uma cultura fascista no seio da nossa sociedade e que segundo ele fez e segue sendo um fio condutor de nossas práticas políticas e culturais. O autoritarismo também segue ressoando em nossa sociedade mesmo após a ditadura. Mesmo com a homologação de nossa constituição mais avançada, ainda existe até dentro da carta magna instrumentos nem tão democráticos. Como por exemplo: o artigo 142, que volta e meia quem defende um novo golpe militar se utiliza para afirmar essa defesa - ainda usando um artigo da própria constituição para tal.

Em sìntase, nossa jovem democracia ainda passara por alguns testes a contrapelo, visto que poderíamos dizer que não faz parte de nossa cultura um apoio incondicional as práticas democráticas e de liberdade. Basta visitar nosso passado, que ficará claro essa concepção de nossa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste breve texto, trazer algumas nuances sobre como o recorte histórico referido foi e segue sendo trabalhado por diferentes pesquisadores, historiadores e escritores. Afim de trazer algumas noções

sobre a historicidade do próprio regime militar e suas consequências para nossa sociedade atual. Consideramos que os embates pela memória da ditadura seguem sendo fundamentais para que possamos pensar em certa medida como nenhum militar respondeu diretamente pelos crimes cometidos contra o estado de direito e contra a humanidade.

Esperamos que nossas contribuições ultrapassem o campo meramente acadêmico, fazendo-se refletir como mesmo depois de tantas dores e sofrimento possam existir aqueles que queiram de volta algum tipo de regime de exceção. Mas que isso, aqueles que justificam as crueldades do regime, bem como as mortes, os desaparecimentos e as atrocidades que foram escondidas.

A ditadura entre a história e a memória é uma maneira de manter vivos aqueles que de alguma forma lutaram contra o regime, aqueles que perderam familiares entre esses mais de 20 anos de ditadura e que a única arma que usam é, em certa medida, a história.

Portanto, o objetivo do texto foi evidenciar na contemporaneidade tais discussões. que ao nosso ver são de suma importância para que possamos ter uma democracia mais forte e que a partir dela surja um país mais justo, igualitário e melhor para todos. Defendendo sempre a república, o estado de direito e a constituição federal, que em última instância é defender a cidadania e a humanidade.

REFERÊNCIAS

GABEIRA, Fernando; NEGRO, Maria Margarida. **O que é isso, companheiro?**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, p. 1097-1123, 2009.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

VIDAL NAQUET, Pierre. Los asesinos de la memoria. Madrid Siglo XXI

VILA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985-a democracia golpeada à esquerda e à direita**. Leya, 2014.

UMA CIDADE TODA FEITA CONTRA ELA: APONTAMENTOS SOBRE O SURGIMENTO DA ARTE SUBURBANA EM BELO HORIZONTE

Anna Carolina Thomaz de Melo Dias[22]

RESUMO:
Belo Horizonte é uma cidade que tem sua origem no planejamento de uma nova capital para Minas Gerais, buscando desvincular o passado imperial e promover a celebração da República - símbolo de modernidade, de avanço científico, e de sanitarismo. A construção da urbe procurou definir o processo de ocupação do novo espaço, e alguns segmentos populacionais enfrentaram dificuldades para ter acesso aos novos edifícios e espaços de sociabilidade.
Tal fato se deu na medida em que os construtores tinham uma definição de população ideal para as vivências na nova localidade, e aquelas que não se encaixavam dentro do conceito de modernidade belo-horizontina foi marginalizada, e tiveram pouco acesso aos novos aparatos urbanos. Desta forma, o surgimento da arte urbana em Belo Horizonte é atravessada pelos processos de expressão de identidade de grupos marginalizados em espaços antes negados para estes segmentos populacionais. Este trabalho busca investigar como as artes plásticas de rua demandam uma nova construção de memória, possibilitando a participação ativa de sujeitos antes eclipsados. Assim, esta pesquisa propõe a arte urbana e a inscrição de artistas urbanos em uma ordem sensível, como agentes que reconstroem a forma como se produzem os vínculos culturais e afetivos com a cidade.

PALAVRAS CHAVE: Arte suburbana; Belo Horizonte; memória coletiva.

INTRODUÇÃO

A instauração da República no Brasil, nos idos de 1889, incitou e estimulou revitalizações que visavam a aproximação do progresso, da industrialização e do crescimento das urbes, em detrimento da memória do Brasil colonial e imperial, escravocrata e rural. No período, a capital de Minas Gerais era Ouro Preto, e um novo projeto de capital foi desenhado para a criação de uma cidade ideal, nos moldes europeus e sanitários, inspirados nas reformas parisienses promovidas por Haussmann.

---

[22] Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais

Um dos cartões postais da jovem república foi então planejado, e sua história, modelos e tradições foram selecionadas - bem como o que lembrar e o que esquecer. O encarecimento de terrenos, a desocupação de moradias de trabalhadores da área central, e a criação de zonas suburbanas, se configuraram como limites físicos que impunham a marginalização de cidadãos pobres - dividida pela Avenida do Contorno, aqueles que estavam dentro do limite gozavam do planejamento e da infraestrutura, negados àqueles do outro lado da avenida.

Dentro desta conjuntura, a sociedade belo-horizontina que se consolidou e ocupou a área planejada da cidade, escrevendo sua história, e inscrevendo nela suas noções arquitetônicas, artísticas e culturais, não era diversa e igualitária, marginalizando sujeitos pobres, negros e analfabetos, e os relegando à periferias sem estrutura e planejamento.

O aparecimento da arte suburbana em Belo Horizonte, neste contexto, não pode ser analisada apenas por suas qualidades estéticas, mas sobre a ótica da reescrita de uma história, da inserção de sujeitos subalternizados nas regiões centrais de uma cidade que antes os invisibiliza.

A arte, assim, é ferramenta de escrevivência, termo de Conceição Evaristo (1994), que traduz uma apropriação de símbolos gráficos, a retomada da própria voz, do poder de criar e se reproduzir a partir de suas próprias concepções, não mais sendo retratado pelos outros. É escrever sobre si, sobre o que se vive em seu meio, retomar o poder de locutor. E como instrumento que possibilita se colocar e se inscrever no mundo, o surgimento da arte suburbana no centro de Belo Horizonte - como o pixo, e o grafite - demonstra uma retomada de memórias marginalizadas e a ação de reescrita e inserção de identidades coletivas.

Da imperial Ouro Preto à republicana Belo Horizonte

O republicanismo brasileiro, instaurado no final do século XIX, visou a construção de uma identidade nacional que ideologicamente pregava a soberania do povo, idealizando o alcance da igualdade, fraternidade, ordem, progresso e higiene.

A Proclamação da República, em 1889, intentava, ainda, a obliteração das tradições coloniais e imperiais, associadas à escravidão, à falta de estrutura e

o crescimento não planejado das urbes, e as tradições portuguesas. Para tanto, era necessário eleger novos ícones, herois, e promover uma intensa modernização dos aparatos urbanos.

Àquele tempo, a capital de Minas Gerais era ainda Ouro Preto, cidade que havia crescido e prosperado durante o período colonial e imperial, recebendo grande contingente de pessoas escravizadas, além de forte influência portuguesa na arquitetura.

O intento de construção de uma nova capital, nos moldes da república, foi então tomando forma, e novos ventos da mudança republicana foram norteadores para um planejamento de fundação de uma nova capital. O novo centro urbano seria planejado de acordo com os moldes franceses, e carregaria em seu centro planejado as noções de ordem, progresso e sanitarismo - muito importante em um países que sucessivamente sofria com epidemias e pestes.

O atual território de Belo Horizonte já existia antes do espaço ser escolhido como nova capital mineira. O curral del-Rei era uma localidade que reunia gado, e atuava como ponto de descanso e abastecimento para viajantes no século XVIII. Tal Arraial já era visado para uma revitalização e valorização de suas belezas naturais e abundância de água.

A derrubada do Curral del-Rei e a fundação de Belo Horizonte foi arquitetada por uma sociedade mineira oligárquica. Assim,

> Sua fundação iria garantir a unidade oligárquica num estado de economia decadente, marcado pela divisão de poder entre os diferentes grupos regionais que disputavam o controle político na antiga sede do estado, Ouro Preto (SCHWARCZ, L.M. STARLING, H.M., 2020 201).

Belo Horizonte simbolizava, ainda, a esperança de controle e centralização política e administrativa de uma Minas Gerais com economia desestabilizada (SCHWARCZ, L.M. STARLING, H.M., 2020), e sua construção trazia a perspectiva de criação de um centro econômico da região.

Em adição, possibilitava a criação de um centro urbano moderno e industrializado em uma região marcada pelas grandes propriedades rurais.

À época do desenho da cidade, a delimitação do suburbano e do urbano já eram existentes.

No plano de 1895 para a construção da cidade, antes de sua inauguração, a distribuição desigual de infraestrutura já era notada,

principalmente, na preocupação de garantia de sistema de esgoto e distribuição de água potável (FERNANDES, 2021).

Assim, de antemão, a administração pública da capital já delimitava e selecionava aqueles que alcançariam os benefícios e aqueles que seriam privados.

Do outro lado da Avenida Contorno: a marginalização socioespacial em Belo Horizonte

A construção da nova capital mineira faltou incluir a parcela pobre da população. O espaço urbano cuidadosamente planejado por Aarão Reis - urbanista responsável pelo desenho da moderna cidade - dividia o espaço da capital em zona urbana, suburbana e rural - sendo a urbe um espaço segregado desde sua concepção (SCHWARCZ, L.M. STARLING, H.M., 2020).

Seus engenheiros e sanitaristas de prestígio nacional planejaram um centro urbano em que incluiria uma parte baixa, em que se instalaria estação ferroviária, casas comerciais, fábricas, e oficinas; e uma parte elevada, com os prédios da administração política, como o palácio do governo, os bairros residenciais e espaços de convivência social, como os teatros. As avenidas eram largas e retas. De acordo com Schwarcz e Starling, 2020,

> a linha reta supõe um caminho, exprime um sentido e uma direção - aponta para o futuro da cidade republicana. Ruas largas, quarteirões simétricos, casas assombradas, e uma classificação rigorosa que determinava os locais definitivos para a instalação de residências, comércios, prédios públicos e lazer (SCHWARCZ, L.M. STARLING, H.M.,2020, 202).

O controle da ocupação era severo: além de fiscalizações, o espaço foi cercado pela Avenida do Contorno, que circulava a zona urbana. Fora de seu limite, os bairros foram construídos sem a regularidade rigorosamente aplicada no centro belo-horizontino, com lotes distribuídos irregularmente, e ruas e avenidas abertas sem planejamento.

A ocupação da parte interna da Avenida do Contorno era relegada à parcelas da população atreladas à administração pública, além de agentes dos serviços de saúde, sanitários, e de segurança - políticos, médicos, por exemplo -, além de figuras de classe alta, especialmente de membros de famílias oligárquicas. As classes operárias eram destinadas às áreas suburbanas, fora do perímetro central. Segundo Ribeiro e Garcia , 2005,

> Aliados a isso, o crescimento da cidade e o desenvolvimento das atividades econômicas, o que certamente atraiu trabalhadores de outras localidades, fizeram com que populações de classe mais baixa fossem ocupando vazios urbanos, de forma irregular, na busca de um lugar para morar e da proximidade do local de trabalho. Com o passar do tempo, o crescimento e o empobrecimento da população consolidaram esse tipo de ocupação (RIBEIRO, GARCIA, 2005, p.87 - 88).

Assim, podemos inferir que a distribuição populacional se enquadra em um planejamento administrativo de gestão e acesso de espaços da nova cidade, em que é construída uma zona urbana ordenada e equipada para a elite mineira, com um subúrbio desordenado e insuficiente. A Capital, de sua concepção à inauguração, estabelecia uma segregação que não apontava soluções eficientes e confortáveis para o desenvolvimento e a equidade de pessoas pobres, negras e analfabetas, que não se configuraram como personagens eleitores e abraçados pela recém fundada república.

Indicativo desta desconsideração da parcela pobre da população ocupante da capital é o despejo e a remoção da população local, e destruição de seus referenciais arquitetônicos na cidade: as zonas preteridas para as construções modernas foram definidas através da desocupação forçada e planejada pelo poder público. Rapidamente, estes espaços antes ocupados foram integrados no desenho de cidade ideal, seu terreno encareceu, e sua população originária foi relegada à espaços suburbanos sem planejamento de infraestrutura.

O espaço urbano belo-horizontino foi (re)moldado de forma hierarquizada, notada inclusive no atendimento de pessoas periféricas em espaços de saúde e lazer. O plano priorizava o centro, e seus espaços eram destinados à alta-sociedade mineira, materializando as mazelas sociais desde seu firmamento. Quem ocupava o centro era a elite ouro-pretana, oligárquica, política, médica e de segurança. Os lotes a venda eram caros, destinados a funcionários públicos, e a zona suburbana era menos assegurada de infraestrutura.

Arte urbana: cultura e identidade subalternas na capital

Assim, em Belo Horizonte, se formou os sujeitos periféricos, aqueles que foram marginalizados, e relegados a espaços irregulares sem infraestrutura. A narrativa construída na capital mineira foi a de um espaço ideal, sanitário, que

promovia o desenvolvimento médico-científico, que valorizava áreas verdes de lazer, como os parques municipais; e os espaços de sociabilidade como cafés, restaurantes e cinemas. A história de Belo Horizonte narra a fundação de uma cidade modelo, ícone modernista, abençoada pelos bons ventos da República.

Entretanto, para compreender o mito republicano da construção da cidade, é necessário considerar que esta memória de espaço ideal, foi planejada e reconstruída. É ensejo de uma elite inserir a capital mineira, interiorana e de origem rural, que viu seu crescimento no período colonial, no rol dos espaços nobres.

Estas memórias, que são sempre coletivas enquanto inseridas em um sistema de valorização e identificação, foram solidificadas a partir do apagamento de passados marginalizados compulsoriamente, de indivíduos, grupos com identidades e tradições, mazelados e silenciados.

Enquanto a capital desenhada buscava a eleição de ícones, signos, símbolos e imagens fortes definidores de uma memória coletiva, partilhada por todos seus moradores, parcela destes habitantes viam seu acesso negado às estruturas de saúde, educação e lazer em meio à sociedade belo-horizontina.

O apagamento do Curral del-Rei em detrimento da construção de um cartão postal republicano apagou tradições complexas em saberes, arte, ofícios e religião. A mudança do poderio da cidade de Ouro Prerto, e daqueles outros adequados à convivência de uma cidade elevada ao status de ícone, foi incentivada e valorizada.

A ocupação de gentios de diferentes localidades nacionais foram relegadas às margens e suascontribuições culturais, eclipsadas. O grande contingente de suburbanos eram portadores dememórias, tradições, lembranças, e foram atores na construção da capital, sem, entretanto, ter suas contribuições valorizadas e demarcadas no novo centro urbano. De acordo com Signorini, 2017:

> O esquecimento pode dar-se através do afastamento e da diluição das lembranças do passado, até que sejam totalmente apagadas da memória, podendo estar ligado ao tempo ou consistir em uma deliberação individual ou de um grupo. No caso da construção da Capital de Minas Gerais, o processo de esquecimento e apagamento deu-se fundamentalmente no âmbito da história oficial (SIGNORINI, A. 2017,p.76.).

Assim, a necessidade de criar uma narrativa que apagasse o passado imperial e escravocrata criou o mito de fundação de uma capital feita por personalidades renomadas, sem considerar aqueles que, diariamente, construíram as celebradas *boulevards*.

O sujeito periférico não solidificou, assim, redes de afeto e de reconhecimento com o centro urbano. Não incluído e valorizado em suas atividades, não se viu abraçado pelo republicanismo. O termo periferia passou a representar o marginalizado, a pobreza e a violência.

Foi apenas no final do século XX, especialmente na década de 1990, que o sujeito periférico passou a se constituir como agente. Ali, o morador de periferia age politicamente e socialmente através de sua construção comunitária e geográfica. A difusão do periférico como sujeito passivo e inferiorizado é questionado, e a construção de uma identidade belo-horizontina é questionada.

No intuito de se apropriar de sua própria imagem, mudam a forma de vivenciar a marginalização, elucidando espaços discursivos de sua própria identidade. Assim, um movimento de reclame de identidade demanda um novo olhar do periférico, agora, construído e moldado pelos próprios sujeitos marginalizados, excluídos da história da fundação e alterando o cenário cultural da capital mineira.

As narrativas suburbanas equalizam a comunicação para que ela alcance sua comunidade, e criam referenciais de pertencimento no interior de uma coletividade que se afirma, ainda que de forma opositora à narrativa oficializada.

Constroi-se, assim, uma identidade construída a partir de rupturas, que afirma a existência, as tradições e as memórias de comunidade desvinculada do projeto oficial concebido até então. Este novo discurso demarca e reivindica uma tradição, denunciando o descaso e a segregação cultural.

O surgimento de uma identidade marginal fortalece uma organização de sentidos, repensa uma identidade local, e questiona a lógica progressista e republicana do final do século XX, comprometendo-se com aqueles que ficaram socialmente relegados às margens de um projeto incompleto e ineficiente de construção de capital. Assim, propõe repensar um conjunto de valores que foram definidos por uma parcela da população, sem ouvir e incluir as outras, dando visibilidade para aqueles excluídos das narrativas oficiais.

Muitas são as ferramentas que possibilitam as discussões de identidades, e a construção de debates e de inscrição de novas vivências. Tais ferramentas são empregadas como gatilhos que potencializam a tomada de consciência de si, e o reclame para a construção de uma narrativa que valorize e preserve memórias coletivas de um grupo. Assim, promovem a defesa de direitos, de registro e de promoção de sentidos.

Conforme Medeiros, 2019, a arte e a produção artística são instrumentos que permitem uma perspectiva contra hegemônica para as relações sociais, de classe, gênero e raciais no Brasil, possibilitando uma modificação no imaginário social brasileiro. Através da arte, é possível reivindicar a inclusão desse sujeito cuja exclusão foi promovida por instâncias oficiais, e legítima a periferia enquanto espaço de formação e sociabilidade. Portanto, propõe novas formas de sobrevivência e de se colocar no mundo aos sujeitos periféricos.

De acordo com D'andrea, 2013, a construção de identidade pelos sujeitos marginalizados promove um deslocamento de referências:

> Não mais entendida apenas como local de pobreza, privação e sofrimento passível de comiseração, a periferia passa a ser um termo utilizado como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade (D'ANDREA, T.P., 2013, 10).

Estigmatizados pela história oficial, sujeitos marginalizados, ao construírem novas formulações sobre si mesmos, modificam as estruturas e sua posição no mundo. Uma nova construção de sujeito estimula o orgulho, a apropriação de tradições, crenças e festividades, e as potencializa em arte.

A Arte suburbana, desta maneira, se conceitua enquanto arte social, que é dotada de senso estético compartilhado por um grupo, mas que expressa sua existência, organiza e prevê símbolos para sua coletividade, e o insere em uma atuação política através de sua narrativa, posição e simbologia. Ainda de acordo com D'Andrea, 2013,

> De certo, a produção cultural realizada por moradores de bairros populares foi um elemento definitivo na formulação de um novo significado para o termo periferia, que passou a incluir em seu bojo os elementos arte e cultura concomitantes a significados antes apenas restritos à pobreza e violência. Esta produção artística revelou a potência criativa desse morador na mesma medida em que auxiliou na construção do orgulho periférico. (D'ANDREA, T.P., 2013, 16)

Em Belo Horizonte, a arte urbana se transformou em expressão empreendida pelos grupos marginalizados para ocuparem espaços estéticos, de lazer e de construção de memória em uma cidade construída para os esquecerem, reivindicando legados marginalizados durante o processo de fundação.

Estas ações de reescrita através da arte representam e expressam uma mudança na retomada de voz de populações suburbanas que passa a reivindicar o direito de se apresentarem. Esta nova subjetividade promove o agir político-social, celebrando a construção de uma nova subjetividade.

O surgimento da arte suburbana em Belo Horizonte reflete o poder de criação e de retomada da narrativa. É, sobretudo, a capacidade de simbolizar a experiência de desamparo e abandono público, de forçar para que sejam incluídos e representados nos centros urbanos.

O sujeito periférico existe na realidade social, e já existia na capital mineira desde sua concepção. Sua atual expressão se configura dentro de um movimento social coletivo de se colocar no mundo através de sua própria definição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maneiras exploradas pela população periférica para superar a marginalização espacial foi a produção artístico cultural. Ela surgiu para romper uma narrativa que canoniza símbolos republicanos, dando voz a aqueles que fizeram parte do desenvolvimento de centros urbanos mas que, ideologicamente, foram marginalizados e condicionados a espaços suburbanos e sem infraestrutura.

Ocupar espaços públicos promovem encontros, convivências, e criação de laços afetivos entre uma comunidade e seu meio, o dotando de concepções culturais e estéticas que valorizam e simbolizam um grupo, solidificando sua memória coletiva e a celebrando junto à sociedade.

A produção de uma arte urbana em Belo Horizonte demarca espaços de sociabilidade inicialmente inalcançáveis para sujeitos à margem, e os inclui no rol de narrativas possíveis para compreensão da urbe. Assim sendo, a afirmação artística destes sujeitos formulam a crítica, às noções estéticas e a incorporação de referenciais de memórias.

Se a memória e as identidades de uma comunidade são construídas a partir da construção e definição de um passado, o compartilhamento artístico de memórias periféricas são fundamentais na construção de narrativas históricas.

REFERÊNCIAS

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo.** Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. 309 p.

DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Itaú social. - 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020. 282 p.

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. **A fundação de Belo Horizonte: ordem,progresso e higiene, mas não para todos.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 1061-1084, set/dez 2021.

MEDEIROS, Jefferson. **Arte periférica como discurso decolonial.** III Seminário Internacional de Investigacion en Arte y Cultura. FAV-UFMG, 2019. 15 p.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo ao inferno.** 1o edição. Companhia das Letras. São Paulo,2018. 145 p.

RIBEIRO, Adriana Miranda. GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Segregação socioespacial em Belo Horizonte: uma aplicação de modelos difusos.** Belo Horizonte 01(1) 86-97 julho-dezembro de 2005. p.86 - 97.

SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloísa. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. 1o edição. Companhia das Letras. São Paulo, 2020. 375 p.

SIGNORINI, Antônio. I**magens e Memórias na Construção da Cidade de Belo Horizonte.** Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. 68 p.

PASSAGENS DE PINDORAMA A UM ESTADO DE DIREITO: Por uma reflexão da história de independência e colonialidade no Brasil.

Dante Alexandre Ribeiro das Chagas[23]

“Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a esta história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.”
Lima Barreto.

RESUMO:
Em termos hegelianos, o Estado é uma realidade histórico-cultural e, dessa forma, a Independência, embora negue sua condição colonial e rompa com a metrópole, conserva sua realidade de dominação e exploração interna com o sistema escravocrata e o domínio senhorial. Assim, entre a Independência e a formação de um Império Constitucional, edifica-se um Estado que, longe de cindir com as tensões e brutalizações de seu tempo, as conserva num verdadeiro paradoxo de ser simultaneamente um Estado de Direito e de Exceção, garantindo a manutenção de uma Guerra infraestrutural, colonial e permanente contra os historicamente excluídos, deixando um legado desumano que ainda hoje não conseguimos superar. Neste ensaio, portanto, buscaremos refletir sobre os ranços coloniais que subsistem a nossa história de Independência cuja continuidade, sistematicamente, marginaliza e exclui populações não-brancas.

PALAVRAS-CHAVES: Independência do Brasil; Guerras Coloniais; Necropolítica.

ABSTRACT:

In Hegelian terms, the State is a historical-cultural reality and, in this way, Independence, although it denies its colonial condition and breaks with the metropolis, preserves its reality of domination and internal exploitation with the slave system and seigneurial rule. Thus, between Independence and the

[23] Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta e Prof. Dr. Philippe Oliveira de Almeida. Bacharel e licenciado em História pela UFRJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. E-mail: dantechagas@ufmg.br.

formation of a Constitutional Empire, a State was built that, far from splitting with the tensions and brutalizations of its time, preserves them in a true paradox of being simultaneously a State of Law and Exception, guaranteeing the maintenance of an infrastructural, colonial and permanent war against the historically excluded, leaving an inhuman legacy that we still cannot overcome today. In this essay, therefore, we will seek to reflect on the colonial traces that remain in our history of Independence, whose continuity systematically marginalizes and excludes non-white populations.

KEYWORDS: Independence of Brazil; Colonial Wars; Necropolitics.

EXÓRDIO
A VÓRTEX DO PASSADO QUE SUSTENTA O PRESENTE.

> **"O Brasil que dá é igualzinho ao que pede**
> **pede paz e saúde, trabalho e dinheiro**
> **pede pelas crianças do país inteiro**
> **Elza Soares.**

Há um conjunto de ensinamentos da Escola dos *Annales* o qual somos legatários. A partir daquela geração compreendemos que a História é a ciência que estuda o ser humano em seu tempo (BLOCH, 2002) e em seu espaço, configurando uma relação interminável entre o presente e o passado: o historiador e o fato histórico (CARR, 1982). Mas também há uma ressalva feita por Bloch, a ignorância do presente nasce fatalmente do desconhecimento do passado, mas de nada adianta tentar compreender o passado se nada sabemos de nosso presente. Passado e presente conectam-se e desdobram-se em um continuum o qual nós compomos e construímos.

Compreender e interpretar para agir e transformar não são elementos ou momentos díspares, mas conexos e partes de um mesmo processo. Como ciência do tempo, a História exige do historiador não um estudo do passado pelo passado, mas também uma autópsia do presente e o construir de novos futuros. Não existem, portanto, textos neutros e o sujeito quando fala ou escreve está atravessado por sua temporalidade, cultura, intenções, paixões e inquietações genuínas. Tributário do passado, o presente nos movimenta e, assim, como entoa o poeta Octávio Paz, "a pluralidade de passados torna plausível a pluralidade de futuros."

Precisamos conhecer para transformar, compreender para agir, por conseguinte, este texto parte inevitavelmente de seu presente e de sua autópsia. Uma realidade em que a palavra da moda não à toa é a necropolítica (MBEMBE, 2016).[24]

Antes mesmo da Pandemia da Covid-19[25] expor mais ainda as feridas das marcas raciais presentes no Brasil e no mundo[26], a ideia de uma gestão dos indesejáveis e dos povos matáveis passa a ser uma chave de interpretação cara para aqueles que observam a realidade dos historicamente excluídos e marginalizados no país. A gramaticalidade do conceito captou a violência operacionalizada a determinados grupos sociais que são sistematicamente apagados nos discursos progressistas, subsumidos nas chamadas classes pobres. Ora, mas essas classes possuem cor e história.

Em levantamento recente, o IBGE apontou que a maioria das pessoas que estão nas classes pobres (73%) e extremamente pobres (77%) são pretos e pardos.[27] Similarmente, a maioria dos assassinatos ocorre a esse grupo mais vulnerável, que possui 2,7 mais chances de serem vítimas de homicídio do que pessoas brancas.[28] Não é de se estranhar que não se furtem a eufemismos e falem de um genocídio negro, sobretudo o de nossa juventude. O Mapa da

---

[24] Seja nas redes sociais ou mesmo em trabalhos científicos e acadêmicos. O ensaio de Mbembe, por exemplo, publicado pela revista Arte e Ensaios da UFRJ já foi citado mais de 1100 vezes. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em: 26/07/2022.

[25] No ano de 2020 o mundo experienciou uma calamidade sanitária que suscitou respostas políticas em todo o globo. A COVID 19 espalhou-se, tornando-se uma pandemia que dilacerou vidas, expôs feridas antigas da desigualdade social e racial e exigiu que restabelecêssemos nossas formas de ser e estar nos espaços. Devido às medidas sanitárias necessárias para inibir a circulação do vírus, foi preciso um isolamento social, que infelizmente tratou-se de um privilégio para poucos. Ficar em casa e se proteger foi uma oportunidade que a maior parte de nossa classe trabalhadora não teve o privilégio de ter. Ademais, diante de todas as irresponsabilidades políticas cometidas e tendo à frente do cargo mais importante de nossa república um presidente que fomentava a qualquer custo o desrespeito à ciência, tivemos mais de seiscentas mil vidas e histórias interrompidas e milhares de laços rompidos, dando espaço à memória e ao luto. A maioria pobre. A maioria negra. A Universidade Federal de Minas Gerais constatou que negros correram mais risco de infecção, hospitalização e morte: https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/.

[26] Sobre o assunto, recomendamos o excelente ALMEIDA, Philippe Oliveira de. **A doença como metáfora racial: a pandemia de coronavírus à luz da Teoria Racial Crítica.** REJUR – Revista Jurídica da UFERSA, Mossoró, v. 5, n. 9, p. 27 a 47, janeiro a junho de 2021.

[27] SINTUFRJ. **“A pobreza no Brasil tem cor: ela é hegemonicamente negra”.** Disponível em: https://sintufrj.org.br/2020/11/a-pobreza-no-brasil-tem-cor-ela-e-hegemonicamente-negra/#:~:text=Na%20extrema%20pobreza%2C%20%C3%A9%20ainda,e%2037%25%20homens%20negros.%E2%80%9D Acessado em: 26/07/2022.

[28] A pesquisa mostra um impressionante número de 255 mil mortes de pretos e pardos entre 2012 e 2017 v. EXAME. **IBGE: População negra é principal vítima de homicídio no Brasil.** Disponível em: https://exame.com/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/. Acessado em: 26/07/2022. V. também IPEA. **Atlas da Violência 2021**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 26/07/2022.

violência identificou que a cada 23 minutos um jovem negro foi morto em 2017, por exemplo.[29] São números impressionantes que colocam o Brasil num cenário de guerra civil. Ademais, não surpreende a mais ninguém ligar a televisão e assistir aos noticiários informando mais uma das ações da polícia na chamada *Guerra às Drogas* ou a quase cotidiana violência policial. Presente e passado chegam a confundir-se enquanto a polícia prioriza sistematicamente abordagens a pessoas de cor[30] e o Estado direciona uma violência sem igual às favelas por meio de operações policiais, historicamente negadas de direito, e concebidas pelo imaginário social como *lugar de bandido* (de preto). Apresentamos esses números cientes de que, embora alarmantes, não demonstram a sensação e percepção de desamparo e insegurança em que vive a maioria da população.

Infelizmente, não para por aí. Quando a TV não mostra os horrores direcionados aos negros, as notícias (muitas vezes subnotificadas) apresentam a barbárie a qual os povos indígenas estão submetidos. Um recente e extenso relatório produzido pelos indígenas yanomami mostra o recrudescimento das invasões feitas pelo garimpo ilegal, numa verdadeira operação de guerra e terror, direcionando a esses povos cercos, estupros, queimadas e destruições, sobretudo incentivados pelo apoio do então governo federal de Jair Bolsonaro a essas práticas inconstitucionais e criminosas.[31] É Ailton Krenak (2018) quem não recorre a eufemismos e atesta que: "Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo", uma guerra em estado permanente e sem trégua desde o século XVI.[32] Mas o Brasil não é mais uma colônia há duzentos anos, como isso é possível? Independência e Descolonização não são a mesma coisa? Esse laço sangrento e desumanizador, que ata presente e passado através da barbárie em nome da civilização, chamamos de colonialidade. Um ranço colonial que

[29] https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2018/12/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-esta-sendo-assassinado-no-brasil-diz-pesquisadora

[30] Vez ou outra sai alguma notícia como essa: G1. **PM de Campinas deixa vazar ordem para priorizar abordagens em negros.** Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros.html. Acesso em: 26/07/2022

[31] HUTUKURA Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana. **Yanomami sob ataque. Garimpo ilegal na terra indígena yanomami e propostas para combatê-lo.** Instituto Socioambiental, abril de 2022. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para. Acesso em 26/07/2022

[32] GUERRAS DO BRASIL.DOC. Episódio 1: Guerras da Conquista. Direção: Luis Bolognesi. Netflix, 2018.

mantém hierarquias e estruturas de poder, submissão e desumanização, um grito do passado para o presente que persiste ainda que num Brasil pretensamente independente. A dizer,

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73) [33].

Nesta ação geohistórica da colonialidade, podemos identificar aquilo que Fanon entende como uma zona-do-não-ser, onde grupos humanos não-brancos são jogados e largados ao mesmo e à própria sorte, submetidos sistematicamente a todo e qualquer tipo de violência. É onde está o outro que não é um de nós, é onde está aquele que deve servir e submeter-se e, por fim, após exaurido, desaparecer. Seu lugar é um não-lugar. É o que constroi a nação e que para com ela possui obrigações, mas seus direitos vivem numa corda bamba, sua liberdade possui dimensão retórica, não concreta.

> A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de desejo. Sonhos de possessão (FANON, 1961, p. 34).

Não é preciso declarar um Estado de Exceção para que os comboios da polícia subam morros como o Jacarézinho e matam 27 pessoas[34]. Muito menos para *metralhar* 5 jovens negros com 111 tiros quando comemoravam o primeiro emprego de um deles.[35] Fanon contrapõe a posição das famílias de cor às

---

[33] Em nota, o autor complementa: "(...)O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado".

[34] FOLHA DE S. PAULO. **Investigação de massacre no Jacarezinho (RJ) chega ao fim com 24 das 28 mortes arquivadas.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/investigacao-de-massacre-no-jacarezinho-rj-chega-quase-ao-fim-com-24-das-28-mortes-arquivadas.shtml. Acesso em: 27/07/2022.

[35] EL PAIS. **O eco dos 111 tiros de Costa Barros.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480370686_545342.html. Acesso em: 27/07/2022

famílias brancas diante da sociedade, ao afirmar que as últimas possuem estreitos laços com a estrutura nacional ao passo que as primeiras não integram o todo da nação. Na verdade, "uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco" (FANON, 2020). Quando lemos isso pela primeira vez jamais imaginaríamos que isso poderia significar que agentes do Estado poderiam deferir 80 tiros contra uma família negra que voltava de um chá de bebê, por exemplo.[36] Numa zona de guerra há quem deve morrer; quem deve viver está em outros espaços que não favelas ou aldeias. Essas zonas, contudo, são móveis e estão onde quer que as marcas raciais transpareçam. Não há espaço seguro, o "engano" é recorrente quando você é o bandido em potencial. Afinal, "aonde quer que vá, um negro continua sendo um negro" (FANON, 2020). Nem campo, nem cidade, mas um não-lugar cujos instrumentos de controle privam qualquer condição mínima de vida. Assim, Direito e Exceção confundem-se e temos uma população permanentemente vista aquém de qualquer contrato social, de modo a manter negros e indígenas como o inabsorvível e o matável. Não é preciso que um soberano ou um presidente declare a suspensão da ordem e estabeleça um Estado de Exceção, basta um guarda da esquina. Desse modo, temos instaurada uma guerra infraestrutural, colonial e permanente que se pauta em uma necropolítica, de modo que

> em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar "mundos de morte", formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos' (MBEMBE, 2016).

A escolha de palavras para definir essa guerra infraestrutural e permanente como colonial não se dá ao acaso. No Bicentenário da Independência do Brasil temos o que comemorar, mas também temos aquilo que preferimos esquecer. Contudo, uma das tarefas do historiador é também dessacralizar a memória (NORA, 1993) e fazer lembrar aquilo que queremos esquecer. A colonialidade é o que fundamenta a necropolítica na sociedade capitalista brasileira. Os moinhos do tempo provocam uma vórtex cujo início finca-se em nosso passado colonial, mas que ainda serve de sustentação ao

---

[36] G1. **Delegado diz que 'tudo indica' que Exército fuzilou carro de família por engano no Rio.** Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou-carro-de-familia-por-engano-no-rio.ghtml

nosso presente. É preciso que compreendamos o que permite que brutalizações como as supracitadas ocorrem ordinariamente, a construção histórica de nossa necropolítica cotidiana, o nosso ranço colonial. Portanto, o presente trabalho dedica-se a refletir as contradições inerentes a nossa Independência e ao nascer de nosso Estado de Direito que nos deixa esse legado de colonialidade. Para tanto, num primeiro momento nos esforçarmos a demonstrar as balizas do tempo que alicerçam o surgimento de nosso Estado, imerso nas dinâmicas modernas/coloniais que criam as marcas raciais. Em seguida, dedicaremos atenção ao debate parlamentar na Constituinte de 1823 sobre a questão da cidadania negra e indígena e a precariedade da liberdade efetivada na Constituição Imperial. Por fim, buscaremos demonstrar como há um projeto de continuidade entre Colônia, Império e República com seus esforços de controle, marginalização e apagamento das pessoas de cor. O estudo se baseará em uma discussão bibliográfica e na análise de determinadas fontes do período.

Modernidade, colonialidade e racismo[37]

É impossível pensar o moderno sem pensar o colonial. Há uma ideia moderna de raça que surge desse encontro/desencontro. Modernidade e Colonialismo configuram duas faces de uma mesma moeda. O filósofo nigeriano Emmanuel Chukwudi Eze (2018) entende o colonialismo como um período trágico que vai desde o século XV até a primeira metade do século XX e que é marcado, dentre outras coisas, pelas "resistentes e duradouras ideologias e práticas de predomínio cultural europeu (etnocentrismo) e de supremacia 'racial' (racismo)".

Outrossim, Aníbal Quijano (2009), argumenta que a partir do século XVII começa uma produção específica de conhecimento que se adequa às necessidades cognitivas desse dito capitalismo emergente: a medição, a quantificação, a objetificação e a naturalização das experiências, identidades e da organização geocultural do poder capitalista global – "para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção". Esse

[37] Realizamos parte desta discussão em CHAGAS, Dante Alexandre Ribeiro das. **Um emblema negro no consciente europeu: O não-lugar da África e a Construção de Inferioridade do Negro entre o Iluminismo e o Idealismo Alemão**. Instituto de História, UFRJ, 2022.

eurocentrismo, que traz consigo um entendimento de que essa produção de conhecimento é a única racionalidade válida e é o símbolo da modernidade, ganha um novo capítulo, durante o século XVIII, com o Iluminismo. Cria-se a ideia de que a Europa, de alguma forma teria desenvolvido a modernidade e a racionalidade antes mesmo do capitalismo colonial e, que por isso, estariam num ponto mais avançado nesta marcha linear rumo ao progresso, de modo que os povos estariam classificados entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Ademais, com a modernidade/colonialidade temos a produção de um novo padrão de poder, um novo sistema de dominação social e um novo sistema de exploração social, que traz consigo seu elemento fundador: a raça. Esta é uma categoria social constitutiva da modernidade e se apresenta como um arcabouço ideológico que legitima a dominação, um produto mental e social específico do conflito, da destruição de mundos não-europeus. Esse encontro da Europa com a África e a América significou a dizimação e escravidão de indígenas e o tráfico e escravização de pessoas africanas para a América, reduzindo diversas etnias às identidades raciais: índio e negro. Naturaliza-se, assim, "a ideia de que os dominados são o que são não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material, e por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural." (QUJANO, 2005) Dessa maneira, essa ideia de raça e a primeira classificação social global surge, então, com a Conquista. Inicialmente, para dar sentido às relações de poder entre "índios" e os ibéricos, ainda nessa perspectiva político-militar e religiosa da Reconquista que concebia que os caracteres culturais e religiosos seriam transmitidos através do sangue. É no século XVIII que cor e raça imbricam-se nessa categoria racial.(2005, p. 18-19).

Desse modo, Achille Mbembe (2014) argumenta que a modernização é fundamentalmente a expansão dos impérios coloniais europeus, de forma que a história da modernidade é a história da colonização. Ou seja, modernidade e colonialidade são fatores estreitamente interligados e a modernidade periférica seria o anverso do Iluminismo. Assim, para uma análise aprofundada do período moderno é preciso que se tenha em mente que "permanecerá inacabada a crítica da modernidade, enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do princípio da raça e com a lenta

transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação" (2014, p. 104).

E de Pindorama faz-se o Brasil, uma colônia portuguesa que reflete as dinâmicas de seu tempo. Desse encontro/desencontro edifica-se uma relação triangular e desigual entre Europa, África e América. Estima-se que o período colonial moderno sustentou-se através do tráfico de mais de 12,5 milhões de pessoas, raptadas de suas terras natais, rompendo seus laços e negando suas identidades. Desse expressivo número, cerca de 6 milhões foram direcionados ao Brasil como corpos destinados ao trabalho forçado e à desumanização.[38] Temos um dos maiores crimes contra a humanidade de que se tem notícia.

Mas a tragédia não se limita a isso, pois paralelo a esse fenômeno, temos o maior genocídio da história. Estima-se que no curto espaço de tempo entre 1492 e 1620 um contingente de 80 milhões de habitantes da então Abya Yala é reduzido a 10 milhões. Isto é, a Conquista está atrelada a uma grande fratura demográfica que reduz a população nativa em cerca de 90% de seu total. Esses números são apresentados pelo já clássico Tzvetan Todorov numa tragédia anunciada por ele como uma alteridade egocêntrica: ou se destrói o outro pela assimilação numa perspectiva de que este outro é igual ao ego; ou transforma-se o outro em um ser inferior ao ego (TODOROV, 2001). Nesse projeto de arcaísmo que condiciona mentes medievais em um período moderno (FLORENTINO & FRAGOSO, 2001), submete-se tudo "a um ideal exterior e absoluto (a religião cristã) e todas as coisas terrestres não passam de meios para a realização deste ideal" (TODOROV, p. 16).

O colonialismo, longe de se reduzir a uma dimensão econômica, tem em seu corpo também uma expansão e dominação cultural que se dá através do cristianismo. Construindo mais uma das contradições de nossa história, a dos súditos sem direitos. Ainda nas costas africanas os sujeitos africanos eram batizados, tendo seu nome e identidade apagados (NASCIMENTO, 2016; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Já os indígenas brasileiros foram submetidos a um projeto dual de Aldeamento e Guerra Justa. Esta tratava-se de uma ofensiva colonial para conquistar mão de obra escrava indígena, enquanto as aldeias tinham a função de catequizar e ressocializar os nativos. Conforme o

---

[38] TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates.

processo de colonização se adensa, a necessidade por mão de obra aumenta. Os indígenas, considerados aliados, recebem um estatuto de súdito cristão, misturando-se com brancos e se tornando mão de obra "livre". Já os considerados inimigos, bárbaros, são submetidos à guerra, morte e escravidão (ALMEIDA, 2000). A dinâmica da "Guerra Justa" parece estranhamente familiar a todos os períodos da história brasileira.

Numa sociedade colonial edificada e sustentada pela escravidão, a nobreza se definia por aquilo que ela não fazia, o trabalho braçal. Mais ainda, "num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 80). O Brasil colonial então era mantido e construído pelo suor, exploração e sangue africano e indígena, submetidos aos horrores da escravidão e a toda sorte de desumanização. A cor, então, passa a ser um definidor social caro que distinguia os nobres de não-nobres, senhores e escravizados. Diante dessas relações atlânticas e raciais, o rompimento colonial com a metrópole e a edificação do Estado Imperial e Independente do Brasil tem sua energia gerada pelas fontes de sua própria colonialidade. O novo momento político e cultural é marcado pela continuidade da escravidão e barbárie civilizatória.

***Filha do medo, a raiva é mãe da covardia*.**
Haitianismo e cidadania no Brasil.

Das águas do Atlântico floresceram cidades portuárias que possuíam dinâmicas comuns, sobretudo a de sustentar relações transcontinentais entre os três vértices do triângulo moderno/colonial Europa-África-América. Essas águas levavam e traziam homens de todos os nichos e mercadorias diversas, mas também ideias e ideais, notícias e práticas insurrecionais. O oceano conectou vidas e pensamentos, e sobre seu estado líquido, as relações humanas solidificam uma superfície transcultural na qual as correntes marítimas e os fluxos de suas marés determinaram uma condição geopolítica, bem como o surgimento de novas identidades. No caso brasileiro, chega-se a dividir o território colonial em duas partes: o Brasil e o Maranhão. É inquestionável, pois, que tudo que se edifica no território brasileiro é vinculado a esse mundo atlântico que postula um universo político, social e

cultural único pautado no colonialismo e no tráfico de pessoas. Ou melhor, o Brasil é parte desse mundo atlântico cuja órbita está ao redor de um núcleo formado pelas contradições de uma guerra colonial que opõe resistência e dominação, liberdade e escravidão, inclusão e exclusão. (QUEIROZ, 2017).

Dialeticamente os mares se tornam condição irrevogável para a manutenção de uma estrutura colonial baseada no tráfico e escravização de pessoas, porém também se tornam a fonte para a circulação de discursos e ações subversivas que resistiam à barbárie e à desumanidade. Se há uma generalização possível na história é a de que onde houve escravidão, houve também resistência e o cenário das Revoluções atlânticas levam isso a outro patamar. Os discursos de liberdade ganham força e expressão na voz daqueles submetidos ao açoite e deixados descalços, sobretudo a Revolução do Haiti transforma-se simultaneamente num horizonte de expectativa para os escravizados e uma onda de medo para os proprietários de vidas humanas. “Filha do medo a raiva é mãe da covardia” e numa tentativa de tolher os espíritos da transformação, arma-se um aparato jurídico e repressivo, sobretudo ideológico, para conservar aquela dantesca realidade. (AZEVEDO, 2008)

No longo século XIX (HOBSBAWM, 1988), a construção das identidades nacionais surge como um projeto ideológico com o claro objetivo de criar uma relação entre a burocracia estatal e a nação, busca-se encontrar um coeficiente comum que legitime a delimitação geográfica e a garantia de mercado diante da competitividade em que se encontravam as nações no mundo globalizado e capitalista (THIESSEN, 2000). Um povo possuiria uma História, uma Geografia e uma língua específicas e oficiais, mas também uma raça. Esta se torna um entrave ou a condição de garantia à concessão de direitos, “permitindo, em diversos contextos, o estabelecimento de restrições aos direitos civis de determinados grupos considerados racialmente inferiores, bem como a legitimação da própria manutenção da escravidão”. Logo, a noção de raça terá lugar lapidar na construção dessa América Independente, numa construção social que contém as contradições “entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania, estabelecida pelos novos estados liberais e o longo processo de abolição do cativeiro” (MATTOS, 2004).

À época da Constituinte estimava-se uma demografia de cerca de 4,5 milhões de pessoas no Brasil. Destas “800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2

milhão de negros escravizados e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços"[39] compunham a população. Convocada por Pedro I, ainda no dia 3 de junho de 1822, a primeira Assembleia Constituinte do Brasil foi composta por 90 deputados eleitos que representavam quatorze das dezenove províncias que constituiriam o Império. A maioria parlamentar havia nascido no Brasil e pertencia às classes mais altas da sociedade "como bacharéis, padres, juízes, magistrados, grandes proprietários de terras, funcionários públicos, militares etc" (QUEIROZ, 2017, p. 117). Tratava-se de uma Independência que se construía na experiência da Revolução Atlântica, sobretudo entre os temores contra um absolutismo monárquico e de uma revolta de escravos nas proporções do Haiti. Os constituintes estavam dispostos então a "restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle" (COSTA, 1999).

É o medo branco desse *haitianismo,* e a expectativa de que os negros pudessem reagir violentamente aos horrores que eram submetidos, que engendra a manutenção das hierarquias sociais existentes e constrói um "povo brasileiro" "atrelado a percepções racistas sobre os africanos e seus descendentes" com um alvo (com a devida ambiguidade da palavra) projetado em direção a um embranquecimento à brasileira. O político, portanto, não foge ao espírito de seu tempo e o debate parlamentar e a constituinte de 1823 inserem-se "enquanto evento pertencente à rede de resistências e dominações do mundo Atlântico; e como mediador das relações escravocratas a serem reguladas na transição brasileira para a independência". (QUEIROZ, 2017, p. 99-100). Concebe-se um Brasil Independente cujo núcleo do poder nacional deveria ser branco. No debate entre liberdade e propriedade entendeu-se que o certo seria manter o direito dos senhores e reafirmar a colonialidade diante do alvorecer do "clamor revolucionário do Atlântico e das ruas". Nem liberdade, nem igualdade, tampouco humanidade, o que fundamenta a ideia de cidadania, naquele Brasil que começava a andar com as próprias pernas e a construir a si mesmo enquanto nação, é a propriedade. "Naquele momento e dali em diante: liberdade, cidadania, propriedade e raça estavam umbilicalmente ligadas". Estabelecia-se uma guerra declarada contra os negros sob o medo de uma possível guerra dos negros contra os brancos, de modo que a "exclusão dos escravos e dos

[39] https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituinte-de-1823/

libertos dos direitos dos cidadãos" servem "como mecanismo de coerência de uma perspectiva da liberdade como direito de propriedade, em que o colonialismo e o racismo eram elementos mediadores dessa construção." (2017, p. 116-117) Daí que a condição negra e indígena fossem marginalmente intercambiáveis nas categorias de escravo/selvagem e inimigo interno.

> Se a Assembléia manifestou sua hesitação, não definindo com clareza qual era 'o mais precioso dos direitos do homem', Pedro I e seu ministro não vacilaram: era a propriedade, até prova em contrário. Curiosamente, a resposta do imperador chegou em um 14 de julho, data da queda da Bastilha, dia da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" invocada pelos ideais da Revolução Francesa. Os deputados à Assembleia Constituinte brasileira já haviam deixado claro que o debate em torno da questão dos escravos se dava em termos da "liberdade, humanidade e propriedade", o que pode ser lido como uma paráfrase. Pedro I era mais categórico: nem o bordão original, nem a paráfrase: a questão era a garantia e a manutenção da propriedade. (RODRIGUES, 1995, p. 166).

A liberdade precisava dar tom à retórica, mas não corresponder com a prática. Acima de todas as liberdades estava a propriedade. Acima da diversidade estava a reafirmação e manutenção das estruturas e hierarquias sociais. A "causa do Brasil" não era, como deveria ser, a pluralidade de ideias, mas uma hegemonia garantida pelo princípio monárquico de que haveria uma ordem e que os subalternos permaneceriam onde estavam. Ordem e não humanidade. Unidade aquém dos humilhados. Era preciso garantir não apenas que o território não degringolasse em direção ao republicanismo vizinho, mas também que os limites geográficos não fossem fragmentados e o tráfico e a escravidão humana africana fossem mantidos.

Em tal contexto, que tipo de cidadania poderia ser construída nesse incipiente Estado Brasileiro? Foi preciso traçar um limite para definir quem poderia construir a ideia de nação, quem poderia ter voz política e quem poderia ser representado. Raça, classe e gênero irão informar o que seria constitutivo da nação: "A Constituinte e a futura Constituição de 1824 dirão categoricamente que o local da nação é o local dos homens brancos e proprietários.". Nesse cenário, havia uma ausência de dissenso sempre que o negro ou o indígena eram concebidos como selvagens inaptos ao pacto social. Vejamos, por exemplo, a fala do Deputado França sobre os indígenas

> Agora pergunto eu, um Tapuia é habitante do Brasil? É. Um Tapuia é nascido no Brasil? É. Um Tapuia é livre? É. Logo é cidadão brasileiro? Não, (...) pois os Índios no seu estado selvagem não são, nem se pode considerar como parte da grande família

> Brasileira; e são todavia livres, nascidos no Brasil, e nele habitantes. Nós, é verdade, que temos a Lei que lhes outorgue os Direitos de Cidadão, logo que eles abracem nosso costumes, e civilização, antes disso porém estão fora de nossa Sociedade (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1823. Citado por MOREIRA,2010).

Em que pese as divergências acerca da extensão ou não da cidadania aos africanos, o consenso era de que o liberto, fosse ele nascido aqui ou não, teria uma cidadania limitada. Esta não se converteria em direitos políticos, somente cívicos. Por exemplo, Silva Lisboa entende que não há que se fazer distinções entre os libertos na concessão de cidadania. Isso porque "os africanos, não obstante as arguições de gentilidade e bruteza, são suscetíveis de melhora mental, até por isso mesmo que se pode dizer tábuas rasas". Ademais, ainda "que sejam africanos, por isso mesmo que mereceram a liberdade, é de presumir que, no geral, sejam industriosos e subordinados e que continuarão com dobrada diligência em suas indústrias úteis". Sobretudo, ter "a qualidade de cidadão brasileiro é sim ter uma denominação honorífica, mas que só dá direitos cívicos e não direitos políticos". Não se poderia ainda recorrer ao "erro" cometido em França de dar a liberdade a todos os escravizados, pois "onde o cancro do cativeiro está entranhado nas partes vitais do corpo civil, só muito paulatinamente se pode ir desarraigando." A garantia de direitos civis, mas não políticos, seria o suficiente para que "a classe dos escravos" olhasse "para esta augusta assembleia com a devida confidência na esperança de que velará sobre a sua sorte e melhora de condição, tendo em vista o bem geral, quanto a humanidade inspira e a política pode conceder".

De súdito cristão a cidadão de segunda classe porquanto sem direitos políticos, tanto ontem quanto hoje parece um lugar-comum delegar ao negro ou à subalternidade e marginalização social diante dos marcadores raciais ou ao encarceramento. Indignos da atividade política e fobígenos da supremacia branca, Silva Lisboa atenua: "O que na discussão presente se alegou sobre o perigo dos forros e vadios é mero objeto da polícia." Admoestação seguida à risca seja no Império ou na República, até os dias de hoje. Gostaria ainda de destacar outra parte da fala de Silva Lisboa que parece adiantar bastante um debate caro à causa brasileira a partir da segunda metade do Dezenove, a atração de imigrantes e o embranquecimento: "O Brasil tem o maior interesse de facilitar a naturalização de todos os estrangeiros úteis para atrair

capitalistas, industriosos e sábios, com que rapidamente se aumente a civilização e riqueza e também se aclare e melhore a população do Império” (BRASIL, 1823).

Embora a Constituinte opte pela extensão da cidadania aos libertos africanos, o fechamento do Congresso por Pedro I e a outorgação da Constituição de 1824 a limita aos libertos crioulos, legitimando uma cisão entre os libertos, mas também apaga toda e qualquer referência à escravidão da constituição. Tal cenário traz à luz “a vitória de um tipo de projeto de nação permeado por apagamentos, silêncios e, sobretudo, um profundo medo” (QUEIROZ, 2017, p. 178). Tal silêncio em relação aos indígenas na Constituinte e na outorgada Constituição é vista por César Lemos (2008) como um entendimento, ou acordo não exatamente dito, de que o projeto de civilização deveria manter o mecanismo da escravidão e a lógica da conquista empregada desde o Dezesseis. Os silêncios e emudecimentos garantem uma condição precária de liberdade aos libertos e aos indígenas, ambos submetidos a um Estado Policial que deveria estar atento as suas biológicas incapacidades de integrar ao pacto social. Ontem e hoje, no campo ou na cidade, os grupos marcados racialmente são casos de polícias, precisam ser “polidos”.

SENTIMENTOS QUE TRANSCORREM O TEMPO
O LEGADO NECROPOLÍTICO DO IMPÉRIO.

“Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou
E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor.”
Clara Nunes.

Até aqui pudemos ver que a Independência, embora negue sua condição colonial e rompa com a metrópole, conserva sua realidade de dominação e exploração interna com o sistema escravocrata e o domínio senhorial. Na verdade, entre 1822 e 1840, tivemos o maior contingente de tráfico de pessoas

de toda a história do Brasil, como se pode observar no levantamento presente no *slave voyage* supracitado. Mesmo nos anos finais do tráfico, entre 1841 e 1850, o destino de 83% das pessoas sequestradas era o Brasil. (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A Liberdade, tão retoricamente cara para a construção de um Estado de Direito e de uma causa brasileira, permaneceu uma irrealidade legal até 1888. O Grande legado do Império para com as populações negras é a dura verdade de ter sido o último país ocidental a abolir a escravidão. Essa morosidade para a liberdade promovia um espaço precário de liberdade para os alforriados e libertos, a qual o negro poderia facilmente ser reescravizado caso não pudesse comprovar sua liberdade. A possibilidade de reescravização fazia com que os libertos ou permanecessem nas proximidades de seu antigo dono (GOMES; FERREIRA, 2008, p. 156), ou que buscassem adquirir seus próprios escravos. Como acima das liberdades, estava a propriedade, forma-se um pacto de todos contra os escravos.

> Dessa maneira, o escravismo brasileiro possuía um poderoso e perverso mecanismo de cooptação: a consolidação da liberdade para um ex-escravo estava em sua adesão à escravidão como sistema, à sua transformação em proprietário. A entrada no mundo dos senhores, é claro, era muito parcial, na medida em que um ex-escravo sempre teria a sua condição pretérita relembrada e que nem todas as prerrogativas dos livres estavam destinadas aos libertos. (VELLOZO; ALMEIDA, 2019).

Os olhares atentos dos senhores contemplavam que o sucesso de uma revolta dos escravizados dependeria da unidade entre estes e os libertos. O Brasil Independente garantiu uma série de fatores para consolidar uma cisão entre esses grupos. Um exemplo disso é o Código Penal de 1830 que estabeleceu como pena de morte qualquer ato insurrecional feito por cativos e aos libertos que ousassem se juntar a eles. Uma reprimenda que mesmo que garantisse esse pacto de 'todos' contra os escravos como defendem os autores, sabiam exatamente a quem aplicar a morte caso fosse necessário: negros.

Paralelo a isso, já em janeiro de 1824, uma das primeiras ações do Império foi garantir a permanência da ofensiva contra os povos Botocudos através do "Regulamento para a civilização dos índios botocudos nas margens do rio Doce" cujo objetivo era "aldear e civilizar" os indígenas da província do Espírito Santo. Tratava-se de mais um capítulo dessa guerra da conquista iniciada desde a colonização e que ganha novas dimensões ainda em 1808

com a chegada da família real. Os botocudos foram submetidos a uma guerra de extermínio e escravização constantes em nome da civilização (ESPINDOLA, 2011; SILVA, 2006; MARINATO, 2007). E a concepção do indígena como selvagem que deveria ser submetido à escravidão tanto no passado quanto no presente imperial era abertamente defendida por historiadores como Adolpho de Varnhagen.

Ainda no final da monarquia começa-se um processo de atração de imigrantes e quase uma cota para que os empregos disponíveis fossem por eles preenchidos.[40] Nesse cenário, as já consolidadas diferenças raciais ganham nova dimensão como "rivalidades étnicas e nacionais enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho – em condições bastante desfavoráveis – num mercado de trabalho capitalista em formação" CHALOUB, 2012, p. 59).

A colonialidade persiste e caminha: "Isto significa dizer que duas das principais clivagens da sociedade colonial e depois imperial continuavam a ser parte integrante da experiência de vida popular: refiro-me às contradições senhor-patrão branco versus escravo-empregado negro, e colonizador-explorador português versus colonizado-explorado brasileiro". O 13 de maio recebido com festa por um lado, é motivo de preocupação no debate parlamentar que vê nesse dia seguinte uma ameaça à ordem. A Lei Áurea teria posto indivíduos despreparados para o convívio social no seio da sociedade que, alheios às suas responsabilidades, entregar-se-iam ao ócio e aos furtos, trazendo a desordem para a nação. Os novos libertos carregaram os vícios de sua condição anterior e, por conseguinte, não possuíam a civilidade necessária para não incomodar os "cidadãos de bem". "Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade." (2012, p. 60-68) -

Nesse cenário de mal-olhar e maldizer as classes pobres, tidas como classes perigosas, porquanto vadias e ociosas, a esperança está no imigrante que deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional. Os antigos adjetivos atribuídos aos negros e indígenas como vadios, perigosos e preguiçosos

[40] SCHWARCZ; STARLING, 2015.: "O governo passaria a financiar a vinda de imigrantes europeus no fim dos anos 1860, medida que, segundo a lógica dos governantes, traria "novo benefício", como o branqueamento da população, apregoado pelas teorias científicas da época".

passam a ser generalizado nos discursos às chamadas classes pobres ou perigosas.

> Assim, sabemos que o processo histórico por que passou a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República apresentou um traço continuísta fundamental em relação aos tempos coloniais e imperiais: a continuação da subordinação social dos brasileiros de cor, ou seja, o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social. Isso significa que, no desenrolar das rivalidades nacionais e raciais que, como sugerimos e veremos adiante, foram a expressão mais comum das tensões provenientes da competição pela sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, os brasileiros de cor foram, ou continuaram a ser, os grandes perdedores. (CHALOUB, 2012, p. 88).

A história de nossa República, pensada antes de tudo em termos raciais que chega a impressionantes números de atração de imigrantes visando o embranquecimento da população, postulando projeções de desaparecimento da raça negra no decorrer do tempo e estabelecendo um piloto automático racista para suas reproduções das relações sociais e de produção, não está num espaço descolado do tempo, mas numa relação de continuidade com o passado colonial e imperial de outrora. O legado do Império que continua a gritar para o nosso presente é a manutenção da colonialidade, o descaso com as populações não-brancas, e a escravidão como um assunto que se adiou até o seu inevitável fim. O estabelecimento de um Estado Policial e de instrumentos de encarceramento e controle passa a ser o novo desafio do liberto e do cidadão de cor. As marcas raciais continuam a definir a sujeição a qualquer tipo de violência, dando lugar à necropolítica estabelecida, seja nos espaços urbanos, seja no campo. O outro não-assimilável é submetido a uma verdadeira guerra histórica.

> Qual foi o "problema" criado pelas classes dominantes brancas com a "libertação" da população escrava? Não foi, como devia ser, identificar e implementar a providência econômica capaz de assegurar a esta nova parcela do povo brasileiro sua própria subsistência. Nem foi o aspecto político o cerne do "problema", isto é, de que maneira o negro, cidadão recém-proclamado, participaria nos negócios da nação que ele fundara com seu trabalho. E muito menos significava, o "problema" posto para a elite dominante, a procura de instrumentos válidos e capazes de integrar e promover a colaboração criativa na construção da cultura nacional desse grupo humano recém incorporado à sua cidadania. Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o "problema" só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça

branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como "inferior" (NASCIMENTO, 2016).[41]

CONCLUSÃO

Há uma historicidade na exclusão e marginalização de povos não-brancos. O Bicentenário da Independência do Brasil, marca o bicentenário do surgimento do nosso Estado de Direito, mas como pudemos observar, ele nasce imerso em suas próprias contradições, de modo que entre a Independência e a formação de um Império Constitucional, edifica-se um Estado que, longe de cindir com as tensões e brutalizações de seu tempo, as conserva num verdadeiro paradoxo de ser simultaneamente um Estado de Direito e de Exceção, garantindo a manutenção de uma Guerra infraestrutural, colonial e permanente contra os historicamente excluídos e um legado necropolítico de horror e desumanização que dão espaço ao terror. De súditos sem direitos, a cidadãos de segunda categoria, reduzidos a gente considerada matável. Reconhecer esse passado é tomar consciência de nossa história, de quem somos e, a partir disso, projetar para onde iremos, superando nossas injustiças históricas e edificando um sonho chamado Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial** - Novos súditos cristãos do Império Português. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. **A doença como metáfora racial: a pandemia de coronavírus à luz da Teoria Racial Crítica.** REJUR – Revista Jurídica da UFERSA, Mossoró, v. 5, n. 9, p. 27 a 47, janeiro a junho de 2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

[41] E ele diz mais: “Precisamos não esquecer que, à exceção de uns poucos, os cientistas que se aproximavam deste assunto o faziam conforme critérios importados do estrangeiro. Tudo era de origem europeia, como agora quase tudo vem dos Estados Unidos. O país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura, dependentes e colonizadas. Gravitávamos espiritualmente em torno da metrópole, a Europa, obrigatório ponto de referência, sobretudo no que se referia às ideais, padrões de julgamento estético, e atividades científicas de qualquer ramo. Foi natural que de lá chegassem ao Brasil os conceitos racistas do ideal ariano. Alguns dos quais, em palavras de verdadeira maldição, como as encontradas em G. Vacher de Lapouge: “O Brasil [...] constituirá sem dúvida daqui a um século um imenso estado negro, a menos que ele não retorne, como parece provável, à barbárie”. 2016, p. 82.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX;** trad. Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. – 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2018

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Trad. André Telles. Ed. Zahar, 2002.

BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte do (1823). Anais da Assembleia Nacional Constituinte - Tomo V. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 205 - 208.

CARR, E. H. **Que é a História?** Trad. Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a ed. 1982

CHAGAS, Dante Alexandre Ribeiro das. **Um emblema negro no consciente europeu: O não-lugar da África e a Construção de Inferioridade do Negro entre o Iluminismo e o Idealismo Alemão.** Instituto de História, UFRJ, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque** / 3a ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 6.ed. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

ESPINDOLA, H.S. Extermínio e Servidão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. 2011, p. 50 - 63.

EZE, E.C. **A Filosofia Moderna Ocidental e o Colonialismo Africano.** Trad. Marcos Carvalho Lopes. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/a-filosofia-moderna-e-o-colonialismo-africano_-emmanuel-eze.pdf

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Trad. Serafim Ferreira. Editora ULISSEIA limitada, Lisboa. 1961

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Sebastião Nascimento. Ubu Editora, 2020.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. **A Miragem da Miscigenação.** In: “Novos Estudos”, 80, março, 2008

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios.** Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; Revisão técnica Maria Célia Paoli. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEMOS, César de Miranda e. **Registros de papel branco: a presença indígena, relações interétnicas e suas representações no Rio de Janeiro do Império à República**. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos no Primeiro Reinado. Programa de Pós-Graduação em História** - UFES, jun./2007

MATTOS, Hebe. **Marcas da Escravidão: biografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil.** Tese (Professor Titular), Universidade Federal Fluminense, 2004

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. n. 32. dez./ 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em: 26/07/2022.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Rev. bras. Ci. Soc. 32 (94) • 2017

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)** Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 127-142.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

NORA, Pierre. **Entre Memória e História.** Trad. Yara Aun Khoury. Prof História, São Paulo (10), dez. 1993.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970 - 1995)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E O ATLÂNTICO NEGRO: A experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Área "Direito, Estado, e Constituição", Linha: "Constituição e Democracia", 2017

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Edições ALMEDINA, 2009.

QUIJANO, A. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.** Trad. Gênese Andrade. In: Estudos Avançados 19 (55), 2005. P. 17

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil uma biografia**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2015.

SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce**: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2006

SILVA DIAS, Renato da. Entre a cruz e a espada religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693-1745) VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, n° 43: p.155-175, jan/jun 2010:

RODRIGUES, Jaime. **Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823**. In: “Rev. Inst. Est. Brasil”, São Paulo, 28, p. 166, 1995

THIESSEN, Anne-Marie. **A criação das Identidades Nacionais.** Lisboa: Temas & Debates, 2000

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés, 2ª edição. Martins Fontes, 1999.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira e ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial**. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2137 -2160.

A SANTA INQUISIÇÃO CHEGA AOS TRÓPICOS

Valmir Borges Neves Filho[42]

RESUMO

O presente ensaio busca apresentar um breve panorama da atuação do Tribunal da Santa Inquisição de Portugal durante suas visitações no Brasil e a maneira como, em seus julgamentos, buscou-se coibir práticas que desagradassem de alguma maneira à Igreja Católica. Ademais, busca problematizar a prática de invisibilização de narrar as histórias de vida e resistência de sujeitos que fugissem a norma cis-hétero, perpetrada por séculos pela historiografia clássica.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Inquisição, Sodomitas; Historiografia.

Não existe pecado do lado de baixo do equador
Vamos fazer um pecado, rasgado, suado a todo vapor
(Chico Buarque; Rui Guerra, 1980)

Nos anos 80, Chico Buarque e Rui Guerra escreveram uma série de músicas para serem apresentadas durante a peça teatral "Calabar", porém a peça, e as músicas, foram todas censuradas pela ditadura militar vigente no país naquele momento. Uma das músicas mais famosas que saíram dessa coleção é a canção "Não Existe Pecado ao Sul do Equador", frase essa que Chico Buarque provavelmente viu no livro de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. Na obra, o historiador, pai de Chico Buarque, faz referência a uma passagem do teólogo holandês Gaspar Barléu.

Gaspar Barléu foi um teólogo e historiador que, no século XVII, escreveu *"Histórias dos Feitos Recentemente Praticados no Brasil"*, na qual narra a situação de Pernambuco sobre o domínio holandes. Em uma visita à cidade de Recife, enquanto era governada por João Maurício de Nassau, Barléu chegou mesmo a se assustar com o modo de vida de muitos nativos do novo mundo - e até mesmo dos europeus que estavam em terras brasileiras havia algum

[42] Estudante do curso de Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade Federal da Bahia.

tempo, e que também adquiriram hábitos semelhantes. Daí ele disserta em sua obra *“Ultra aequinoxialem non peccari"* -"Para além do Equador, não há pecador”.

De fato, *a priori*, o pecado cristão não era uma noção presente no Brasil durante muito tempo. Enquanto a Europa se sedimentava sobre a constante vigilância da Igreja Católica, o mesmo não ocorria na América, tal situação só começaria a mudar com a colonização. No entanto, mesmo com a chegada de europeus e jesuítas no Brasil, ainda assim, por um bom tempo, não houve grandes mudanças no pensamento religioso dos nativos ali presentes.

Entretanto, não foi por falta de tentativa da Igreja. A presença jesuítica na América foi intensa, buscando salvar pobres almas e trazer novos fiéis para uma Igreja Católica que estava enfrentando graves problemas em sua hegemonia de poder, com o crescimento cada vez mais intenso de ideias luteranas. Contudo, a dificuldade de catequizar indígenas - e assegurar que eles seguissem fiéis à nova religião - foi-se mostrando um grande desafio. Exemplo disso é mostrado durante o livro Histórias da Vida Privada, volume 1, no qual os autores exploram como o missionário frei Antônio de Jaboatão afirmou ser inútil pregar o catolicismo em terras brasileiras, pois “o diabo já tinha botado a âncora, e bem aferrada, nos corações”. Outro exemplo é Duarte Coelho, governador de Pernambuco que, em carta ao rei de Portugal dizia que “A miséria dos costumes neste país me faz lembrar o fim das cincos cidades [bíblicas], por me parecer que moro nos subúrbios de Gomorra e na vizinhança de Sodoma”.

Em grande medida, esse era um problema derivado das dificuldades de se chegar e catequizar adequadamente a imensa população existente em uma terra tão distante. Além disso, havia ainda o problema dos europeus que ao chegar no Novo Mundo muitos acabavam esquecendo os costumes católicos e se aproximando mais ainda das tradições dos nativos. Evidentemente, com isso é possível notar que a União Ibérica estava com grande dificuldade de assegurar que suas novas colônias seguissem o mesmo modo de vida que os súditos na Europa, como aponta a historiadora Lígia Bellini: “A colônia também parece não ter sido, no período quinhentista, meio muito favorável à implantação de certos padrões éticos e costumes portugueses.” (Bellini, 1989, p. 12)

Contudo, é possível notar que nenhuma dessas coisas passavam despercebidas nem para a Igreja, nem para o rei, como bem aponta João Silvério Trevisan:

> Na metrópole portuguesa, tanto o poder eclesiático quanto o poder real preocupavam-se com encontrar formas mais efetivas de controlar a população da colônia brasileira, que, por se encontrar tão distante, naturalmente tendia a se desleixar em relação aos preceitos de Deus e sua Majestade (TREVISAN, 2018, p. 133).

Desse modo, vai surgindo cada vez mais uma preocupação de como conseguir controlar os colonos. Através de todo o século XVI, a União Ibérica vai se esforçar para criar mecanismos de controle sobre suas novas terras. Assim, começa um forte esforço de se criar instituições capazes de regular a vida e assegurar o poder da coroa e da Igreja, mesmo em terras tão distantes. Dessa maneira, o processo de institucionalização que conhece então a América portuguesa determina um novo equilíbrio dos poderes (Marques, 2013, p. 248).

Algo que com certeza não ajudava a implementar um pensamento cristão na colônia era mandar para essas terras pessoas que haviam cometido crimes contra a religião. A prática do degredo para uma colônia foi uma sentença bastante usada pelos Tribunais da Santa Inquisição. Contudo, muitos dos que viviam nessas colônias não viam tal sentença como algo tão bom. O governador de Pernambuco, Duarte Coelho, escreveu ao rei em Portugal implorando para parar de mandar degredados para o Brasil, pois eles eram “piores que peçonha”.

E não somente se tratava de reclamações contra pessoas comuns, mas também aos padres que atuavam no Brasil. Durante o século XVII , o padre Antônio Vieira reclamava abertamente contra os sacerdotes presentes no Brasil pois “vieram para cá degredados” ou como última opção. Caso semelhante ao do procurador-geral dos franciscanos que, em 1799, confessou que ninguém queria ser frade no Brasil, “e por esse motivo procuravam-se miseráveis, sem educação e sem latim”. Mais tarde, em 1845, o conde de Suzannet já afirmava que “não havia nada mais desprezível do que um padre brasileiro”. Evidentemente, há de se considerar que entre afirmações feitas durante os séculos XVIII e XIX existe um contexto histórico bastante diferente. Mas tais transcrições ajudam a evidenciar como questões relativas à atuação

dos padres no Brasil era um assunto polêmico durante momentos diferentes do Brasil.

Fato é que múltiplos relatos comprovam que os membros da Igreja Católica, no Brasil, não seguiam muitos dos preceitos da religião que representavam. Um exemplo disso ocorre quando se pensa como a Igreja sempre buscou desacreditar, coibir e proibir práticas medicinais que pudesse de algum modo se atrelar a outras crenças diferentes da católica. No entanto, segundo o historiador Luiz Mott, “no Brasil antigo, em toda rua, povoado, bairro rural ou freguesia, lá estavam os rezadeiros, benzedeiros e adivinhos prestando tão valorizados serviços à vizinhança” (Mott, 2018, p. 194). Tendo essa prática sido bastante criticada por alguns médicos da colônia, como é o caso de Simão Pinheiro Morão que, em 1672, escreveu para Portugal, reclamando não só do costume de se consultar com essas pessoas, como também do apoio que os padres davam a essas práticas em muitos casos: “E o pior é que devendo os párocos a cura de almas atalham estes embustes, não faltou um nessa Capitanias quem mandou consultar para um enfermo seu a um destes embusteiros”.

Dessa maneira, não é de se estranhar que em algum momento a Santa Inquisição resolvesse entrar em navios e expandir sua área de trabalho até o Novo Mundo. E não foram poucos os pedidos para que a Inquisição viesse ao Brasil, no início do século XVII, um membro da Companhia de Jesus, que estava na Bahia, escreveu para oficiais portugueses denunciando: “grande escândalo [...] em razão [...] de cousas de judaísmo, como de feitiçarias e do pecado nefando” (Siqueira, 1978, p. 363).

Não foram poucos os esforços de se instalar um Tribunal da Fé no Brasil, como foi instalado em diversas colônias da Espanha na América, mas no fim das contas a Inquisição teve de se contentar com fazer visitações pelo Brasil. Assim, em 1591, aportou na Baía de Todos os Santos Heitor Furtado de Mendonça com a missão de liderar a Primeira Visitação do Santo Ofício no Brasil. Durante a visitação, ela passou pela Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais, Maranhão e Pará, sendo a primeira visitação em 1591 e a última em 1769.

O Santo Ofício, quando chegou em terras brasileiras, já estava trabalhando intensamente em Portugal havia algum tempo. Apesar de ter tido dificuldades para se instalar em território português, pela forte resistência do

rei, uma vez que chegou lá puniu um grande número de pessoas, na metrópole e na colônia. Para o historiador inglês Cecil Roth, no decorrer dos seus quase trezentos anos de atividade o Santo Ofício em Portugal teria processado 40 mil pessoas, queimando 1808 nas fogueiras e condenando 29 560 a outras punições - nessa conta já incluindo as colônias sob jurisdição inquisitorial do tribunal de Lisboa.

A priori, a Inquisição possuía um interesse específico por resolver questões relacionadas às práticas judaizantes. Perseguindo as pessoas que praticavam atos condizentes com a religião judaica, quer soubessem disso ou não, tendo uma especial atenção aos cristãos novos que haviam a pouco se convertidos, mas talvez ainda não tivessem de fato largado suas crenças antigas. Tal preocupação com os cristãos-novos, provavelmente, deriva do fato da Igreja não acreditar que eles de fato abandonaram sua fé. Essa inquietação não seria mal fundamentada, tendo em vista que muitas pessoas se converteram por medo da perseguição, ou até mesmo obrigadas, pois na União Ibérica "dezenas de milhar de judeus foram constrangidos, à força, a receber a água do batismo", como afirmam os pesquisadores Marcocci e Paiva. Isso se deve ao fato de que a Igreja "autorizava os príncipes cristãos a converter os adultos contra a sua vontade, para o bem das gerações futuras." (Marcocci; Paiva, 2013, p. 25-26).

Dessa maneira, a preocupação com a real fé dos novos convertidos não era sem fundamento, mas outras preocupações surgiram no radar inquisitorial. O Concílio de Trento (1545-1563) foi fundamental para solidificar a preocupação da Igreja em conter os avanços dos protestantes, mas não só isso.

Durante o Concílio de Trento é reiterada uma posição que começou no Concílio de Latrão (1215). A partir daí se desenvolveu também uma forte preocupação com outros pecados da população que precisavam ser contidos, como o pecado nefando: a sodomia. Segundo a historiadora Lígia Bellini, foi nessas duas reuniões que se teria "influenciado a ampliação e o escopo do Santo Ofício português para os desvios de conduta familiar ou sexual" (Bellini, 1989, p. 15). O historiador Luiz Mott afirma que dos 3 tribunais da Santa Inquisição em Portugal (Lisboa, Coimbra e Évora), depois dos cristãos novos o segundo crime mais punido pela Inquisição portuguesa foi o crime de

sodomia, com um saldo final de 4419 denúncias, 447 processos e 30 execusões na fogueira.

A partir do momento que a Inquisição passa a se interessar em encontrar e punir sodomitas, nota-se que tal prática estava bem inserida na sociedade brasileira. Segundo João Silverio Trevisan, somando-se a Primeira (1591) e a Segunda (1620) Visitações, os crimes por sodomia apareciam em segundo lugar entre os mais praticados.

De fato, os primeiros autos da Primeira Visitação na Bahia, em específico na Bahia, já mostram isso. Os processos inquisitoriais desse período mostram um perfil bem amplo e variado de pessoas com crime de sodomia. Para se ter ideia, no período em que esteve na Bahia, um dos mais novos confessantes era um baiano de 17 anos, Bastião d'Aguiar, em um caso envolvendo seu irmão mais velho António d'Aguiar e um outro jovem chamado Marcos. Já o mais velho era um padre de 65 anos, Frutuoso Álvares. Esse padre inclusive é o primeiro a se confessar na mesa inquisitorial, trata-se da primeira confissão registrada no autos do livro da Primeira Visitação às Partes do Brasil.

Ao mesmo tempo, é possível notar que práticas tidas como "sodomitas" estavam presentes em diferentes classes sociais, seja entre pessoas livres ou escravos, pobres ou ricos. Um exemplo de acusação que não se sabe se é um relato de fato verdadeiro ou não, pode ser encontrado no livro com os relatos feitos durante a segunda visitação da inquisição à Bahia. No qual, é possível encontrar o relato de Fernão Rois de Souza, que teria comparecido no dia 12 de setembro de 1618 e confessou ter praticado o pecado nefando mais de uma vez, sobretudo com Diogo Botelho, 8° governador da Bahia. Segundo o relato de Fernão Rois, enquanto ele trabalhava como pajem, Diogo teria o hábito de "o tratar cõ muitos mimos e fauores o fez deitar cõsigo na cama e vejo a dormir com elle Confitente carnalmte polla parte trazeira effeituando o peccado nefando de sodomia." Ao longo de sua confissão também afirmou que "per espaço de dez annos pouco mais ou menos continuou em cometter o ditto peccado nefando cõ elle Confitente".

Além disso, Fernão Rois ainda afirmava conhecer outros que teriam casos com seu patrão. Durante sua confissão ele alega que teria visto um outro empregado de Diogo "o viu entrar e saiu muitas veez em camisa e çeroulas na camera do dito Dioguo Botelho depois a mea noite". Quando questionado pelo inquisidores se outras pessoas suspeitavam de tais episódios Fernão apenas

disse que “pelos muitos mimos e vauores q o dito Dioguo Botelho fazia aelle Confitente, não faltaria gente de fora q o suspeitasse, maior mente tendo o dito Dioguo Botelho fama disso.”

Contudo, tal depoimento não resultou em nenhum tipo de perseguição a Diogo Botelho por parte dos tribunais do Santo Ofício. Provavelmente pelo fato de que o único confessante que teria citado o nome dele foi Fernão Rois de Souza, pois como alerta Ana Isabel Codes (2017), uma única denúncia não era suficiente para iniciar um processo judicial. Seria necessária uma segunda ou mais pessoa citando o nome de Diogo para que ele de fato fosse processado.
Todavia, esse depoimento evidencia algo que foi fundamental para ajudar as atividades da Inquisição: as denúncias feitas pelas pessoas próximas aos acusados. Os denunciantes poderiam ser de todo tipo, inimigos, amigos, vizinhos e até mesmo membros da mesma família. Para a historiadora Leila Mezan Algranti, “as pessoas “acostumaram-se a viver sob o olhar de testemunhas”. Já que as denúncias feitas para a inquisição “estão repletas de informações sobre a vida íntima das pessoas” (Algranti, 2018 p. 110).

Assim, nem mesmo em suas casas havia uma completa sensação de confiança. Não era incomum que pessoas fossem chamadas à mesa inquisitorial para se explicar após vizinhos contarem tê-los vistos jogados fora a água de canteiros de plantas e trocando por água fresca após alguma morte na família, por exemplo.

Além disso, a Santa Inquisição passou a valorizar a fala de pessoas que normalmente não tinham voz naquela sociedade racista e patriarcal. Inúmeros depoimentos contavam com testemunhos de mulheres e até mesmo pessoas escravizadas, sendo que normalmente esses indivíduos não tinham nenhuma voz na sociedade, como bem aponta Bellini: “O Santo Ofício valorizou o depoimento de pessoas pertencentes a setores marginalizados como os dos escravos, mulheres das camadas médias e baixas, índios, crianças. Setores cuja voz era pouco ou nada considerada, principalmente no que diz respeito a aspectos formais no mundo colonial português.” (Bellini, 1989, p. 20).
Exemplos de pessoas que tiveram que se explicar para a Santa Inquisição após denúncias feitas pelos seus escravos são inúmeros. Um relato que pode ser encontrado no livro da visitação fala sobre como no dia 22 de novembro de 1593, por exemplo, Angela Antonia se apresentou ao Tribunal da Santa Inquisição para denunciar Inez Fernandes. Angela foi uma escrava em

Pernambuco que teria sido emprestada para Inez, uma cristão-nova, e enquanto trabalhava em sua casa alega que ela "se vestiu de festa com uma saia de tafetá azul e jubão de olando [sic] lavado e toucado na cabeça lavado, e em todo o dito dia de sábado, sendo de trabalho, guardou e não trabalhou." Além de diversas outras práticas judaizantes.

Em vista disso, não é surpresa que algumas pessoas tivessem medo de serem denunciadas por qualquer pessoa. Como bem disse Fernando Gomes Nunes, cristão novo que confessou ao tribunal que, após se converter ao catolicismo, ainda assim manteve práticas judaizantes, ele finalizou seu testemunho dizendo que: "tinham medo dos escravos". Pois sabia que diversos senhores foram denunciados ao tribunal por seus escravos.

Evidentemente que inúmeras pessoas tentaram acabar com essa prática. Há ainda relatos de senhores ameaçando escravos de extremos castigos caso contassem para outras pessoas o que viriam em suas casas. Ao mesmo tempo, havia ainda diversos cristãos-novos exigindo repetidas vezes a Cúria romana que "não se admitisse o testemunho de escravos e gente vil". Destarte, fica bem evidente o que Gregório de Mattos quis dizer quando escreveu: "Em cada porta um bem frequentado olheiro, / Que a vida do vizinho e da vizinha / Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha, / Para o levar à praça e ao terreiro."

Pensando de um ponto de vista historiográfico, os documentos inquisitoriais são uma fonte de alta importância para estudar os costumes no Brasil colonial. Através dos depoimentos das pessoas julgadas pelo Santo Ofício é possível ver bastante da mentalidade e dos costumes sociais naquele período em diferentes lugares do mundo, é evidente que "a inquisição deixou uma vasta documentação sobre práticas, idéias e também histórias individuais", como defende a historiadora Ligia Bellini.

Contudo, deve-se ter alguns cuidados nessas análises. Apesar dos autos de inquéritos serem uma fonte rica para os historiadores do período, não se trata de um texto que possuía ali informações de alta confiabilidade. Afinal, como bem lembra o historiador Ronaldo Vainfas, essas fontes: "Espelham inúmeras vezes, não o que de fato ocorria ou podia ocorrer entre parceiros sexuais, e sim o que os agentes de poder que produzia as fontes achavam por bem registrar." (Vainfas, 2018, p. 242). Contudo, ao mesmo tempo,

também precisa de cuidado ao analisá-la e as conclusões advindas dela uma vez que se trata de um material com uma escrita ambígua, em alguns casos.

É importante salientar ainda a importâncias dos relatos de testemunhos da Santa Inquisição para pensar sexualidades dissidentes desde o Brasil Colônia. A historiografia em muitas ocasiões acaba por invisibilizar uma série de narrativas, afinal, como bem lembra Michel-Rolph Trouillot, "A produção de narrativas históricas envolve a desigual contribuição de grupos e pessoas concorrentes, que têm um acesso desigual aos meios dessa produção" (p. 18).

Desse modo, fica mais claro como comportamentos sexuais e de indentidade de gênero que sejam desviantes das normas cis-heteronormativas acabem sendo silenciadas por uma parcela daqueles que escrevem os livros de história. Assim, inúmeras práticas, sejam elas individuais ou coletivas, podem passar a serem mais conhecidas com um novo olhar para registros históricos como, por exemplo, os da Santa Inquisição no Brasil. Afinal, se trata de uma fonte histórica que é excelente para entender melhor os costumes muitas vezes privados da população, pois desde a colonização brasileira, "O quarto de dormir tornou-se uma das áreas mais 'privadas' e 'íntimas' da vida urbana" (Norbert, 1990, p. 164).

Algo que corrobora nessa nova forma de pensar e analisar eventos passados são os historiadores atuais. Pois, é fato que a maneira de se narrar eventos - e até mesmo decidir quais eventos têm ou não a prioridade em serem narrados - pode mudar com o tempo e o pensamento dos historiadores. Afinal, como defende Erik Koselleck,

> Que a história do mundo precisa ser reescrita de tempos em tempos, sobre isso creio que não resta dúvida, nos dias de hoje [..] aparecem novas concepções, porque o cidadão de um tempo que progride é levado a posições a partir das quais aquilo que passou é ser visto e avaliado sob uma nova forma. (Koselleck, 2005, p. 197-198).

Um belo exemplo disso foi a maneira como se narra por muito tempo a história de Xica Manicongo. Xica Manicongo, é hoje considerada a primeira mulher transsexual da história do Brasil, no entanto, por séculos se pensou sua história como se tratando de um homem cisgênero homossexual, chamado Francisco. Isso ocorre pelo fato de que quando foi denunciada ao tribunal, foi relatado como a mesma se recusava a responder quando era

chamada pelo seu nome masculino (Francisco), vestia roupas tidas como femininas e se relacionava com outros homens. Assim, foi imediatamente identificada pelos inquisidores, e posteriormente pelos historiadores que liam seu processo, como um homem que praticava o pecado nefando - se relacionar com outros homens, um sodomita.

Apenas recentemente sua história passou a ser contada como a de uma mulher transsexual. Isso se deve ao trabalho cuidadoso de pesquisa realizado pelo professor de história da Universidade Federal da Bahia, Luiz Mott, que ao ler seu processo identificou ali uma denúncia que poderia se tratar de um indivíduo transsexual.

Dessa maneira, fica ainda mais claro como narrar tais eventos e a história de tais pessoas não é algo sem importância. Ao se dar visibilidade para temas que são negligenciados há séculos pela historiografia, espera-se trazer à luz um cem números de vivências fundamentais para entender como se formou o Brasil. Pois, é importante entender que não se trata da história de uma minoria, mas sim de parte da história da humanidade", como bem lembra o historiador Richard Parkison.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Ligia. ***A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colônia.*** São Paulo: Brasiliense, 1989.

ELIAS, Norbert. ***O processo civilizador***. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva. **"Capítulo 1: Um tribunal novo: a fundação e o fundador"**. In: *História da Inquisição Portuguesa* (1536-1821). Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p. 23-47

Guida Marques. **"De um governo ultramarino. A institucionalização da América Portuguesa no tempo da união das coroas (1580-1640)"**. In: P. Cardim, L. F. Costa e M. Soares da Cunha. *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Cham, Cidehus, Ghes, Red Columnaria, 2013, p. 231-252.

HERCULANO, Alexandre. ***História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal.*** Porto Alegre: Editora Pradense, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. ***Raízes do Brasil.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart [et.al.]. ***O Conceito de História*. Belo Horizonte: Grupo**

Autêntica, 2013.

MATOS, Gregório. ***Poemas Escolhidos***. São Paulo: Cutrix, 1976

MOURÃO, Simão Pinheiro. ***Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto dano das vidas de seus habitadores (1677).*** Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

NOVAIS, Fernando, A; SOUZA, Laura de Mello e. ***História da Vida Privada - volume 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.*** São Paulo: Companhia dos Livros , 2018.

NOVINSKY, Anita Waingort. ***A Inquisição.*** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+:* ***Uma breve história do século XIX aos nossos dias.*** São Paulo: Autêntica, 2022.

SANTO Ofício da Inquisição de Lisboa. ***Confissões da Bahia (1591 - 2).*** São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

SEGUNDA Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. **O Livro das Confissões e Ratificações da Bahia (1618-1620)**. *Anais do Museu Paulista*. tomo XVII, São Paulo, 1963.

SIQUEIRA, Sônia A. ***A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial.*** São Paulo: Ática, 1978.

TREVISAN, João Silvério. ***Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade***. Rio de Janeiro: Objetivo, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *S**ilenciando o passado: poder e a produção da história.*** Curitiba: Huya, 2016.

VIANA, Mário Martins Júnior. ***Masculinidades no Brasil colonial.*** Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2020.

A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS: CONTRADIÇÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA LEI

Isabella Ferraz de Almeida[43]

RESUMO
O presente estudo tem o objetivo de entender a trajetória dos grupos indígenas brasileiros se tratando de assistência e oportunidade educacionais e suas discrepâncias práticas em relação à legislação do país. Refletiremos a maneira como os resquícios da colonização europeia de 1500 perduram até a atualidade se tratando da carência e descompensação da população nativa quando se pensa que, baseado no último Censo realizado pelo IBGE, 32,3% dessa parcela ainda é privada do direito mais básico de qualquer cidadão, a alfabetização. Também, destrincharemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que garante a utilização das próprias línguas maternas individuais referentes às comunidades no processo de aprendizagem, a garantia de capacitação profissional docente e até a Declaração dos Direitos Humanos, que salvaguarda a permanência e identidade indígena, e a forma como elas preservam o direito de instrução pedagógica nativa adequada. Concluímos que o Estado não deve arbitrar, mas trabalhar em conjunto com associações indígenas para criar métodos avaliativos adequados à individualidade grupal, assim como a profissionalizar docentes, preparar transporte para deslocamento até centros educacionais, construir instituições e oferecer material escolar, vestuário e alimentação para muni-las adequadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Povos nativos; Educação indígena; Colonização e suas consequências; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Estado e comunidades indígenas.

AGRADECIMENTOS:
Este presente estudo foi instigado e se iniciou devido a participação da pesquisadora, na condição de aluna, da disciplina Política Educacional, sob proposição temática e atenciosa orientação do professor Nivaldo Vieira de Santana que faleceu no mês de fevereiro de 2024 e não pôde contemplar essa publicação. É em homenagem à sua memória de defensor do direito à educação, do acesso e permanência de pessoas pretas, indígenas e

[43] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2023, Brasil. E-mail: isabellaferraz2003@gmail.com

marginalizadas, como um todo, à Universidade, portanto, que dedico este trabalho. [44]

INTRODUÇÃO

Dividida em dois momentos, essa atual investigação teve, a princípio, como ponto de partida a revisão dos dados coletados no mais recente recenseamento feito pelo IBGE, no ano de 2010, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 -, especificamente o Artigo 32, também os artigos 210 e 231 da Constituição Federal e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Também nos preocupamos em investigar a aceitação, ou não, da proposta feita pelo governo brasileiro em tentar federalizar a educação dos povos originários que vivem no Brasil.

Acrescido ao primeiro projeto há um redirecionamento de apuração que procura investigar os antecedentes históricos que culminaram nesse tipo de ensinamento, o contexto de criação e amadurecimento das propostas institucionais que passaram, ao longo de muitas tentativas, a incluir e ouvir a comunidade nativa e seus anseios, provenientes da referência a duas bibliografias históricas muito conceituadas na área de estudos sobre a colonização da América: o livro de Ruggiero Romano "*Mecanismos da conquista colonial*" e de Tzvetan Todorov "*A conquista da América: a questão do outro*". Ademais, acrescentamos artigos e publicações jornalísticas que se preocupam em relatar os desafios para a difusão de um ensino abrangente e respaldado pelo Estado e seus representantes políticos.

À vista disso, é por meio de uma análise crítica de viés historiográfico que objetivamos compreender o panorama traçado a volta dos projetos e práticas direcionadas à educação dos nativos e, também, se o silenciamento e afastamento na tomada de decisões das cláusulas institucionais, que dizem direto respeito a essa mesma população natural do Brasil, presente nas primeiras interferências portuguesas na América puderam se estender até o presente e, se sim, quais as relações decorrentes dessa antiga opressão e uma intervenção do regime brasileiro nas elaboração das normas referenciais para aprendizado indígena.

---

[44] Graduado em Educação Física e Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (UCB - Rio de Janeiro) e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP Brasil).

As bases históricas: como se construiu a relação do Estado e os nativos através da educação?

Nos cabe investigar e descrever reflexivamente, inicialmente, um panorama histórico para que possamos compreender como esse modelo de tutela instrutiva se construiu e os motivos que continuam garantindo o interesse Estatal em intervir nas bases educacionais nativas.

Em primeiro plano, utilizaremos as considerações de Peri Mesquida, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e experiente em história da educação, em seu artigo: "*Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum*" para destacar, essencialmente, que o modelo escolar brasileiro começou desenvolvido com clara influência de ideologia religiosa e continuou assim por muito tempo principalmente no que se refere ao ensino dos índios[45]. A chegada dos padres jesuítas no século XVI a mando da Coroa portuguesa objetivava a cristianização e civilização dos nativos que habitavam as terras que, hoje, conhecemos como Brasil. O primeiro projeto educativo se deu no contexto de resistência majoritariamente por parte dos adultos, o que resultou na seleção das crianças, pelos padres, para a "purificação" da alma, através dos ensinamentos da doutrina cristã; hegemonia de doutrinas que perdurou até o século XVIII. Já a relação estabelecida entre o Governo Geral, criado em 1548, e esses adultos girava não mais em torno de parceiros úteis para conhecer o território e soldados para guerrear com as demais comunidades rivais como Ruggiero Romano faz questão de narrar em seu livro "*Mecanismos da conquista colonial*", mas também em conseguir mais mão de obra para a extração de recursos, que futuramente seriam mandados para a metrópole portuguesa, e o aprisionamento de outros nativos, reflete Manuela Carneiro da Cunha na obra: "*Índios No Brasil: História, Direitos e Cidadania*".

Ainda na bibliografia referida acima observamos que expulsão dos Jesuítas em 1750 não significou de forma nenhuma a ruptura dessa manipulação dicotômica, trabalho-cristianização, mas abriu brecha para ramificações de arbítrio de outras instituições e Ordens (beneditinos,

---

[45] Terminologia assim utilizada nas fontes historiográficas da época ao se tratar do referido grupo. Em se tratando das fontes permaneceremos com essa nomenclatura e "*gentio*". Para nossa reflexão referente a atualidade serão usados sinônimos como indígenas, nativos, aborígenes e povos originários.

franciscanos, carmelitas, lassalistas e salesianos) até o governo de Pombal, por exemplo, impedindo qualquer escolha dos sujeitos protagonistas vítimas dessa imposição. É só a partir da Proclamação da República, em 1889, que se iniciam os debates para participação dos gentios na gestão, conjuntamente com o Estado, de suas comunidades.

Reflexões sobre a trajetória histórica das legislações relativas ao ensino indígena.

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1918 se modifica para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que no que se referia à educação escolar tinha como foco a nacionalização, pacificação e integração dessas populações na sociedade, que entretanto acabou se executando através de um parâmetro eurocêntrico e autoritário que ignorava a individualidade e as tradições dos grupos em questão. Em 1967, num contexto de Ditadura Militar que provocou inúmeras sanções de direitos constitucionais, é fundada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) responsável, até hoje, pelas políticas de cuidados e preservação indigenista no país.

A partir disso, observando um panorama mais amplo, sabe-se que a Constituição Federal, promulgada em 1988, estabeleceu, em seu artigo 231, a garantia de preservação da identidade, tradições e manifestações indígenas. Também é conhecido o Artigo 210 desse mesmo código, que assegura o direito à formação e à educação básica desse grupo. Sob a tutela repassada agora para o Ministério de Educação (MEC) a implementação de escolas nas aldeias passa a ser guiada pela Lei n° 6.001 de 1973 do Estatuto do Índio, defendido pela Constituição Brasileira de 1988, principalmente os artigos 49 e 52, que determinam:

> **Art. 49**. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira. (BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988).
>
> **Art. 52.** Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação. (BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988).

Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n° 9.394, de 1996, aperfeiçoando o planejamento proposto anteriormente,

implantou uma educação bilíngue, intercultural e diferenciada. Em 1998 foi publicado pelo MEC, em parceria com organizações governamentais e não governamentais e professores, o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) que instituiu, ao fim, a base que deve ser referenciada na construção e implementação dos projetos pedagógicos e parâmetros para a aprendizagem intercultural; princípio que pode ser somado ao que já explicita o artigo 210 do capítulo terceiro da Constituição Federal, que diz:

> Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais." (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988, Cap. III, Seção I, Art. 210).

No ano seguinte foram aprovados o Parecer 14 do Conselho Federal de Educação e a Resolução n° 003 da Câmara de Educação Básica, que instauraram a categoria "escola indígena"; e em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) que regularizou, como vigente, esse mesmo projeto e, ao contrário de suas versões anteriores, modificadas desde 1962 (sua primeira versão), determinou, entre outras medidas, a instituição do magistério indígena e a criação de material didático específico.

As incongruências: A carência prática dos direitos certificados na Constituição e nos documentos que dizem respeito à educação indígena.

Ter o controle de seus códigos e o conhecimento de sua história é imprescindível para a resistência dos povos indígenas e a escola desempenha papel evidente na manutenção dessa reafirmação. Discorreremos, então, nos seguintes subtópicos sobre as lacunas que se apresentam no cotidiano popular e expressam o déficit de aplicação dos mecanismos garantidos pelos códigos legislativos, já mencionados, na formação didática dessa classe.

1. A união da educação bilíngue, das questões culturais e do calendário acadêmico

Quando é citado o direito ao bilinguismo, por exemplo, temos explicitada a junção e equilíbrio do idioma da pátria, a Língua Portuguesa, e o linguajar nativo de certa comunidade, de forma a encorajar o autoconhecimento da história local por parte das crianças e jovens, o que é explícito no artigo 78 da Constituição Federal de 1988, quando cita:

> **Art. 78.** O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe (sic) e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências. (BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988).

Para a efetivação dessa medida foi criado o cargo de monitor bilíngue, que deveria desempenhar um papel de tradutor entre o professor não indígena e os alunos para auxiliar na transição para o aprendizado da Língua Portuguesa. Contudo, pode-se notar que não há nenhuma forma de regularização dessa experiência por parte do Ministério de Educação, segundo os dados do último Censo da Educação Básica, de 2020, 93 escolas, das 137 ouvidas, ministram aulas em língua nativa, 533, das 879, em Língua Portuguesa e 1.532, das 2.343, educam segundo o indicado na lei, nos dois idiomas. Semelhante, nenhum mecanismo avaliativo é apto a validar o grau desse conhecimento de forma igualitária, de maneira que, ao final, o que resta a ser reconhecido e valorizado, em âmbito nacional, é o domínio das normas-padrão e culta do idioma em exames de vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que ignoram os conhecimentos específicos e individuais dessas localidades.

Os apontamentos do professor Darci Secchi, no V Painel de Legislação Escolar Indígena, que se refere ao "Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores", ocorrido em 2002, são muito relevantes no que diz respeito a auxiliar a exemplificar as dificuldades de ajuste entre as orientações federais de execução legislativa e a vivência prática dessa parcela da população. Nesse mesmo escrito, Secchi apresenta a divergência de execução da autoridade docente indígena quando exemplifica a forma que, em debates de decisão curricular, a votação sobre a temporalidade do ano letivo é discordada e repensada por diversas vezes, ao contrário do calendário acadêmico tradicional. Pois, a duração e incorporação de cerimônias, festividades e práticas socioculturais típicas, no geral, devem se manter presentes e serem respeitadas como garantido constitucionalmente. Entretanto, essa grade é sempre revisada sob uma análise comparativa e adaptativa para obtenção do maior número possível de equivalências à das escolas comuns, por parte daqueles para quem, ao fim, é dado efetivamente

poder de decisão e organização curricular. Assim, muitas vezes o oposto do que é explicitado na Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas em 13 de setembro de 2007 é o que, de fato, se faz presente:

> **Artigo 34**: Os povos indígenas têm direitos a promover, desenvolver e manter suas estruturas institucionais e seus próprios costumes, espiritualidade, tradições, procedimentos, práticas e, quando existam, costumes ou sistemas jurídicos, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos. (BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988).

2. A capacitação profissional e a falta de recursos estruturais

Por lei, como já visto, cabe ao Estado a oferta e execução desses mecanismos de acesso estudantil à educação com a ajuda das prefeituras e câmaras municipais e, de mesma forma, a responsabilidade pela profissionalização de docentes indígenas, para que possam, inclusive, atuarem em suas respectivas comunidades, tal estratégia é protegida pelo Plano Nacional de Educação (Lei n° 10.172).

Todavia, na realidade, é de conhecimento geral as inúmeras dificuldades que podem ser encontradas na concretização desse privilégio, cita-se: a distância das universidades das comunidades, a falta de verbas de permanência, de incentivo e de transporte por parte dos municípios, o déficit de materiais de apoio e a carência de escolas verdadeiramente equipados para comportar a demanda de estudantes. Para atestar tais fatos o Censo Escolar da Educação Básica de 2018 reuniu informações de 3.345 escolas indígenas e chegou à conclusão de que, ao todo, das 3.288 escolas localizadas em área rural e as 57 em área urbana, mais da metade não tem acesso a energia elétrica, água filtrada, esgoto, material didático adequado ou internet e ainda, o fato que menos de 2% dos indígenas que obtêm um diploma universitário falam sua língua nativa.

Estado: o guia apropriado para esse ensino?

Um exemplo que pode exemplificar melhor a relação entre o governo e os povos originários é o de uma audiência do deputado Haroldo Cathedral, do PSD de Roraima com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, na qual o mesmo apresenta a proposta para federalização da educação indígena. Tal

ideia teria como meta responsabilizar o Estado completamente como provedor e controlador para a resolução mais fácil dos problemas de falta de estrutura que rondam esse sistema de instrução nativa.

Podemos perceber, então, que é muito complexo e desaconselhável deixar totalmente a decisão curricular a cargo do poder político. Esse que mesmo ao longo do tempo, de suas primeiras expressões até os dias atuais, continua apresentando garantias fracas de efetivação das medidas que foram, por décadas, batalhadoras e que causaram a perseguição e a morte dos tantos líderes das comunidades e personagens que protagonizaram essas lutas, que não se amedrontam a ir ao Congresso se rebelar contra esses abusos, ou os foram eleitos por voto popular mas continuam sendo rechaçados e tendo suas propostas vetadas por aqueles que, ao fim, só desejam ilustrar camaradagem e apoio a essas pautas, como, por exemplo, o veto presidencial ao Projeto de Lei n°. 5.954 de 2013, que altera a Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação e permanência gratuita e de qualidade na educação indígena.

O maior interesse pelos que comandam a política do país é, senão, assegurar a continuidade do isolamento e da ignorância dos gentios para que seja facilitada a manipulação e o remanejo desse grupo, de acordo aos interesses dos que fazem a lei, como refletimos, através da escrita brilhante do educador Paulo Freire em "*Pedagogia do Oprimido*": "Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica." até porque, como mostra uma outra reflexão: "O sistema não teme o pobre que passa fome, teme o pobre que sabe pensar."

O que testemunhamos rotineiramente, na realidade, são os constantes ataques a essas comunidades e o explícito e frequente desejo de silenciar e coibir o conhecimento do passado e de suas origens por parte do governo brasileiro. Ações essas que podem ser atestadas, primeiro: no crescimento de 21,6% no aumento do número de assassinatos violentos de indígenas, em 2019, segundo uma pesquisa do Atlas da Violência, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em conjunto com o Instituto de Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e, segundo, os inúmeros episódios de discursos de ódio por parte dos políticos brasileiros como o,

agora, ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, na época, parlamentar, que durante uma reunião transcrita no Diário da Câmara dos Deputados, na edição de 16 de abril de 1998, cita: "Até vale uma observação neste momento: realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país".

Conclusão

A partir do que foi apresentado até aqui, o início e a construção do modelo educativo e o discurso que advém de representantes públicos governo brasileiro, concluímos que o Estado não deve ter poder decisivo absoluto sobre a organização do parâmetro curricular indígena, mas sim desempenhar um papel de parceria se ajuntando com o Ministério da Educação e com as coletividades indígenas regionais para guiar e regularizar adequadamente esses critérios de aprendizado determinados por lei (que devem cumprir as exigências de abrangência de conhecimentos históricos ancestrais na programação educacional, dialeto respectivo e individual e, a capacitação de educadores) através de reuniões e debates que ouçam as opiniões da classe referida para, conjuntamente, definir sobre o que deve ser incluso e frisado no currículo educacional de crianças, jovens e adultos nativos.

O que resta ser feito para isso é, portanto, a persistência da cobrança do cumprimento desses deveres garantidos legalmente por parte de toda a população. Cabe, também, à FUNAI e às demais organizações que cuidam da proteção dos indígenas, mais políticas públicas em parceria com o MEC para incentivar a capacitação docente, como a instauração de um vestibular diferenciado, com conteúdos específicos e a redação escrita na língua indígena materna, como a iniciativa implantada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que graduou, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, 85 alunos das etnias guarani, kaingang e laklãnõ/xokleng, provenientes de estados como: Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apoiado pela FUNAI, o MEC, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), a Comissão Interinstitucional para Educação Superior

Indígena (CIESI), a Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (CAPI) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI SUL).

Também, a construção de instituições e preparação de material escolar, vestuário e alimentação para muni-las adequadamente, pelo governo estadual, assim como a disponibilização, pelo governo municipal, de meios de transporte, sejam eles barcos ou ônibus para transportar os estudantes para os colégios mais afastados. Tudo isso, sob uma severa fiscalização do governo Federal com apurações constantes através de reuniões com essas lideranças e um controle de verbas dissociado dos demais gastos com escolas públicas.

Diante do exposto, poderemos, desse modo, em conjunto, deixar os estigmas do passado, as amarras da desinformação para gerar mão de obra, do preconceito e da desumanização que fundaram a visão de desqualificação atribuída aos povos indígenas, que como outras minorias históricas tiveram sua cultura e seus direitos básicos renegados e negligenciados durante mais de quinhentos anos.

BIBLIOGRAFIA

ANPED. **ANPEd lança nota sobre veto presidencial à Lei que trata da avaliação escolar indígena**. 2016. Disponível em: <https://anped.org.br/news/anped-lanca-nota-sobre-veto-presidencial-lei-que-trata-da-avaliacao-escolar-indigena>. Acesso em: 16/09/22

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. DOSSIÊ: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE; **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang.** Scielo, 26 de maio de 2011. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/rbh/a/xwLfPnXVfss8xgqJScZQyps/?lang=pt> Acesso em: 14/09/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25/08/2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios No Brasil: História, Direitos E Cidadania.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Acesso em: 05/09/2022.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. PIB Ambiental, 13 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11684035/artigo-78-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> Acesso em: 22 de agosto de 2020.

DECRETO N° 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. **Presidência da República Secretaria-Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004
2006/2004/decreto/d5051.htm> Acesso em 22/08/2022.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **A evolução da educação brasileira.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 05/09/2022.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Conselho Nacional de Educação: Escola Indígena.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Ind%C3%82%C2%A1gena.pdf> Acesso em: 12/09/2022.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Prolind. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prolind>. Acesso em: 15/09/2022.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26700> Acesso em: 06/09/2022.

FREIRE, Arthur Ramalho. **Protagonismos Indígenas no Espaço Escolar: As intervenções estatais na Educação Escolar Indígena: da colonização a política pública, uma análise bibliográfica.** Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/issue/view/987/Revista%20Espacialidades%2C%20Volume%2016.1%2C%202020> Acesso em: 14/09/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GUEDES, Octávio. **Bolsonaro já lamentou que o Brasil não dizimou os indígenas.** G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml> Acesso em: 16/09/2022.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A educação escolar indígena no Brasil.** Povos indígenas no Brasil, 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/A_educa%C3%A7%C3%A3o_escolar_ind%C3%ADgena_no

_Brasil>. Acesso em: 05/09/22.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO IBGE**. Publicado em: 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/caracteristica-socidemograficas-e-domiciliares Acesso em: 25/08/2022.

LEGISLAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. PORTAL MEC, 2002. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/caracteristica-socidemograficas-e-domiciliares#:~:text=N%C3%ADveis%20educacionais%20b%C3%A1sicos%20%E2%80%93%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e,%2C3%25%20ainda%20s%C3%A3o%20analfabetos.> Acesso em: 22 de Agosto de 2020.

MESQUIDA, Peri. **Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum.** Scielo, 2013. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/er/a/tsMm8XyYmbGNs5kdd38Xyrm/?lang=pt>. Acesso em: 10/10/2022.

MUNDO, História do. **A história da Educação no Brasil em fatos e datas.** Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/a-historia-da-educacao-no-brasil-em-fatos-e-datas.htm. Acesso em: 13/09/22.

REFERENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. Portal Mec, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf> Acesso em: 25/08/22.

RIBOLDI, Bruna Angélica Pelicioli. **Universidade brasileira forma sua primeira turma composta só por índios.** Publicado em: 2015 Acesso em: <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/2015/04/16/universidade-brasileira-forma-sua-primeira-turma-composta-so-por-indios/>. Acesso em 13/09/2022.

ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da conquista colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010

TOKARNIA, Mariana. Brasília. **Quase metade dos indígenas não tem material didático específico.** Agência Brasil, Brasília. Publicado em 27/04/2016. Disponível em < https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/quase-metade-das-escolas-indigenas-nao-tem-material-didatico-especifico> Acesso: 24/08/2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO: DIFICULDADES EXISTENTES

Luciana Batista Matos[46]
Délcio Ferreira Campos Mendonça[47]

RESUMO
As discussões centrais deste trabalho objetivam averiguar em que medida os alunos atípicos (com necessidades educacionais especiais) possuem seus direitos garantidos na educação do campo. Esse trabalho mostra como estão sendo implantadas as políticas públicas de inclusão desses alunos, em cumprimento ao artigo 4°da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 no que se refere à realidade das escolas do campo. Para obtenção desse conhecimento realizamos uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, com dados coletados através de um questionário elaborado com questões abertas, voltado para os professores. Os objetivos específicos são: analisar se os alunos especiais do campo estão sendo assistidos diante da lei, verificar a estruturação do ambiente mediante a adequação desse, entender qual a percepção dos professores diante da realidade desses alunos e compreender quais os principais desafios encontrados. Os resultados obtidos demonstram que a educação no campo tem muitos desafios que precisam ser superados e que o Estado brasileiro (quase sempre) não oferece os recursos necessários para o atendimento das demandas existentes nesta modalidade de educação.

Palavras-chave: Educação especial; Educação no campo; políticas públicas em educação.

Introdução

O presente artigo diz respeito à Educação Especial nas escolas do campo, numa discussão imersa nos estudos das Políticas Públicas

[46] Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Itapetinga.
Monitora da disciplina História da Educação. E-mail: 202020200@uesb.edu.br

[47] (Orientador): Professor. Doutor na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Itapetinga.
Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: daelcioferreira@uesb.edu.br

Educacionais. Realizar um estudo sobre essa temática - a educação especial nas escolas do campo - se justifica pela persistência da exclusão das crianças com necessidades especiais, apesar dos avanços ocorridos diante das leis que possibilitaram o acesso dessas crianças à rede regular de ensino. Assim, este artigo aborda o cenário de desigualdade escolar, vivenciado por crianças especiais, tendo como lócus do estudo escolas do campo do município de Itapetinga.

Tais críticas efetuadas acima estão relacionadas à falta de iniciativas governamentais, que culminam em várias mazelas educacionais, como a pouca qualificação dos profissionais que atendem este tipo de clientela.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é constatar as dificuldades que os professores encontram na educação especial com alunos das escolas do campo, buscando compreender os direitos à educação inclusiva por parte dessas crianças. Isto pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/96 (LDB) afirma que: "É dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1996, p.8).

Os objetivos específicos são: analisar se os alunos especiais do campo estão sendo assistidos diante da lei, verificar a estruturação do ambiente mediante a adequação dos mesmos, compreender qual a percepção dos professores diante da realidade desses alunos e entender quais os principais desafios encontrados.

A educação especial tem como princípio a garantia da cidadania com a proteção aos deficientes e o combate à discriminação, portanto é imprescindível o cumprimento desses direitos dentro do ambiente escolar.
Refletir sobre essas questões acima apresentadas é fundamental para a renovação da educação especial, uma vez que uma educação sem investimento está destinada ao fracasso, à exclusão e à desigualdade. A exemplo, tomamos o governo do ano de 2022 que segundo https://educacao.uol.com.br/noticias usou da sua autoridade política para cortar as verbas da educação, além de indicar o Decreto 10.502/2020, que propunha a criação de escolas especializadas para atender as pessoas com deficiência, contrapondo-se à Constituição Federal de 1988. Tais medidas ferem todas as lutas travadas por profissionais da área e por pais de crianças especiais/atípicas, que sempre defenderam a inclusão destas no sistema

escolar junto com as crianças típicas, e representam um grande retrocesso educacional.

A importância dessa pesquisa é entender o processo de desenvolvimento do aluno especial que reside no campo, contribuindo para a conscientização da sociedade acerca de uma educação inclusiva humanitária, indo ao encontro das crianças especiais com o objetivo de proporcionar a esses alunos direcionamento para as possíveis reivindicações de seus direitos. É de suma importância a necessidade de uma pesquisa que caracterize a educação do campo, conscientizando a sociedade que todas as crianças com deficiência possuem seus direitos garantidos por lei.

Compreende-se que a escola é para todos, sem peso e sem medidas desiguais. Nessa perspectiva a escola deve dispor de um ambiente organizado, planejado e com profissionais capacitados para atuar na educação especializada.

O Estado deixa evidente que o seu objetivo é contribuir para uma educação mínima para a população do campo, visando o lucro. Por sua vez, sua prioridade está unificada com a ideologia das classes dominantes, na qual permite a dominação sobre as classes pobres, favorecendo assim a exploração capitalista.

É importante, por fim, delimitar este estudo no campo das Políticas Públicas Educacionais que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, entretanto o que se observa é o abandono da legislação em relação à educação no campo. O campo ainda não está preparado para uma educação inclusiva, uma vez que a formação de professores para atuar nesta modalidade de educação ainda é precária, contribuindo para o descumprimento da Lei no 9.394/96 e facilitando para uma educação desigual e injusta, proporcionando o baixo desempenho e a exclusão desses alunos com necessidades especiais. Em síntese, a escola rural brasileira se mostra como um lugar ineficaz e que não consegue proporcionar para seus alunos uma educação de qualidade.

O art. 58 da LDB define a educação especial como uma modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com o objetivo de garantir a permanência desses alunos especiais. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da escolarização formal e foi conquistada com muita luta, entretanto

é negado para essas pessoas o direito a um ambiente escolar adequado e com professores especializados. Para atender esses alunos é necessário haver investimento público, uma boa formação docente e sobretudo formular projetos pedagógicos para a permanência desses alunos na escola.

> A luta pela libertação dos excluídos, dos oprimidos do sistema social e educacional pressupõe uma responsabilidade ética, histórico-política, em relação ao outro, que implica em criticidade, opção e decisão, e que não pode deixar de estar presente tanto na formação quanto na prática pedagógica de educadores/as (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Oliveira (2003) destaca que a educação no campo precisa ser uma educação crítica, pautada no respeito à diversidade humana, na ética e que deve se constituir na prática pedagógica. Nessa abordagem o autor compartilha da mesma ideia de Paulo Freire sobre a apropriação contínua dos diversos conhecimentos presentes no âmbito escolar. Portanto, o professor precisa compreender as dimensões dos conhecimentos existentes na sala de aula e usá-los na sua metodologia de ensino.

ASPECTOS TEÓRICOS

A população campesina passou por grandes transformações, mas o histórico de invisibilidade e o menosprezo continuam predominantes. A falta de incentivo e de investimento para as escolas do campo faz com que a educação desse público continue à margem da sociedade.

> A educação no campo se estabelece como um espaço de luta constante contra o domínio das culturas dominantes. A luta pela igualdade e inclusão, seja na escola ou na sociedade, a busca pela valorização dos seus saberes prévios e culturais que historicamente vem sendo silenciada pelas classes que possuem o poder do capital (CALDART, 2002, p. 26).

No Brasil pouco se discutia sobre a educação especial, apenas na década de 70 que esse tema passou a ser abordado. Desde então foram criadas instituições de ensino para receber alunos com necessidades especiais, conhecidos através do termo pejorativo “deficientes físicos e mentais”. Nesse período eram negadas para essas crianças uma educação junto com as crianças consideradas normais, por esse contexto não podemos dissociar a exclusão dessas crianças com a herança histórica do Brasil.

O potencial da educação já foi compreendido e usado em diversos contextos, como por exemplo na ditadura militar, no qual os militares se apropriaram da educação para usá-la como fonte de alienação. Os mais afetados por essa educação alienante foram os filhos de trabalhadores e camponeses que ficaram submetidos ao grito silenciado por uma pátria que tinha como princípio ordem e progresso, sob a falsa ideia de promover uma sociedade igualitária e feliz.

Após a ditadura militar, foi escrita, em 1988, a Constituição Federal Brasileira, conhecida como a Constituição Cidadã, na qual estabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, garantindo esses direitos para as minorias, as quais anteriormente eram segregadas da sociedade, que passaram a ser reconhecidas como cidadãs, com direitos iguais a todos sem distinção de gênero ou classe social. Entretanto, notamos que a Constituição ainda não foi suficiente para suprir as necessidades básicas da educação especial do campo, que continua enfrentando grandes desafios, como a garantia a todos, indistintamente, à acessibilidade e à permanência na escola.

No final de 1990 surgiu o Movimento de Educação do Campo no Brasil, que tinha como objetivo reivindicar melhorias para as comunidades rurais. A partir desse movimento os moradores saíram do silenciamento imposto pelo sistema capitalista e passaram a se mobilizar em busca dos seus direitos. De acordo com Caldart (2009) a educação do campo não surgiu a partir das iniciativas políticas, mas sim a partir das lutas sociais organizadas pelos trabalhadores pobres que moravam no campo e que passaram a lutar e a não se calar diante da desigualdade em que viviam'.

> A educação do campo deve prestar especial atenção às raízes da mulher e do homem do campo, que se expressam em culturas distintas, e perceber os processos de interação e transformação. A escola é um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde está inserida (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1988, p.9).

Defende-se que para atuar no campo os professores devem usufruir da formação específica para estarem preparados para os desafios e realidades totalmente diferentes da educação urbana. Todos os professores devem ter uma formação específica amparada pelas políticas públicas. A Lei 10.172 de 2001 do Plano Nacional de Educação prevê na meta no 25 a preparação dos professores, garantindo a formação continuada e o acesso a uma educação

de qualidade para a população do campo. Nesse sentido os professores devem ter o domínio tanto dos conhecimentos específicos quanto de sua postura como docente diante da trajetória histórica e dos conhecimentos prévios que esses alunos já trazem consigo para o ambiente escolar.

Revisão jurídica-legal

Com base nas discussões feitas anteriormente é necessário que toda a população brasileira saiba que o direito ao acesso à educação de qualidade é previsto na Constituição Federal, em seu Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já o Art. 206 estabelece que a "igualdade" de condições de acesso e permanência à escola é um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994 a Declaração de Salamanca passou a abordar a inclusão de pessoas deficientes na rede regular de ensino, grande marco para a sociedade brasileira. Esta Declaração destaca a importância de todas as crianças estudarem juntas, com direitos iguais independente das diferenças sociais. Desde então, foram criados outros documentos com o objetivo de mostrar a importância de incluir esses alunos especiais na educação regular, como por exemplo o Decreto de 1999 n° 3.298 que regulamenta a lei n° 7.853/89, a qual dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de nos aprofundarmos no tema acerca da educação especial do campo, optamos por uma pesquisa de campo. De acordo com Gil, a pesquisa de campo consiste em entender as diferenças entre um indivíduo e outro a partir da análise da interação entre as pessoas de um grupo ou

comunidade, extraindo tais informações diretamente da realidade desses indivíduos.

No que se refere à abordagem de coletas de dados, a mesma é de cunho qualitativo, o qual é definido por Ludke e André (1986, p.05) como "aquela que se desenvolve numa situação natural, e rica em dados descritivos e tem plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma completa e contextualizada". A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas se direciona, portanto, aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Ou seja, ela é capaz de identificar dados que não podem ser mostrados numericamente.

O presente artigo é uma pesquisa básica. Para Gil (2010), a pesquisa básica aglutina estudos que têm como objetivo completar uma lacuna no conhecimento. Fizeram parte dessa pesquisa, como depoentes, os docentes de três escolas do campo situadas no município de Itapetinga/Bahia, visto o convívio cotidiano com esses alunos. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com 10 (dez) questões abertas que, segundo Gil (2002), são um conjunto de questões respondidas por escrito pelo público pesquisado.

ANÁLISE DE DADOS

Nas três instituições em que a pesquisa foi realizada os resultados obtidos apontam, conforme o questionário, a mesma situação: que essas escolas possuem alunos especiais, mas estes acabam sendo encaminhados para o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) uma instituição de grande importância que oferece atendimento para os alunos com deficiência, localizada a uma distância considerável do local em que essas crianças residem, ou seja, na zona urbana da cidade de Itapetinga.

As respostas obtidas deram origem a uma nova indagação: "por que esses alunos não obtêm esses direitos no ambiente em que moram e precisam se locomover até a cidade para tentar usufruir de um atendimento adequado?". A referida constatação confronta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/96 (LDB), a qual afirma que: "É dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com

necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1996, p.8).

Em relação à formação especializada, os professores não possuem esse preparo, no entanto mostraram ser profissionais preparados para atuar nesta área. Contudo precisa-se de mais investimentos e de políticas públicas para propor uma educação mais eficiente para esse público.

Umas das perguntas do questionário se referia aos projetos implantados pela escola para a melhoria da inclusão escolar. Duas instituições obtiveram êxito, ou seja, nessas escolas são elaborados projetos para inclusão, enquanto uma escola não obteve o mesmo resultado. Com as respostas das professoras foi possível compreender que elas têm a percepção de que realmente precisam ser implantados programas inclusivos nas escolas para melhoria do atendimento dessas crianças especiais. As entrevistadas mencionaram que, para se obter uma educação especializada, é necessário estudo, cursos, palestras, especialização, apoio da família e, principalmente, da secretaria de educação.

Retornamos então à problemática já discutida no decorrer desse trabalho. Cabe às autoridades garantirem para esses alunos o acesso adequado à educação, com uma boa qualidade de ensino e atendimento especializado para atender as demandas desses alunos especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desse trabalho foi compreender em que medida a educação especial no campo está sendo efetivada diante da lei, compreendendo assim os direitos constitucionais desse público alvo. A partir dos dados coletados vimos que é notório o distanciamento das políticas públicas nesse contexto social. O que se faz presente nesse cenário é uma infraestrutura de péssima qualidade e a falta de formação dos profissionais da educação para atuar na educação especial.

Falar da educação campesina exige um olhar crítico em todos os aspectos, desde a criação do Movimento da Educação do Campo até os dias atuais. É necessário dar visibilidade ao estudante camponês, respeitando suas raízes e culturas.

Finalizamos este artigo chamando a atenção para a importância deste trabalho, na medida em que é preciso reconhecer os direitos dos estudantes especiais e quebrar os paradigmas, dando voz aos mesmos e ressaltando a sua importância na sociedade.

O estudo constatou um relativo avanço na educação especial, porém esse ainda é insuficiente para a promoção efetiva de uma educação de qualidade. Se compararmos com a educação urbana, a educação no campo ainda é tida como inferior. Ademais, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) é um recurso muito importante para atender essas crianças especiais, mas ainda não é suficiente para uma real inclusão desses estudantes. Dessa forma, conseguimos evidenciar que o Estado não oferece a implantação dos recursos necessários para o desenvolvimento pleno desses alunos.

Concluímos que no campo se faz necessário o atendimento das demandas dos alunos especiais, fazendo-se cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/96 e possibilitando para essas crianças a garantia de acesso e permanência em escolas adequadas para atender esse grupo social, eliminando barreiras excludentes e promovendo uma educação especial de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, [Constituição (1824)]. **Política do Império Do Brasil.** De 25 de Março de 1824. Rio

de Janeiro,1824.

BRASIL, **Constituição Federal. Constituição Do Decreto De Bolsonaro Visa Separação De Alunos Deficientes - Terra.** Constituição Federal:1988 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituicao.htm. acesso em 02 fev. 2021.

BRASIL, Lei n.o 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 de mar. 2023.

BRASIL, Lei no4.024, de 20 de dezembro de 1961.**Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília,1961.**

BRASIL, Resolução no 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo.** Brasília, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos Para Construção Do Projeto Político e Pedagógico da Educação.**

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa:** 4a. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

https://educacao.uol.com.br/noticias

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica Universitária,1995.

OLIVEIRA, A. A. S. **Educação inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência**.in: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). Inclusão. Londrina, PR: EDUEL, 2003.

ENTRE BARÕES, FURTOS E POLÍTICA: OS REGO BARROS DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Ismaelene Maria Souza dos Santos[48]

RESUMO
Quem se detém a investigar o período do Império do Brasil em Pernambuco, percebe a quantidade de ocorrências existentes sobre algumas famílias com sobrenome que se realçam nas malhas do poder e influenciam constantemente a política pernambucana. Dessa forma, indo da perspectiva dos vilões que atuaram antecedente a Revolta Praieira, buscaremos analisar como esses indivíduos, por vezes, mais especificamente o Barão da Boa Vista, se mantinham no poder durante sua atuação como presidente na Província de Pernambuco através de suas conexões. Para entendermos essas relações, utilizaremos o conceito de rede - um conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras. A partir desse contexto, a apuração ocorrida busca analisar os elos e as reações que fazem as pessoas se cruzarem em determinados momentos, como ensina Carlos Ginzburg, indo do diferencial entre todos: o nome. Usando-o como um fio condutor, tentando traçar os conflitos, intenções e as alianças desses indivíduos. Utilizando os jornais que estão alocados na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para investigarmos por meio do Diário Novo, Diário de Pernambuco e outros, a partir de nomes preestabelecidos através das leituras bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Pernambuco; Relações; Poder.

INTRODUÇÃO

Avenida Conde da Boa Vista, Palácio do Governo de Recife, Teatro Santa Isabel: as pessoas que permeiam e transitam por tais espaços não se perguntam e nem imaginam que as suas construções foram edificadas com mão de obra escravizada ou quais foram os projetos políticos necessários para a sua realização. Desse modo, a concretização dessas ações foram estabelecidas durante o período do governo do Barão (futuro Conde) da Boa Vista como presidente da Província de Pernambuco (1837-1844), de nome: Francisco do Rego Barros.

[48] Graduanda no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco. O projeto é vinculado e financiado pelo Programa Pernambuco na Universidade (PROUNI-PE), como também, ao PIBIC/UNICAP. E-mail: ismaelenemaria21@yahoo.com

Quando estudamos detidamente a respeito da política de Pernambuco no decorrer do Império do Brasil, avistamos uma quantidade de ocorrências sobre algumas famílias com sobrenomes que se destacam nas malhas de poder e influenciam de modo eficaz o meio político imperial. Sendo uma dessas famílias, os Rego Barros, parentes dos Cavalcanti de Albuquerque, dos quais eram a família com o único caso de três irmãos senadores na História do Brasil. Partindo do que informou Nabuco, Amaro Quintas (2011, p. 192) chegou a dizer que as duas famílias, juntas, queriam enfeudar Pernambuco durante as suas estratégias de poder em Pernambuco. Assim, uma dessas estratégias que esses indivíduos faziam para se sair em vantagem acima de outros, era o furto de escravizados. Como estudamos com Marcus Carvalho:

> Não obstante, num ponto tanto os Conservadores ("Guabirus"), quanto os Liberais ("Praieiros") concordavam; o furto de escravos assumira proporções alarmantes principalmente durante o governo conservador do Barão (depois Conde) da Boa Vista, na primeira metade daquela década. Significativamente, nestes crimes viram-se envolvidos membros das famílias mais importantes da província, indo desde um irmão do próprio Barão, até nomes como Paes Barreto, Wanderley, Carneiro de Albuquerque, Gusmão de Moura, e Cavalcanti, enfim a fina flor da sociedade local. Estes furtos, e outros crimes, foram encobertos pelos Conservadores devido ao monopólio que exerciam sobre os cargos policiais na província, para os quais, no governo do Barão, eram muitas vezes nomeados estes mesmos senhores de engenho [...] (1987, p. 92).

Em vista disso, o monopólio de poder era tão grande que havia uma quadrinha que se fez presente em Pernambuco, que dizia: “Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. O autor da mesma era um professor, advogado, jornalista, político e poeta satírico de nome Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares. Essa criação poética só faz afirmar o grande poderio que essas famílias, principalmente juntas, tinham na Província de Pernambuco, representando a força e o protagonismo que os Cavalcanti de Albuquerque tinham no século XIX.

Assim, os seus tentáculos iam criando forma se entrelaçando nas cadeiras do Senado Imperial. De tal forma que, somados aos parentes de Alagoas e Paraíba, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, os próprios Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze

senadores em meados do século XIX (TAUNAY, 1978, p. 160). Um dos pontos principais, é que não perderemos de vista, neste trabalho, as alianças trabalhadas pelos Rego Barros com os seus aliados de ocasião.

A necessidade de nos debruçarmos sobre essa problemática é a situação do principal foco de alguns historiadores sobre o recorte que antecede a Revolução Praieira, por muito tempo, tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque, como era o caso dos que assumiam o lado dos praieiros. Aqui, indo da perspectiva dos vilões que atuaram antecedente a Insurreição Praieira, o nosso objetivo é analisar como esses indivíduos, mais especificamente, Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista) se mantinha no poder por longo tempo através de suas conexões políticas, principalmente durante sua atuação como presidente na Província de Pernambuco, e o privilégio que o mesmo tinha para realizar crimes e sair sem penalidades, sendo um deles, o constante furto de escravizados.

Para a construção da presente discussão, utilizamos os jornais e os Annaes do Parlamento Brasileiro que estão depositados na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para investigarmos, sendo eles, os periódicos: o *Diário Novo*, *Diário de Pernambuco*, a partir de nomes preestabelecidos através das leituras bibliográficas, como: Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista e outros nomes de pessoas próximas a ele. Alguns autores foram introduzidos a este estudo, entre eles: Amaro Quintas, Joaquim Nabuco, Manolo Florentino, Paulo Cadena, Bruno Câmara e Marcus J. M. de Carvalho, a fim de analisar as ambições e crimes que esses indivíduos cometiam e que eram expostos nas páginas do contexto político do Brasil Imperial.

Para compreendermos essas relações, utilizaremos o conceito de rede que será entendido da mesma forma como Imízcoz e Oliveri Korta colocaram, sendo: “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras” (2010, p. 48). Além disso, a partir desse contexto, a apuração ocorrida busca analisar os elos e as reações que fazem as pessoas se cruzarem em determinados momentos, como ensina Carlos Ginzburg, indo do diferencial entre todos: o nome. Usando-o como um fio condutor, tentando traçar os conflitos, intenções e as alianças desses indivíduos, para assim, formar sua rede de interesse política. De modo que, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em

que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p. 175).

O Barão da Boa Vista

Em 03 de fevereiro de 1802, no engenho Trapiche localizado no Cabo de Santo Agostinho, sendo seus pais o coronel Francisco do Rego Barros e D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, nascia Francisco do Rego Barros (futuro Barão da Boa Vista), nome que seria bastante comentado durante o Brasil Império. Alistou-se cedo, em 1817, e não demorou para ser reconhecido como cadete no 2° Batalhão da Divisão dos Voluntários Leais de El-Rei. Porém, em 1821, com as investidas do governo e do capitão-general Luiz do Rego, foi preso e mandado para Lisboa. Antes de voltar para o Brasil quando se ver livre da prisão, ele se matricula na Universidade de Coimbra. Em 1823, parte para a França e se insere na Universidade de Paris, a fim de cursar Matemática, onde se torna bacharel.

Rego Barros foi deputado pela terra onde nasceu, à Assembleia Geral Legislativa, na 2° a 4° legislaturas (1830 - 1841), suplente na 5° (1844) e novamente deputado na 8° (1850); presidente, por duas vezes, de Pernambuco (1837- 1841) e (1841 - 1844) e uma vez, no Rio Grande do Sul (1865 - 1867) e senador do Império (a partir de 1850). Por fim, veio a falecer no dia 04 de outubro de 1870, no Recife.

O governo do então Barão da Boa Vista ficou conhecido por sua urbanização do centro da cidade do Recife, com grandes reformas de ruas e construções arquitetônicas. Francisco do Rego Barros traz para o seu território o chamado "viajante" Louis - Léger Vauthier, do qual atuou como engenheiro das Obras Públicas da Província de Pernambuco na década de 1840. Vauthier registra em seu Diário que conhecera o Barão da Boa Vista, nos dando a sua perspectiva desse primeiro contato. A partir de como ele o descreve, por meio de suas impressões, ele conta que Francisco do Rego Barros: "não me deu a impressão de um homem superior. Eu esperava uma inteligência mais fina, porém, não maneiras tão afáveis e um ar tão cordial" (VAUTHIER, 1940, p. 29).

Os irmãos Rego Barros - Francisco e Sebastião - se tornaram importantes nomes da política do século XIX. Sendo primos diretos dos

Cavalcanti de Albuquerque[49], dos quais instauraram grande monopólio de poder em Pernambuco durante a presidência do Barão da Boa Vista (1837-1844). Travando diversas disputas entre alianças e brigas, eles iam construindo seu imenso castelo, em busca de dinheiro e prestígio político na Corte.

Quando Pedro Araújo Lima sobe à Regência do Brasil, em 1837, faz de Francisco do Rego Barros Presidente da Província de Pernambuco. De certo, os elos entre essas pessoas eram de extrema importância para a vida política no Império. Entretanto, mesmo que os Rego Barros tivessem uma aliança com o Araújo Lima, de modo algum isso era algo estagnado. As alianças permaneceram enquanto fosse do agrado de todos os lados. De qualquer forma, os seus primos Cavalcanti existiam, e não iriam ficar parados vendo a concentração de poder que estava se formando; além disso, tinham seus jogos de poderes independentes. É com essa dança dentro dos corredores palacianos que Francisco do Rego Barros se mantém como Presidente da Província de Pernambuco, sugando as artimanhas dos dois lados quando fosse necessário.

É nesse momento que vemos uma hegemonia de poder se instaurando na Província, e o "gótico castelo Rego Barro- Cavalcanti"[50] se formando. Uma grande concentração de poderio de terras, roubos de escravizados e privilégios para os seus amigos iriam gerar grandes insatisfações para quem estava de fora. Ainda aprendemos com Paulo Cadena que:

> Amaro Quintas, estudando a Revolução de 1848 em Pernambuco, sustentou a afirmação de uma 'oligarquia', 'uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico.'
> Ainda propõe que por 1837, 'trouxera o domínio da Oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar' que duraria até a chegada do que Joaquim Nabuco chamou de 'o pleno domínio da Praia', pelos anos de 1844 (2011, p. 29).

Essa grande ostentação chamou a atenção de quem não estava sendo privilegiado e de quem queria condições melhores para o povo. O Partido da Praia viria a incomodar essa concentração de poder que estava instaurada em Pernambuco.

[49] São esses: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe).
[50]Como se referia o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama no seu jornal 7 de Setembro.

Os Crimes a Partir dos Jornais

Segundo Tania Regina de Lucca, ainda na década de 1970, o quantitativo de trabalhos que tinha como fonte os jornais eram relativamente pequenos, mas não inexistentes. Mesmo com o início da influência que a Escola dos *Annales* teve na historiografia, em 1930, não foi de imediato esse reconhecimento com os periódicos. Devido a tradição dominante durante o século XIX e o início do século XX de se considerar apenas documentos oficiais, a escrita da História a partir dos jornais ainda não era vista de modo relevante. Porém, sua relevância foi se esgueirando e sendo construída, sendo essa fonte muito privilegiada nas investigações historiográficas (2008, pp.111-112). De modo que temos como perceber as interações de certas pessoas que vivenciaram o período dos oitocentos pernambucanos.

Como já dito anteriormente, as notícias e acusações sobre o contínuo roubo de escravizados nos jornais do século XIX já eram comuns. De fato, os periódicos eram uma arma poderosa que os praieiros atiravam contra os "guabirus"[51], com o intuito de provocar, incomodar ou expor algum acontecimento.

Nas folhas do mesmo jornal, encontramos uma descrição referente a uma sessão de julgamento que tinha como réu Francisco do Rego Barros - que não era o presidente, posto ter o título de Barão da Boa Vista desde 1841, mas sim seu aliado, o Barão de Beberibe -, sendo acusado de roubar uma escravizada de nome Joanna, pertencente a D. Candida Monteiro e um preto de Vieira de Mello, morador na comarca de Nazaré, diversas vezes no mês de abril do ano de 1845. O réu nega as denúncias e se justifica pelo fato de ter muitos inimigos contra a sua pessoa. Nas acusações da escravizada Joanna, ela diz que foi surpreendida na estrada e levada por agentes do acusado, seu testemunho estava sendo provado pela razão da mesma citar vários nomes de outros escravizados furtados.

Além disso, mesmo tendo nomes parecidos, é observado que "Chico-Macho" provavelmente seria Francisco Antonio de Oliveira, o Barão de Beberibe, um traficante de escravizados com bastante influência em Pernambuco no século XIX. Oliveira também é mencionado pelo Pe. Pinto de Campos com o apelido de Chico de Oliveira, assim era mencionado em cartas. Não somente, o Barão de Beberibe tinha outros apelidos pejorativos, sendo chamado por alguns jornais do oitocentos como: Chiquinha e a Menininha do

[51] Como eram conhecidos os conservadores em Pernambuco, sendo eles, rivais dos praieiros.

Barão (da Boa Vista). A amizade dos dois não era apreciada, sendo remetida a vários atos de ilegalidades no Império do Brasil (GOMES, 2016, p.111).

Ademais, em outra página do Diário Novo, é registrado outro crime. É apresentado aos leitores um ladrão que é preso por furtar escravizados, e discorre em sua fala que fica revoltado porque tem gente pior que ele solto por aí. Desse modo, ele acusa José do Rego Barros, irmão do Barão da Boa Vista, de ter assassinado e enterrado um compadre seu que tinha ido visitá-lo em sua casa, e ainda lhe roubou 600 réis de um escravo que ele tinha vendido. Assim, é possível ver essa mesma acusação, nas páginas dos Annaes do Parlamento Brasileiro a partir da fala de Vilella Tavares na sessão de 30 de junho de 1847, cujo usa o acontecimento ao seu favor para alegar as diversas criminalidades que ocorreram durante o governo do Barão da Boa Vista. Ainda em Quintas, ele nos mostra os benefícios que os elos traziam para a família Cavalcanti:

> Em Pernambuco, o gabinete de 19-9-1937 trouxera o domínio da oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar, intensamente prejudicial, sobretudo pela fraqueza do barão da Boa-Vista, incapaz de coibir os desmandos de seus parentes, vários deles abusando de sua posição para contrabandear africanos, roubar escravos, fazer circular cédulas falsas e até cometer assassinatos (2011, p. 204).

Em segundo plano, temos em mãos outro periódico, que mesmo sendo aliado dos conservadores, é possível visualizar algumas notificações de acusações de crimes nas páginas do Diário de Pernambuco contra Sebastião do Rego Barros por furto de escravizados. E a sentença sendo registrada no jornal dois dias depois referente a mesma acusação, sendo condenado pelo Júri e absolvido pelo Juiz de Direito logo em seguida.

Apesar dessas denúncias serem encobertas de várias maneiras, os fatos não deixavam de aparecer nos jornais, dos quais estavam repletos de notificações de crimes que aconteciam na província. Porém, devido a grande influência e poder monopolizado que esses homens exerciam em Pernambuco, nada que venha acarretar reboliços em sua vida acontecia com os mesmos. Embora que ainda precise ser mais bem explorada no futuro, essa construção de rede já indica alguns caminhos percorridos pelos Rego Barros no Pernambuco oitocentista e deixa perceptível suas garras profundas marcadas durante o período do Império do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa discussão busca compreender aspectos sócio-políticos do século XIX brasileiro, integrando os donos de terras, comerciantes, presidentes de província, senadores, deputados e traficantes de escravizados que agem no comércio de gente.

Essas alianças anteriormente citadas ao longo do texto, eram forjadas a partir de favores, casamentos e laços políticos, a partir de qual jogo de poder seria benéfico para os dois lados em questão. Visando ao máximo possível, manter e construir redes de contatos em busca de interesses para a manutenção de benefícios e cargos públicos. Analisando por outra perspectiva, é possível compreender que essas disputas em evidências não são algo tão antiquado, sendo possível visualizar no Brasil hodierno, brigas e anseios de poder que o indivíduo na política quer sempre sair em vantagem de outros, muitas vezes, até de seus próprios aliados.

Logo, é perceptível que o Barão da Boa Vista estava em uma contínua procura de manutenção de elos com seus aliados, sendo um deles: o Barão de Beberibe. Do qual o auxiliou diretamente em relação às obras públicas no Recife, como também no tráfico de escravizados, de modo que foi algo bastante atuante no período de governo do Barão da Boa Vista. Nesse sentido, Francisco do Rego Barros tirava proveito de ter amigos e família na política para cometer crimes e até mesmo poder furtar escravizados de outros engenhos e até do próprio núcleo familiar, tentando ao máximo sair em vantagem acima de outros, estabelecendo um grande jogo de poder político no Pernambuco oitocentista.

Portanto, com tudo o que foi abordado, podemos compreender como os políticos estavam disputando e envolvidos em elos uns com os outros para conseguir cargos públicos, dinheiro, participação no tráfico ou cometer crimes sem serem penalizados. Assim, possibilitando estratégias para se manterem atuantes no meio sócio-político Pernambuco imperial. Logo, a discussão não se encerra somente neste texto, sendo esse um debate acerca dos delitos cometidos por esses políticos, necessário para se compreender a historiografia por diversos pontos e analisar as relações de redes que os mesmos mantinham para se perpetuar no poder por muito mais tempo. Por fim, a presente pesquisa de iniciação científica debatida ao longo do texto ainda se encontra em andamento.

FONTES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ), sessão de 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1847_00001.pdf Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco. Recife, 20 de fevereiro de 1837. Edição 00041, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=%22francisco%20r ego%20barros%22&pagfis=10188 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco. Recife, 22 de fevereiro de 1837. Edição 00043, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=%22francisco%20r ego%20barros%22&pagfis=10197 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo. Recife, 13 de dezembro de 1848. Edição 00270(1), p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&Pesq=%22roubo%22%20%2 2escravos%22%20%22rego%20barros%22&pagfis=6997 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo. Recife, 20 de agosto de 1846. Edição 00178, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pesq=&pagfis=4332 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco, Recife. 13 de janeiro de 1843, p. 02. Edição 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pesq=%22bar%C3%A3o %20da%20boa-vista%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=3749 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo, Recife. 12 de agosto de 1846, p. 03. Edição 172. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pasta=ano%20184&pesq=%22 sr.%20rego%20barros%22%20%22ladr%C3%A3o%22&pagfis=4309 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. **De "Angelo dos retalhos" a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858).** Recife: UFPE, 2016.

CADENA, Paulo. **O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX.** 2018. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CADENA, Paulo. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844).** 2013. Dissertação (Dissertação em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.
CÂMARA, Bruno; CARVALHO, Marcus. **A Insurreição Praieira.** Almanack Brasiliense, n°8, novembro de 2008.

CARVALHO, Marcus. **"Quem Furta Mais e Esconde": O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832 - 1855.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo 150, N° 365, p. 89-110, abril/junho de 1989.

CARVALHO, Marcus **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: CEPE, 2022.

COSTA, Pereira. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.** Recife: Fundação Cultura da Cidade do Recife, 1982.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como - Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo.; CASTELNUOVO, Enrico.; PONI, Carlo. **A Micro - História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Amanda Barlavento. **A Trajetória de Vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 - 1855).** Recife: UFPE, 2016.

GOMES, Amanda Barlavento. **Negócios de família: políticos, traficantes de escravizados e empresários pernambucanos no século XIX.** CLIO: Revista Pesquisa Histórica, Vol. 38, N°. 2 (Jul-Dez), 2020. p. 231-250.

IMIZCOZ, J.M.; KORTA, O.O. Economía Doméstica y redes sociales: uma propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen.** Madrid: Sílex, 2010.

JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. **"O Egoísmo, a Degradante Vingança e o Espírito de Partido": A História do Predomínio Liberal ao Movimento Regressista. (Pernambuco, 1834-1837).** Recife: UFPE, tese de doutorado, 2015.

MARSON, Izabel. **Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político.** São Paulo: Moderna, 1980.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista no Império.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

QUINTAS, Amaro. **Amaro Quintas - o historiador da liberdade.** Recife: CEPE, 2011.

TAUNAY, Afonso. **O Senado no Império.** Brasília: Senado Federal, 1978.
UEMA. CADENA, Paulo. **A DIVISÃO DO PODER: Pedro de Araújo Lima, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque e os Rego Barros entre Pernambuco e o Centro no Século XIX.** Outros Tempos: Pesquisa Em Foco, Maranhão, 11 de mar. 2019.

Acesso em: 22 de out. de 2023. Online. Disponível em: https://doi.org/10.18817/ot.v16i27.678

VAUTHIER, Louis. **Diário Íntimo Do Engenheiro Vauthier 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326570/icon326570.pdf Acesso em: 20 de dez. de 2023.

O MUNDO DO TRABALHO APÓS A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NA DÉCADA DE SETENTA DO SÉCULO XX E DE SEU PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Osnir Silva Santos[52]

RESUMO
O artigo apresenta um panorama crítico do mundo do trabalho, após a crise estrutural capitalista ocorrida na década de setenta do século passado. Teve-se como pretensão investigar a relação de muitos dos problemas atuais no mundo laboral — como a precarização e a superexploração do trabalho — com a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista iniciada em tal período. Para chegar até essa discussão central, apresentamos o conceito de trabalho no capitalismo com base na teoria de Marx (2017). O estudo é de caráter exploratório e adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica. O Materialismo Histórico e Dialético é a base teórica para as nossas discussões e interpretações; os conceitos adotados, foram construídos ou pelo próprio Marx ou por pesquisadores marxistas que estudam a temática. Por fim, chegamos a conclusão que o mundo do trabalho, hoje, ainda sofre impactos da referida crise e da consequente reestruturação produtiva capitalista, desencadeada por ela.

PALAVRAS-CHAVES: Capital; Crises do capitalismo; Mundo do trabalho; Reestruturação produtiva; Trabalho.

INTRODUÇÃO

No início da década de setenta do século passado, uma avassaladora crise estrutural capitalista se abateu sobre o mundo globalizado. Essa ruptura nas estruturas da sociedade do capital pegou muitos de surpresa, depois de um período de prosperidade econômica nos países centrais iniciado no pós-guerras, que Hobsbawm (2014) chamou de a “Era de ouro do capitalismo”. A crise foi sentida logo após os países membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) — Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela — nacionalizar suas reservas e aumentarem o preço do produto no mercado

[52] Estudante de graduação em História pela UESB. Currículo Lattes: https://.cnpq.br/2616702725458553

internacional, em 1973, numa conjuntura marcada por conflitos políticos e militares na região do Oriente Médio.

O fenômeno marcou a falência da social-democracia nos países capitalistas centrais e do chamado Estado de Bem-estar Social, no qual parte da classe trabalhadora galgou melhorias nas condições materiais de existência e a classe dominante bateu recordes de acumulação de capitais. No âmbito da produção, pôs fim à hegemonia do modelo Fordista/Taylorista, dando lugar às formas de acumulação flexíveis, amparadas em novos modelos de organização produtiva como o Toytismo japonês.

Consequentemente, essas mudanças nas estruturas do capital iriam ser acompanhadas por impactantes transformações no mundo do trabalho. Nesse sentido, o artigo discute os seus impactos nas relações sociais de produção, especialmente nas condições de trabalho. Reflete ainda como os efeitos dessa crise ocorrida há cinquenta anos, estão na origem da precarização e da superexploração do trabalho na contemporaneidade.
A pesquisa é de caráter exploratório e de cunho bibliográfico. Primeiro, discutimos o conceito de trabalho no capitalismo; depois, traçamos um panorama crítico do mundo do trabalho desde a década de setenta até os dias atuais, no mundo e também no Brasil; e finalizamos o artigo, traçando algumas considerações finais.

O conceito de trabalho no capitalismo

Ao falarmos sobre o trabalho, antes de mais nada, é preciso destacar que no capitalismo ele assume uma dimensão dialética e é, portanto, possuidor de um duplo caráter. De acordo com Marx (2017, p.124):

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho humana, de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa propriedade do trabalho igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é despendido de força humana de trabalho numa forma específica determinada à realização de um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto e útil ele produz valores de uso.

O trabalho útil, que Marx denomina também de trabalho concreto, foi responsável por tornar o homem em um Ser Social e por humanizá-lo, por assim dizer; pois, "como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho, é assim, uma condição de existência do homem,

independentemente de todas as formas sociais, é eterna mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana" (MARX, 2017, p.124). É, nesse sentido, uma atividade transformadora.

Por outro lado, no modo de produção capitalista o objetivo principal do trabalho é o de criar valores de troca, produzir mercadorias. É muito importante que elas tenham valores de uso, mas quando o capitalista, proprietário dos meios de produção, determina o que deve ser produzido, ele visa exclusivamente o capital a ser transformado em dinheiro, já acrescido da mais-valia, futuramente com troca. Com essa finalidade, a mercadoria *fethiciza-se* e tem

> todas as suas qualidades sensíveis [...] apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nelas representado, e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais distingue uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p. 116).

Desse modo, para consolidação do capitalismo como modo de produção na Europa no século XIX, foi preciso que os trabalhadores fossem destituídos dos seus meios de subsistência. Eles eram geralmente a terra (no caso dos camponeses) ou as ferramentas e a oficina (no caso dos artesãos) e ao serem desprovidos destes meios produtivos, restaram-lhes apenas as suas forças de trabalho. Com isso, se viram obrigados a vendê-las aos capitalistas como única alternativa para sobreviverem. Com efeito, perderam a autonomia sobre seu próprio trabalho, tornando-se trabalhadores assalariados e, com a afirmação da grande indústria, apenas uma apêndice da máquina, subordinando-se ao seu ritmo e ao seu tempo (MARX, 2017).

Ao perder a autonomia sobre o seu trabalho, o trabalhador transformou-se para o empresário burguês, apenas em mais uma entre as outras engrenagens do processo de produção. E, desse modo, se viu obrigado a realizar "eternamente" o trabalho abstrato e estranhado, para geração de valores de troca. Esta forma de trabalho alienado desumaniza o trabalhador, é contrária à sua outra dimensão criadora, isto é, a do trabalho concreto que fez do homem um Ser autônomo.

Nessa perspectiva, com base nas premissas de Marx, aqui já apresentadas, Antunes (2018, p.31, grifos meus) sintetiza bem a dimensão dialética do trabalho na obra *O privilégio da Servidão*.

> [...] o trabalho é também uma atividade vital e *omnilateral*. Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e *unilateralizado*. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato. **Isso porque o sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital.** Aqui reside a dialética espetacular do trabalho, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender.

A dinâmica do capital e suas crises

Reafirmando as premissas teóricas de Marx, David Harvey (2005) aponta o aumento do valor da mercadoria após o processo produtivo, como a principal característica do modo de produção capitalista. Ele considera tudo que é utilizado durante o processo de produção capitalista como mercadoria: as matérias-primas, as máquinas, o espaço da fábrica, a força de trabalho etc. Usa-se, portanto, mercadorias para produzir mercadorias. Mas, dessas mercadorias utilizadas como meios de produção, somente a força de trabalho é capaz de valorizar a nova mercadoria que emerge deste circuito produtivo.

No entanto, no sistema de reprodução ampliado do capital, este entra, inevitavelmente, em conflito com o trabalho, provocando as lutas de classes. Embora Harvey reconheça a existência de outras relações sociais conflituosas na sociedade burguesa, ele afirma, categoricamente, ser a relação capital-trabalho a mais importante “dentro da complexa tecedura social capitalista”.

Segundo o mesmo autor, por conta desse impasse nas relações sociais de produção, o sistema capitalista teve que se tornar extremamente dinâmico e revolucionar sua base produtiva, por meio de inovações tecnológicas, incessantemente. Disso, resulta por um lado, vantagens na concorrência intercapitalista para o empresário burguês individual, que inova frente aos

demais. Aos capitalistas em geral, tal fenômeno permite o controle da mão de obra, porque estas inovações implementadas na plataforma produtiva, causam o desemprego tecnologicamente induzido. Isso, por sua vez, cria um exército de reserva de trabalhadores, forçando-os à concorrência por trabalho entre eles. Fato este que os aleija do poder de barganha na luta com os burgueses por melhores condições e valorização da força de trabalho.

Por outro lado, a incessante inovação tecnológica das forças produtivas, a qual objetiva reduzir a força de trabalho vivo na produção, carrega em si uma contradição; pois,

> O sistema tem de se expandir mediante a utilização de trabalho vivo na produção, enquanto a via principal tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – O crescimento e o processo tecnológico, ambas as parte da circulação do capital, são antagônicas entre si. **Periodicamente o antagonismo subjacente irrompe como uma crise de acumulação plenamente amadurecida, ou seja, rupturas totais do processo de circulação de capitais** (HARVEY, 2005, p.133. Grifos meus).

Isso ocorre porque os capitalistas insistem em não considerar que "o trabalho vivo em oposição ao 'trabalho morto' (personificado e pago com outra mercadorias) é, portanto, a fonte exclusiva de valor real agregado na produção". Em decorrência disso, a reprodução ampliada do capital é instável e incorpora "contradições poderosas e destrutivas", evidenciando a sua "indicação crônica para as crises, que são inevitáveis" e cíclicas (HARVEY, 2005, p.131).

O efeito de tal antagonismo é contraditoriamente expresso no excedente de capital de um lado, e de força de trabalho, do outro. Não conseguindo se conectarem para reiniciar o circuito do capital, geram as rupturas estruturais. A consequência disso é a desvalorização tanto de um quanto da outra. A desvalorização do capital pode ocorrer por meio da desvalorização da moeda na forma de inflação; do não aproveitamento da capacidade produtiva (equipamentos ociosos, por exemplo); ou por meio da desvalorização das próprias mercadorias, tendo de ser comercializadas por preços inferiores ao custo de produção e em alguns casos chegam até mesmo a ocorrer a perda total. Por outro lado, a força de trabalho pode ser desvalorizada por meio do desemprego ou do subemprego, isto é, quando o

preço da força de trabalho cai abaixo do seu valor. Harvey (2005) denomina esse fenômeno de superacumulação.

O geógrafo citado, segue seu raciocínio demonstrando que apesar da inevitabilidade das crises do capital, elas podem ser adiadas, mitigadas e localmente deslocadas. Entretanto, assim como Marx, ele chega a conclusão de que é impossível substituir totalmente o trabalho vivo na produção pela máquina (trabalho morto), algo que as próprias crises do capital, cada vez mais constantes e destrutivas, têm demonstrado.

Se é fato que a incessante inovação tecnológica das forças produtivas desagrega uma grande parcela dos trabalhadores do processo produtivo. Também não se pode negar que essa grande massa excedente de trabalhadores pode gerar instabilidade social; podendo, inclusive, nos momentos mais agudos de crise, explodirem-se em movimentos revolucionários, cuja História tem nos dado algumas importantes amostras. Isso nos evidencia que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, acima apresentadas, são ao mesmo tempo o seu ponto forte mas também o seu ponto fraco; podendo fazê-lo evoluir enquanto também o ameaça, uma vez que pode dar origem a uma ruptura total, culminando com a sua superação.

O mundo do trabalho pós-crise estrutural capitalista da década de setenta e da Reestruturação produtiva

Contestando as afirmativas de alguns teóricos sobre o fim da centralidade do mundo do trabalho na sociedade contemporânea em *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no mundo do trabalho* (2006), Ricardo Antunes defende a tese segundo a qual o trabalho ainda continua como peça-chave na sociedade capitalista. O sociólogo faz essa afirmação, mesmo reconhecendo o fato de que o mundo do trabalho tenha passado por uma série de "mutações e metamorfoses" depois da década de 70 do século passado, em consequência de uma grave crise estrutural do sistema capitalista. Cuja saída foi-lhe uma imediata reestruturação produtiva, com foco na acumulação flexível, possibilitada pela transição a novas formas de organização no processo produtivo como o Toyotismo, por exemplo.

Antunes (2006) também é defensor da tese Marxiana de que é impossível o capital se reproduzir sem a utilização do trabalho vivo no processo de produção. E, respondendo àqueles que como Habermas e Offe, apontavam a ciência, em substituição ao trabalho, como o novo centro do processo produtivo contemporâneo, ele argumenta:

> uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a consequente necessidade de expandir o capital constante. Outra muito diversa, é imaginar que, eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo (ANTUNES, 2006, p.11).

O sociólogo citado tinha em mente, ao fazer essa afirmação, a teoria do valor de Marx, para o qual só o trabalho vivo é capaz de gerar a mais-valia, elemento primordial no processo de acumulação e reprodução do capital, e, por consequência, da existência da sociedade produtora de mercadorias.

Para defender a ideia de que a atual conjuntura não pode ser entendida como o fim da sociedade do trabalho e da classe trabalhadora, como vêm alardeando muitos teóricos liberais, Antunes (2006, 2017) tem que esclarecer a dubiedade intrínseca ao conceito de trabalho. A dubiedade já discutida anteriormente no primeiro tópico deste artigo (e por isso não iremos novamente detalhá-la), desvendada por Marx n'*O Capital*, ainda no século XIX, ao diferenciar o trabalho concreto do trabalho abstrato.

Assim, para Antunes (2006), os que defendem o fim da centralidade do Mundo do Trabalho e até mesmo o fim da sociedade do trabalho, confundem ou não entendem as metamorfoses e as mutações que ocorreram no universo laboral, depois da crise estrutural ocorrida nos anos setenta do século passado. Crise esta que provocou seu imediato processo de reestruturação produtiva. Não obstante, as mutações e metamorfoses não se configuram como uma tendência generalizante e uníssona, mas se deram de forma processual, contraditória e multiforme (ANTUNES, 2006, p.62). Tendo em vista que tal processo histórico,

> [...] Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização do trabalho intelectual; intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência — a intelectualização do trabalho manual — é, em tese, mais coerente e compatível com o avanço tecnológico, a segunda — a desqualificação — mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista e sua lógica destrutiva e com sua taxa decrescente

> de bens e serviços. Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expansiva ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviço [...] (ANTUNES,2006, p.62).

Se por uma lado o autor rejeita a tese sobre o fim da centralidade do mundo do trabalho, por outro, ele reconhece que o universo laboral já não é o mesmo de antes da década de setenta do século passado. Não só reconhece, mas afirma que a chave para compreender este movimento histórico é perceber as articulações dessas transformações, por ele elencadas, com a dinâmica do capitalismo, pois isso permitiu aos capitalistas continuar e intensificar a exploração do trabalho.

Nota-se também que Antunes (2006), prefere o termo "classes-que-que-vive-do-trabalho" para expressar-se de maneira ampliada, ao se referir aos trabalhadores. Isso lhe permite englobar nesta definição também as categorias de trabalhadores que desempenham trabalho improdutivo e/ou imaterial, sobretudo no setor de serviços em franca expansão na contemporaneidade. Do seu ponto de vista, eles também desempenham um papel importante na dinâmica do mundo do trabalho, e, indiretamente, na reprodução do capital.

A complexificação, a fragmentação e a heterogeneização, das "classes-que-vive-do-trabalho" — para usar aqui o termo do sociólogo — é atribuída por ele 1) à intelectualização do trabalho manual, que pode ser percebido no modelo produtivo toyotista, por exemplo; 2) à incorporação dos assalariados médios e do setor de serviço ao mundo do trabalho; 3) à desqualificação de outros setores que se evidencia com a precarização, a terceirização, o trabalho parcial, informal, temporário, subcontratado etc., responsável pela retração do operariado fabril e estável; 4) ao aumento significativo do trabalho feminino e a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho ou ainda a exploração criminosa de trabalho infantil; 5) e a emergência do trabalho social combinado, onde diversos trabalhadores de diversas partes do mundo participa do processo de produção de maneira articulada. Antunes não cita, mas poder-se-ia acrescentar ainda a todos esses fatores, o trabalho análogo à escravidão, presente em muitos lugares, mesmo de forma ilegal, valorizando o capital na contemporaneidade.

Nesse sentido, segundo Antunes (2006), as nefastas consequências dessa reengenharia do capitalismo sob a égide da ideologia neoliberal, na era

da acumulação flexível, têm impactado as formas de organizações da classe trabalhadora. Esses impactos são evidenciados na retração dos partidos de esquerda tradicionais e, sobretudo, no recuo dos sindicatos classistas em todo o mundo. Fato este que provocou uma avassaladora crise no movimento sindical global, o qual se viu forçado a se retrair ao “sindicato de empresa”.

Ao contrário do sindicalismo classista que lutava pela superação do capitalismo e a consequente tomada do poder político, econômico e social pela classe trabalhadora, o sindicalismo que emergiu desse processo de reestruturação no mundo do trabalho foi um sindicalismo de acomodação. A nova palavra de ordem para esse tipo de sindicalismo é ficar na defensiva para a manutenção de direitos adquiridos, afastados das suas bases sociais e burocratizados. Em outras palavras, “domesticar-se” ao capital, já que não há mais como superá-lo. Essa é uma visão fatalista e a-histórica, propagada pelo pensamento neoliberal, cuja hegemonia é percebida ao constatarmos o fato dela ter atingido, de cheio, parte significativa da classe trabalhadora.

No entanto, por outro lado, tem-se de reconhecer os enormes desafios enfrentados por esses líderes sindicais nesta nova conjuntura, a exemplo da tendência generalizada à dessindicalização. Há também de se considerar as dificuldades de incorporar esse novo trabalhador heterogêneo e móvel. Faz-se preciso levar ainda em consideração, o fosso existente entre trabalhadores estáveis e trabalhadores precarizados. Além dos impactos objetivos causados por esta metamorfose no mundo do trabalho, existem também os impactos de ordem subjetiva e espiritual, como a triste tendência à individualização no interior da classe trabalhadora, entre outras, provocando sua fragmentação (ANTUNES, 2006, p.67-68).

Apesar das mutações no mundo do trabalho que tanto têm impactado os trabalhadores, enquanto classe, que só assistiu a intensificação da sua exploração pelo capital nos últimos tempos, o autor de *Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no mundo do trabalho* (2006), ainda acredita que a transformação social só é possível no e pelo trabalho.
Isso quer dizer que para ele, a superação do trabalho abstrato, estranhado, *fetichizado,* que aliena o trabalhador na geração de valores de troca na sociedade produtora de mercadoria, só pode vir por intermédio do ser social que realiza esse trabalho. A conscientização capaz de libertar os trabalhadores das amálgamas dessa forma de organização social que tem por

objetivo exclusivamente o lucro, é uma tarefa ainda da classe trabalhadora, mas uma classe trabalhadora que também mudou. Só ela pode ir de encontro a produção heterodeterminada, que caracterizou o capitalismo, baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de mercadorias, para o mercado e, consequentemente, a reprodução do capital.

Todas essas transformações ocorridas no universo laboral na contemporaneidade, tendo como ponto de origem a década de setenta do século passado, como bem observou Antunes, são partes de uma ampla mudança nas estruturas da sociedade do capital. Faz parte desta conjuntura o fim da chamada “Era de ouro do capitalismo”, a qual assentou-se no imenso crescimento econômico, após a Segunda Guerra Mundial; somado à relativa estabilidade social alcançadas nos países centrais, promovidas pelo Estado de Bem-Estar, donde a classe trabalhadora galgou alguns melhorias nas condições materiais de existência. O fim de tal período foi seguido pelas chamadas políticas neoliberais; à transição do modelo fordista de produção a novos tipos de organizações produtivas; pela hegemonia do capital financeiro frente ao capital industrial; a integração das economias nacionais (“globalização”); e o inevitável desmontes das políticas sociais que havia assegurado alguns direitos aos trabalhadores, ao menos nos locais mais industrializados. A soma desses fatores, constitui o atual cenário no universo do trabalho, apresentando-nos por Antunes (2006).

No Brasil, as relações de trabalho na contemporaneidade são marcadas pela precarização, acompanhando essa tendência global, porém que é ainda mais intensa na periferia do sistema. Tal tendência corresponde a mundialização do capital e a financeirização da economia na Era da acumulação flexível, pós-fordista. A precarização no trabalho se configura nas formas de trabalho terceirizado, informal, parcial, intermitente, temporário, subcontratado, “pejotizado” e, mais recentemente, o que vem sendo chamado de “uberização’, entre outras (BRAGA, 2012; ANTUNES,2018).

As investidas do capital contra os trabalhadores se dão por meio das mudanças nas leis que “flexibilizam” os direitos (um eufemismo para suavizar a o termo retirada); nas formas de assalariamento por produção, de programa de aumento da produtividade por programas de participação nos lucros (PPL); de exigências e pressão para o cumprimento de metas; rígidos controles de qualidade que impõe ao trabalhador mais responsabilidade; do uso do assédio

moral como estratégia de gerenciamento da mão de obra; da extensão da jornada de trabalho por meio das TICs; do uso da própria casa do trabalhador para executar o trabalho e etc. (BRAGA, 2012; ANTUNES, 2018).

Esta intensificação da exploração da mão de obra da classe trabalhadora, além de ocasionar a sua pauperização, é acompanhada por uma série de problemas que degradam cada vez mais as suas condições materiais e morais de existência. Não raro, a superexploração se faz acompanhar por adoecimentos no trabalho, sendo muitos deles de ordem psicológica. Relacionado a isso, a mutilação e a morte por acidentes de trabalho é outro problema constante. Sem contar ainda a perda da autoestima e a desesperança, as quais tem levado muitos destes sujeitos a cometer, inclusive, o suicídio.

Autores como Braga (2012) e Antunes (2007, 2018), vem chamando este novo segmento da classe trabalhadora no Brasil de *precariado*. Mas deixam claro, que ao contrário de outros estudiosos, não consideram o *precariado* propriamente uma nova classe social, e sim uma expressiva fração do proletariado do século XXI. Braga (2012) os caracteriza da seguinte forma:

> identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo (BRAGA, 2012, p.19-20).

Já Pochmann (2020, p.95), aponta também fatores econômicos estruturais como a “passagem antecipada à sociedade de serviços” e a “desindustrialização precoce” da economia nacional, como importante fatores para precarização do trabalho na atualidade, no Brasil. Tais mudanças, com intenso reflexo no mundo do trabalho, segundo ele, foram “exigências” do *establishment* global, para inserção do país na nova ordem mundial globalizada, ocorrida a partir da década de oitenta do século anterior, sob a hegemonia do pensamento neoliberal, representadas pelo Consenso de Washington.

No que se refere a organização dos trabalhadores brasileiros nesse período, na contramão do que acontecia globalmente, houve uma certa efervescência no movimento sindical no fim dos anos setenta e durante os anos oitenta. Nesse período, houve grandes greves e os trabalhadores — por

meio do movimento sindical — lutaram também pelo fim da ditadura civil-militar (1964/1985).

A atuação desse forte movimento do operariado, originado na cidade de Osasco e na região do ABC em São Paulo, ficou conhecido como o “novo sindicalismo”. Esteve ligado à fundação da CUT, a maior central sindical do país, e do Partido dos Trabalhadores, que viria a assumir o Governo Federal, em 2002, justamente por meio de um ex-sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva. Embora houvesse muitas divergências de ordem política no interior desse movimento, ele atingiu todo o país, tornando-se um importante ator político naquele momento e foi um dos responsáveis pela redemocratização do país. Mas ainda no final dos anos oitenta essa efervescência diminui e na década seguinte o sindicatos brasileiros cai também na onda global de retração (ANTUNES, 2007; SANTANA, 2019).

Para piorar a situação, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, ao Palácio do Planalto, acabou atraindo os principais dirigentes sindicais para esfera institucional, junto com outras importantes lideranças populares, desmobilizando não apenas os sindicatos, mas os movimentos sociais no país de forma geral. Os dirigentes sindicais ao migrarem para o Governo, passaram a gerir importantes ministérios e a administrar os milionários fundos de pensões das grandes estatais. A esse fenômeno, em que parte da classe trabalhadora ascendeu à administração política nacional com o consentimento da classe dominante, desde que não ousasse fazer mudanças estruturais, o sociólogo Chico de Oliveira (2010), chama de a *hegemonia às avessas*. O intelectual pernambucano faz alusão ao conceito gramsciano de *hegemonia,* só que invertendo-o. Para ele, este era um novo fenômeno de dominação social do capital.

> Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em seu próprio exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010, p.27).

Isso ainda não era o pior para os trabalhadores brasileiros e sua organização coletiva. A partir de 2016, com a retirada do PT da presidência — com aquilo que seus militantes e dirigentes alegam ter sido um golpe

jurídico-parlamentar — resultando no afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, os trabalhadores e o movimento sindical sofreu mais um articuloso ataque. Trata-se da aprovação da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, eufemisticamente chamado por seus idealizadores de a "Reforma trabalhista". A tal reforma foi na verdade a retirada de direitos dos trabalhadores, conquistados por meio de suas lutas históricas. Mas por meio dela a classe dominante não se contentou em apenas usurpar os direitos da classe trabalhadora, objetivou também enfraquecer ainda mais o cambaleante movimento sindical. Com a alteração do artigo 507-B da CLT, a contribuição sindical passou a ser facultativa ao trabalhador. Com efeito, enfraqueceu as caixas dos sindicatos, limitando, por consequência, o seu já fraco poder de atuação. Houve ainda outras alterações por meio dessa mesma lei, visando o mesmo objetivo. As consequências disso já são visíveis, segundo dados do PNAD/IBGE (2022), o número de trabalhadores brasileiros sindicalizados caiu em 36% nos últimos dez anos no país, enquanto os trabalhadores ocupados subiram em 14% no mesmo período.

Desde a crise estrutural da década de setenta o capitalismo tem se tornado cada vez mais instável e as crises tem sido cada vez mais constantes. A sanha da classe dominante por manter as taxas de acumulação, tem feito com que os ataques à classe trabalhadora tenham sido também cada vez mais intensos. Em países da periferia do sistema como o Brasil, os efeitos desses ataques são ainda mais avassaladores, culminando em crises de todos os tipos, gerando instabilidade social. Como exposto, essa é a realidade do mundo do trabalho desde a década de setenta do século passado, configurando-se numa conjuntura extremamente desfavorável à classe trabalhadora em todo o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a crise estrutural do capital na década de setenta do século passado, depois de um relativo período de prosperidade econômica, ao menos nos países centrais, houve grandes mudanças no mundo do trabalho. Diante da Era da acumulação flexível, os trabalhadores de todo o mundo se viram cada vez mais vulneráveis, mediante a perda de direitos e a fragmentação de sua identidade coletiva.

A referida crise foi seguida por outras cada vez mais frequentes, a exemplo da 2008. A instabilidade e a face autodestrutiva do capital se tornaram cada vez mais evidentes. Apesar da reestruturação produtiva empreendida como resposta à crise dos anos setenta, o capitalismo jamais conseguiu retomar suas taxas de crescimento do período anterior.

As consequências disso para os trabalhadores, foram exatamente nefastas. Elas se traduzem na exclusão de grandes massas do mercado de trabalho, relegando-as ao desemprego estrutural. Aos que continuam inseridos de alguma forma, foram obrigados a precarização e a superexploração do trabalho. Isso pode ser constatado por meio das mudanças nas leis que retiram direitos; de subcontratação por meio de empresas terceirizadas e quarteirizadas; na forma de trabalho intermitente; de trabalho *pejotizado, uberizado*; nas formas de assalariamento por produção, de programa de aumento da produtividade por programas de participação nos lucros (PPL); de exigências e pressão para o cumprimento de metas; rígidos controles de qualidade que impõe ao trabalhador mais responsabilidades; do uso do assédio moral como estratégia de gerenciamento da mão de obra; da extensão da jornada de trabalho por meio das TICs; do uso da própria casa do trabalhador para executar o trabalho; e de adoecimento e acidentes de trabalho. Enfim, daquilo que Antunes (2018), provocativamente, chama de "o privilégio da servidão".

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_______________**O Privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na Era digital. São Paulo: Boitempo, 2018 (versão digital).

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: Do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012 (versão digital).

_______________ Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do *call center*. Periódico on-line. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** 103, Maio de 2014, p.25-52.

BRASIL. **Lei 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a consolidação das leis trabalhistas (CLT) aprovada pelo decreto 5.452 aprovada em 1 de maio de 1943. Diário Oficial da União, 13/07/2017.

BRASIL. **Decreto 5.452, DE 1° de maio de 1943**. Diário Oficial da União, 1° de maio de 1943.

DIEESE. **Terceirização e precarização de trabalho**: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo: Nota técnica n/172, março, 2017.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço.** Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_______ **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Tradução: Jeferson Camargo.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNDA Continua/Características Adicionais do Mercado de Trabalho, 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____________**Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Trad. Florestan Fernandes. Expressão Popolar, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZER, C. (org). **Hegemonia às avessas**: Economia, política e cultura na Era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho. **Ciências e Saúde coletiva.** Vol.25(1): p.89-99, 2020 [periódico na internet]. Disponível em:

http://cienciasesaudecoletiva.com.br...

SATANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do Golpe a redemocratização (1964-1985) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L.A.N. **O tempo do Regime autoritário**: ditadura e redemocratização/Quarta República. Coleção: O brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

PALESTINA A LUZ DE NIETZSCHE E MBEMBE: MOBILIZANDO UMA CRÍTICA DA RAZÃO OCIDENTAL E IDENTITARISMO BRANCO-EUROPEU

Eduardo de Oliveira Gusmão[53]

RESUMO

A obra *Palestina* do jornalista e quadrinista Joe Sacco se trata de uma importante fonte para a compreensão do conflito que acomete as regiões ocupadas da Palestina. Mobilizando Nietzsche, Achile Mbembe e a oba de Sacco, pode-se compreender que o conflito e o regime de opressão ao qual vivem o povo palestino se trata de um tipo específico de conflito colonial de caráter europeu, mais especificamente tendo suas bases em uma forma de percepção da realidade constituída partir de uma Razão Ocidental e Identitarismo branco-europeu que se define a partir do contraste entre o ser e o não-ser e do lugar e não-lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Palestina; Razão Ocidental; Colonialismo; Sionismo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se pretende a partir dos autores Friederich Nietzsche e Achille Mbembe, realizar uma interpretação da obra *Palestina* de Joe Sacco objetivando extrair uma problematização da identidade, no que se refere à Razão Ocidental e o Identitarismo Branco. Tendo no horizonte a escalonada do duradouro conflito entre Israel e Palestina, é importante nos questionarmos quais os atravessamentos das questões étnico raciais desse evento e como isso pode evidenciar o caráter de tais atravessamentos em diferentes contextos.

A obra de Joe Sacco se trata de uma *graphic novel,* ou como o próprio autor prefere definir um “jornalismo em quadrinhos”, em que traz a luz dos leitores a visão pouco explorada pela mídia hegemônica quando o assunto é o conflito entre Israel e Palestina, o lado dos milhares vítimas palestinas. Segundo o autor, a obra é unilateral em retratar o conflito, entretanto, isso

[53]Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

não é um problema visto que o lado israelense já é amplamente explorado midiaticamente. Organizado em forma de mescla entre escrita e desenhos, *Palestina* é resultado do trabalho de campo do autor em Israel e os Territórios Ocupados por dois meses e meio entre 1991 e 1992 que reúne relatos de palestinos da região além de seu próprio ponto de vista etnográfico.

Mobilizando Nietzsche e Mbembe na interpretação de *Palestina* e a conjuntura política atual do Oriente Médio, pode-se perceber a existência de um tipo específico de conflito que se constitui como uma novidade naquele território. Essa particularidade se dá pela importação de uma forma externa de conflito proveniente de uma forma externa de razão tipicamente ocidental.

Falsificação da Realidade e Etnocentrismo: Um processo de constituição da Razão Ocidental

O edifício europeu foi erigido sob uma base fundamental que envolve local e heterogeneidade cultural. Formação de Estados-Nações, delimitação de áreas exploráveis para o capital e os conflitos decorrentes desses processos constituem uma particularidade do mundo ocidental, menos pelos conflitos em si e mais pelas suas motivações e trajetórias até chegar aos fins sangrentos. Após ganhar o Atlântico, as fronteiras da Europa se expandem até limites inimagináveis, e com essa expansão a exportação de uma razão para estar no mundo ou a exportação de um tipo específico de conflito.

O que torna, porém, a Razão Ocidental esse ente particular está na sua capacidade de falsificação da realidade e como é, de forma cognitiva e material, instrumentalizada como ideologia e tecnologia de dominação. “Ele cria sempre o mundo à sua imagem, não pode fazer de outra forma, pois a filosofia é esse instinto tirânico, essa vontade de potência, a mais intelectual de todas, a vontade de ‘criar o mundo’, a vontade da *causa prima*”. (NIETZSCHE, p.26, 2006), assim é a crítica de Nietzsche ao estoicismo, mas que, contudo, se vale a filosofia até o momento em que ele escrevia essa passagem em *Além do Bem e do Mal*.

Nietzsche pode ser tido como um dos principais autores ou talvez o mais importante deles para compreendermos a Razão Ocidental. Através do autor e suas duras críticas, percebemos uma constante na filosofia do ocidente em sua tentativa de apreender a existencialidade através da

tiranizarão sobre os instintos, numa concepção de separação entre homem e natureza, razão e instinto, perde-se de vista a própria realidade. "Nietzsche criticou arduamente a tentativa de pensar a vida a partir de categorias representacionais em nome de uma espécie de subsolo dos instintos e impulsos que constituiria até mesmo o próprio pensamento" (CAMARGO, p.118, 2021). A partir da crítica da separação da consciência e instinto, Nietzsche buscou no corpo o ponto de partida para se pensar a vida. Dessa forma, o autor formula o conceito de "vontade de potência/poder" enquanto categoria de entendimento do movimento da vida e existência em oposição às categorias filosóficas que pensavam a realidade através de representações que partiam de um "eu" consciente.

A vontade de potência se expressa em duas características. Em Nietzsche, potência é algo que se expressa a cada momento e a cada instante até às últimas consequências. Potência também é expressão de força imediata.

> Este vitorioso conceito de 'força', graças ao qual nossos físicos criaram Deus e o mundo, necessita ainda de um complemento: é preciso atribuir-lhe uma dimensão interior que chamarei 'vontade de potência', quer dizer, apetite insaciável de demonstração de potência; ou do uso e do exercício de potência, sob forma de instinto criador, etc. (Nachlass/FP, 1885, 36 [31], KSA 11.563).

Ou seja, a vontade de potência também se expressa não em conservação, mas em elevação de potência. Sobre o pensamento científico até aquele momento, Nietzsche diz que

> bem poderia vir alguém que, com intenção e arte de interpretação opostas, soubesse ler na mesma natureza, tendo em vistas os mesmos fenômenos, precisamente a imposição tiranicamente impiedosa e inexorável de reivindicações de potência – um intérprete que lhes colocasse diante dos olhos o caráter não excepcional e peremptório de toda 'vontade de potência', em tal medida que quase toda palavra, inclusive a palavra 'tirania', por fim parecesse imprópria, ou uma metáfora debilitante e moderadora – demasiado humana; e que, no entanto, terminasse por afirmar sobre este mundo o mesmo que vocês [físicos] afirmam, isto é, que ele tem um curso 'necessário' e 'calculável', mas *não* porque nele vigoram leis, e sim porque *faltam* absolutamente as leis, e cada potência tira, a cada instante, suas últimas consequências. (NIETZSCHE, p.22, 2001).

Vontade de potência ao partir do corpo, é esse processo inseparável da natureza e dos instintos, sendo a consciência até mesmo, segundo

Nietzsche, mais um sentimento ou resultado do embate de forças entre potências. Em tal concepção, o lugar ao qual a razão em sua roupagem iluminista é posta em dúvida. Os processos do pensamento em que colocam uma determinada hierarquia entre razão e emoção seria um processo de falsificação da realidade ao qual também surgiriam regras morais e concepções de bem e mal que limitavam as potencialidades humanas.

A Razão Ocidental, porém, para além da compreensão da vida através de categorias representacionais, buscou uma afirmação da própria existência que, tendo como sustentáculo importante a moral cristã, seu sentido estaria para além da própria materialidade da vida na promessa de salvação e vida após a morte. Contudo, a afirmação de existência perpassou por um questionamento daquilo que é "humano" ou que seria o "humano". Sendo a razão aquilo em separado do instinto, consequentemente uma dualidade fundamental se forma entre homem e natureza. Além disso, a identidade também se torna uma categoria importante dessa dualidade. Em termos da Razão Ocidental, a identidade também se constitui como diferenciação e individualização.

A identidade também provém de um processo de falsificação da realidade tipicamente ocidental, e torna seu caráter mais nocivo em um momento de contato do que está para além da fronteira europeia.

> Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito como o popular, com frequência recorreu a procedimentos de fabulação. Ao apresentar como reais, certos e exatos fatos muitas vezes inventados, escapou-lhe justamente o objeto que buscava apreender, mantendo com ele uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão desenvolver saberes destinados a apreendê-los objetivamente (MBEMBE, p.31, 2022).

A "fabulação" do mundo parte do processo de apreensão da realidade a partir de um "eu" ou uma razão diferenciada, definida pela separação da consciência com a natureza. Nesse processo, existe o "eu" e os "outros". Pode-se dizer que, a identidade branca se constitui e se fortalece afirmando sua superioridade perante o "outro" colocando-o no "estado de natureza permanente". Nessas condições, o identitarismo branco faz a si mesmo em um etnocentrismo extremo e particular, imbuído de amplas virtudes e dotado de uma forma abstrata de liberdade em sacrifício do Resto, pois para existir o "lugar" deve-se existir o "não-lugar".

> Aliás, há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte de suas justificações no velho mito da superioridade racial. Em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o rincão mais "civilizado" do mundo, só o Ocidente foi capaz de inventar um "direito das gentes". Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade de direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano dotado de direitos civis e políticos, permitindo-lhe exercer seus poderes privados e púbicos como pessoa, como cidadão pertencente ao gênero humano e, como tal, interessado por tudo o que é humano (MBEMBE, p.29. 2022).

Em contraste, o Resto segundo Mbembe (p.29, 2022) "constituía a manifestação por excelência da existência objetificada" e a África e o negro em especial, eram "apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada". Assim, o Ocidente estabelece sua própria existência no mundo e alocando para si a responsabilidade de controle do destino rumo a uma universalidade da vida. Entretanto, retirando-se o "outro" enquanto tal, o identitarismo branco é uma instituição anêmica e fragilizada pelo seu próprio caráter de fabulação e intrinsecamente dependente, pois na violência colonial não só busca assegurar sua dominação, mas também perpetuar sua existência. Entretanto, quanto mais expansiva e continuada a violência e o conflito for, mais em risco esse edifício é colocado, ao ponto dessa mesma violência colonial retornar ao colonizador, como grito de ressentimento, sob a forma do nazi-fascismo (CÉSAIRE, 2020).

O sujeito racializado é um sujeito fruto da fabulação, segundo Mbembe (p.28, 2022) a raça "não passa de uma ficção útil", pois não existe enquanto fato biológico ou genético. Entretanto, tal fabulação ganha corpo nas ações objetivas e é no negro e em África que os efeitos dessa fabulação se deixam ver "do modo mais brutal, distinto e manifesto". O sujeito racializado é também o sujeito suscetível ao controle e cujo controle significa segurança da população. "A própria proteção já não pertence unicamente à esfera da lei: tornou-se uma questão biopolítica" (MBEMBE, p.50, 2022).

Palestina e importação da violência colonial: "Eles são como os europeus"

Figura 1- Palestina, p.2

Já no início da obra de Joe Sacco, nos é apresentado a exteriorização do ressentimento de um povo cuja violência e repressão é o novo normal de um cotidiano de guerra constante.

O ressentimento posto em diferentes contextos toma uma dualidade que se converte em tipos diferentes de violência: a violência do colonizado e a violência do colonizador. Diante da brutalidade colonial, o colonizador torna ele mesmo um brutalizado, no sentido de que a violência que pratica o deixa alheio a violência praticada contra si pelos seus conterrâneos. A “ação colonial [...]fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente tende a modificar a pessoa que o empreende” (CÉSARIE, 2020), animalizar-se faz parte do processo de animalização, e isso fez parte do fenômeno donazi-fascismo na Europa. Entretanto, esse mesmo fenômeno também é resultado do ressentimento, segundo Nietzsche, o ressentido é aquele cuja potência é superada por outra força e cuja resposta é um ódio que se volta para dentro, gerando o sentimento de vingança.

O homem acometido por uma violência que atua como uma força externa sobre ele, é arremetido por um ressentimento extremo e impossível de resistir. “Minado pela bílis infecciosa da vingança, debilita-se no sofredor o fôlego que ainda restava para a força defensiva, capaz de repelir o que prejudica” (GIACÓIA, 2013, p. 192). Para o alívio desse sofrimento, cria-se uma imagem de alguém, de um “outro” a quem é despejado a culpa de toda a cadeia de angústia, todo esse processo se dá em nível imagético. Contudo, o

mesmo movimento pode-se encontrar no colonizado, sob justificações diferentes em relação aos alemães perante os judeus, cujo ressentimento provém de uma espécie de inveja, a relação entre israelenses e palestinos é de colonizadores e colonizados. O ódio canalizado aqui não é ao povo judeu, mas a "Israel" enquanto esse ente externo que levou um tipo especifico de conflito a aquele território.

Figura 2 - Palestina, p40

"Uma terra sem povo para um povo sem terra". Nos pormenores do *slogan* sionista a Razão Ocidental dá seus sinais do conflito eminente. Aloca-se aqui o "outro" em um lugar de "não-lugar", torna-o invisível ou menos que um animal, dando margem a uma série de justificações de violência. O apartheid, o colonialismo e o derramamento de sangue tornam-se deveres divinos do "povo escolhido de Deus". Esse próprio título torna-se um fator de diferenciação, um posto intocável de humanidade distante do não-humano ao mesmo tempo perante ele.

> Como já notamos, os árabes, do ponto de vista ocidental, constituíam um povo "atrasado", uma civilização "estranha", que adotava outros deuses, outras vestimentas, outro alfabeto. Os sionistas, ao contrário, eram cidadãos europeus (mesmo quando vinham da Europa Oriental) [...] os árabes eram descritos como uma civilização exótica, distante, habitantes de terras

longínquas, de algum lugar que tinha existência mais forte na fantasia do que em alguma região do planeta. Eram seres desencarnados, que não possuíam história, despojados de seu passado, seu presente e seu futuro. Eram não-seres. (ARBEX JR, José; 2021, p.14).

Figura 3 – Palestina, p.43

Na linha de diálogo dos quadros acima (figura 2) percebe-se que, com a chegada dos judeus europeus, há um movimento de importação da Razão Ocidental e sua mentalidade colonial, que constitui uma novidade no território agora ocupado. A diferenciação entre judeus orientais e ocidentais torna-se compreensível, à medida que os últimos se diferenciam diferenciando do resto. Ao longo da obra, nos é apresentado uma série de situações em que a tentativa de asseguração de um poder é constante, e para além disso, asseguração de controle dos corpos por meio de tecnologias de governo (figura 3). No quadro seguinte, dois palestinos mostram uma documentação o qual são definidas como "cartão verde" e "cartão laranja". O primeiro é a identificação daqueles que foram detidos na Primeira Intifada, em outras palavras, sua identificação de "ameaça em potencial", enquanto o segundo se refere a identificação daqueles que possuem uma "ficha limpa". Constituem assim uma gestão de fluxos e da mobilidade, fundamentada em uma ideologia da segurança e a santuarização do território enquanto "condição estrutural para a segurança das populações" (MBEMBE, p.50, 2022) e para assegurar a dominação.

Em contato com a realidade palestina, através dos relatos percebe-se também um processo de sujeição econômica ao qual os Territórios Ocupados são impedidos de desenvolver sua agricultura e sua indústria,

restando aos residentes se submeterem a trabalhos enquanto mão-de-obra barata em Israel, segundo Sacco (2021) eles são "parte da mão de obra barata conveniente para Israel. Israel dá as cartas na economia e faz regras em seu próprio favor", e aqueles que possuem cartão verde são impedidos de entrarem no país para trabalharem.

O decorrer da obra é marcado por relatos aos quais a violência desmedida se faz presente em constância, mas também a insistência para serem vistos e ouvidos, um apelo à própria existência. As tentativas de apagamento histórico se dão por ver na educação. "Eles nos contam que seu currículo corresponde ao da Jordânia. Os israelenses permitem a entrada de livros de inglês e matemática, mas nada de geografia ou história, por exemplo, que mencione a Palestina" (SACCO, p.48, 2021). Um não lugar também não possui história, quem está alocado na ausência de obra é condenado a estar avulso. É certo que o ser humano possui uma ligação com a terra no qual cresceu e se fez sujeito. Nesses termos, a terra, o território, para além de sua tipificação na forma de propriedade, é o espaço de constituição de memória no qual reside as vivências de um povo. Enquanto tal, constitui-se também como elemento unificador de causas.

Figura 4 - Palestina p.63

Na Terra Ocupada, todos os seus habitantes são feitos sujeitos refugiados e o controle de seu fluxo é justificado. Israel despende forças para se consumar enquanto um Estado liberal bélico e o Território Ocupado um presídio a céu aberto.

Na brutalidade, encontra-se uma tendência mórbida para o povo

brutalizado, “tendia a drenar as capacidades de suas vítimas criarem [ou reproduzirem] um mundo simbólico próprio. Suas energias sendo despendidas, na maior parte do tempo, em tarefas de subsistência, eram forçados a viver suas vidas sob a égide perpétua da repetição” (MBEMBE, p. 267, 2022). Em Palestina, até mesmo a subsistência é dificultada por um dispositivo burocrático que impede a reprodução de uma cultura, como é mostrado no relato de uma família que cultivava oliveiras cuja extração do seu óleo servia tanto para consumo quanto para venda, sendo sua principal fonte de subsistência. Entretanto, soldados israelenses obrigam o pai da família a cortar as oliveiras que ali foram plantadas por gerações. Ao ser perguntado sobre o que sentiu naquele momento, o pai responde o quanto aquilo foi como estar matando um filho. “E essa é só uma gota do oceano [...] Os israelenses cortaram 120 mil outras árvores nos primeiros quatro anos da Intifada... por “razões de segurança”, como nesses casos.... ou para construir a rede de estradas que liga os assentamentos judeus a Israel” (SACCO, p.62, 2021)

Nos quadros seguintes (figura 5), mais relatos de violência sofridas por colonos. Casas depredadas, pedras, cacos de vidro e machados no chão é o cenário da repetição daquela vida ocupada no qual o autor se depara ao chegar em um vilarejo palestino. Para além do ocorrido, existem as denúncias. Denúncias essas feitas para autoridades israelenses, mas uma negligência intencional é a resposta que um povo brutalizado recebe, pois eles são a parcela da estatística apontada como o “problema”.

A inevitabilidade da convivência com a diferença tem implicações que são típicas dessa mesma inevitabilidade, dada a pluralidade de “civilizações”, como preferencialmente alude Césarie, pode se dizer que o outro até poderia ser um complementar. A afirmação dessa pluralidade é um alicerce da insurgência, pois a pluralidade não admite uma linha evolutiva e hierárquica da

Figura 5 - Palestina, p.65

humanidade. A contra insurgência por outro lado, dispondo da máquina perversa do colonialismo e acumulação do capital, acentuará em constância a afirmação da superioridade. Entretanto, é nessa constância, nessa repetição, que a lógica colonial deixa por ver sua anemia e fragilidade. O senhor não dorme, o senhor é paranoico, o senhor tem medo de perder seus braços e suas pernas, o senhor é completamente dependente da opressão que exerce. Evocando Fanon, podemos dizer que o miserável treme de frio, enquanto a criança branca treme por pensar que o outro treme de ódio, que a qualquer momento o outro irá te devorar por conta desse ódio. Essa é uma dialética fundamental entre o opressor e o oprimido. O outro deve ser mantido enquanto "inimigo potencial", essa é a condição imposta pela ideologia da segurança que, principalmente ela, precisa ser reforçada a constância. A morte deve acompanhar o colonizado de tal modo que não se pense em outra coisa.

Em uma determinada sessão da obra intitulada "Ansar III", acompanhamos quadros que representam os relatos de um ex-prisioneiro

palestino no maior centro de detenção de Israel, aberto para atender a demanda gerada pela primeira Intifada. Acompanhamos o processo, desde as chamadas “detenções administrativas” (aprisionamentos feitos sem qualquer julgamento cuja pena mínima é de seis meses, mas que, contudo, podem ser renovados sem limitação por mais seis meses consecutivamente) até a libertação dos detentos. A trajetória em “Ansar III” possui um caráter pedagógico e sensível ao qual observamos como em um laboratório todo o processo do conflito. À medida que o tempo passava e mais detidos chegavam, a comunidade prisional se organizava, a solidariedade se tornava maior para lidarem com aquela situação. Comitês foram formados para organizar a rotina na prisão, como o comitê do chá responsável pela distribuição de chá e o comitê de educação, responsável por organizar palestras sobre temas variados e até mesmo de letramento. Existiam os comitês políticos que representavam as diversas facções dos movimentos populares palestinos, apesar de diferenças ideológicas existia um grau de solidariedade entre os prisioneiros.

Nesses mesmos quadros, também acompanhamos a relação dos presos com os guardas israelenses, relação essa que, depois de um tempo, parecem desaparecer as fabulações de diferenças, as noções do que é o “inimigo”, restando apenas a interação “humana demasiadamente humana”, pelo menos no plano da linguagem. Um dos entrevistados até mesmo comenta que alguns daqueles israelenses não deveriam estar nos postos que ocupam, pode se dizer que por estes não terem internalizado por completo, por via da disciplina

ideológica, a desumanização daqueles a quem foi ordenado levantar o açoite e brandir o cassetete.

A organização e solidariedade e a interação desinteressada dos sujeitos dos dois lados do conflito mostrados na sessão de quadros de “Ansar III” nos mostra a vasão do apartheid,aquilo que a Razão colonial ocidental não consegue eliminar apesar de todos os seus esforços, o “humano demasiadamente humano” que a ideologia da dualidade fundamental não pode apagar pelo seu próprio caráter fabuloso.

Figura 6 - Palestina, p.91

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da obra *Palestina*, pode-se compreender não somente a dimensão do conflito entre Israel e Palestina sob o olhar das vítimas refugiadas, para além disso, é importante compreendermos suas especificidades mais internas que em muito estão ligadas a uma mentalidade colonialista cujas bases fundamentais estão em uma racionalidade ocidental e um identitarismo branco dos quais os efeitos na materialidade está na estruturação racista dos Estados liberais modernos. Israel constitui um dos principais investimentos dos Estados Unidos para ser sua influência dentro do Oriente Médio. A operação colonial sionista possui em seu alicerce capital estrangeiro e sua expansão continua sendo um bom negócio. A economia da guerra não sustenta somente o conflito em si mas garante infraestrutura e bem-estar social às economias dos países agressores. A compreensão dessa racionalidade abre possibilidades de corrosão do mesmo e consequentemente a corrosão do identitarismo branco e o seu pacto narcísico.

REFERÊNCIAS

ARBEX JR., José. **Prefácio da Edição Brasileira.** In: SACCO, Joe. *Palestina*. Trad. Cris Siqueira, São Paulo: Veneta, 2021.

MBEMBE, Achille. ***Crítica da Razão Negra*****;** Trad. Sebastião Nascimento, Paris: Éditions La Découverte, 2013, 2015; n-1 edições, 2018.

CESÁIRE, Aimé. ***Discurso sobre o colonialismo*****.** São Paulo: Veneta, 2020. CAMARGO, Gustavo Arantes. **Liberdade e Vontade de Potência na Filosofia de Nietzsche.** *Cad. Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v.42, n.3, p. 115-146, setembro/dezembro, 2021. GIACÓIA, O. *Nietzsche: O Humano Como Memória e Como Promessa*. Petrópolis: Vozes, 2013.

NIETZSCHE, F. *Fragments posthumes*. ***Automne 1885 - automne 1887. Oeuvres philosophiques complètes, XII***. Textes et variantes établis para Giorgio Colli et Mazzino Montinari. Traduits de l´allemand par Julien Hervier. Paris: Galimard, 1978. 12 *Além do Bem e do Mal*. Trad. Paulo C. de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SACCO,Joe. *Palestina*. Trad. Cris Siqueira, São Paulo: Veneta, 2021.

A VELHICE NA ESCRITA DE SIMONE DE BEAUVOIR E ECLÉA BOSI: INFLUÊNCIA PARA A LUTA DA LBA NO BRASIL ENTRE 1980 E 1985

Andreza Jucelly Severina da Silva[54]

RESUMO

Tem-se como objetivo realizar uma análise historiográfica da temática velhice e envelhecimento no decorrer dos anos 1980. A influência do escrito "A velhice" de Simone de Beauvoir permitiu a inclusão do debate sobre o processo de exclusão do idoso na sociedade capitalista. E, de maneira geral, se percebe nos dados escritos da geriatria, da psicologia, da biologia e serviço social, a direção para compreender o envelhecimento como fator natural da vida humana. Autoras como Ecléa Bosi dialogam com Beauvoir a respeito da luta de classe e a indispensabilidade da ação de negação dos direitos da pessoa idosa que se relacionava a uma lógica higienista por médicos no século XIX.

PALAVRAS CHAVES: Velhice; exclusão social do idoso; LBA; Simone de Beauvoir; Ecléa Bosi.

INTRODUÇÃO

Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir nasceu em 9 de Janeiro de 1908. Formou-se em filosofia em Sorbonne, entretanto, sua obra é mais conhecida no campo do feminismo, principalmente a partir dos dois volumes titulados de "O Segundo sexo". O livro "A velhice" foi escrito em 1970, época em que estava com 62 anos. O livro A velhice é composto por dois volumes intitulados: A velhice-realidade incômoda, e A velhice - as relações com o mundo. A primeira parte do livro expõe a visão do ponto de vista da exterioridade, tópico que expõe o nascimento do estudo da velhice e do avanço da geriatria pelo mundo. Além disso, o capítulo I fala da velhice biológica, o II dos dados etnográficos sobre a velhice e a IV parte fala da

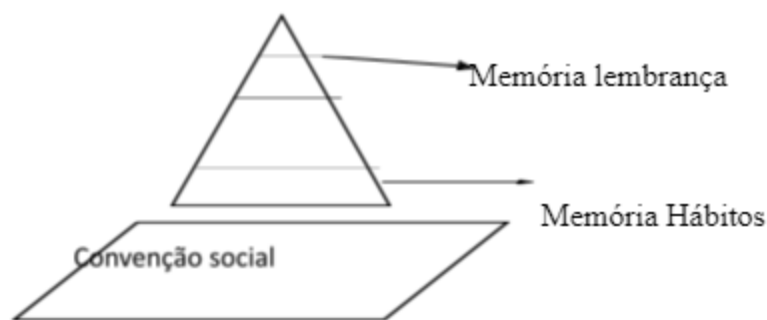
[54] Bacharel em História na UFPE, e aluna do curso de Licenciatura em História UADTEC-UFRPE.

velhice na sociedade hoje. Tanto os dados etnográficos quanto as representações do envelhecimento em sociedades capitalistas enumeram a discrepância do pensamento do que é ser um ancião e como cada etnia trata seus parentes. O problema apresentado por Simone na primeira parte do livro indica a possibilidade da superação do escândalo da exclusão do idoso, que revelava as referências da ideologia higienista no trato com o outrem no Ocidente no século XIX. Sem esquecer-se da menção a uma prática da afirmação da senilidade e da hostilidade para todos os indivíduos de cabelos brancos, eclipsando a luta de classe entre jovens e pessoas de idades avançadas. Por outro lado, foi só com o avanço da biologia na contemporaneidade que o envelhecimento passou a ser entendido como fator natural da vida humana.

Ressalta-se que foi apenas com o avanço das políticas públicas e o estatuto do idoso que houve uma mobilização social para a inclusão da 3ª idade, isso explica o porquê de não haver uma resolução da questão do idoso no livro de Simone, pois foi só apenas na década de 1990 que a sociedade e grupos da gerontologia buscaram por mais assistência e direitos “aos velhinhos”. É indispensável à obra de Simone, porque é a partir dela que as críticas passam a fluir, e muitos outros pesquisadores se moveram em busca de dar voz e representabilidade àquelas pessoas asiladas. A exemplo disso, muitos movimentos sociais, como a Legião Brasileira de Assistência, estiveram a todo o momento buscando pela cooperação de instituições particulares e públicas para atender as demandas dos indivíduos desassistidos pelo órgão de aposentadoria no Brasil. Embora essa luta tenha sido alcançada depois do avanço da medicina e dos estudos aprofundados sobre o corpo humano, não foi descartada a autoridade ideológica negativa sobre a imagem do velho e do envelhecimento.

A própria Simone de Beauvoir ficou horrorizada com o trato dos anciões nos asilos da França, constatando que mesmo havendo aposentadoria, o dinheiro mal dava para o indivíduo ter uma vida digna e pacata. E o escândalo era tão grande que a autora afirma haver ali, naqueles asilos, um estratagema para silenciar os anciões. Já Ecléa Bosi, no início do seu livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos" divide a obra em 4 partes. A primeira e a segunda parte constroem uma leitura teórica sobre a memória e a velhice, da socialização à construção do passado. Nessa parte, a autora conta que o

idoso é visto como ultrapassado, um ser inativo em uma sociedade capitalista que valoriza o mecanismo do trabalho manual (BOSI, 2004). Existe então a falta de reciprocidade e uma relação de banimento social, mas essa falta de empatia se choca com as palavras de Simone, no questionamento sobre o lugar social do idoso. Ecléa por sua vez responde que o idoso é um receptáculo de experiências de um povo, todavia, com o passar do tempo, as pessoas banem seus parentes e se apegam a *fake news*. Não diferente dessa afirmação, Ecléa aponta que existe uma grande diferença entre os cronistas e os "cientistas". O segundo grupo apenas fica navegando pela superfície das coisas, fator que pode ser confirmado a partir das interpretações da velhice nas obras de Galeno. Em outras palavras, Galeno considerava a velhice como algo intermediário entre a doença e a saúde, onde as funções fisiológicas estavam determinadas pela teoria dos Humores. E devido a isso, o Ocidente copiou os textos de Galeno, considerando o apego à higiene e a senescência (DE BEAUVOIR, 1976). Esses cientistas do século XIX se baseavam em uma medicina jovem, sem ao menos ter acesso a um estudo mais minucioso sobre a biologia do corpo. Diferente dos cientistas, os cronistas narravam a história de uma nação, muitos deles detinham do poder para compor um grupo de mestre anciões. Na África, por exemplo, os Grios eram idosos respeitados, capazes de controlar as forças da natureza e fazer chover. Na cidade grega Esparta, o grupo de anciões representava as cadeiras dos mestre da guerra. Toda decisão de guerra deveria passar pelos conselhos deles e dos Deuses do Oráculo. Ecléa afirma que a função do velho é lembrar e aconselhar, mas a sociedade capitalista impede o ato de lembrar, tornando as pessoas de 60 anos como mera mão de obra desvalorizada (BOSI, 2004).

Outro ponto imprescindível no livro de Ecléa é o desdobramento do debate entre memória hábitos e memória lembrança. Ela faz uma breve releitura do filósofo Bergson e suas interrogações sobre o comando do cérebro no ato da memória, traçando um diálogo ainda mais rico a respeito da forma com que a sociedade absorve as convenções sociais das instituições.

Fonte: Autoral,criada a partir da leitura do livro de Ecléa Bosi.

A imagem acima expressa a operabilidade das duas memórias na sociedade, todavia, na base há contato direto com as convenções sociais. Essas convenções são as leis de conduta, padrões de comportamento, julgamento de quem pode ser inserido ou não em comunidade. Apenas as instituições familiares, médicas, do dispositivo do poder podem estabelecer quem é ativo ou não na sociedade. Ecléa parte do entendimento da ação neuromotor do corpo humano em ação, representação e comando. Em outras palavras, nosso corpo dá uma resposta às ações da natureza, e essa resposta pode ser positiva ou negativa, pois o cérebro tende a memorizar ações que são mais repetidas no cotidiano. Já as ações pouco representadas pelo corpo acabam se distanciando das convenções sociais, porque podem ser facilmente esquecidas pelo cérebro.

A memória lembrança está mais perto do inconsciente, do ato da experiência única de vida, mas a memória hábito se aproxima cada vez mais das percepções motoras e das convenções sociais. Se o corpo dá uma resposta a ação da natureza, as próprias estereotipias produzidas pelas sociedades industrializadas podem naturalizar o banimento social dos idosos. Na verdade, a repetição do discurso da senescência pode estar no ato do processo de longa duração de uma prática da visão do outro para o envelhecimento. E por isso, a repetição de estereótipos ligado à velhice pode ser facilmente fixada através da memória habitual, enquanto a lembrança se torna algo amargo e repudiado pela lógica da beleza inacabada.

Se houve um momento em que o ancião tinha status social, não seria ilusório afirmar que a severa superação do novo pelo velho está em uma determinação animalesca, o que torna clara a discrepância das relações

sociais em determinados contextos históricos. E devido a isso Simone denuncia a falta de humanidade, a vil política de banimento do outrem e da lógica social da lei do “mais forte”. Nas palavras de Ecléa essa denúncia se torna mais clara em:

> Nos melhores aprendizes a gratidão acompanha o sentimento da própria superioridade em relação ao velho. Mas o comum dos aprendizes, enquanto a fonte doadora esgotou seus benefícios, volta-lhe as costas e busca outras fontes. Isto é humano, dirão, é a lei da superação da geração mais velha pela mais jovem, ou será desumano, próprio de uma sociedade competidora, onde já se perdeu o gosto inefável da individualidade de cada pessoa (BOSI,2004. p. 76)

Nos dados etnográficos utilizados por Beauvoir, se tem brevemente o apego pelo abandono do velho pelo novo, até a chegada do momento que um ser adulto desferiu um golpe em seus parentes. Claro, o medo de vagar no mundo dos mortos como moribundo era temido, principalmente porque havia a associação do velho com a doença. E esse repudio ficou tão agudo que o próprio ancião optava pelo suicídio ou o seu próprio banimento social (DE BEAUVOIR,1976). Desta forma, nota-se que a exclusão do outro não é uma prática atual, mas é dever do pesquisador observar como cada sociedade organizou suas famílias, evitando erros de interpretações do ontem com o hoje. De certo modo, esse apego pela barbarização da vida após os 60 anos se tornou mais complexa na contemporaneidade, principalmente devido à forte queda da taxa de mortalidade e o crescimento populacional nas cidades. Depois, os próprios centros urbanos se viram rodeados pela mendicância e pela lotação dos asilos em todas as regiões. Mas tarde, o próprio descaso dessas pessoas nos asilos levou ao questionamento de muitos intelectuais sobre o porquê de se ter tanta gente abandonada por seus familiares. Outro aspecto a ser salientado é a fundação da escola geriátrica e da gerontologia junto aos movimentos reivindicatórios da Legião Brasileira de Assistência (LBA) nos anos de 1980. Partes dos intelectuais recusaram o apego a uma política que não atendia as demandas dos trabalhadores, que nunca poderiam escapar da velhice. A aposentadoria estava sob-reforma, mas o povo vivia na sombra do medo de depender da Santa Casa de Misericórdia e da caridade. Por outro lado, foi a partir da ação da LBA e dos Centros Sociais Urbanos (CSUs) que se deu um passo para estabelecer uma possível mudança nas estruturas de opressão social, uma vez que havia a chance de ter uma cartilha internacional sobre o envelhecimento em 1982. Para se tornar efetiva essa cartilha, os grupos geriátricos e pesquisadores beberam da fonte do livro de

Simone de Beauvoir e passaram a expor o que a sociedade fazia com os seus semelhantes dentro de cada asilo. A partir daí buscou-se pela descontração do conceito de velhice no mundo, embora fosse só apenas com a segunda Assembleia Mundial da Velhice que o Brasil se moveu para criar um estatuto do idoso. Esse atraso apenas revela o quanto foi árdua a luta para se ter direitos e inclusão social das pessoas de idade mais avançada. Vale esclarecer ao leitor que esse artigo apenas abordará a influência de Simone e Ecléa no decorrer dos anos 1980, pois é nessa época que acontece a 1ª Assembleia sobre o envelhecimento, e o avanço das ações sociais da LBA.

A LBA foi fundada em 1942, época do governo Vargas. Muitas mulheres faziam parte dessa instituição sem fins lucrativos, inclusive a primeira dama era a diretora do órgão. O objetivo estava na caridade e na ajuda das pessoas desprotegidas do Estado, como crianças abandonadas e idosos “largados” na rua. Depois a secretária Léa Leal passou a ser presidente da LBA nos anos 1980, quando a mesma tivera completado 62 anos de idade. Ela era forte em suas palavras, sempre encabeçada em algum congresso ou envolta das negociações junto ao grupo Geriátrico em Brasília. Lea não vivia apenas para escrever sobre o desabo de ter 62 anos em uma sociedade que discriminava qualquer sinal de fragilidade. Assim como Ecléa, a presidente da Legião Brasileira de Assistência visava conscientizar e criar espaços de socialização para os idosos. Temas como o envelhecimento biológico e saúde cresceram nos congressos nacionais. Não bastava conscientizar, e sim pensar o que fazer com aquele amontoado de "velhinhos" que vivem, volta e meia, soltos na rua. O que antes era visto como forma de afastamento social, nos anos 1980 era motivo de revolta e descontentamento.

A função da escola geriátrica

Para os gregos a origem do mundo estava na água, no fogo, no cosmo. E esses elementos faziam parte do corpo, que com o tempo perdiam o vigor. Para Hipócrates, a velhice representava as quatros estações do ano, sendo mais perceptível na idade de 56 anos (SIMONE, 2018). Além disso, ele acreditava que o velho precisava de menos comida, associava a esses indivíduos o status de doença e vulnerabilidade. O discurso era tão limitado, pífio no trato com a investigação do corpo e com a vida dos indivíduos de idade avançada. Por

outro lado, a Medicina Moderna não buscou atribuir ao envelhecimento uma designação higiênica, como fez Galeno até o século XIX. Antes do nascimento da geriatria, parte da massa popular se dedicava à saúde da criança e juventude. Não havia um órgão específico que tratasse da velhice ou grupo especializado que evitasse o banimento do outrem. O próprio historiador Philippe Ariès destaca que havia inúmeras mortes de crianças, mas o idoso sempre era aquela pessoa presa ao lar, que tomava conta dos afazeres menores. E nesse contexto do Antigo Regime Francês, os jovens eram jogados no mundo adulto, não aprendendo a valorizar seus velhos (ARIÈS, 1978). Fator que justifica a falta de apego e o desprezo com os ritos de passagem da vida adulta para o ciclo de ancião.

Simone considera que o asilo da França "Salpêtriere" tenha sido a primeira instituição geriátrica onde realizou um vasto estudo sobre a velhice. Ao mesmo tempo, o crescimento do índice populacional de pessoas idosas na França estimulou a pesquisa ou tratados sobre o processo de envelhecimento. Charcot, por exemplo, estudou a frequência de pulsos e o ritmo da respiração do corpo de anciãos.

Depois Geist publicou uma síntese de tratados geriátricos. (SIMONE, 2018).Em 1903, Metchnikoff criou a ciência denominada de gerontologia. Destaca-se que a palavra gerontologia vem do grego géron e logia (Estudo do ancião), que se tornou ciência imprescindível em épocas de transformação social e o apego a negação da atuação da visão da decadência e da degeneração do envelhecimento para o idoso. (MATHEUS, 2013)

Em 1909 Ignatz Nascher ao visitar um asilo como estudante ouviu uma velha se queixar que os médicos a tratavam como pediatra. Depois dessa inusitada visita, Nascher fundou a geriatria, estimulando pesquisas biológicas sobre o envelhecimento ao ponto de fundar a sociedade geriátrica de biologia sobre o envelhecimento (MATHEUS. 2013). De 1950 para 1990 houve um aumento nas pesquisas sobre a longevidade, sobre as necessidades sociais associadas ao envelhecimento. Nascher é considerado o pai da geriatria, em especial, devido sua influência com o alargamento dos estudos sobre os aspectos biológicos do envelhecimento, o que ocasionou no surgimento da gerontologia. Frisando-se que foi a partir dele que ocorreu a quebra com o paradigma relacionado ao dogma da senescência por falta de higiene.

Tem-se o atraso das pesquisas geriátricas a partir da:

1- A lentidão acerca do estudo sobre o envelhecimento e a velhice;
2- A política envolvida em uma urbanização desenfreada, junto com as prerrogativas de uma assistência para a infância;
3- Precariedade social. Uma sociedade organiza os indivíduos de acordo com a economia, religiosidade e política. Apenas com o rompimento da medicina rústica higienista que se pode haver sucesso nas investigações geriátricas.

No Brasil, a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), em 1961, tinha o objetivo de estimular obras de amparo ao idoso, como os Centros Sociais Urbanos.

Em 1974, o governo interviu com ações diretas sobre o Instituto Nacional de Previdência Social, o que em 1984 passava por mudanças internas, promovidas pelo Ministro Jarbas Passarinho. A reforma falava de aposentadoria por tempo de serviço, da carência por aprofundamento da política assistencialista. Quem não conseguia se aposentar acabava sendo jogado na Santa Casa de Misericórdia. Nessa época a portaria teve que ser revogada, visando à integração social do idoso. Membros da LBA batiam de frente com o governo, lutavam por mudanças internas. Em primeiro lugar, para retirar o resquício de uma política de assistência rasa propagada pelas leis da época da ditadura. Buscava-se por direitos à saúde, educação, assistência de qualidade, mais hospitais.

A Associação Cearense Pró-idoso (ACEPI) é considerada umas das primeiras instituições de cunho reivindicatório. Ela operava em conjunto com o Governo Federal. Já a (COBAP) Confederação Brasileira de Brasileiros e Aposentados esteve presente dentro do quadro de reivindicações. Em todo caso, a geriatria no Brasil esteve muito próxima do contexto de mudanças sociais dos anos 1980.

A velhice em Ecléa Bosi e Simone de Beauvoir

Ecléa Bosi foi professora emérita do instituto de psicologia da Universidade de São Paulo (USP) Publicou o livro “Memória e sociedade: Lembranças de Velhos” em 1979. Da introdução à conclusão de sua obra se tem um apelo de pela inclusão social “dos velhinhos”. Ela militou, bebeu da

fonte da indignação que sentia sobre o mal estar da civilização para os velhos, incentivando a inclusão, que depois inspirou a USP em 1994 a acolher pessoas com idades superiores a 60 anos nos cursos regulares. A escola Aberta para a Terceira Idade, e a militância de Ecléa faz de sua obra uma preciosidade para o mundo. É uma tentativa de romper com os paradigmas do envelhecimento na sociedade moderna, acentuando uma linha crítica para o banimento social e o distanciamento dos jovens para os idosos. Para ela, a imagem do passado pode ter o poder do conselho, da representação motora do corpo em resposta ao questionamento do jovem para alguma fonte do passado. Essa fonte navega pela curiosidade, pela necessidade de pôr em ação as experiências dos antepassados de uma família. O não lembrar é considerado uma doença, a "demência" e a fragilidade. Quando o ancião detém a fonte da experiência, os jovens ficam ao seu redor, buscando aplacar com a curiosidade, tornando futuros representantes de seu povo. No entanto, quando o idoso tem sua finalidade esgotada, acaba se tornando presa fácil, pois é o momento em que o jovem toma seu lugar no ciclo governamental (BOSI, 2004)

Entende-se que a visão do idoso em Ecléa está tecida no relato do processo do banimento do homem no mundo moderno. É uma época de sofrimento, de carestia de vida, quando a vida-ativa choca-se com a competição do trabalho. A indústria cria uma caricatura para o homem velho, distanciando-os dos jovens, preferindo chamá-los de fracos e moribundos. A autora traz relatos de velhos moradores de São Paulo, conseguindo dar uma função social para o narrador na Modernidade. Eles se tornam agentes de suas histórias, deixam de ser silenciados pelos mecanismos opressores dos mercados consumidores. Na verdade, metade do livro "Memória e sociedade" constrói uma metodologia investigativa aprofundada a respeito do papel do idoso, como eles reagem em contato com o cotidiano e sua função social.

A velhice na sociedade industrial pode ser definida em:

- Uma categoria social;
- Não ativa;
- A sociedade rejeita o velho, não oferece assistência ou a continuidade de sua obra.

"O velho não é como entre os artrópodes, o indivíduo que não é mais capaz de lutar, mas aquele que não pode mais trabalhar e que se torna uma

boca inútil" (SIMONE,1976 p 43). Ambas as autoras entram em consenso quando designam o papel do ancião nas sociedades históricas. Por outro lado, tem a luta do jovem para tomar o poder, a honra que um alfa detinha sobre sua tribo. De antemão, compreende-se que a tomada de poder está no processo pela exploração do trabalho. Dois relatos devem ser exaltados aqui, um sobre o príncipe Sidarta Buda, que aparece na introdução do livro à velhice, e outro sobre a derrota do rei Psamênito para os Persas. São histórias que traçam um estratagema da velhice e do papel social do ancião nas sociedades diversas.

O príncipe Sidarta vivia no castelo, rodeado de privilégios, da ociosidade que a riqueza proporciona. Um dia, como qualquer outro, ele decidiu passear de carruagem pela cidade. A desobediência do príncipe representa a falta de experiência de vida que ele possuía, e uma ignorância por ter rejeitado conselhos de seu patriarca. Ele não ouvira seu pai, muito menos deu importância para as reclamações de alguém que possuía uma maior vivência de vida. Foi no momento que o cocheiro parou a carruagem em frente de um espectro adoentado. Que horror! Disse o príncipe, acusando o velho de decrépito e bêbado. Esse desconhecimento é a face da negligência que a jovem expressa para a velhice, negando-a ou desejando nunca alcançá-la.

O relato do rei egípcio Psamênito foi retirado do ensaio de Benjamin "o narrador". Nele, o rei se vê cabisbaixo, humilhado pelas tropas inimigas. Suas provisões alimentares se sucumbirão pela sede de sangue dos Persas. Ele viu sua família desfilar em um cortejo fúnebre, como formigas sendo esmagadas por um rochedo. Mas o rei, em um momento específico, se desespera e chora. Ele tinha visto um servo ancião na ida para a morte, e por um instante, pensou que a história do seu povo seria apagada do universo. O idoso nesse relato era representado como o mestre da memória, da magia, o sacerdote da vida terrena e da morte.

Há uma peculiaridade entre os contos, o primeiro fala da negação do outro, e como o olhar de autoridade faz com que o próprio idoso rejeite sua condição de velho. Essa aversão depende da relação que o jovem projeta para os seus semelhantes. Já o segundo relato, bem descrito por Ecléa, existe uma maior valorização dos homens de cabelos grisalhos. Ambos os trechos se relacionam, mostram como ocorre o banimento do velho, principalmente com o decorrer do progresso da modernidade.

Os tantos relatos etnográficos narrados por Simone esclarecem que a exclusão do outro não é algo atual, todavia a perversidade moderna cria um fetiche pela beleza em relação a uma negação das tradições familiares. A epopeia dos mortos, documento etnográfico de uma nação chamada Ossetos, faz parte de muitos relatos surpreendentes do culto à morte dos idosos. Para uma "tribo" baseada no trabalho coletivo, ter alguém que não produz, significa ter atraso e a chance de ser facilmente invadido por outros povos nômades. A familia dos Ossetos era dividida em 3 membros, e para retirar o peso da responsabilidade dos seus velhos, realizavam um imenso banquete, chamada de "Assembleia do assassinato dos velhos" e lá espancavam ou os envenenavam. Em outro relato, a situação do ancião era diferente. Os mongóis respeitavam e sentiam um pavor dos xamãs das tribos. Nessa tribo, o idoso possuía terras, poder militar e político, além de ser o mestre da memória e da lembrança familiar. As idosas, sempre hábeis no cuidados dos netos, eram muito veneradas pelos jovens (BEAUVOIR,1976). O fim das relações familiares foi iniciado com a colonização, pois a chegada do homem branco segregou o povo. Não diferente, o capitalismo afastou pais e filhos. O ato natural do envelhecimento é notado como doença grave para a sociedade moderna. Nem mesmo o Estado conseguiu propor uma política de aposentadoria capaz de dar uma vida tranquila aos velhos. Entender o passado permite a reflexão de que o sofrimento do idoso não é algo atual, mas que a exclusão deles sempre existiu.

A escrita das autoras esteve perto do cataclismo social do Brasil pós-ditadura militar. Foi nos anos 1980 que a Assembleia do envelhecimento e do idoso ocorreu pela primeira vez em Viena. Época que a LBA promoveu tantos debates, que inclusive direcionou inúmeros passos para Brasília. Falar do contexto político, cultural, social dos anos 1980 significa dar corpo aos questionamentos de Ecléa e Simone, até porque elas viviam seu esplendor da velhice. Depois, se tem uma influência massifica da fonte de Simone para os manifestantes pró-envelhecimento no Brasil.

A Legião Brasileira de Assistência e seu papel em 1980 e 1985

O Brasil dos anos 1980 é marcado pela luta de redemocratização política após um período turbulento da ditadura militar. Pessoas pediram por diretas já,

por reconhecimento de direitos políticos, sociais, econômicos e culturais. Nessa altura do campeonato, era inegável esconder a dívida externa (FMI) que o Brasil tivera contraído com os Estados Unidos. E devido essa dívida que os projetos de políticas públicas atrasaram seu desempenho no critério inclusão do idoso, o que veio a ter espaço apenas com o decreto da Política Nacional do Idoso (PNI) em 1994. Internacionalmente, o debate sobre o crescimento populacional chegava à pauta da Organização das Nações Unidas. "A assembleia de Viena foi o primeiro fórum de âmbito mundial e resultou na aprovação de um plano global de ação" (OLIVEIRA; AMÉLIA, p.17).

Foi em 1982 que os olhares do mundo se voltaram para a tão desejada cartilha do plano de envelhecimento. Até então, o tema era negligenciado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Pensava-se na aposentadoria nas medidas que cada nação deveria seguir para incluir os idosos na sociedade. Essa Assembleia se referenciou na Conferência dos Direitos Humanos realizada em Teerã, em 1968 (OLIVEIRA; AMÉLIA, 2016).

Destaca-se que a Assembleia de 1982 foi dividida em 66 recomendações, plano que destaca: Saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem estar social, previdência social, trabalho e educação. Cada recomendação buscava promover a independência e fortalecimento das condições do idoso na sociedade (OLIVEIRA;AMÉLIA, 2016). O papel do Brasil sobre o debate das políticas públicas para o idoso foi tardio, e mesmo com a Assembleia Mundial sobre a velhice e o envelhecimento, muitos foram os relatos da falta de respeito dos jovens por seus idosos. Ao mesmo tempo, inúmeros grupos geriátricos participaram da luta por conscientização e mais respeito às pessoas idosas. Já o papel da LBA em cada entidade pública e particular foi efetivado com debates, seminários, congressos e inúmeras manifestações pró-inclusão do idoso. Em tese, o cenário destacava a importância de preservação da saúde do ancião, causando um estopim de várias reportagens sobre a necessidade de amar e respeitar os avós. Muitos dos enunciados do Jornal Diário de Pernambuco falavam sobre o descaso e o papel da Legião Brasileira de Assistência. Claro, não será possível expor todos os relatos de jornais, apenas alguns trechos serão trabalhados, como a importância dos

Centros Sociais Urbanos, o Serviço Social Agamenon Magalhães (SSAM), a obra da presidenta Lea Leal em frente da LBA.

A LBA foi inaugurada em 1942 pela primeira-dama Darcy Sarmanho Vargas, que intitulou a instituição inicialmente de Legião de Caridade Darcy Vargas. Nessa época a LBA tinha o intuito de ajudar órfão, debilitados e recém-chegados de guerra. Lea Leal era secretária da instituição, vivia muito próxima dos representantes políticos. Fator que ajudou na barganha de concessões do Estado para ampliar o órgão para outros estados federados (MORAIS, 2013). A participação feminina era marcante nos grupos de caridade, mas a Legião não se marcou apenas com doações e algumas faces da burguesia. Já na década de 1970, o objetivo da instituição estava em dar amparo social aos idosos do país. Promovendo a conscientização das massas, atuando com o provimento de novos estabelecimentos médicos e moradia para os velhos. Tinha em especial a manutenção da inclusão social, sem esquecer o apoio de médicos, estagiários, psicólogos e assistentes sociais.

Os indivíduos encabeçados na Legião Brasileira de Assistência bebiam da fonte de Simone de Beauvoir, pois reafirmam a todo o momento que a aposentadoria não nutria dignamente com a vida na velhice. Confirmava-se que o capitalismo era perverso para o idoso, sendo sempre deixado de lado. Por outro lado, a direção das instituições de assistência seguia a orientação de criar mais ambiente harmonioso para seus conterrâneos.

As CSUs (Centros Sociais Urbanos) fazem parte de um programa de valorização do idoso, elaborado pelo serviço social Agamenon Magalhães (SSAM). O presidente da SSAM, Murilo Guerra, lançou o slogan “O homem idoso precisa de sol, amor e teto” para implantar as CSUs em toda região metropolitana do Recife. Naquele momento, de maneira geral, era importante dar aos anciões algum tipo de assistência médica, odontológica e atividades recreativas. E essas atividades sócio-recreativas possibilitaram a reintegração do idoso na vida profissional, familiar e comunitária. No governo de Marco Maciel em Recife, o plano do serviço de assistência social esteve totalmente ligado ao programa de conscientização do público para a valorização da vida do homem velho (Diário da Manhã, 1980).

Em meados de 1981, houve o alargamento das CSUs na região metropolitana do Recife, o que não seria 100% efetivado sem a colaboração da Legião Brasileira de Assistência. Lea Leal era uma médica geriátrica,

presidente da LBA, que sempre anunciava seu trabalho nos jornais da época. Além disso, os médicos conviviam diariamente com os seus pacientes, acompanhando o estado de vida e saúde de muitos idosos desassistidos pela previdência social. E vendo essa situação de abandono, os centros de estudos geriátricos de Pernambuco se mobilizaram em crítica ao modelo de vida juvenil que excluía as pessoas de idade. De maneira geral, os médicos pediam que o Estado planejasse alguma solução para a problemática do idoso no mundo onde capitalista.

No Recife, em meados dos anos 1980, funcionava o Centro de Estudos Geriátricos e Gerontológicos de Pernambuco (CEGEPE). Essa entidade foi construída sem fins lucrativos, pois visava o estudo de toda problemática referida ao idoso habitante de Pernambuco. No entanto, não se deve negar que o índice populacional de idosos nos centros urbanos era superior aos 17%. Em tese, acredita que esse valor não é um somatório que abrace todos os habitantes da região agreste e interior de Pernambuco, pois esse número deve ser superior aos 17%. Ainda assim, o Jornal do Amanhã relata, em dados, a quantidade de prédios dirigida pela CEGEPE na região metropolitana do Recife:

> Informações sobre inscrição poderão ser prestadas no lar geriátrico em Casa Forte, Av. 17 de Agosto, nª 126. Na diretoria do hospital da polícia militar, a praça do Derby ou no instituto de geriatria do Recife, av. João de Barros nª 125....... Além de atividades pedagógicas, o centro de estudos geriátricos e gerontológicos de Pernambuco se propõe ainda a proporcionar assistência técnica as organizações publicas e particulares que tratam de pessoas de idade, bem como aos inúmeros asilos de velhos existentes no Recife e Grande Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 138)[55]

Em 1980, o polo da LBA em casa grande sítio completava 10 anos de funcionamento. Data que foi celebrada com a chamada semana do ancião, momento oportuno para haver reuniões de inúmeras atividade pró-conscientização do homem idoso em Pernambuco. Então, durante os meses de março e novembro ocorreu a semana do ancião no auditório do Banco Nacional da Habitação (BNH), no clube Alvorada e na Praça do Derby. Essa celebração foi também abraçada como o ano da geriátrica no Brasil e, de modo geral, direcionava a campanha “adote um idoso carente” que fazia referências ao slogan “O homem idoso precisa de sol, amor e teto”. Esse slogan também foi adotado pelas CSUs. Nesta época, a Legião Brasileira de

---

[55] *Em funcionamento centro de estudos sobre a Geriatria*: Per029033_1980_00138. Diário de Pernambuco, 24 de Maio de 1980.

Assistência exercia uma função operacional e de vigília nos programas internos Alfa I e Alfa II. Para exercer uma atividade administrativa adequada a LBA contava com o apoio de assistentes sociais, médicos, psicólogos e assistentes das inúmeras CSUs espalhadas pela região metropolitana do Recife. Toda essa organização foi fundamental na semana do idoco, servindo como apoio à luta por melhorias na previdência social e o estabelecimento de uma política de assistência social após o presidente Figueiredo decretar o ano do idoso em 1982.

CONCLUSÃO

O lema da competição e individualismo corrobora na exclusão do próximo. Por muito tempo, o tema velhice era encarado como algo pertinente aos estudos higiênicos, o que atrasou com o avanço clínico do envelhecimento biológico. Ainda assim, em muitas sociedades, o velho era visto como senhor do culto ou como ser que apenas prejudica o nomadismo. As reivindicações pela vida do ancião poderão ser apresentadas por Simone de Beauvoir, depois por Ecléa Bosi. Épocas que a filantropia exercia um papel maior na sociedade, mas era uma ação particular, voltada para os jovens. Sabendo disso, as autoras se manifestaram, tiveram um mal estar quando sentiram a agonia dos idosos e a falta de cuidado do Governo para com eles. Após a Assembleia sobre o envelhecimento de 1982 que um plano de ação para a 3ª idade passou a ser efetivado. Mas foi uma ação que obteve vários caminhos em cada Estado e nação.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. ***História social da criança e da família***. 2ª edição. Rio de Janeiro, editora LTC, 1978.

ALVES, Karin. ***Novos paradigmas na assistência do idoso: o enfoque da prevenção e promoção de um envelhecimento saudável***. Disponível em :http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/376. Acesso em 06/09/2020.

BENJAMIN, Walter**.** ***Magia e técnica, arte e política***. 10ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BOSI, Ecléa. ***Memória e Sociedade**: **lembranças de velhos***. São Paulo:

Companhia das letras, 2004.

BEAUVOIR, Simone. ***A velhice***. SP: Editora Difel, 1976.

LOPES, Andrea. ***A sociedade brasileira de geriatria e gerontologia, e os desafios da***

gerontologia no Brasil - Dissertação de mestrado. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251288/1/Lopes_Andrea_M.pdf.

Acesso em: 06/09/2020.

MORAIS, Jolinda. ***Assistência aos pobres em Londrina***: *1940/1980*. Londrina. Editora Eduel, 2013.

PAPALÉO,Matheus. ***O estuda da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos***. Disponível em:https://ftramonmartins.files.wordpress.com/2016/09/tratado-de-geriatria-e-gerontologia-3c2aa-ed.pdf. Acesso em:26/04/2021

HELENO, Rodrigo; PAULA, Edimundo. ***Por uma História do velho ou do***

***envelhecimento no Brasil*.** Disponível em:

https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/310. Acesso em: 26/07/2020

IPEA. Política Nacional do Idoso: ***Velhas e novas questões***. *RJ. 2016*

A SEMENTE DA HISTÓRIA GERMINOU NO CAQUEIRO DO MARGINAL

Osnir Silva Santos (graduando em História pela UESB)
Lattes:https://lattes.cnpq.br/2616702725458553

RESUMO
O pequeno ensaio reflete, por meio da linguagem literária, a importância dos sujeitos socialmente marginalizados buscarem, apesar das determinações de classe, raça, gênero e etc., o conhecimento socialmente elaborado, especialmente o conhecimento histórico, nos espaços institucionais como a universidade. Não apenas buscarem, mas disseminá-los no interior de suas classes sociais; tendo em vista que a produção, a aquisição e a disseminação de conhecimentos socialmente elaborados, no atual modelo de sociedade, dá-se por meio das disputas pelo poder.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; História; Poder; Saberes sociais; Sujeitos marginalizados.

A SEMENTE DA HISTÓRIA GERMINOU NO CAQUEIRO DO MARGINAL

A minha origem rural nunca me permitiu viver na cidade sem que eu cultivasse ao menos uma planta em casa. Seja num caqueiro, seja num canteiro ao pé do muro, ou em qualquer canto onde caiba um punhado de terra, eu planto uma planta. Observar o ciclo de vida delas, não me deixa esquecer que também sou parte da Natureza: nasci, cresci, mais ou menos me desenvolvi, quiçá envelheço, mas certamente irei me desintegrar um dia e, talvez, se tudo der certo, servir de nutrientes para uma plantinha, como essas que cultivo.

Gosto sempre de plantar espécies diferentes e não necessariamente ornamentais. A mais inusitada que já cultivei foi um pé de ortiga. Não sei como, mas ele, intrometido, nasceu em um caqueiro, aqui no quintal de casa, tempos atrás. Imagino que a semente tenha vindo misturada a um substrato que comprei numa dessas floriculturas, onde se vende de tudo; quero dizer, tudo

em matéria de plantar planta. Não descarto também a ideia de que o transporte da semente tenha sido obra de algum passarinho cagão.

Até que este pé de urtiga morresse, vivemos uma briga eterna. Bastava que eu, despercebido, o tocasse, para que o malvado imediatamente me mordesse. Porém, não guardo mágoas nem ressentimentos, deu até mesmo tristeza no dia em que o coitado faleceu; confesso que quase chorei. Depois da morte, bastou algumas poucas horas para que o sol forte o esturricasse; em sua homenagem, misturei seus restos mortais na terra do canteiro, pois queria que ele se desintegrasse e servisse de nutrientes às outras plantinhas que continuaram bem vivas.

Atualmente meu lar é povoado por um cacto grande, cinco "cactozinhos", duas suculentas, um pé de tomate-cereja, um pé de uma plantinha rasteira (cujo nome eu ainda desconheço), dois pés de milho e uns dez pés de margaridas, das quais apenas duas, até agora, soltaram flores. É cânone, sempre que uma planta morre, eu planto outra para ficar em seu lugar, de outra espécie diferente. No momento, eu já estou aqui planejando qual irei plantar para substituir os pés de milho. Eles já estão na fase final do ciclo de vida, começaram até a amarelar, coitadinhos! Deixarão, cada um, uma espiguinha com muitos caroços amarelinhos, as quais, já decidi doar aos passarinhos, cuja impaciência para devorá-las não conseguem mais disfarçar.

Seguindo essa minha filosofia de vida — que muitos podem achar barata — resolvi, há um certo tempo, plantar, antes que eu morra, outras coisas também. Decidi que eu queria plantar ideias, teorias, filosofias, saberes populares e científicos, ideologias, arte e outras coisas dessa mesma família; sendo que neste cultivo, a terra seria a cabeça das pessoas. Tristemente, constatei a impossibilidade, naquele momento, para tal tarefa. Afinal, como eu poderia plantar essas coisas para as quais eu mesmo não possuía as sementes?

Refleti, refleti, cocei a cabeça e limpei a garganta... Não havia outro jeito, para poder plantar eu teria que buscar essas benditas sementes. Bom! Eu sabia exatamente onde encontrá-las. O problema é que eu também sabia que elas ficavam guardadas por muros altos e vigiadas por muitos soldados, justamente para que operários e os outros subalternizados como eu não ousasse querer possuí-las, para depois cultivá-las. Esse tipo de cultivo não poderia ser feito por gente como eu. Chegava até mesmo a ser perigoso que

marginais se aproximassem desses lugares e cobiçassem tais sementes. Seu cultivo deve ser controlado, se ele se alastrar, estará tudo perdido. Esse ramo do reino vegetal pode ser subversivo, caso esse tipo de semente seja cultivada por gente como eu, marginal! Afinal, para que elas possam se tornar verdadeiramente subversivas, carece de serem plantadas por mãos calejadas e marginais como as minhas; se plantadas por mãos mesquinhas de gente privilegiada, as plantas nascem estéreis, não frutificam e morrem em si mesmas.

Não obstante, o fato é que eu precisava e estava decidido a entrar naquele local. Porém, não dava para tentar uma invasão, caso conseguisse entrar dessa maneira, logo seria enxotado de lá. Para ocupar o reino das sementes subversivas, eu teria, necessariamente, que trilhar o único caminho possível e entrar pelo portão frontal. O problema é que havendo pouquíssimas vagas, para adentrar eu teria obrigatoriamente que participar de uma competição desigual. Nela, o caminho é muito espinhoso, e enquanto os meus concorrentes atravessavam de botas, eu tive que o trilhar descalço. O caminho é sob um sol escaldante, enquanto meus concorrentes atravessavam hidratados, eu tive que o percorrer babando de sede. O caminho é cheio de armadilhas, e enquanto meus concorrentes sabiam exatamente onde elas estavam, eu precisava adivinhar. Resiliente e com um pouco de sorte, eu o venci mesmo assim, apesar dessas adversidades.

No entanto, ao entrar no reino das sementes subversivas, descobri, depois do encantamento, que eu ainda não havia garantido absolutamente nada. Seguindo as regras, a mim só seria dada uma mísera semente de cada vez. Na verdade, ela não seria dada, eu teria que, a duras penas, conquistá-las. Conquistar as sementes, naquela condição maltrapilha sob a qual eu me encontrava, não seria uma tarefa fácil. Ingênuo, eu havia imaginado o oposto.

Todavia, tudo ficou um pouco menos pior, depois que me deparei, apaixonado, com a bela planta que nasceu de uma semente, velha e embolorada, que eles chamam de HISTÓRIA. Daí em diante, a vida ficou mais tolerável no reino das sementes subversivas. Levei algumas dessas sementes para casa e as plantei em um caqueiro no quintal: a semente da história germinou no caqueiro do marginal!

Com o passar do tempo, consegui, aos poucos, ir juntando muitas dessas sementes; meu velho embornal começou a se avolumar. Embora tenha

reunido muitos tipos de sementes subversivas, a grande maioria delas são daquelas velhas e emboloradas: a da História. Essa espécie é muito versátil, ela sobrevive em qualquer ambiente e a partir do seu cultivo é possível matar a fome intelectual de multidões. É um tipo de planta libertadora, essencial para a vida humana. Cura os homens da terrível cegueira, provocada pela ignorância tanto do passado quanto do presente.

Alguns anos depois de adentrar ao reino das sementes subversivas, penso que estar quase chegando a hora de começar a fazer, para além de seus altos muros, o meu cultivo de ideias, teorias, filosofias, saberes populares e científicos, ideologias, arte e etc., afinal, esse foi o objetivo que me fez adentrá-lo. Eu até já ando plantando muitas delas por aí. Mas quero fazer disso minha missão, minha profissão. Serei um plantador de ideias, mas quero também ensinar a plantá-las.

Sozinho sei que não irei promover grandes mudanças, até porque, às vezes, vem gente cortando atrás com uma motosserra, estas plantas que a gente planta. Mas ao mesmo tempo, sei que uma vez plantadas, elas germinam, desenvolvem-se, frutificam e se reproduzem. São como as plantas na Natureza, morrem e não morrem. Renascem! Revivem! Uma vez plantadas nas cabeças dos marginais, o que nasce dessas sementes são para os poderosos, como aquela ortigazinha, atrevida, que nasceu um dia no caqueiro em meu quintal: incomoda, desafia, ameaça. Se eles as cortam, elas desintegram-se e renascem mais fortes em outras cabeças marginais. Para eles são uma praga, ervas-daninhas; para nós, os marginais, é uma forma de resistência. O temor dos poderosos é saber também que sempre foi de nossa natureza marginal, cultivá-las para além das terras férteis, de chuvas abundantes e que muito pouco nos sobra. Humildemente, semeadas por nós, elas brotam até mesmo na dureza intransponível do asfalto, na aridez do deserto e dos pedregulhos; após germinarem, são capazes de crescer até na escuridão das cavernas ou no chorume fétido dos lixões. O segredo de tanta resiliência, que eles jamais podem entender, ocorre porque o ato de plantar para um marginal é sempre uma partilha. Semear, para ele, é antes de tudo um ato de amor.

Osnir Silva Santos é operário e estudante de graduação em história na UESB. Atua como militante em movimentos sociais e em partidos políticos de esquerda. Recentemente foi aprovado em concurso público para o cargo de professor de História do Ensino Fundamental II no Magistério Público do município de Vitória da Conquista - BA. Na universidade, desenvolve pesquisas no campo da história dos movimentos sociais brasileiros do século XX, especialmente sobre o movimento sindical. É também poeta popular, contista e cronista.

NÓS SEMPRE SOUBEMOS QUEM MATOU PIXOTE

Arthur Santos dos Anjos[56]

PIXOTE: O FILME

Pixote - A Lei do Mais Fraco é um filme clássico do cinema nacional. Daqueles que marcam toda a produção audiovisual do país. Este filme retrata a precarização e violência que crianças são expostas, em um momento fundamental para o seu desenvolvimento enquanto Ser. O filme se passa em São Paulo no final da década de 70, período em que, como aponta o diretor do filme Hector Babenco, este estado concentrava algo entre 60% e 70% do PIB brasileiro. Nesta conjuntura, a concentração de riquezas nas mãos dos oligarcas paulistas, e internacionais, estava em um patamar altíssimo. Significando que a miséria dos operários era de igual proporção.

O filme conta a história de um jovem garoto de apenas 11 anos de idade, o Pixote. Que estava *preso* em um reformatório, local em que ele convive com constante agressão dos diretores da instituição, da polícia, e dos outros jovens (de maioria negra) que viviam junto com ele. Pixote é exposto, ao longo do filme, a estupros, agressões - físicas e verbais - assassinatos, tráfico e diversas formas de violência. Curioso é que ele, por qualquer motivo que seja, nunca demonstra grande sensibilidade ao que vê. Pelo contrário, age com uma naturalidade que causa estranheza ao telespectador, provavelmente adulto, que se mostra muito mais incomodado com os acontecimentos do que ele, uma criança de 11 anos.

O ponto de inflexão deste filme é quando Pixote e seus colegas decidem fugir do reformatório e viver nas ruas - longe daquele lugar que o trouxe apenas trauma, em nome de uma “ressocialização”. Sustentando-se através de pequenos furtos e golpes. Até que, em um processo de escalonamento

---

[56] Graduando do Curso de História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

constante, o filme leva a outros rumos. Tráfico de drogas, cafetinagem, e etc. Dentro das ruas de São Paulo, é retratado as moradias precárias, abuso de álcool e outros entorpecentes (o próprio Pixote, ao longo do filme fuma cigarros de maconha e inala "cola de sapateiro", uma espécie de solvente similar ao "Lança-perfume"), desumanização das crianças, transfobia, homofobia e etc. que a classe trabalhadora brasileira está exposta.

O filme é denso, triste, lento e tenso. E, com certeza, causará desconforto em quem assisti-lo. Por ser uma obra muito conhecida do cinema nacional, é possível que muitos já tenham assistido, ou ao menos ouvido falar. Mas há uma reflexão para além do filme que devemos fazer.

PIXOTE: A REALIDADE

A direção do filme, ao selecionar os atores, contou com alguns atores já consolidados no Brasil. Marília Pêra no papel de Sueli, Tony Tornado no papel de Cristal, e etc.. Já o protagonista, Pixote, foi um ator selecionado de uma das favelas da periferia de São Paulo. Esta que é exposta pelo diretor Hector Babenco em uma espécie de prólogo do filme, em que ele mesmo fala sobre a situação de miséria das pessoas faveladas. Pixote foi atuado, brilhantemente, por Fernando Ramos da Silva. Jovem pobre, semianalfabeto, da periferia, que teve o protagonismo de um dos filmes brasileiros mais reverenciados de todos os tempos. Posição importante que ele sustentou com firmeza durante as filmagens, numa entrega irretocável.

O problema surge quando se percebe que, após o papel de Pixote, Fernando Ramos não teve mais grandes oportunidades para atuar e desenvolver sua carreira. Participou de algumas produções como 'Eles não usam Black-Tie' (1981), também reverenciado, e 'Gabriela: Cravo e Canela' (1982). Posteriormente, foi chamado para atuar em novelas da Globo, sendo demitido em pouco tempo já que ele era semianalfabeto e possuía grandes dificuldades em decorar os textos. Ao retornar à sua vida "antes da fama", Fernando Ramos entrou para a criminalidade, tendo sido preso duas vezes ainda enquanto menor de idade. Uma infeliz ironia.

Após sua segunda prisão, Fernando Ramos disse em entrevista: "Eu só quero que o povo esqueça minha imagem enquanto Pixote [...] Eu quero a chance de viver como um homem, sem ser perseguido. Eles criaram Pixote,

mas eles não sabiam como prepará-lo para a vida"[57]. Uma declaração forte, expondo o seu sentimento de ódio e tristeza com a condição social da qual ele nasceu e viveu. Mas ao refletir sobre, podemos lembrar de como Alexandre Rodrigues, também de periferia, ator de Buscapé, protagonista do filme Cidade de Deus (filme brasileiro mais premiado a nível internacional), trabalhava de motorista de aplicativo para se sustentar, já que também não conseguiu grandes papéis no mundo audiovisual[58]. O comportamento da indústria cinematográfica brasileira funciona da mesma forma que toda a estrutura produtiva brasileira: excludente, racista, misógina e elitista.

Fernando Ramos retornou à vida na favela, continuava fazendo teatro. Havia acabado de retornar de uma viagem de trabalho quando, em 25 de Agosto de 1987, aos 19 anos de idade, foi brutalmente assassinado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A versão atestada pelos 3 policiais que o executaram, foi de que Fernando Ramos participou de uma troca de tiros com ela após participar de um assalto junto de um amigo seu. Em entrevista, uma moradora da mesma favela que o ator afirmou que ele estava desarmado, correndo da polícia com medo de ser morto.[59] Fernando Ramos da Silva foi brutalmente assassinado, com 8 tiros, pela Polícia Militar.

Na entrevista referenciada, é dito pelas pessoas que trabalharam com ele, tais como Walmor Chagas e Marília Pêra, Fernando Ramos é descrito como uma pessoa de temperamento difícil e que não era esforçado o suficiente. Isso porque Fernando era semianalfabeto, e tinha dificuldades em decorar textos longos e mais complexos. E mesmo com sua qualidade de ator, nunca ganhou apoio dos atores, diretores e produtores que trabalharam com ele. Uma visão que reitera a perspectiva meritocrática e liberal da sociedade, incapaz de entender as dificuldades que pessoas advindas da periferia estão submetidas.

Fernando Ramos foi assassinado pela PM-SP em 25 de agosto de 1987, mas as causas de sua morte se antecedem e muito ao fato. Fernando foi morto pela falta de oportunidades para despontar sua carreira. Fernando foi

---

[57] Fernando Ramos da Silva, 19, Star of Brazil's 'Pixote,' Dies - The New York Times (nytimes.com)

[58] Alexandre Rodrigues: Ator de 'Cidade de Deus' sobre dirigir Uber: Preciso sustentar minha casa | VEJA (abril.com.br)

[59] (28) DON KPONE VIDA E A MORTE DE PIXOTE NO FANTÁSTICO DE 1987. - YouTube

morto pela falta de uma estrutura escolar nas favelas. Fernando foi morto pela falta de Assistência Social. Fernando foi morto, como muitos outros são, diariamente, por ser pobre e favelado. Fernando foi morto pelo sistema que gere este país. Por isso, muito antes do Laudo Médico sair, nós já sabíamos quem matou Pixote.

Referências

RIDING, Alan. **The New York Times**, Nova Iorque, 27/01987. Seção D. Disponível em:<https://www.nytimes.com/1987/08/27/obituaries/fernando-ramos-da-silva-19-star-of-brazil-s-pixote-dies.html>. Acesso em: 01/04/2024.

ATOR de ‘Cidade de Deus’ sobre dirigir Uber: Preciso sustentar minha casa. **Veja**, São Paulo, 17/12/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/ator-de-cidade-de-deus-sobre-dirigir-uber-preciso-sustentar-minha-casa>. Acesso em: 01/04/2024.

BR, Pancada Sonora. **DON KPONE VIDA E A MORTE DE PIXOTE NO FANTÁSTICO DE 1987.**YouTube, 02/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1lYmw6vM9jQ>.

UMA ANÁLISE DO FILME: “BATISMO DE SANGUE” (2006). UMA COMPARAÇÃO DA TRAMA AOS ACONTECIMENTOS NO PERÍODO DITATORIAL CIVIL-MILITAR BRASILEIRO

João Maique Bezerra Roseno[60]

RESUMO:

O presente trabalho busca evidenciar no filme: “Batismo de sangue” (2006) a participação de cinco frades dominicanos engajados a se envolverem nas lutas contra a ditadura militar, período marcado pelo autoritarismo, perseguições, torturas e mortes. O golpe militar teve início em 1964, se estendendo até 1985, e, movidos pelos ideais cristãos e defendendo os pobres injustiçados e humilhados que sofreram perseguição, tortura e exílio, os frades são pegos por torturadores oficiais brasileiros, sob a acusação de terem cometido crimes veiculados à traição à igreja e a pátria. sendo então interrogados sobre o paradeiro de Carlos Marighella. Essa película nos leva para uma realidade objetivada de fatos e memórias de um período a qual o Brasil passou, esse filme é uma forma cinematográfica de mostrar às gerações futuras o regime que durou 21 anos.

PALAVRAS CHAVES: Ditadura Militar; Filme; Luta; Tortura

INTRODUÇÃO

A Ditadura civil-militar no Brasil teve início em 31 de março/1° de abril de 1964, e se estendeu até os anos de 1985 neste contexto “presídios foram inaugurados para colocar os que se opunham à Revolução de 64” (TELES, 1993, p. 55).

Também era notável neste período tenebroso “movimentação de tropas, cerco da sede do poder constitucional, pronunciamentos raivosos das lideranças militares carrancudas, deposição forçada do presidente eleito, coerção das forças civis que resistem aos golpistas” (NAPOLITANO, 2014, p. 39),

[60] Autor graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Assim o golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes" (ARÁUJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 16), e assim como outras características que estavam presentes nesses anos obscuros, sendo elas as perseguições, torturas e mortes, estando submetidos a essas opressões todos aqueles que apresentarem oposição a aquela forma de governo.
Os momentos antecedentes ao golpe civil-militar, se resumem a chegada de João Goulart, popularmente conhecido como Jango, à presidência da República, se tornando assim o 24° presidente do Brasil, de 1961 a 1964, o mesmo obtendo este cargo após a renúncia do presidente Jânio Quadros que abdicou ao cargo em basicamente 7 meses

Após sua posse, Goulart não estava no Brasil quando o presidente da época anunciou sua renúncia em uma estratégia de autogolpe de Estado, havia feito uma viagem à República Popular da China, à União Soviética e a outros países do Oriente de forma a acreditar que a aproximação com os chineses trariam benefícios aos brasileiros onde só desembarcou no Brasil com a certeza de que iria assumir a presidência, nos planos de Jânio ao renunciar a presidência o Congresso, pelas Forças Armadas assim como a população geral brasileira, não aceitariam seu pedido, com isso haveria o pedido de reconsideração.

A partir disto ele voltaria ao poder pela vontade do povo e do parlamentarismo, em decorrência desse plano ele obteria a exigência de mais poderes para seu governo se tornando um presidente de grande poder, a legalização de Jango a presidente da República não foi fácil devido a ele ser pertencente à coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) assim como representante do legado de Getúlio Vargas e das forças do trabalhismo na cultura política brasileira, devido o impedimento dos militares a posse de Jango à presidência os grupos de esquerda se mobilizaram, tal qual Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, cunhado de João Goulart organizou a Campanha da Legalidade, adquirindo uma estação de rádio e eclodindo 50 estações de rádio por todo o país, greves se estenderam em várias capitais, pedido a concessão do cumprimento da Constituição e a posse de João Goulart.

Em 7 de setembro de 1961, o governo Jango passa a ser instituído no Brasil após um acordo entre João Goulart e os militares havendo a mudança de um regime presidencialista para um parlamentarista, a partir dessa vitória os grupos nacionalistas e de esquerda pediam "um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social." (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 351)

As lutas no campo foram um dos problemas enfrentados pelo presidente, a reforma agrária era uma das principais reformas da base que as organizações de esquerda se esforçavam para que João Goulart assumisse. Segundo Napolitano (2014, p. 33)

> No discurso de encerramento do líder das Ligas Camponesas, deputado Francisco Julião (PSB), surgia a famosa palavra de ordem que seria utilizada pelas direitas como exemplo de radicalização golpista das esquerdas: "A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue".

Devido aos problemas acarretados no governo Jango e a ampla discussão sobre os diferentes projetos para o país que se politizou uma intensa rede de confrontos e debates.

Nesse contexto de Insatisfação do governo Goulart que se aplicou um golpe deflagrado pelos militares, e assim se instaura no Brasil um governo de punição e violência, a partir desse cenário que proponho uma análise do filme "Batismo de sangue" (2006), feito no Brasil em 2007 e dirigido pelo cineasta Helvécio Ratton. Ele foi criado baseando-se no livro Batismo de Sangue, Os Dominicanos e a morte de Carlos Marighella escrito por Frei Betto.

Em 1967 no governo de Castelo Branco, ainda em plena ditadura civil-militar, foi criado o Conselho de Segurança Nacional, agora encoberto por uma nova Lei de Segurança Nacional, que substitui a Lei de 1953, esse aprimoramento de lei agora torna "virtualmente todo o cidadão um vigilante e um suspeito, ao mesmo tempo, dada a gama de possíveis crimes políticos." (NAPOLITANO, 2014, p. 66), além das novas medidas institucionais autoritárias que objetivavam positivamente o regime por meio da falta de respeito para com os direitos humanos, incluindo desse modo atividades de tortura aos prisioneiros capturados por estarem ligados a manifestações ou guerrilhas contrarias ao regime.

O filme Batismo de sangue nos mostra a participação de cinco frades dominicanos são eles “Tito”, “Betto”, “Oswaldo”, Fernando” e “Ivo” engajados a participarem das lutas contra a ditadura militar no final da década de 60, movidos pelos ideais cristãos, defendendo os pobres injustiçados e humilhados que sofrem perseguição, tortura e exilio, logo pegos por torturadores oficiais brasileiros torturados acusados de crimes como traição à igreja e a pátria, sendo interrogados sobre o paradeiro de Carlos Marighella.

ANÁLISE

A repressão estava presente cada vez mais a qualquer grupo que se opusesse à ditadura , principalmente nos finais dos anos 60 aos anos 70. Segundo Zappa e Soto:

> A luta contra a ditadura militar, impulsionada por um sentimento libertário contra o opressivo autoritarismo que permeava as relações no interior das famílias, nas escolas e universidades, nas empresas e na vida cotidiana dentro de uma sociedade de consumo e comunicação(2008, p. 13).

Assim como as mulheres que lutaram contra esse regime como nos conta Rago:

> Essas feministas eram jovens tímidas e inexperientes quando se lançaram, de corpo e alma nos movimentos de resistência que se organizavam contra a Ditadura Militar, instalada no país desde 1964. Abriram mão de destinos seguros e confortáveis para perseguirem suas utopias, em defesa da justiça social, da igualdade e da liberdade. Foram perseguidas, penalizadas, enclausuradas e exiladas, nos anos de 1970, e sobreviveram(2013, p. 13).

Os jovens frades se instauraram no convento dos frades dominicanos e o torna uma trincheira de resistência à ditadura, na cidade de São Paulo, no final da década de 1960 e por meio de seus propósitos de luta contra a opressão se tornaram um grande e forte meio de resistência à ditadura militar.

Esses frades declararam apoio ao grupo de guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN), comandado por Carlos Marighella. Como nos mostra nas cenas do filme em que os dominicanos são conduzidos a uma fábrica abandonada, e lá dentro se encontram com Carlos Marighella, que tem um codinome como forma de proteção para si mesmo, Oswaldo entrega ao “Professor Menezes” (codinome do Marighella) um bolo de notas para ajudar ou até mesmo comprar um automóvel para o transporte de membros da

organização, e assim Marighella também faz uma combinação com os frades a fim que eles se dediquem em total apoio, como esconder os companheiros e fazer contatos.

Ao tentar entender o que leva a esses dominicanos a ajudarem a ALN nos deparamos com uma cena no filme em que na missa na capela Convento das Perdizes, o personagem frei Diogo, prior da Ordem dos Pregadores faz a seguinte declaração:

- Para ser um bom filho de Deus não basta vir à missa de domingo... Nós cristãos, não podemos engolir a ditadura de cabeça baixa. A ditadura é conivente com a má distribuição da riqueza e com a exploração do povo pobre. Nós cristão, devemos encontrar a nossa maneira de agir.

E dessa forma é possível entender a forma de participação dos padres em favor da ALN assim como qualquer outro tipo de organização contra a ditadura, além do pedido a aqueles que estavam ali, (a população geral) incentivando todos aqueles que seguem os ensinamentos cristãos deveriam também se objetivar contra esse modo de regime.

Carlos Marighella se opôs ao regime instituído no Brasil, a ditadura civil-militar, participou de alguns grupos de resistência pacífica, até que em certo momento após perceber que à luta armada contra o regime poderia ser mais eficiente fundou o grupo (ALN) que ficou muito conhecido por suas participações de assaltos a bancos e o seu envolvimento no sequestro do Embaixador americano Charles Burke. Segundo nos conta Magalhães(2012, p. 767).

> O sequestro de Elbrick foi a façanha mais espetacular da guerrilha, talvez a que tenha merecido mais simpatia popular. Constituiu a humilhação suprema da ditadura e a propaganda armada mais vigorosa contra a censura.

Na trama é possível ver em uma cena, um dos frades escutando no rádio a notícia sobre o sequestro do embaixador, os sequestradores exigem a leitura de um manifesto e a libertação de 15 presos políticos que deverão ser mandados para Cuba.Marighella chegou a ser preso e torturado ao enfrentar o governo de Vargas instalado em 1937, o Estado Novo caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, totalmente anticomunista e por seu forte autoritarismo fez com que Marighella não ficasse calado e ascendesse sua militância contra o governo Vargas.

Em uma próxima cena é possível observar uma conversa do frei Diogo com os frades que ao serem questionados sobre até onde poderiam ir em relação a sua militância, eles respondem a favor de seus ideais cristãos, Oswaldo, Tito, Betto, Ivo e Fernando pontuam a respeito das lutas a favor dos pobres, humilhados, homens e mulheres de pés descalços, ou seja, todos aqueles que precisam de ajuda, além das pregações de São Tomás de Aquino, em caso de tirania evidente e prolongada o povo tem o direito de se defender, às vezes é preciso ir mais além das palavras e dos estudos, além dos jovens frades não estarem lidando com armas, nem envolvidos em assaltos, servindo sobretudo como um grande apoio. Com essa cena fica evidente a participação e o envolvimento na luta contra a ditadura por meio de seus ideais religiosos e não aparentemente algo mais envolvido com sua escolha política. Em concordância com Plon e Meireles em "Um homem torturado - nos passos de frei Tito de Alencar"(2014, p. 33) "A militância dos frades na ALN era um engajamento profundo, enraizado na fé e aliado à ação revolucionária."

Em segundo momento no filme a ação entre os dominicanos se transfere para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Tito está assistindo uma aula, em seguida um aluno entra na sala lhe chamando, para participar de uma reunião com integrantes do movimento estudantil, nessa mesma cena "Frei Tito não poupou esforços quando se viu encarregado por frei Oswaldo de encontrar um local para o trigésimo congresso da UNE, a ser realizado na segunda semana de outubro. Precisavam de um espaço grande e isolado para um congresso clandestino" Plon e Meireles (2014, p. 53).

Após algumas cenas podemos observar Frei Tito em seu quarto no convento alegre, datilografando uma poesia e escutando uma marchinha de carnaval no rádio. A canção é "Noite dos Mascarados", de Chico Buarque lançada em 1966, a música possui seus elementos de metáforas e outras sutilezas do compositor, suas canções foram mutiladas ou vetadas integralmente pela censura durante as décadas de 1960 e 1970. A respeito da censura no Brasil Zappa e Soto relatam que:

> A criação cultural no Brasil estava em ebulição, embora enfrentasse uma atuante censura desde o golpe de 1964 e o país se encontrasse em plena ditadura. Mas o ambiente cultural vinha de anos férteis e criativos em que as artes dialogaram como nunca entre si, refletindo conscientização política e desejo de transformação.(2008, p. 23)

Tito participa de uma reunião no Congresso da UNE em Ibiúna, ao lado de alguns estudantes, e em seguida observamos o primeiro contato com a polícia, no qual Tito é preso e fichado, levado para a sede do DOPS, em São Paulo, que objetivava prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. Segundo Napolitano:

> Até o final dos anos 1960, as polícias estaduais, os Dops, eram as responsáveis pelas operações policiais de repressão política. Não havia, portanto, um sistema nacional, militarizado e integrado de repressão policial. O crescimento da guerrilha, em 1968, gerou outra estrutura para este lado do tripé, consagrando a sigla mais aterrorizante do período: DOICodi (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna). Antes do surgimento do sistema DOI-Codi, cada força militar tinha seu serviço de informação e combate à guerrilha, sob responsabilidade do respectivo ministro militar. (2014 p. 104)

Tito de Alencar Lima sofre preconceito por parte do policial que o interroga e lê seu documento, com tom sarcástico, Tito responde dizendo que é estudante de filosofia ao ser questionado sobre sua estadia em São Paulo, ele firma seu depoimento como sendo estudante *e apenas* isso, assina seu depoimento e logo em seguida sai da delegacia.

Cada vez mais fica evidente o cerco se fechando para os frades assim como para Marighella ficando evidente a partir do início à "Operação Batina Branca" "que consistia na invasão do Convento das Perdizes e na prisão dos dominicanos."Plon e Meireles (2014, p. 78). Fernando e Ivo são presos no Rio de Janeiro, levados para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) começa-se uma serie de torturas com os dois, afim de revelar o local de esconderijo do líder da (ALN) Carlos Marighella acusado de terrorismo no período ditatorial.Plon e Meireles relatam que:

> A tortura era utilizada imediatamente após a prisão dos revolucionários, de familiares ou de pessoas que não tinham nenhum envolvimento com a luta armada, mas por infortúnio, haviam caído na malha da repressão. A ideia da polícia era arrancar qualquer informação, o mais rápido possível, para tentar interceptar os próximos pontos, ou encontros marcados entre os militantes, antes que estes notassem que alguém tinha caído.(2014, p. 80)

Dentre as torturas podemos descrever algumas que marcaram esse período assim como nos revela nas cenas do filme, os acusados eram obrigados a se despir por conta própria ou até mesmo à força, isso tudo ao som de palavras de baixo calão sendo pronunciadas pelos policiais. Em primeira instância assistimos perplexos a cenas de um filme de terror,

baseadas em fatos reais, um dos dominicanos é submetido a um tipo de tortura chamado de “pau-de-arara”. Segundo o Ibid, p. 34 (apud CASSOL, 2007, p. 10) ele era constituído por “uma barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o ‘conjunto’ colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo”. Assim como a “Cadeira do Dragão”. De acordo com o Ibid, p. 77-78 (apud CASSOL, 2007, p. 10-11) “é uma poltrona tosca, de madeira, com o assento, o encosto e o apoio dos braços revestidos de placas de metal, nas quais são ligados os fios terminais de uma “maquininha de choque” ou de uma “*Pianola Boilensen*”. Além do próprio espancamento presente nessas cessões de tortura, é possível perceber algumas injeções sendo inserida nos prisioneiros. Segundo Ibid, p. 75 (apud CASSOL, 2007, p. 11)

> O soro pentotal sódico, apesar de sua intimidadora alcunha “soro da verdade”, não teve muita eficácia. Sendo uma droga anestésica, deixava o supliciado em estado de letargia, e reduzia seu grau de consciência. Como era aplicado após seções de torturas, encontrava o corpo em situação debilitada, e às vezes extraía algumas informações. Contudo, se o interrogado realmente não queria falar, o soro não extrairia nada além de “verdades”.

O real intuito disso tudo era saber onde eles se encontravam com o Marighella, em São Paulo, o Convento das Perdizes é invadido pela polícia e Tito é levado parar a carceragem do DOPS, devido ao grande número de seções de tortura e agressões os prisioneiros começam a falar aos poucos sobre todos os procedimentos de encontro ao Marighella, sendo eles o telefone o meio pelo qual se comunicam, uma senha como forma de identificação e a gráfica a qual os encontros eram realizados, devido a essas informações e o frei Fernando forçado pelos policiais a marcar um encontro com Marighella, os policiais invadem Alameda Casa Branca, e surpreendem o líder da (ALN) com vários tiros à queima-roupa.

Em uma cena seguinte na base do DOPS, o delegado Fleury desce até a carceragem em comemoração junto dos seus subordinados cantarolando e gritando sobre o triunfo da morte de Carlos Marighella, mostrando fotos a quem resolvesse não acreditar, a seguir os frades dominicanos Fernando e Ivo são jogados para dentro da cela onde Tito estava preso.

Não sendo o bastante para os torturadores as cenas seguintes contam com mais tortura para com Ivo, Fernando e Tito entre outros presos, além do desrespeito com os parâmetros adotados a sua religião, falando que os

padres não casam porque são homossexuais, Fleury estende a mão e ordena que Tito beije sua mão, tratamento dado a autoridades eclesiásticas, além de ordenar que Tito abra a boca para receber a hóstia sagrada em resposta Fleury da choques na língua dele.

Em meio a toda essa pressão de tortura, humilhação e exilio, na carceragem do DOPS os freis dominicanos Tito, Ivo, Betto e Fernando, não deixam de continuar a celebrar seus ritos Eucarísticos, por meio do suco de uva e de bolachas Maria, com a bíblia nas mãos um deles lê o evangelho enquanto os outros presos assistem, nos mostrando a realidade daqueles frades que em meio a tudo aquilo não perderam sua fé em Deus.

Em novas cenas os dominicanos são transferidos da carceragem do DOPS para o Presídio Tiradentes, onde são bem-recebidos e aparentemente não recebem os mesmos maus-tratos, ao revelar a prisão do dono do sítio em Ibiúna onde havia realizado o Congresso da UNE, Tito é levado da cela diretamente para o DOI-CODI. Segundo PLON e MEIRELES:

> De acordo com o livro Tortura nunca mais, editado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985, mais de quarenta presos foram mortos e outros quinhentos foram torturados nas dependências da "Casa dos Horrores", como ficou conhecido o Doi-Codi, chefiado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra entre outubro de 1969 e dezembro de 1973. (2014, p. 99)

A cela em que Tito aparece é imunda, seu rosto desfigurado devido aos espancamentos e ao não aguentar mais esse suplício, ele tenta adiantar sua morte ao cortar seu braço com uma lâmina que estava em um aparelho de barbear que pediu ao policial que estava de guarda na porta, levado ao Hospital Militar, ele é socorrido.

Tito foi conduzido à sala de interrogatório na Oban, onde foi submetido a inúmeros métodos de torturas alguns até já citados aqui como o "Pau-de-arara", choque elétricos e os espancamentos isso tudo afim que ele esclarecesse os fatos ocorridos no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968.

O jovem Tito enfim consegue ser solto, ao ser trocado junto com outros presos pelo embaixador da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em dezembro de 1970, Tito não queria ser libertado, "Tito estava dividido entre o desejo de continuar no Brasil e a fidelidade aos companheiros. Não podia se recusar a sair. Mas a tensão que vivia era imensa". (PLON e MEIRELES, 2014, p. 115) com isso, Plon e Meireles nos conta que:

> Naquele 11 de janeiro de 1971, às 5 da manhã, Tito se despediu de seus confrades. Estava muito emocionado. Todos os presos cantaram o Hino da Independência e A Internacional. Enquanto os companheiros vibram com sua libertação, ele tinha o cenho enrugado e os lábios apertados.(2014, p. 115)

Tito foi banido do território nacional pelo Ato Institucional 13 (AI-13), isso para ele era como uma condenação. Ser trocado por um diplomata significava perder a nacionalidade brasileira e torna-se automaticamente apátrida.

Em uma cena seguinte em 1971 Oswaldo e Tito estão conversando e refletindo sobre os parâmetros da ditadura, Oswaldo se levanta para ir ao banheiro e Tito fica lá, mas ao olhar para um canto daquele ambiente Tito ver um homem de batina branca e assemelha ao terno de Fleury inclusive ainda consegue ouvi-lo gritar:

-Traidor da Igreja! Traidor do Brasil!

Com isso, Tito sai correndo pela rua aterrorizado, em seguida a cena é cortada para Betto, Fernando e Ivo sendo julgados por um tribunal Militar acusados de:

- Apoio a organização criminosa cuja a finalidade é mediante a transformação do Brasil no campo de ódio e sangue implantar no país o regime comunista e quando descoberto alegar com cinismo que o que ocorre é que a igreja está sendo perseguida no Brasil, Injuriando e ofendendo gravemente a igreja de Cristo de quem o Brasil é filho desde a cruz da primeira missa. Sendo eles submetidos a 4 anos de reclusão por ordem judicial.

Com as perturbações ainda fazendo parte da vida de Tito constantemente, ele muda-se para Paris para um convento, o sofrimento que Tito vive nos é apresentado por meio das alucinações do seu tempo em cárcere, Oswaldo o visita e percebe Tito deprimido, a tristeza vivida por ele está relacionada a sua culpa por estar em liberdade e não poder voltar ao Brasil e se adentrar nas lutas contra aquele regime ainda presente, alguns dia depois ao ver sua irmã, Tito comete suicídio, após não conseguir conviver com seus traumas psicológicos. Diante disso Plon e Meireles nos conta que:

> A morte foi sua decisão para escapar à loucura que Fleury inoculava nele. Preferiu se matar num momento de maior consciência, de maior clareza sobre sua própria situação. Não foi um momento de perda de controle, mas um momento de lucidez. Ele não via alternativas: ou se entrega à loucura ou, no momento em que sabe que não é louco, assume sua própria morte. (2014, p. 207)

CONCLUSÃO

Diante disso, fica evidente as profundas marcas e cicatrizes que a ditadura civil-militar deixou até os dias atuais, assim como o terror psicológico que afetou a todos aqueles que passaram pelos tempos de perseguição, tortura e exilio, evidente no filme Batismo de Sangue, fazendo com que um personagem recorra a morte como forma de saída desse martírio, e o restante prossiga com as sequelas de terror e medo. Vale lembrar que esse filme retrata não uma história baseada em contos, uma ficção repleta de reviravoltas, magia e aventura como forma de encantar o público que o assiste, Helvécio Ratton nos leva para uma realidade objetivada de fatos e memórias de um período a qual o Brasil passou, esse filme é uma forma cinematográfica de mostrar às gerações futuras esse regime que durou 21 anos, por fim deixo uma reflexão de FEIJÓ, Caroline Duarte em Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue.

> Em vez de ter se suicidado, Tito tivesse sido assassinado: a repressão o matou. Simbolicamente, o martírio do jovem frade representa o sofrimento de todas as vítimas do regime militar no Brasil. O fim trágico do personagem redime-o, assim como redime todos os brasileiros que ousaram participar da resistência armada à ditadura. (2011, p. 108)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula. SILVA, Izabel Pimentel da. SANTOS, Desirree dos Reis (orgs.).**Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.**1ª ed. Rio de Janeiro:Ponteio, 2013.

Batismo de Sangue - filme completo, Helvécio Ratton, Youtube, 16 de agosto de 2021, 110 minutos (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZgsuWlMBFZw>, Acesso em 10 de outubro de 2021.

CASSOL, Gisele. **Tortura na ditadura militar brasileira (1964-1985)**, *Revista Sociais e Humanas (ISSN online 2317-1758),* Universidade Federal de Santa Maria | Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 20, p. 01-20, jul./dez. 2007.

FEIJÓ, Saa Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue**. Orientador: Profº Dr. Ulysses Telles Guariba Netto. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2011.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia(orgs**.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil republicano; v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo**. Companhia das letras, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSA, Susel Oliveira da**. Mulheres ditadura e memórias "Não imagine que precise ser triste para ser militante"**. 1ª ed. São Paulo – SP: Intermeios, 2013.

PLON, Leneide Duarte e MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ª reimpressão. São Paulo: brasiliense, 1999.

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. **1968 Eles só queriam mudar o mundo**. 3ª ed: Jorge Zahar, 2008.

A ONDA

Plácido Oliveira Mendes

RESUMO:
Em alusão ao famoso experimento social Terceira Onda (EUA, 1967) e continuando a crítica iniciada pela composição 2012, Miopia, gravada e publicada em 2013 pela banda Distintivo Blue (Vitória da Conquista-BA), o autor registra, em versos, fatos marcantes acontecidos durante a pandemia de COVID-19 (2020-22), bem como critica a enorme onda de discursos de ódio e autoritarismo potencializada pelas redes sociais no período, constituindo, bem como a obra originária, de uma década atrás, em um “retrato poético” deste momento histórico, sob um ângulo particular.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, autoritarismo, discurso de ódio, política, blues

E então
A bomba explodiu
No colo do mundo
Pra mostrar que a estrutura ruiu

Perseguição
Aos seus ideais
Pra mim a liberdade
Pra você, se não diz sim, tanto faz

Só querem falar
Mas nunca ouvir
O eleito inimigo
Nem deve existir
Todo pensamento
Passando num funil
E a sensatez então se cala
Como nunca existiu

Uma escolha
Pareceu tão banal
Satisfez a bolha, entreteve
E hoje se mostrou fatal

“I can’t breathe!”
Um grito em Manaus
Seria justo, já que
“Uma copa do mundo não se faz com
hospital”?

Viver, trabalhar
Pra sobreviver
Sustentando o luxo
De quem não te vê
Chorar por quem ama
Num número vazio
Num saco fechado, numa vala
E sequer se despediu

“A Onda”
Também te engoliu
Seu ódio transbordando o cegou
E de pensar o impediu

Verdade
Não mora em você
Seu dedo aponta com a facilidade
Que antes já fez morrer

Palavras de ordem
Pré-fabricadas

E é apenas o outro
Que acompanha a manada
Obedeça à cartilha
Se encaixe no padrão
Nós somos os donos da verdade,
da bondade e razão

Memória
Aqui nunca existiu
Repete-se a história se espantando
Com o que já se viu

Distorcer
Para arrebanhar
Se o fato não convence
O recriamos pra ter do que falar

Tanta hipocrisia
Cinismo e tudo mais
Bem mais que miopia
É o que a cegueira faz
Pura vaidade e sede de poder
O Blues do Covarde escancarado

Para quem quiser ver
Esperança
Para confortar
Um passo semi-invisível
Na dança do manipular

Ilusão
O bem contra o mal
O discurso limita a visão
E esconde: É tudo igual

Tudo o que os move
É a sede de poder
E quem por eles mata e morre
É só uma peça pra mover
O que você berra
Não é novo ou especial
Seus ídolos possuem pés de barro
E você é o lamaçal

Nós somos os donos da verdade,
da
bondade e razão
Seus ídolos possuem pés de barro
e você é
o lamaçal
Seu mundo não passa de ilusão

Plácido Oliveira Mendes é doutorando e mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, licenciado em História e bacharelado em Direito, todos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Cantor, compositor e produtor musical (banda Distintivo Blue). Enquanto pesquisador independente, desenvolve, desde 2019, o projeto multimídia Memória Musical do Sudoeste da Bahia. Artisticamente, utiliza, ainda, os pseudônimos I. Malförea e Joe Malfs.

NEM UM SEGUNDO A MAIS

Letícia Souza Cruz Pereira

RESUMO
O poema "Nem um segundo a mais" é o grito de uma mulher que viu e vê todos os dias nos noticiários o que o patriarcado e o machismo provocam. É o luto por milhares de mulheres que morreram precocemente. É a ferida aberta daquelas que passaram e passam por situações horríveis, sem perspectiva de melhora. Essas palavras tratam do nível mais extremo de agressão que as mulheres correm risco só por serem o que são. É sobre feminicídio.

PALAVRAS-CHAVE: mulher; patriarcado; machismo; luto; feminicídio.

Nem um segundo a mais

Pingando,
escorre o tempo,
escorre o amor,
escorre tudo.

Gotejando,
lá se vai o ponteiro,
lá se vai o grito,
lá se vai tudo.

Escorrendo,
vai gotejando a lágrima
de cada sonho que tinha
pra si e para os outros.

E assim se apaga a história,
desvia a glória
e começa tudo de novo.

LETÍCIA SOUZA CRUZ PEREIRA é graduanda em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no campus de Vitória da Conquista, bolsista de iniciação científica pela FAPESB/UESB e integrante do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx).

REVISTA
MARGINAL
Seja Marginal